



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - ICED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

MARIA DO SOCORRO DA SILVA GUIMARÃES

**A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA DO PARÁ NO DELINEAR DA
CABANAGEM (1830-1845)**

Belém
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - ICED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

MARIA DO SOCORRO DA SILVA GUIMARÃES

**A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA DO PARÁ NO DELINEAR DA
CABANAGEM (1830-1845)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará como requisito à obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro

Belém
2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

G963i Guimarães, Maria do Socorro da Silva.
 A Instrução Pública na Província do Pará no Delinear da
 Cabanagem (1830-1845) / Maria do Socorro da Silva
 Guimarães. — 2025.
 188 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof. Dr. César Augusto Castro
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,
 Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-
 Graduação em Educação, Belém, 2025.

 1. Cabanagem; Instrução Pública; História da
 Educação. I. Título.

CDD 370

MARIA DO SOCORRO DA SILVA GUIMARÃES

**A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA PROVÍNCIA DO PARÁ NO DELINEAR DA
CABANAGEM (1830-1845)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará como requisito à obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade.

Data da defesa: 19 de agosto de 2025.

Banca examinadora

Prof. Dr. César Augusto Castro
Orientador /UFPA

Prof.^a Dr.^a Laura Maria Silva Araujo Alves
Avaliador Interno Titular /UFPA

Prof. Dr. Samuel Luís Velazquez Castellanos
Avaliador Interno Titular / UFPA

Prof. Dr. Antônio de Pádua de Carvalho Lopes
Avaliador Externo Titular/ UFPI

Prof.^a Dr.^a Delcineide Segadilha
Avaliador Externo Titular/UFMA

Prof.^a Dr.^a Sônia Maria da Silva Araújo
Suplente de Avaliador Interno/ UFPA

Prof. Dr. Rogerio Andrade Maciel
Suplente de Avaliador Externo / UFPA - Bragança

Sou feita de retalhos.

Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma.

Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou.

Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior...

Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade...

Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.

E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes que vão se tornando parte da gente também.

E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados...

Haverá sempre um retalho novo para adicionar a alma.

Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me permitem engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias.

E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de "nós".

As minhas falecidas avós, que na vida não tiveram
oportunidade de estudar, em especial minha avó,
Maria Epifânia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, aos familiares e aos professores que conheci durante a graduação e a pós-graduação, cuja ligação ao mundo acadêmico foram fonte de orgulho e inspiração para mim, uma vez que em minha família não há referência nesse campo, sendo eu a primeira a cursar *Stricto Sensu*, o que torna essa jornada ainda mais significativa para mim.

À Universidade Federal do Pará me proporcionou, através dos grupos de pesquisas, conhecer profissionais incríveis, que levarei comigo na jornada que me resta! Foram eles que me fizeram acreditar que o Mestrado e o Doutorado eram possíveis, que a educação vale a pena e tornaram possível o entendimento de que o caminho nem sempre será fácil, que são muitos os desafios, todavia é possível acreditar em um futuro melhor, mediante a formação acadêmica.

Neste trabalho, os agradecimentos são especiais, pois há professores que fazem, realmente, parte na minha história, os quais mantereí no meu coração para sempre. Seguem alguns deles a quem presto agradecimento pela grande contribuição na minha trajetória acadêmica.

Em especial, agradeço à professora Dr.^a Maria Natalina Mendes Freitas, professora da UFPA – Bragança. Eu a conheci quando ela ainda cursava mestrado e eu, aluna da graduação, na iniciação científica. À época, ela era subcoordenadora do Grupo de pesquisa GEPERUAZ/UFPA, no qual realizava um brilhante trabalho. Ela sempre foi e será a minha grande mestra, admiro sua história de vida, seu amor pela educação, sua militância na carreira acadêmica. Sou grata pelo cuidado que tem por mim até hoje.

Ao professor Dr. Salomão Hage, que me proporcionou participar, pela primeira vez na graduação, de um grupo de pesquisa, o GEPERUAZ. Conheci tantas pessoas maravilhosas, tantas histórias de luta e de sucesso. Foi através dessas pessoas que eu percebi que ter nascido pobre, em uma família de avós analfabetos, pais que não cursaram o ensino superior, não constituía impedimento para sonhar alto, que era possível, sem nem saber como seria financeiramente, seguir em frente, na graduação e pós-graduação.

À Professora Dr.^a Ivanilde Apoluceno (UEPA). No EDUCamazônia, foi coordenadora pela UEPA e participou na minha banca no Mestrado. Intelectual incrível, que traz consigo toda amorosidade que possa existir no mundo.

À professora Dr.^a Sônia Araújo, minha orientadora no Mestrado, uma intelectual extraordinária que, com seu jeito sério e sereno, fez-me enxergar novas possibilidades de pesquisas, abrindo-me a mente a novas teorias.

Ao Professor Dr. Cesar Castro, meu orientador no Doutorado! Uma pessoa paciente, amorosa e um intelectual deslumbrante, que trata a todos com amor e gentileza. Sou grata a Deus por tê-lo colocado em meu caminho.

À professora Dr.^a Laura Alves, que acabou sendo uma mãe na Pós-graduação, possibilitando-me realizar os estágios docentes e os estudos nas disciplinas do doutorado. Uma grande conselheira em muitos momentos. O Doutorado me possibilitou conviver e descobrir o quão incrível ela é, a sua alegria é contagiante.

Ao professor Dr. Samuel Velásquez, minha eterna admiração. A cada encontro fui descobrindo o ser humano maravilhoso que ele é. Foram muitos momentos de aprendizagens e, em cada um deles, eu saía mais confusa, mas mais desafiada a buscar respostas e conhecimento. Intelectual brilhante, ele me ajudou muito no processo. A ele, minha eterna gratidão.

Aos membros da banca Prof. Dr. Antônio de Pádua de Carvalho Lopes e Prof.^a Dr.^a Delcineide Segadilha, por ter aceitado o convite para participar da minha banca examinadora.

Ao meu amigo, o professor Dr. Sergio Corrêa. Uma pessoa que sempre foi inspiração para que eu continue a acreditar que a educação é um caminho honesto e transformador de vidas.

A minha amiga Mayara Sena, atualmente, doutoranda do PPGED e professora da UFPA/Abaetetuba, exemplo de jovem guerreira, dedicada em tudo que faz, uma grande inspiração da nova geração! Ela, ainda no mestrado e eu doutorado, cursamos juntas as disciplinas, estágio docente e organizamos eventos acadêmicos. No percurso, sonhávamos com um futuro melhor, o que nos proporcionou muitos momentos de apoio mútuo.

A minha amiga Dalva, sempre gentil e humana. Amiga da jornada do Doutorado. Isso tornou mais amena a caminhada!

Ao meu amigo, Pedro Ewerton, por me ouvir durante minha jornada de doutorado e por seus conselhos.

Ao meu amigo de longa data, Prof. Dr. Rogério Freitas, cuja amizade e orientação foram inestimáveis ao longo da minha jornada. Sua sabedoria e apoio

contínuo têm sido fundamentais para mim. Obrigada por sempre acreditar que eu poderia chegar mais longe na vida acadêmica.

Ao Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras – NEDHEL, por ter me possibilitado muitos momentos de aprendizagens.

RESUMO

Esta pesquisa trata da instrução pública na Província do Grão-Pará, antes, durante e após a Cabanagem no período de 1830 e 1845 e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, na Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Sociedade. Como problemática, procuramos analisar como a Instrução Pública se desenvolveu no contexto sociopolítico da Cabanagem, entre 1830 e 1845, abrangendo a análise dos períodos anteriores, concomitantes e subsequentes ao conflito. As questões norteadoras buscaram: a) investigar como a configuração da Cabanagem impactou a organização da Instrução Pública entre 1830 e 1840; b) analisar a conjuntura educacional durante a Cabanagem; c) identificar os discursos sociais e as transformações na Instrução Pública nos primeiros cinco anos após a Cabanagem. O objetivo geral analisou como a Instrução Pública se organizou na Província do Grão-Pará em meio ao conflito da Cabanagem, de 1830 a 1845, análise do antes, durante e depois da Cabanagem. Os objetivos específicos incluíram: a) descrever a configuração da Cabanagem e suas implicações na organização da Instrução Pública entre 1830 e 1840; b) analisar o estado da Instrução Pública durante a Cabanagem; c) identificar os discursos e mudanças ocorridas na Instrução Pública nos primeiros cinco anos após o fim da Cabanagem, de 1841 a 1845. Metodologicamente, a pesquisa utilizou-se da História Cultural, permitindo uma análise dos fatos históricos, das representações e das práticas através da história do objeto e da materialidade, bem como da história das configurações sociais. As fontes utilizadas consistiram em jornais, legislações Imperiais e Provinciais e relatórios dos Presidentes Provinciais do Grão-Pará. A análise revelou que a Província do Grão-Pará, no início da década de 1830, durante o auge da Cabanagem, e posteriormente, passou por um processo de estruturação da Instrução Pública enfrentando desafios como a contratação de professores, métodos de ensino, legislações e resoluções para a Instrução Pública e a implementação do ensino secundário. Apesar do período de guerra e incertezas, a Instrução Pública não foi completamente paralisada nem sofreu impactos significativos. As dificuldades relatadas nas fontes eram semelhantes antes, durante e após a Cabanagem, com poucas variações no número de escolas criadas, permanecendo as dificuldades na contratação de professores, a aplicação do método mútuo de ensino e falta de estruturas das escolas. Concluímos defendendo a tese de que, apesar dos eventos da Cabanagem, a Instrução Pública na Província do Grão-Pará, no início da década de 1830 e nos períodos subsequentes, não ficou totalmente estagnada. Mesmo diante das adversidades impostas pela situação de guerra na província, foi possível identificar um movimento contínuo na área da Instrução pública durante o período estudado.

Palavras-Chave: Cabanagem; Instrução Pública; História da Educação.

ABSTRACT

This research addresses public instruction in the Province of Grão-Pará, before, during, and after the Cabanagem between 1830 and 1845 and is linked to the Graduate Program in Education at the Federal University of Pará, in the Research Line of Education, Culture, and Society. As a problem, we seek to analyze how Public Instruction developed in the sociopolitical context of the Cabanagem, between 1830 and 1845, encompassing the analysis of the periods preceding, concurrent, and subsequent to the conflict. The guiding questions aimed to: a) investigate how the configuration of the Cabanagem impacted the organization of Public Instruction between 1830 and 1840; b) analyze the educational context during the Cabanagem; c) identify the social discourses and transformations in Public Instruction in the first five years after the Cabanagem. The general objective was to analyze how Public Instruction was organized in the Province of Grão-Pará amid the conflict of the Cabanagem, from 1830 to 1845, with an analysis of the before, during, and after of the Cabanagem. The specific objectives included: a) to describe the configuration of the Cabanagem and its implications for the organization of Public Instruction between 1830 and 1840; b) to analyze the state of Public Instruction during the Cabanagem; c) to identify the discourses and changes that occurred in Public Instruction in the first five years after the end of the Cabanagem, from 1841 to 1845. Methodologically, the research employed Cultural History, allowing for an analysis of historical facts, representations, and practices through the history of the object and materiality, as well as the history of practices and social configurations. The sources used consisted of newspapers, Imperial and Provincial legislation, and reports from the Provincial Presidents of Grão-Pará. The analysis revealed that the Province of Grão-Pará, in the early 1830s, during the peak of the Cabanagem, underwent a process of structuring Public Instruction, facing challenges such as hiring teachers, teaching methods, legislations and resolutions for Public Instruction, and the implementation of secondary education. Despite the period of war and uncertainties, Public Instruction was not completely paralyzed nor did it suffer significant impacts. The difficulties reported in the sources were similar before, during, and after the Cabanagem, with few variations in the number of schools created, as the challenges in hiring teachers, the application of the mutual teaching method, and the lack of school infrastructure persisted. We conclude by defending the thesis that, despite the events of the Cabanagem, Public Instruction in the Province of Grão-Pará, in the early 1830s and in the subsequent periods, did not remain completely stagnant. Even in the face of the adversities imposed by the war situation in the province, it was possible to identify a continuous movement in the area of public education during the studied period.

Keywords: Cabanagem; Public Instruction; History of Education.

RESUMEN

Esta investigación trata sobre la instrucción pública en la Provincia del Grão-Pará, antes, durante y después de la Cabanagem en el período de 1830 a 1845 y está vinculado al Programa de Posgrado en Educación de la Universidad Federal de Pará, en la Línea de Investigación Educación, Cultura y Sociedad. Como problemática, buscamos analizar cómo se desarrolló la Instrucción Pública en el contexto sociopolítico de la Cabanagem, entre 1830 y 1845, abarcando el análisis de los períodos anteriores, concomitantes y posteriores al conflicto. As questões norteadoras buscaram: a) investigar como a configuração da Cabanagem impactou a organização da Instrução Pública entre 1830 e 1840; b) analisar a conjuntura educacional durante a Cabanagem; c) identificar os discursos sociais e as transformações na Instrução Pública nos primeiros cinco anos após a Cabanagem. O objetivo geral analisou como a Instrução Pública se organizou na Província do Grão-Pará em meio ao conflito da Cabanagem, de 1830 a 1845, análise do antes, durante e depois da Cabanagem. Los objetivos específicos incluyeron: a) describir la configuración de la Cabanagem y sus implicaciones en la organización de la Instrucción Pública entre 1830 y 1840; b) analizar el estado de la Instrucción Pública durante la Cabanagem; c) identificar los discursos y cambios ocurridos en la Instrucción Pública en los primeros cinco años después del final de la Cabanagem, de 1841 a 1845. Metodológicamente, la investigación se basó en la Historia Cultural, lo que permitió un análisis de los hechos históricos, de las representaciones y de las prácticas a través de la historia del objeto y de la materialidad, así como de la historia de las prácticas y de las configuraciones sociales. Las fuentes utilizadas consistieron en periódicos, legislaciones Imperiales y Provinciales y informes de los Presidentes Provinciales del Grão-Pará. El análisis reveló que la Provincia de Grão-Pará, a principios de la década de 1830, durante el apogeo de la Cabanagem, y posteriormente, atravesó un proceso de estructuración de la Instrucción Pública enfrentando desafíos como la contratación de profesores, métodos de enseñanza, legislaciones y resoluciones para la Instrucción Pública, y la implementación de la enseñanza secundaria. A pesar del período de guerra e incertidumbres, la Instrucción Pública no fue completamente paralizada ni sufrió impactos significativos. Las dificultades relatadas en las fuentes eran similares antes, durante y después de la Cabanagem, con pocas variaciones en el número de escuelas creadas, manteniéndose las dificultades en la contratación de profesores, la aplicación del método mutuo de enseñanza y la falta de estructuras de las escuelas. Concluimos defendiendo la tesis de que, a pesar de los eventos de la Cabanagem, la Instrucción Pública en la Provincia de Grão-Pará, a principios de la década de 1830 y en los períodos subsecuentes, no se quedó totalmente estancada. A pesar de las adversidades impuestas por la situación de guerra en la provincia, fue posible identificar un movimiento continuo en el área de la educación pública durante el período estudiado.

.

Palabras clave: Cabanagem; Instrucción Pública; Historia de la Educación.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Levantamento de Dissertações e Teses	25
Quadro 2 - Artigos publicados sobre a instrução no Pará no Oitocentos	26
Quadro 3 - Lista de Presidentes da Província (1830 a 1845)	42
Quadro 4 - Títulos dos Jornais Analisados	45
Quadro 5 - Exemplo de Análise dos Eixos da História Cultural nos Jornais	46
Quadro 6 - Legislações do Grão-Pará - Instrução Pública	48
Quadro 7 – Quadro de atestado de óbitos de cabanos	78
Quadro 8 - Número de cabanos falecidos	80
Quadro 9 - Revoltas no Período Regencial	88
Quadro 10 - Simultaneidade das Revoltas no Período Regencial	89
Quadro 11 – Subdivisão da Província do Grão-Pará em 1832	91
Quadro 12 - Reorganização da Província do Grão-Pará (julho de 1833)	95
Quadro 13 - Quantitativo de Habitantes da Província do Grão-Pará (1832)	96
Quadro 14 - Escolas de Primeiras Letras de Ensino Público Providas e Vagas	108
Quadro 15 - Escolas de Primeiras Letras na Província do Grão-Pará	109
Quadro 16 - Compêndios utilizados nas Primeiras Letras na Província	113
Quadro 17 - Cadeiras Públicas na Província do Grão-Pará (1832)	115
Quadro 18 – Estudantes na capital da província do Pará, Belém (1832)	115
Quadro 19 - Ordenados das cadeiras de Instrução Pública no Grão-Pará	121
Quadro 20 - Organização das Cadeiras de Instrução Pública (1835 a 1840)	123
Quadro 21 - Número de Habitantes (1840)	123
Quadro 22 – Organização das Cadeiras de Instrução Pública (1840)	126
Quadro 23 - Organização das aulas particulares em Belém (1840)	128
Quadro 24 - Leis provinciais instituídas no período de 1838 a 1840	128
Quadro 25 – Relação de anistiados	131
Quadro 26 – Estimativas de habitantes (1841 a 1845)	133
Quadro 27 – Embarcações comerciais que entravam e saíam do Grão-Pará	136
Quadro 28 - Embarcações - entradas e saídas no mês de outubro de 1845	138
Quadro 29 – Exportações	138
Quadro 30 - Embarcações e Portos do Grão-Pará	139
Quadro 31 - Relação numérica dos educandos e seus ofícios	143
Quadro 32 – lugares, ofícios e vencimento dos educandos	144

Quadro 33 – Número de funcionários e educandas (1841/1842)	148
Quadro 34 - Casa das Educandas (1841 a 1844)	152
Quadro 35 - Cadeiras Públicas e relação de professores e alunos	155
Quadro 36 – Aulas Particulares (1840)	158
Quadro 37 - Cadeiras Públicas e Particulares (1841)	159
Quadro 38 - Relação Demonstrativa das Escolas de Ensino (1842)	159
Quadro 39 - Demonstrativo de escolas particulares na cidade (1842)	161
Quadro 40 - Legislações para a Instrução Pública (1841-1843).....	162
Quadro 41 - Relação demonstrativa do estado do Liceu Paraense.....	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produtos comercializados, no Brasil, na década de 1820	56
Tabela 2 - Comparativos dos valores de exportações da província do Grão-Pará .	137

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Eixos de Análise da História Cultural.....	38
Figura 2 - Coleção de Decisão do Governo Imperial	50
Figura 3 - Mapa do Brasil – 1821	54
Figura 4 - Primeiro exemplar do primeiro Jornal do Grão-Pará, O Paraense.	62
Figura 5 - Atestado de óbito do Juiz de Paz, Felix Guedes.	69
Figura 6 - Expansão geográfica da Cabanagem	71
Figura 7 - Notícia da falta de tranquilidade pública na província do Grão-Pará	81
Figura 8 - Mapa de demarcação territorial.....	93
Figura 9 – Reorganização da Província do Grão-Pará em 1833	94
Figura 10 – Anúncio sobre a situação financeira do Grão-Pará	99
Figura 11 - Notícia sobre a falta de civilidade do povo do Grão-Pará.....	101
Figura 12 – Escolas de Primeiras Letras em Vilas, Freguesias, Lugares e Missões em 1832.....	111
Figura 13 - Localização das Escolas de Primeiras Letras no Grão-Pará (1840).....	127
Figura 14 - Produtos e preços de exportação	135

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
NEDHEL	Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPA	Universidade Federal do Pará
UEPA	Universidade Estadual do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	20
1.1 Início da trajetória	21
1.2 Problemática	22
1.3 Os Objetivos da Investigação	24
1.4 Revisão bibliográfica	24
1.5 Organização da estrutura da Tese	28
2 TEORIA, METODOLOGIA E FONTES	30
2.1 Base teórico-metodológica: Nova História e História Cultural	30
2.2 As Fontes.....	40
2.2.1 Os Relatórios da Província	41
2.2.2 Relatório da Assembleia Geral do Império.....	43
2.2.3 Jornais.....	43
2.2.4 A legislação da Instrução Pública do Grão-Pará.....	47
2.2.5 A Legislação do Império	49
2.2.6 Coleções das Decisões do Governo do Império	49
2.2.7 Arquivo Público do Pará	51
3 A CABANAGEM E O GRÃO-PARÁ.....	52
3.1 Cabanagem – influências históricas e revolucionárias anteriores ao conflito	52
3.1.1 Cabanagem – influências revolucionárias.....	57
3.1.2 Cabanagem – conflitos que antecederam a revolução	61
3.1.3 Implicações históricas da Independência do Brasil em 1822 e adesão do Grão-Pará.....	63
3.1.4 Presidentes Cabanos	72
3.1.5 Os Cabanos	75
3.2 Cabanagem: implicações sociais-políticas (Brasil e província)	80
3.2.1 Grão-Pará -Aspectos Geográfico-político da região (1831 a 1834)....	90

3.2.2 Relações políticas	96
4 A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO GRÃO-PARÁ	103
4.1 A instrução pública antes da cabanagem	103
4. 2 A Instrução Pública (1835 A 1840)	116
5 AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES SOCIAIS E A INFLUÊNCIA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO GRÃO-PARÁ PÓS-CABANAGEM	130
5.1 Nova configuração socioeconômica do Grão-Pará	130
5.2 Nova conjuntura sócio-política e impactos na Instrução Pública	140
5.2.1 Estabelecimento dos educandos ou aprendizes artífices.....	140
5.2.2 A Casa das Educandas	147
5. 2.3 Instrução Pública – Escolas de Primeiras Letras	153
5.2.4. O Liceu Paraense	164
5.2.5 Instrução Pós-Cabanagem – consequências.....	167
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS	174
ANEXO A - Proclamação de Posse do Presidente Cabano Francisco Pedro Vinagre	186
ANEXO B - Documentos do Presidente Cabano Eduardo Angelim	187
ANEXO C – Preços correntes dos gêneros importados exportados	188

1 INTRODUÇÃO

Durante a primeira metade do século XIX, diversas regiões brasileiras passaram por conflitos sociais,¹ em decorrência das diferenças ideológicas, do autoritarismo e da submissão de grupos políticos. De um lado, havia grupos dedicados à construção do Estado nacional brasileiro, que descreveram o período como caótico, desordenado, anárquico e turbulento; do lado oposto, havia quem defendesse a ideia de que os rebeldes traziam à tona os aspectos sociais dos conflitos como a resistência e a opressão da sociedade brasileira da época (Morel, 2003).

No Grão-Pará, nesse período, ocorreu a Cabanagem, um “[...] movimento político e social, com forte participação de caboclos, negros e índios, que ameaçaram a manutenção do poder imposto pelo governo à região” (Racci; Lima, 2015, p. 4). O Movimento é referido por diversos termos: movimento cabano, rebelião cabana, insurreição cabana, levante, revolução cabana; No entanto, optamos por utilizar o termo Cabanagem ao longo do trabalho.

No recorte temporal, aconteceram importantes marcos históricos para a Instrução Pública no Brasil e no Grão-Pará, apesar de constantes mudanças de líderes do governo imperial e dos presidentes da província local. Esses, juntamente com a Assembleia Legislativa Provincial, eram encarregados da elaboração da legislação vigente, bem como a da Instrução Pública.

A Instrução Pública no Brasil, durante o início do século XIX, estava centrada em noções básicas, tais como ler, escrever e contar, que passaram a ser direitos garantidos pela Lei de 15 de outubro de 1827. Essas noções deveriam ser exercidas nas escolas de Primeiras Letras, como afirma o Art. 1º da Lei, o qual determina que em “[...] todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias” (Brasil, 1827).

Na pesquisa, constatamos como isso se operacionalizou no Grão-Pará, uma vez que havia instabilidade social em decorrência da Cabanagem, durante anos anteriores e posteriores. Não obstante, enfatizamos que a cabanagem não será o

¹ Setembrada no Maranhão e Pernambuco (1831); Revolta da Cabanada em Pernambuco e Alagoas (1832 a 1835); Ruzgas no Mato Grosso (1834); Revolta do Malês em Salvador -Bahia (1835); A Cabanagem no Grão-Pará (1835 a 1840); Revolta dos Farrapos no Rio Grande do Sul (1835 a 1845); Sabinada na Bahia (1837 a 1838); Balaiada no Maranhão (1838 a 1841) (Morel, 2003; Lima Neto, s./d.).

tema central da pesquisa, e, sim, o período, para compreender como a Instrução pública se movimentou em meios aos fatos sociais instáveis que ocorreram na província, no período pesquisado.

Nesse contexto, a pesquisa tem por objeto de estudo a Instrução Pública na Província do Grão-Pará, sob contexto da Cabanagem, antes, durante e depois, principalmente entre os anos de 1835 e 1840. Esse período é denominado por Souza Junior (2022); Silveira (1994); Salles (1992), Di Paolo (1990), Rodrigues (2019), como o auge da Cabanagem, período em que os cabanos se legitimam como presidentes provinciais.

Para compreender melhor a organização da Instrução Pública durante o período da Cabanagem, um movimento que reconfigurou toda a esfera governamental nos aspectos econômicos, políticos e sociais, optamos por pesquisar cinco anos antes e cinco anos após.

1.1 Início da trajetória

O interesse pela presente temática decorreu da nossa experiência na Pesquisa em Educação, que sempre esteve voltada para os sujeitos amazônidas, pessoas de movimentos sociais do Arquipélago do Marajó, no Pará. Há anos, eles vêm reivindicando o reconhecimento de suas identidades a partir de suas culturas, relações com a natureza, pois se trata de homens e mulheres das águas e das florestas, quilombolas, pescadores, extrativistas e descendentes indígenas. São paraenses que, historicamente, lutam por melhorias na área da educação e por legislações que os valorizem.

É seguindo esse pensamento que o presente trabalho nos proporciona, em ordem pessoal, entender como essas pessoas foram vistas no passado e se elas tiveram ou não garantias educacionais. Desta forma, ao realizarmos reflexões sobre a História da Educação no Pará e da História dos Paraenses, enquanto construtores do processo educativo na região, ensejamos possibilitar a compreensão da história de garantias ou não de direitos à educação na região, em que contexto e qual propósito isso ocorreu.

Nessa perspectiva, faz-se imprescindível ressaltarmos que muitas questões que envolvem o direito à educação, elaboração das primeiras legislações educacionais, organização dos espaços educativos, a utilização de métodos de

ensino, começaram a ser difundidas no início do século XIX, no Império do Brasil e na Província do Grão-Pará.

Assim, reportar a pesquisa para esse período do século XIX possibilita novas reflexões sociais e educacionais, pois a maioria dessas questões relacionadas à Educação foram se constituindo lentamente no decorrer da história local. Ademais, o período estudado permitiu abrangências teórico-metodológicas, e possibilitou o acesso e análise de fontes documentais primárias que contam a história do território e das primeiras instituições educacionais, dentre as quais vale citar, como exemplos, a casa das educandas, Casa dos Educandos artífices e do Liceu Paraense.

No que tange ao interesse acadêmico, a pesquisa tem um significado relevante, pois acompanha várias fases da nossa vida acadêmica, que vem sendo construída na Universidade Federal do Pará (UFPA), uma instituição que possibilita, ao longo dos anos, muitas reflexões, diálogos com colegas, professores e grupos de pesquisas, desde a graduação em Pedagogia, Especialização em Docência do Ensino Superior, Mestrado em Educação e, agora, no Doutorado em Educação. O último, por sua vez, tem possibilitado maior entendimento a respeito da organização de Instituições e legislações que envolvem a Educação no Estado do Pará, uma vez que, a pesquisa tem a temporalidade no século XIX, época em que são instituídas as primeiras legislações para a educação no Estado e organização do ensino.

A Instrução Pública também foi um assunto aprofundado nas sessões de estudos do Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), coordenados pelos professores Doutores César Castro e Samuel Velasquez. Os encontros de estudos foram momentos importantes para aprofundar teorias, esclarecer dúvidas e apresentar as leituras selecionadas pelo grupo.

Dessa forma, acreditamos que nos aprofundarmos na História da Educação e na temática da Instrução Pública é indispensável a nossa formação acadêmica enquanto pesquisadora, uma vez que o debruçar sobre os fatos que deram a luz à evolução da Educação no Pará levanta a possibilidade de interpretar melhor os episódios históricos ainda pouco conhecidos.

1.2 Problemática

Como problema de pesquisa, partimos da seguinte questão central: como a Instrução Pública se desenvolveu no contexto sociopolítico da Cabanagem na

Província do Grão-Pará, no período de 1830 a 1845; análise do antes, durante e depois do conflito?

Cabe, assim, situarmos a conjuntura que fez emergir essa pergunta. Ao que tudo indica, na província do Grão-Pará, no período anterior a 1835, quando se instituiu o auge da Cabanagem, havia um quadro de precariedade do ensino formal, sobre o qual os próprios presidentes expressavam desânimo (Ricci; Lima, 2015). No entanto, nacionalmente, no mesmo período, foi sancionada a Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834, que, por sua vez, deliberava que as províncias poderiam elaborar leis e resoluções, fato que ocorreu na Província do Grão-Pará.

Para maior entendimento do objeto de investigação, questões norteadoras foram imprescindíveis. Primeiramente, buscamos responder à seguinte questão: como a configuração da Cabanagem teve implicações na organização da Instrução Pública no período de 1830 a 1840? Nesse mister, o objetivo foi investigar como a Instrução se organizou a partir das legislações e deliberações dos presidentes provinciais sobre Instrução estabelecidas no período de 1830 a 1834.

Com relação à segunda questão, indagamos: qual a conjuntura educacional durante a Cabanagem? Isso porque a combinação de fatores que desencadeou esse movimento de revolta popular acabou por repercutir na Instrução Pública, como respostas do governo regencial na tentativa de controlar movimentos sociais e promover a instrução como fator de desenvolvimento. Com base nessa análise, identificamos os avanços, retrocessos e dificuldades no exercício da Instrução Pública. Isso implicou saber: quantas escolas de Primeiras Letras existiam e quais as localizações geográficas? Quais os métodos de ensino? Como eram contratados os professores? Quais materiais didáticos eram utilizados? Como eram feitos os registros pelos presidentes da província na época?

A última questão norteadora indagava: quais discursos sociais e quais mudanças ocorreram na Instrução Pública, nos primeiros cinco anos, após término da Cabanagem? Com base nessa questão, e com vistas a elucidarmos o contexto das reestruturações na instrução Pública após ser deflagrado o fim da Cabanagem, buscamos identificar os discursos dos presidentes provinciais, que visavam convencer e persuadir o povo da importância da Instrução como motor de desenvolvimento, as novas legislações para a Instrução, a criação de novas escolas e como se procedia à contratação de professores.

1.3 Os Objetivos da Investigação

Tendo em mente que as relações sociais, políticas e educacionais estão correlacionadas, definimos como objetivo geral desta pesquisa:

Analisar como a Instrução Pública se organizou na Província do Grão-Pará em meio ao conflito da Cabanagem, período de 1830 a 1845, antes, durante e depois do conflito.

Para auxiliar na investigação, estabelecemos como objetivos específicos:

a) Descrever a configuração da Cabanagem e as implicações na organização da Instrução Pública no período de 1830 a 1840.

b) Analisar o estado da Instrução Pública durante a Cabanagem.

c) Identificar os discursos e as mudanças ocorridas na Instrução Pública nos primeiros cinco anos após o fim da Cabanagem, de 1841 a 1845.

1.4 Revisão bibliográfica

Para delimitar a pesquisa a partir da temporalidade, foram realizados levantamentos nos bancos de dados dos Programas de Pós-Graduação em Educação e bibliotecas de Universidades Federais² das cinco regiões do Brasil: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, bem como das três Universidades Estaduais³, que possuem dissertações e teses defendidas na região Norte. Foram pesquisadas duas temáticas relacionadas: Instrução Pública no Grão-Pará e Cabanagem, mas, como resultado, observamos que não houve teses e dissertações que desenvolveram as temáticas conjuntamente.

Também foram realizadas buscas por produções acadêmicas no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

² Universidades Federais: Região Norte: Universidade Federal do Amazonas, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Oeste do Pará, Universidade Federal do Acre, Universidade Federal de Roraima, Universidade Federal de Rondônia, Universidade Federal do Amapá, Universidade Federal do Tocantins. Região Nordeste: Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Região Centro-Oeste: Universidade Federal do Mato Grosso, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal de Goiás, Universidade Brasília. Sudeste: Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal de São Paulo, Região Sul: Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ Universidades Estaduais da Região Norte: Universidade do Estado do Pará, Universidade Estadual de Roraima, Universidade Estadual de Manaus.

Das pesquisas, encontramos, 7 artigos, 3 teses e 6 dissertações (Quadro 1 - teses e dissertações; Quadro 2 - artigos).

Quadro 1 – Levantamento de Dissertações e Teses

DISSERTAÇÕES E TESES QUE TÊM AFINIDADES COM A PROPOSTA DA TESE			
Autor	Título	Dissertações e Teses	Repositório das Instituições
DERCIO, Pena Duarte	Ordem, civilização e ciência: o ideário liberal na instrução pública da província do Grão-Pará (1841-1871).	Tese	Universidade Federal de Campinas - Unicamp
FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro de Souza Avelino	Raízes históricas do ensino secundário público na província do Grão-Pará o Liceu Paraense 1840-1889.	Dissertação	Universidade Estadual de Campinas - Unicamp
FREITAS, Rhana Beatriz Maia de	A Cabanagem em Cametá (1835-1840): outros olhares e novas abordagens nos discursos e conteúdos escolares.	Dissertação	Universidade Federal do Pará/ Campus de Cametá.
OLIVEIRA, Sidney Augusto Canto.	Instrução pública no Baixo Amazonas e Tapajós: dificuldades e desafios das primeiras escolas no império.	Dissertação	Universidade Federal do Oeste do Pará /UFOPA.
MATOS, Duci Alves de	A organização da instrução pública na província do Grão-Pará nas duas primeiras décadas da descentralização (1834–1854).	Dissertação	Universidade Federal do Oeste do Pará / UFOPA.
SOUSA, Marlucy do socorro Aragão de	O mobiliário escolar na instrução pública primária do Pará na primeira república: entre as vitrines do progresso” e o “estado de ruínas.	Tese	Universidade Federal do Pará (PPGED)
NERY, Vitor Sousa Cunha	Instrução pública primária na província do Pará na década de 1870.	Dissertação	Universidade Estadual do Pará -UEPA
NERY, Vitor Sousa Cunha	Colonialidade pedagógica na instrução pública primária da comarca de Macapá (1840 –1889)	Tese	Universidade Federal do Pará (PPGED)
COSTA, Maria Goretti Cordeiro da	Instrução pública brasileira: a administração escolar na província do amazonas no período imperial (1852–1889).	Dissertação	UNIR Rondônia

Fonte: elaboração própria (2025)

Quadro 2 - Artigos publicados sobre a instrução no Pará no Oitocentos

REVISTAS ARTIGOS LEVANTADOS		
Autor	Título	Acesso
RICCI Magda, LIMA Luciano Demetrius Barbosa.	Letrados da Amazônia Imperial e saberes das populações analfabetas durante a Revolução Cabana (1835 -1840).	Revista Brasileira de Educação Rev. Bras. Educ. 20 (63), Out/Dez, 2015
MACHADO, André Roberto de A.	As Interpretações dos Contemporâneos Sobre as Causas da Cabanagem e o Papel do Parlamento.	Revista de História Rev. Hist. São Paulo) (175, Jul/Dez, 2016
RICCI, Magda.	Cabanagem, Cidadania e Identidade Revolucionária: O Problema do Patriotismo Na Amazônia Entre 1835 e 1840	Revista Tempo 11 (22), 2007
NETO, José Maia Bezerra.	O Cotidiano mais do que Perfeito: Instrução e Sociabilidades Femininas Sob Vigília no recolhimento das Educandas (Belém / Grão-Pará, 1840)	Revista HISTEDBR Campinas, nº 62, p.98-120, mai, 2015
ARAUJO, Sônia Maria da Silva.	A Independência Perdida: Reflexões sobre Educação e Movimento Cabano No Grão-Pará da América Portuguesa (1755 -1840)	Revista História da Educação, 2021, v. 25
RODRIGUES, Denise Simões.	O Discurso dos Vencedores: Plano para a Educação no Período Pós-Cabanagem na Amazônia Paraense.	Revista COCAR, Belém, v.10, n.20, p. 255 a 273 – Ago/Dez. 2016
SANTOS, Anderson e DAMASCENO, Alberto	A Instrução Pública No Grão-Pará Imperial: Os Relatórios dos Presidentes e as Contradições de um Modelo Elitista.	Rev. Tempos Espaços Educ. São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 12, n. 30, p. 65-88, jul./set. 2019

Fonte: elaboração própria (2025)

Por existirem poucas teses e dissertações, reputamos necessário pesquisar artigos para compreendermos a abrangência da temática proposta, mas, levando em consideração e para maior compreensão da delimitação da tese em questão, apresentaremos as abordagens das dissertações e teses.

Freitas (2022), em sua dissertação, intitulada *A Cabanagem em Cametá (1835-1840): outros olhares e novas abordagens nos discursos e conteúdos escolares*, apresenta como objetivo, a análise da produção e reprodução de textos e imagens relacionados ao tema da Cabanagem nos livros didáticos e paradidáticos, analisando o modo como o conteúdo é trabalhado pelos professores nas escolas de Ensino Fundamental da cidade de Cametá (Pará). Como podemos observar, a autora se detém apenas nos cinco anos do auge da Cabanagem, centrando-se em questões metodológicas dos professores ao trabalharem o assunto com os alunos.

Duarte (2016), em sua tese *Ordem, civilização e ciência: o ideário liberal na Instrução Pública da Província do Grão-Pará (1841-1871)*, estabeleceu como objetivo

compreender, através dos discursos de políticos e intelectuais, como a Instrução Pública foi tratada como um instrumento de civilização no Grão-Pará entre 1841 e 1871.

França (1997), na dissertação *Raízes históricas do ensino secundário público na província do Grão-Pará: o Liceu Paraense 1840-1889*, investigou o processo de criação e desenvolvimento do ensino secundário público na Província do Grão-Pará, na segunda metade do século XIX. Estudo centrado no Liceu Paraense, único estabelecimento público de instrução secundária da Província no período.

Matos (2022) apresenta a dissertação *A organização da Instrução Pública na província do Grão-Pará nas duas primeiras décadas da descentralização (1834 - 1854)*, defendida pela Universidade Federal Oeste do Pará (UFOPA). O trabalho considera o caráter da economia brasileira, agrário exportador, baseado no uso do trabalho escravo, assim como as particularidades apresentadas pela Província do Grão-Pará, como responsáveis pelo modo como a Instrução Pública foi vista e organizada. A base teórica e metodológica adotada é o Materialismo Histórico-Dialético e seu entendimento do processo histórico, ancorado nas contradições e nas lutas de classe e na pedagogia histórico-crítica.

Oliveira (2021), em sua dissertação *Instrução Pública no Baixo Amazonas e Tapajós: dificuldades e desafios das primeiras escolas no império*, trata da Instrução Pública no período do Império de 1827 a 1889, especificamente sobre as primeiras escolas públicas. Objetiva conhecer a história de sua implantação na região do Baixo Amazonas e Tapajós, bem como as dificuldades e desafios existentes nesse processo.

Tal como exposto nos resumos, foi possível perceber que as temáticas Cabanagem e Instrução Pública em dissertações e teses são trabalhadas de formas distintas. Em relação aos trabalhos levantados que abordam a Instrução Pública, a maioria pesquisou a partir de 1840, chegando a mencionar a Cabanagem, mas sem maiores aprofundamentos.

Daí, optamos por fazer o estudo da relação entre a Instrução Pública e a Cabanagem por considerar que esse seria o diferencial para a tese proposta. Mas, durante a pesquisa, ao levantarmos a documentação sobre instrução pública do período proposto, no arquivo público do Pará e em bibliotecas, constatamos que há poucos documentos sobre o assunto. Não obstante, investigamos, a princípio, se existia um movimento de Instrução pública dos próprios cabanos, uma vez que eles

foram presidentes provinciais em determinados momentos, nos anos de 1835 e 1836, mas não há documentos catalogados. Por essa razão, a pesquisa focou na organização da instrução no contexto da Cabanagem, antes, durante e após o conflito.

Ademais, destacamos que o acervo do Arquivo Público do Pará contém muitos documentos do século XIX que estão deteriorados e indisponíveis para pesquisa. Isso resulta em uma escassez de fontes sobre a Instrução Pública nesse período, o que se constitui um dos desafios na construção do nosso objeto de estudo.

Assim, a partir do exposto pretendemos investigar a Tese: Em que medida os eventos da Cabanagem impactaram a continuidade da Instrução Pública na Província do Grão-Pará entre os anos 1830 e os períodos subsequentes? É possível identificar sinais de paralização ou progresso educacional, na província do Grão-Pará, mesmo diante das adversidades impostas pela cabanagem?

1.5 Organização da estrutura da Tese

O texto de Tese apresenta a seguinte estrutura: Introdução, seções 2, 3, 4, 5 e Considerações Finais. A Introdução considerada a primeira seção, apresenta a justificativa, a temática da pesquisa, os objetivos, as questões norteadoras, a revisão bibliográfica e a organização da estrutura da tese.

A segunda seção apresenta as questões teóricas, metodológicas a Nova história e a História Cultural. Além disso, apresenta as fontes levantadas e utilizadas na pesquisa a exemplos dos jornais, relatórios imperiais e provinciais do Grão-Pará, legislações e códigos do arquivo Público do Pará.

Na terceira seção, apresentamos o contexto histórico da Cabanagem e as implicações na organização da Instrução Pública. No entanto, esclarecemos que a Cabanagem insere-se em um contexto mais amplo, dentro da estrutura social do início de 1800 no Brasil, caracterizado por revoluções ocorridas durante o Período Regencial. Para maior entendimento, demonstramos, através da materialidade das fontes, a situação política e social da província através de mapas, ofícios, jornais, códigos, a situação da Instrução Pública, além de apresentar quem foram os cabanos e seus presidentes. Ainda como fonte, foi utilizado, também, o *Ensaio Corográfico sobre a Província do Grão-Pará*, de autoria de Antônio Ladislau Monteiro Baena (2004). Tendo sido elaborada por uma comissão de cinco pessoas, a obra foi

encomendada em 1832 pelo presidente provincial da época para traçar estatísticas da província, dentre os assuntos, a Instrução Pública.

Na quarta seção, a organização da Instrução Pública de 1830 a 1840. Nela, analisamos se houve progressos, retrocessos e dificuldades no exercício da Instrução Pública, além dos discursos para o avanço da instrução. Com base nas fontes, foram elaborados quadros e mapa sobre a Instrução Pública na província, levantado o número de escolas de Primeiras Letras existentes na província, no período e a localização geográfica, os métodos de ensino propostos pelas leis, sua eficiência na rotina escolar, a forma de contratação de professores, a disponibilidade de material didático e os registros feitos pelos presidentes da província naquela época.

Na quinta seção, tratamos da pós-cabanagem, abordando as seguintes aspectos: o cenário socioeconômico do Grão-Pará que influenciou a anistia aos cabanos; as relações na província refletidas na Instrução pública; a importância social da casa das educandas; os aprendizes artífices e seu papel na nova configuração da província; as preocupações dos presidentes provinciais por melhoria da instrução pública nas escolas de primeiras letras, número de vagas para alunos, a criação do Liceu Paraense, que foi criado para atender ensino o secundário na província.

Por sua vez, as considerações finais retomam de forma analítica e sintética os pontos importantes do trabalho. E, apesar da instabilidade social na primeira metade do século XIX no Grão-Pará, foi possível constatar que a instrução pública manteve uma regularidade no funcionamento das escolas de primeiras letras, assim como a importância social das outras instituições que exerciam instrução pública na província.

2 TEORIA, METODOLOGIA E FONTES

Nesta seção, apresentamos o percurso teórico-metodológico da pesquisa, que ilustra as escolhas que realizamos para a análise dos resultados encontrados, os caminhos que percorremos, assim como as formas e instrumentos com que buscamos desvelar as questões que nos propusemos a responder.

Nosso objeto de estudo incorre justamente nisso, na análise dos efeitos produzidos por um movimento ocorrido em uma determinada época e que, sob a perspectiva dos responsáveis pelas tomadas de decisão, quase sempre, justificavam-se por motivos antagônicos aos daqueles que necessitavam da Instrução Pública, especialmente as camadas populares. As relações que se estabeleceram e os resultados disso não podem passar despercebidos nem o que os causou.

O fato é que nos textos analisados estão impressas as visões de mundo, as concepções de Instrução e as representações e, sobretudo, as intenções subjacentes às decisões, que repercutiram na legislação que regulava a Instrução. Os relatórios, as leis, os pronunciamentos em jornais, tudo isso nos permitiu adentrar a realidade do Brasil, desvelando os meandros da política educacional à época.

2.1 Base teórico-metodológica: Nova História e História Cultural

Para Le Goff (1990), a Nova História possibilita ao pesquisador utilizar novos métodos, novas metodologia de pesquisas, reencontrar novos problemas, realizar novos tratamentos das fontes documentais, fontes estatísticas, amostragens, análise de práticas, tratamento quantitativos de dados, regiões e períodos. A expressão *Nouvelle Histoire* tornou-se a marca registrada mais específica da terceira geração de historiadores franceses que, a partir dos anos de 1970, assumiram a direção da revista dos *Annales*⁴, fundada em 1929 por Lucien Febvre e Marc Bloch (Barros, 2012).

Ressaltamos que, com os *Annales*, iniciava-se uma nova forma de pensar e escrever a história, uma história problematizada e não mais história tradicional política, documental e serial. “Lucien Febvre convida o historiador a inspirar-se nos problemas colocados pelo tempo presente, no qual ele vive, pensa e escreve” (Febvre, 1953 *apud*

⁴ O Movimento dos Annales, dividido em três gerações, contribuiu significativamente para pensar e repensar as relações sociais na história. Segundo Dosse (1992), os Annales é um discurso de ruptura com a história tradicional, inovando e constituindo uma revolução historiográfica. Com o novo movimento historiográfico, historiadores começaram a evidenciar novos assuntos que viviam de forma marginal, como exemplo temos a questão feminista (Febvre, 1953 *apud* Dosse, 1992).

Dosse, 1992, p. 67). Ademais, a Escola dos Annales também volta seu olhar para o cultural e para o simbólico, como enfatiza Pesavento (2014, p. 23),

Escola dos Annales levava sua linha social a uma reorientação temática que se estendia para o âmbito do cultural, com o que se chamou a história das mentalidades. Já desde a primeira geração de historiadores dos Annales, Lucien Febvre havia demonstrado preocupação com os domínios do simbólico, chamando a atenção para as atitudes mentais que se constituíam para além das determinações do consciente e do racional, para além dos circuitos da ideologia e da classe de uma análise marxista, mas essa postura havia sido, com a segunda geração de historiadores da escola, ultrapassada pelo predomínio do enfoque econômico/social, tendência esta liderada pelos estudos de Fernand Braudel. Foi preciso chegar até a terceira geração dos Annales, com Pierre Goubert e Emanuel Le Roy Ladurie, para que as atitudes mentais e as elaborações do espírito passassem a ser objeto do historiador. Com o ressurgimento das mentalidades, o nível cultural passou a ser entendido como uma forma de determinação primária da sociedade.

Neste sentido, o cultural e a cultura pode ser entendida a partir de Roche (1998) que apresenta em seu texto *Uma Declinação das Luzes* a concepção de história das culturas, especialmente na transição das décadas de 1950 para as de 1980 e 1990, quando as concepções de cultura começaram a ser analisadas a partir de práticas. Historicamente, segundo o autor, a palavra "cultura" teve diversos significados. Para franceses e ingleses, estava relacionada à posse de interculturalidade e saberes; para os alemães, representava toda a civilização, um conjunto de práticas culturais. A palavra também foi vinculada a perspectivas antropológicas.

Importante ressaltarmos que as observações de Roche (1998) nos levam a analisar a relação cultural da província do Grão-Pará no início do século XIX, no que se refere à organização da instrução pública local, pois esta estava intimamente ligada ao contexto cultural da época, que valorizava mais o intelecto do que a prática, enfatizando trajetórias e hábitos adquiridos ao pensar a instrução pública. Por isso, é relevante considerarmos que

A palavra cultura continua a ser um vocábulo e de armadilha, cujo emprego nada resolve se não se considerarem as maneiras como se relaciona - o cultural - com outra coisa, com os grupos sociais; inscreve-se então numa compreensão mais ampla das dinâmicas identitárias e de hierarquia das sociedades, em territórios e conjuntos geográficos historicamente constituído (Roche, 1998, p. 25).

Destacamos, ainda, que Roche (1998), por se considerar um empirista, preocupava-se em estudar a história social das culturas. Em razão disso, ele apresenta Lévi-Strauss como exemplo de historiador que conseguiu olhar o cultural de outra forma, avançando da história econômica para a história das culturas. Esta, segundo ele, voltada para as trocas entre indivíduos, grupos, sociedades, espaços e

que interroga o sistema social, no qual há a possibilidade de transformação, logo, apresenta a noção de apropriação ou de interferência temporal. Apropriação que pode ser analisada como categoria analítica na história cultural.

Assim, a cultura, o paradigma da Nova história, das Escolas dos Annales, apresenta uma nova forma de pesquisar o social, valorizando a consciência de classe, a coletividade; novos princípios, ligados às dinâmicas sociais, possíveis de analisar a estrutura social, conjuntura, espaços, temporalidade e rupturas que tratam da evolução de uma geração de intelectuais⁵ (Roche, 1998).

Na realidade, as declarações de Roche (1998) nos permitem ponderar acerca do século XIX e do Grão-Pará como uma estrutura de análise abrangente, que considera toda a conjuntura social entre os líderes políticos imperiais, provinciais e a Cabanagem. Este contexto cultural valorizava o intelecto e interesses políticos hierárquicos. Em particular, os cabanos eram mais voltados para concepções coletivas e lutavam pelo reconhecimento de sua identidade e por representatividade de origem local. Assim, aspiravam à ruptura do sistema político vigente no início do século XIX, no Grão-Pará, período em que os cabanos assumiram o comando da província.

Ademais, paralelamente à organização da Instrução Pública na região e à cabanagem, estava implícita a História da consciência de classe, com seus sentidos, valores e maneira de enxergar o social. Roche (1998) sugere que essas questões podem ser analisadas, atualmente, a partir de documentos de arquivos, textos manuscritos, livros, compreensão dos gestos, dos saberes, das crenças, que representam o consumo cultural.

Nesse sentido, Roche (1998) esclarece que, para entender a história da consciência de classe, foi necessário compreender a história social da cultura, que envolve o estudo dos grupos sociais, além da história das ideias. Assim, o autor afirma:

[...] sem dúvida a ele que devo o ter posto o dedo numa engrenagem que jamais nos abandona: da investigação viva e que solta do objeto para o objeto, animada pela curiosidade intelectual pela simpatia das diferenças, pela tolerância no debate, pela determinação do conhecer. Labrousse, ao

⁵ Trata-se de um grupo de historiadores formados nas escolas e universidades a surgir à segunda guerra mundial e antes dos anos sessenta, quanto ao modelo da Nova História, ou ainda do que se designa não sem aproximação, à falta de melhor, pelo termo de Ecoledes Annales, não havia adquirido a forma universal que se conhece (Roche, 1998, p. 27).

iniciar toda uma geração na história econômica e social, tornava os Annales vivos (Roche, 1998, p. 30).

Outro ponto importante enfatizado por Roche (1998) é quanto à importância dos estudos que envolvem a coletividade e na história da cultura. De acordo com o autor, “[...] trata-se de estudar comportamentos coletivos, sensibilidades, imaginações, gestos a partir de objetos precisos, tais como livros, ou de instâncias, como as instituições de sociabilidade” (Roche, 1998, p. 34). Logo, diz respeito a questões que saem do eixo da valorização das grandes narrativas históricas, de antigas concepções de fatos, de vestígios escritos, para uma análise mais ampla, que envolve mobilização conjunta e utiliza e valoriza diferentes fatores, ao analisar fatos.

Assim, no decorrer dessas transformações de concepções, a História Cultural passou a ter um papel importante, pois é possível ver as representações, as práticas e apropriações como elemento de análise. A história deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido intrínseco, absoluto e único, que discute as práticas e as representações em relação à significação do mundo, envolvendo o repensar, completamente, a relação tradicionalmente postulada entre o social, identificado com um real bem real, existindo por si próprio (Chartier, 1990). Assim a História Cultural passa a ser uma representação que resgata representações,

Isso fará da História também uma narrativa de representação do passado, que formula versões – compreensíveis, plausíveis, verossímeis – sobre experiências que se passam por fora do vivido. A História Cultural se torna, assim, uma representação que resgata representações, que se incumbe de construir uma representação sobre o já representado (Pesavento, 1994, p. 43).

Esta perspectiva nos permite analisar o local da pesquisa, bem como seu entrelaçamento, no contexto da História da Educação e da organização da Instrução Pública no Grão-Pará, em relação ao movimento da Cabanagem. Isso implicou a análise das relações sociais da época e o impacto no desenvolvimento da Instrução Pública.

No âmbito dessas relações, é importante destacarmos que consideramos a Cabanagem como uma “[...] clara demonstração da possibilidade de fazer ouvir as vozes populares e de inverter a hierarquia social; foi um movimento que expressou as insatisfações sociais sofridas pelas pessoas menos favorecidas” (Souza Junior, 2022, p. 123). Esse era um fato que vinha ocorrendo, principalmente, a partir de 1821, quando uma parcela populacional do Grão-Pará lutava pelos ideários da

independência do Brasil, enquanto outra parcela se mostrava contra. Assim, o contexto, no território local, demonstrava que havia embates entre a elite tradicional portuguesa e a elite recente, formada por brasileiros.

Ressaltamos, também, que as tensões sociais se agravaram com a abdicação de D. Pedro I ao poder, em 1831. A partir de então, o Brasil passou por períodos de rebeliões e inconstâncias. Com o intuito de organizar a estrutura governamental daquela época, foi instituído o Ato Adicional de 1834 que teve implicações na Instrução Pública nas Províncias. Souza (2013) afirma que houve a descentralização da instrução entre a União e os Estados, o que se deu de forma legal através do Ato, que alterou a Constituição Federal.

Por sua vez, o Ato Adicional legitimou autonomia para as províncias, a fim de que a Assembleia Legislativa pudesse elaborar as suas próprias leis, determinando que a Instrução Pública deveria ser promovida pelas províncias em espaços próprios, excluindo as faculdades de Medicina e os cursos jurídicos, pois estes caberiam à União, cuja participação mais ampla fazia-se necessária, conjuntamente com os Estados, para tratar da erradicação do analfabetismo.

Nesse contexto, percebemos que havia dualidade entre União e Estados, no Período Imperial do século XIX e início do século XX do Período Republicano. Também havia centralização da União, diretamente, sobre o ensino superior e, indiretamente, sobre o ensino secundária, e dos Estados, com o ensino primária e secundária. Para Souza (2013), a descentralização da Instrução Pública ainda perdurou com a Constituição Republicana de 1891, no que tange à autonomia de cada estado em legislar e organizar os aparelhos da Instituição Pública. Assim, reforçamos que, até o término da primeira república, cada Estado continuou a elaborar e executar sua política de educação primária com os próprios recursos, condições materiais e humanas sem o auxílio ou colaboração do Governo Federal (Souza, 2013).

O fato é que as tensões sociais ocorridas na província geraram implicações, pois, segundo França (1997), a regulamentação da instrução primária e secundária foi efetivada em 1841, após mais de dez anos da criação da Lei geral da Instrução Pública em 1827, e sete anos de vigência do Ato Adicional de 1834, passando-se vários anos até efetivação legal da Instrução Pública na província do Grão-Pará.

Indiscutivelmente, a Instrução Pública, no período da pesquisa, ocorreu de forma complexa, envolvendo diversas singularidades, tais como sujeitos, espaços,

tempos, objetos, saberes e práticas. Tal assertiva é corroborada por Veiga (2007, p.10):

[...] existem muitas formas de educação, e a escola não seria o único lugar em que ela se processa, e as diferenças perpassam por diversidades culturais e históricas em cada um dos elementos identificadores da educação nas várias sociedades.

Isso significa, principalmente, que as singularidades podem ser integradas em um determinado contexto histórico que envolve vários fatores, dentre eles: o crescente processo de expansão da escolarização para a organização e evolução do Estado Moderno; o desenvolvimento da ciência e as mudanças de comportamento humano, rumo a um comportamento civilizado (Veiga, 2007). Em suma, a sociedade sempre esteve em constante mudanças com implicações nas atitudes e na vida dos sujeitos históricos.

Em face disso, para melhor compreender o contexto histórico proposto, a partir na Nova História, a História Cultural foi utilizada como metodologia, por ser possível utilizar como elementos de análise as representações (a ser enfatizada com prioridade na pesquisa) e as práticas. Ademais, A História Cultural corresponde a “[...] decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo” (Pesavento, 2014, p. 30).

Ora, isso é um processo complexo, pois o historiador se propõe a ler códigos de um outro tempo histórico que, por vezes, pode ser incompreensível, devido aos filtros do passado. Ressaltamos, ainda, que as representações envolvem também os processos educativos, uma vez que eles fazem parte de um mundo social, que “[...] embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinados pelos interesses de grupos que as forjam” (Chartier, 1988, p. 17).

Assim, a História Cultural “[...] se manifesta por privilegiar, como objeto de investigação, as práticas culturais, seus sujeitos e seus produtos, tomados esses últimos em uma materialidade de objetos culturais” (Nunes; Carvalho, 1993, p. 37). Dessa forma, consideramos análises pontuais das particularidades de práticas e de fatos investigados. Enfatizamos, também, que as representações têm uma relação com a teoria, assim como a importância do diálogo com as fontes, que possibilita a problematização de ambas, justificando-se assim, a escolha, como prioridade, a categoria representação para a análise metodológica.

Com base em Nunes e Carvalho (1993), Pesavento (2014) e Chartier (1988), outras categorias foram utilizadas de forma secundária: sentido, imaginário, narrativa. Elas nos ajudaram a refletir o contexto e a entender com as representações se dão na sociedade.

A categoria representação nos permitiu olhar para as fontes buscando compreender as relações sociais que se estabeleceram no período analisado. Isso porque as representações apresentam múltiplas configurações, pois o mundo é constituído de forma contraditória e variada pelos diferentes grupos sociais (Pesavento, 2014). Assim, buscamos compreender as representações que agentes determinados fazem de suas práticas, das práticas de outros grupos, da escola, dos agentes escolares, da sociedade e até mesmo do papel que a escola deve ter na sociedade (Nunes; Carvalho, 1993), o que envolve, também, as lutas por representações, que podem estar relacionadas à ordenação e hierarquização da própria estrutura social de grupos,

[...] As representações que os grupos modelam deles próprios ou dos outros, afastando-se, portanto, de uma dependência demasiada escrita relativamente à história social entendida no sentido clássico, a história cultural pode regressar utilmente ao social, já que faz incidir a sua atenção sobre as estratégias que determinam posições e relação que atribuem a cada classe, grupo ou meio um ser-apreendido constitutivo de sua identidade (Chartier, 1988, p. 23).

Em relação aos sentidos, as fontes foram acenadas segundo os interesses, as intenções e visões de mundo dos sujeitos. Por outro lado, a forma de olhar para as fontes, de manipulá-las está carregada de valores, significados, que implicam a escolha da teorização dos objetos que os constituem, havendo, assim, um diálogo, entre referência e sentido (Nunes; Carvalhos, 1993). Assim, também o historiador explica:

[...] em esforço retórico e pedagógico, imprimindo sentidos ao seu discurso. Na busca de construir uma forma de conhecimento sobre o passado, o historiador dá a ler este passado, decifrando-o e dotando-o de uma inteligibilidade. Para o Historiador da Cultura, isso implica ir ao encontro das representações antigas, recuperando os registros do passado na sua irreduzível especificidade, quando os homens falavam, agiam e construíam representações do mundo estranhas aos nossos códigos e valores. É nessa medida que o trabalho da História é sempre o de dar a ver um outro, resgatando uma diferença (Pesavento, 2014, p. 47).

Para Certeau (1982), ao buscar o sentido histórico de uma ideologia ou evento, encontramos não apenas métodos e ideias, mas também a sociedade relacionada. A função histórica envolve a constante confrontação entre passado e presente,

organizando a vida e o pensamento e permitindo sua compreensão hoje. Assim, há uma série indefinida de sentidos históricos.

Sobre o imaginário, Pesavento (2014) diz ser histórico e datado, ou seja, em cada época os homens constroem representações para conferir sentido ao real. Essa construção de sentido é ampla, uma vez que se expressa por palavras/discursos/sons, por imagens, coisas, materialidades e por práticas, ritos, performances. O imaginário comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades, exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social. “Ele é um saber-fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão ou o conflito” (Pesavento, 2014, p. 43).

A respeito da narrativa, envolve a relação dela própria com o seu narrador e narrador-historiador que as interpreta. Assim, olhamos como as fontes apresentaram a sociedade. A narrativa do que aconteceu, distinta da literatura, seria a narrativa do que poderia ter acontecido (Pesavento, 2014), que envolve o narrador, aquele que se vale da retórica, que escolhe as palavras e constrói os argumentos, que escolhe a linguagem e o tratamento dado ao texto, que fornece uma explicação e busca convencer. Além disso,

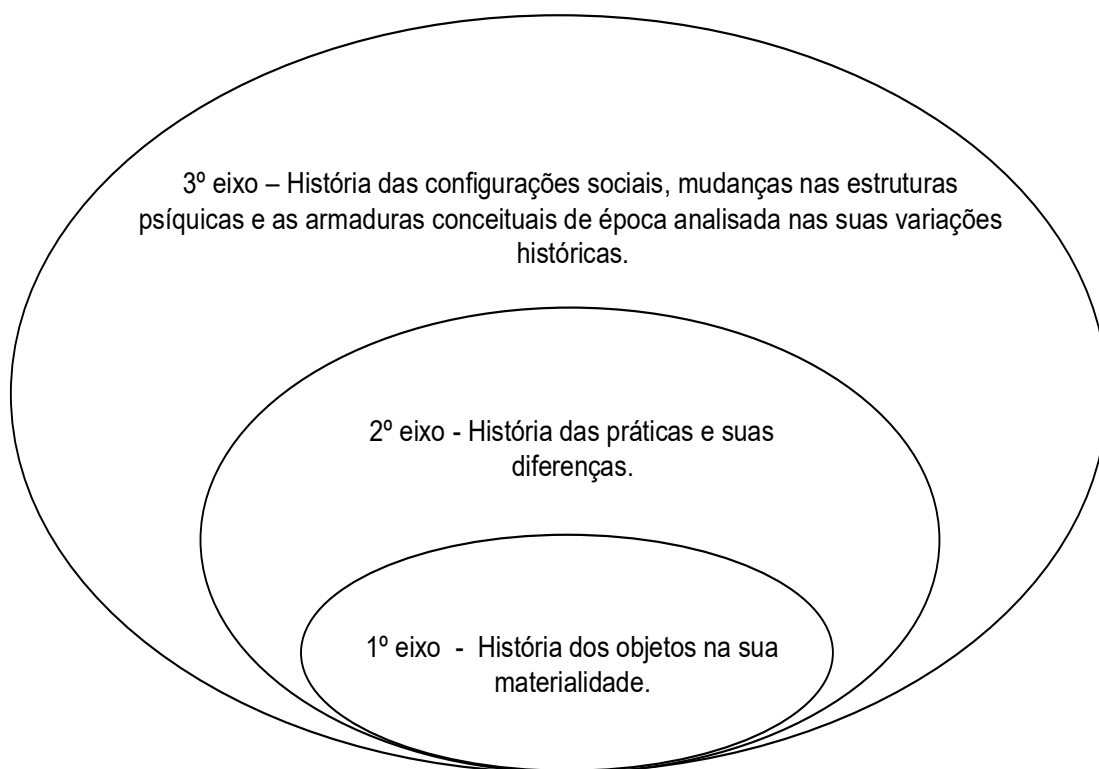
O narrador-historiador é aquele que se vale de provas – os indícios, cuidadosamente pesquisados, selecionados e dispostos em uma rede de analogias e combinações de modo a revelar significados – que, mais até do que explicar, operam como recurso de autoridade à fala do historiador. Além disso, o historiador-narrador cita. Suas citações não são apenas evidências de que ele andou pelos arquivos e, cumprindo o seu ofício, pesquisou as fontes documentais, mas também operam no sentido de atestar que esse historiador conhece e participa do diálogo científico e acadêmico de sua época. Ele demonstra com isso não apenas a sua erudição, mas sua atualização com as tendências e debates de seu tempo (Pesavento, 2014, p. 51).

Segundo a autora, o historiador pretende reconstruir o passado para satisfazer o pacto de verdade que estabeleceu com o leitor. No entanto, o que ele constrói pela narrativa é um terceiro tempo. No campo da História Cultural, o historiador sabe que a sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas que esse mesmo fato pode ser objeto de múltiplas versões. A rigor, ele deve ter em mente que a verdade deve comparecer no seu trabalho de escrita da História como um horizonte a alcançar, mesmo sabendo que ele não será jamais constituído por uma verdade única ou absoluta. “O mais certo seria afirmar que a História estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas” (Pesavento, 2014, p. 40).

A História Cultural nos possibilita extrair elementos significativos para interpretação das fontes de pesquisa de um determinado lugar e tempo histórico, pois “[...] tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” Chartier (1988, p. 16). Como o contexto histórico da Cabanagem, há uma necessária compreensão de sua divisão social, dos sujeitos peculiares e fatos sociais.

A história das configurações sociais foi analisada no campo mais macro, a partir da materialidade e da prática e suas diferenças. E, ao trabalhar com as fontes, utilizamos os três eixos de análises da História Cultural criadas pelo Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras (NEDHEL) a saber:

Figura 1 – Eixos de Análise da História Cultural



Fonte: adaptado pela autora (Nunes; Carvalho, 1993).

O 1º eixo envolve a história dos objetos na sua materialidade. Para Nunes e Carvalho (1993, p. 45), envolve “[...] forma, frequência, seus dispositivos, sua estrutura, fatores que implicam a impossibilidade de separar o texto das formas

impressas que o fazem circular ou que dão a ler”. A exemplo do jornal, a materialidade das fontes primárias torna possível explorar a arqueologia de determinado objeto: a sua forma, seria o tipo de notícia; a estrutura, envolve o componente da mensagem; a frequência, que envolve a permanência, ausência ou movimento de um determinado assunto; o dispositivo seria o meio de vinculação da mensagem.

Em suma, para alguns historiadores, a materialidade das práticas e dos objetos culturais se traduz no primeiro atributo aos vínculos, as grandes instituições mediadoras, como, por exemplo, a imprensa, a edição, os museus, as escolas, as exposições universais. Essas são questões presentes, principalmente, na terceira seção, pois foi necessário investigar os dispositivos, as estruturas das fontes, a frequência e relevância das informações sobre a Cabanagem e Instrução Pública.

Já o 2º eixo, que diz respeito à história das práticas e suas diferenças, manifesta sua originalidade por pretender estudar o uso que um indivíduo, uma sociedade, um grupo faz de um texto ou de uma imagem ao analisar a história. Fatores que envolvem a representação das práticas e as práticas das representações, ou seja, como diferentes sujeitos veem e trabalham com a instrução pública, perspectiva trabalhada na quarta seção. Para entendermos as relações em que se deram as práticas, é necessário ir mais além, fazer a interrelação da materialidade, prática e relações sociais, assim,

[...] inscrever esta história dos objetos e esta história das práticas numa maneira mais geral de compreender as formações sociais, as estruturas psíquicas, as armaduras conceituais compreendendo suas variações históricas, pensadas como uma história dos dispositivos sociais, conceituais e psíquicos (Nunes; Carvalho, 1993, p. 45).

Mediante o terceiro eixo, foi possível compreender, de forma geral, os sujeitos e os conceitos que envolvem suas relações. As formações sociais e as estruturas psíquicas incluem questões ideológicas e políticas que podem ser vistas sob diferentes perspectivas. Neste estudo, as representações abordam os sujeitos envolvidos no contexto da Cabanagem e na prática da Instrução Pública, temas que são tratados ao longo do trabalho.

Por vez, na quinta seção, são analisadas as configurações sociais pós-Cabanagem, já que novas organizações sociais ocorreram na província e influenciaram a Instrução Pública. Sem dúvida, os assuntos tratados trazem à tona a relação entre práticas e representações, dentre percepções sociais que não se dão na neutralidade e acabam produzindo estratégias, práticas sociais, práticas escolares

e práticas políticas que tendem a “[...] impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (Chartier, 1988, p. 17).

2.2 As Fontes

Para Certeau (1982, p. 81), “[...] tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira”, tornando-se uma nova distribuição cultural e novos espaços de fontes. A documentação transmite história, torna-se a maneira de narrar os fatos tal como efetivamente aconteceram, e isso fez. Cabe ao pesquisador, a partir de um tempo histórico já produzido, realizar novos recortes, novas análises dos documentos e criar a configuração de um espaço específico de investigação (Nunes; Carvalho, 1993).

Entendemos, também, que “[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (Le Goff, 1990, p. 545). Ademais, a escrita, em um documento, envolve uma representação de um lugar social, um modelo cultural ou teórico, pois “[...] não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber” (Certeau, 1982, p. 93). A escrita histórica transmite uma prática social que confere ao leitor um lugar determinado no passado.

Além disso, “[...] a fonte histórica é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígio de suas ações de interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano” (Barros, 2019, p. 10). As fontes históricas são marcas históricas, nas quais homens e mulheres deixaram vestígios, resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural, daí o importantíssimo papel do pesquisador e historiador que lida com as fontes e por sua vez descobre novos fatos. O passado, por sua vez,

É uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história. Isto é verdadeiro em dois sentidos. Primeiro, porque o progresso dos métodos e das técnicas permite pensar que uma parte importante dos documentos do passado está ainda por se descobrir. Parte material: a arqueologia decorre sem cessar dos monumentos desconhecidos do passado; os arquivos do passado continuam incessantemente a enriquecer-se. Novas leituras de documentos, frutos de um presente que nascerá no futuro, devem também assegurar ao passado uma sobrevivência – ou melhor, uma vida –, que deixa de ser “definitivamente passado”. À relação essencial presente-passado devemos pois acrescentar o horizonte do futuro (Le Goff, 1990, p. 26).

Para Pesavento (2014), ao lidar com o tempo, com o não visto, o não vivido e através das fontes, o historiador torna possível acessar os sinais do passado e ver os registros de significado para as questões que levanta. Assim, o pesquisador poderá extrair do discurso, dos documentos, segundo Chartier (1988), questões socioeconômicas que envolvem as condições culturais, finança, justiça, hegemonia, assim como ideologias, rituais, símbolos, as formas de sociabilidades dos indivíduos e as transformações que podem definir o poder de um Estado.

Sem dúvida, as questões de Chartier (1988) nos levam a pensar os sujeitos envolvidos em uma sociedade, em dois polos sociais: de um lado, os “detentores” do poder; que organizam as Leis, que pregam as ordens, os que instituem uma forma cultural, educacional; de outro, os “submissos”. Assim, as fontes possibilitam preparar o terreno para uma análise crítica, encontrar novos problemas, novos objetos e novas abordagens (Nunes; Carvalho, 1993).

A seguir, apresentaremos as fontes levantadas que subsidiam a análise da pesquisa: relatórios dos Presidentes e Vice-Presidentes da Província do Grão-Pará, Relatórios Imperiais, jornais e legislações e Códice do arquivo público do Pará.

2.2.1 Os Relatórios da Província

Os relatórios dos Presidentes e Vice-Presidentes da Província do Grão-Pará são documentos densos que retratam diversos assuntos da Província, dentre eles, a Instrução Pública. Segundo Barros (2019), são registros políticos que passaram a ser valorizados no século XIX pela historiografia. Segundo o autor, esse século valorizou um universo de fontes, tais como documentação política, documentação diplomática, documentação governamental, documentação administrativa institucional, relatórios dos presidentes, assim como leis, decretos, Atas e Regulamentos.

Os relatórios se davam de acordo com as determinações da Constituição Política do Império do Brasil, outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25 de março de 1824. Em seus artigos 165 e 166, a constituição determinava que, em cada Província, haveria um Presidente nomeado pelo Imperador, com atribuições, competência e autoridade para o melhor desempenho da administração da província.

Em Assembleias Legislativas, através de Relatórios, os Presidentes ou Vice-Presidentes tinham a função de socializar os fatos ocorridos na província, preocupações, projetos futuros e deliberar encaminhamentos. Os documentos abordam diversos assuntos, dentre eles, estatísticas da província e as questões

sociais, econômicas, políticas, religiosas de forças armadas, saúde e Instrução Pública. Portanto, esses materiais nos possibilitaram novas análises.

Sobre o período 1831-1845, ressaltamos que, por ser o Período Regencial, que foi marcado por diversas revoltas no Brasil e no Pará, os presidentes permaneciam pouco tempo no mandato, como podemos observar no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Lista de Presidentes da Província (1830 a 1845)

Nº	PRESIDENTES E VICE- PRESIDENTES	PERÍODO	TEMPO	FREQUÊNCIA DE MANDATO
PRESIDENTES ANTES DA CABANAGEM				
01	José Félix Burgos	18/07/1830 a 19/07/1831	1 ano	1
02	Bernardo José da Gama	19/07/1831 a 23/02/1832	7 meses	1
03	José Joaquim Machado de Oliveira	27/02/1832 a 04/12/1833	1 ano e 10 meses	1
04	Bernardo Lobo de Sousa	04/12/1833 a 07/01/1835	1 ano e 1 mês	1
PRESIDENTES DURANTE A CABANAGEM				
05	Félix Clemente Malcher	07/01/1835 a 21/02/1835	44 dias	1
06	Francisco Pedro Vinagre	21/02/1835 a 10/04/1835	50 dias	1
07	Manuel Jorge Rodrigues	10/04/1835 a 07/11/1835	7 meses	1
08	Eduardo Angelim	07/11/1835 a 09/04/1836	9 meses	1
09	Francisco José de Sousa Soares de Andrea	09/04/1836 a 07/04/1839	3 anos	1
10	Bernardo de Sousa Franco	07/04/1839 a 19/02/1840	10 meses	2
11	João Antônio de Miranda	19/02/1840 a 05/11/1840	9 meses	1
PRESIDENTES PÓS - CABANAGEM				
12	Tristão Santos	05/11/1840 a 24/02/1841	3 meses	1
13	Bernardo de Sousa Franco*	24/02/1841 a 29/04/1842	1 ano e 2 meses	
14	Rodrigo de Sousa Pintes	29/04/1842 a 07/08/1843	1 e 4 meses	1
15	José Tomás Henriques	07/08/1843 a 21/05/1844	1 ano e 3 meses	1
16	Manoel Paranhos	21/05/1844 a 07/02/1845	8 meses	1
17	João Maria de Moraes	07/02/1845 a 24/10/1845	9 meses	1

Fonte: Salles (1888).

Constatamos que, dependendo do período, a Instrução Pública passava por análises diferentes, fatos possíveis de identificar nos relatos dos Presidentes Provinciais. Antes da cabanagem o Presidente José Joaquim Machado de Oliveira

(1833) enfatizou o panorama da situação da Instrução Pública na província nos anos 1831 e 1833, demonstrando preocupações e dificuldades pelas quais a Instrução Pública passava.

Durante a Cabanagem, os presidentes Francisco José de Souza Soares D'Andrea (1838), Marechal Francisco Soares de Andrade (1839), Bernardo de Sousa Franco (1839), João Antônio de Miranda (1840), todos relataram pequenos avanços com a instituição das primeiras Leis provinciais para a Instrução Pública, mesmo em meio às dificuldades por estarem passando pelo período mais árduo do conflito da Cabanagem.

No período Pós-Cabanagem, encontramos os registros dos presidentes Bernardo de Sousa Franco (1841 e 1842), Coronel José Thomas Henriques (1843), Manoel Paranhas da Silva Veloso (1844), João Miranda Moraes (1845). Estes traçaram outra visão sobre a Instrução Pública, apresentando avanços mais significativos, como implementação do ensino secundário, novas legislações para a instrução pública, aumento do número de alunos e adequações das legislações que já existiam.

2.2.2 Relatório da Assembleia Geral do Império

Os relatórios Imperiais das Assembleias Gerais do Império são importantes por apresentarem informações da situação da Instrução Pública das províncias, dentre elas, a do Grão-Pará. As informações abordavam vários aspectos sociais, econômicos, segurança, saúde, infraestrutura, Instrução Pública, dentre outras questões. As informações eram enviadas pelos presidentes provinciais para a sede do Império, eram organizadas e socializadas nas Assembleias Gerais do Império, no Rio de Janeiro.

Diferentemente dos relatórios da província paraense, os desse período são mais acessíveis por possuírem melhor organização e facilidade de acesso. Dentre eles, foram estudados os relatórios gerais do período entre 1830 e 1840, que traduzem a situação de revolta que se encontrava a província, assim como relatos da Instrução Pública.

2.2.3 Jornais

Os Jornais relatam episódios a partir da história e são produtos desta, argumento que expressa as ideias de Barros (2023, p.12), que afirma: “[...] o jornal

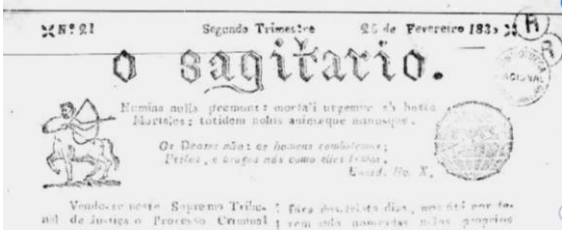
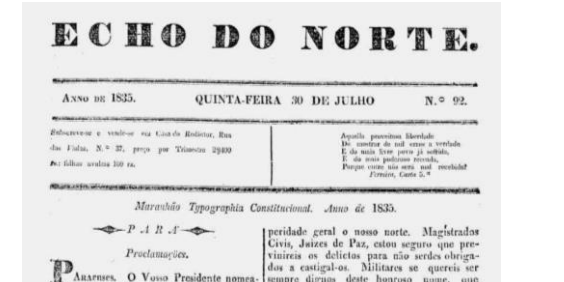
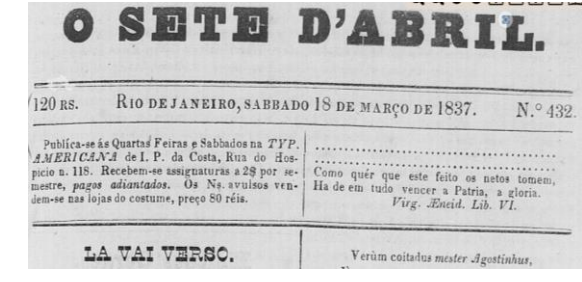
transmite informações, produz opiniões, discussões da realidade que são geradas na sociedade envolvente que a ela retornam”. O autor, também enfatiza que os fatos envolvem relações entre o jornal, a história e a representação da realidade e afirma:

A história produz os jornais, (ao mesmo tempo em que os jornais ajudam a produzir a história), existe outra relação igualmente importante entre estas duas instâncias. História – através de seus acontecimentos e das representações dos acontecimentos – atravessa as páginas dos jornais de muitas maneiras. A função declarada de um jornal, evidentemente, é apresentar aos leitores cenários da realidade que aconteceu, que está acontecendo, ou que estejam a acontecer. Isso situa o jornal como um texto de caráter realista - não no sentido de que ele exponha a realidade de maneira objetiva e rigorosamente imparcial, sem deformações e manipulações, mas no sentido de que qualquer jornal pretende convencer o seu leitor de que falar sobre a realidade e mesmo sobre a “verdade” é o seu compromisso inalienável. Portanto o que aconteceu na história, atravessa o jornal nas suas diversas matérias, pois os textos jornalísticos produzem incessantes representações da realidade históricas (Barros, 2023, p. 13 -14).

As reflexões de Barros (2023) nos alertam sobre a importância dos jornais do Grão-Pará na pesquisa, pois eles apresentam informações importantes da realidade da época. Destacamos, também, o jornal *O Ságitário* (1833), que traz a situação social da província; o *Sentinalla Amaranhesse na Guarita do Pará* (1834), um jornal mais crítico que fazia denúncias favoráveis ao povo; *O Paraense* (1842 a 1844); *Treze de Maio* (1845).

Outro aspecto interessante nessas publicações é que membros influentes da Cabanagem, como os presidentes cabanos enviavam informações para serem publicadas no jornal do maranhão, *Echo do Norte* (1834 a 1837). Também foram utilizados os jornais provinciais o *Correio Oficial* (1835), *O Sete D’Abril* (1837) que apresenta deliberações dos presidentes das províncias e o jornal *Aurora Fluminense* (1831 a 1833) de cunho político. Todos eles apresentam a situação social das províncias, através de publicação de notas, comunicados dos presidentes provinciais. Os Jornais estão demonstrados no Quadro 4, conforme segue.

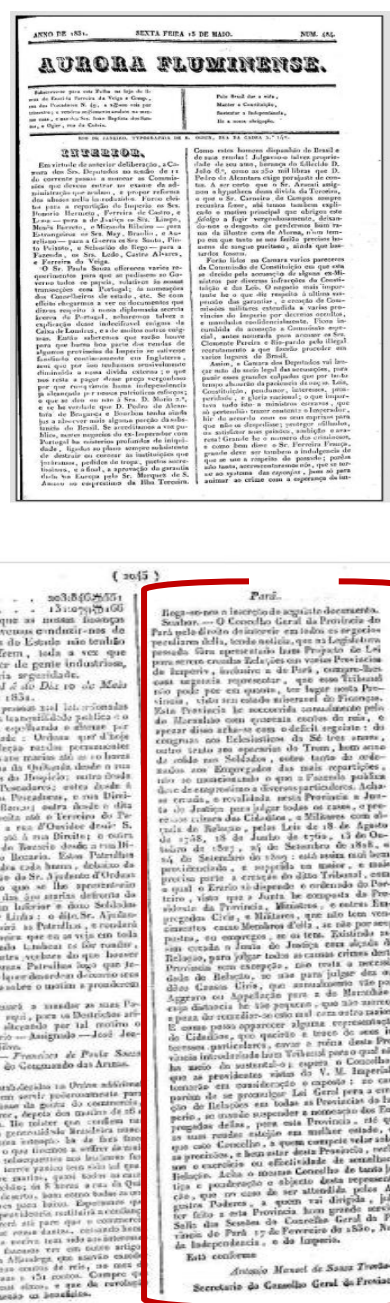
Quadro 4 - Títulos dos Jornais Analisados

Fonte: Hemeroteca (2023)

Importante destacarmos que, em média, os jornais apresentavam quatro páginas e alguns exemplares continham informações sobre a província do Grão-Pará, em forma de textos longos e com muitas informações da situação social na época. Esses jornais foram analisados a partir dos três eixos analíticos do NEDHEL, exemplificados no Quadro 5, a seguir.

Quadro 5 - Exemplo de Análise dos Eixos da História Cultural nos Jornais

Eixos da História Cultural	
1ª Eixo – Materialidade Forma: tipo de notícia sobre o Grão-Pará. Estrutura: componente da mensagem (Exemplo de textos longos sobre a província) Dispositivo: Jornal, Leis, Relatórios, Códices Frequência: permanência ou ausência de mensagem sobre o Grão-Pará. 2º eixo - História das Práticas e suas diferenças. Destacaram-se as questões políticas e ideológicas das mensagens. 3º eixo - História das configurações sociais. Observou-se a formação social, os sujeitos, os conceitos.	 The image shows two newspaper clippings. The top clipping is from 'AURORA FLUMINENSE' dated 15 de Maio, 1894. It contains a report titled 'ENTREVISTA' (Interview) with a man named D. Paulo, discussing local politics and social issues in Rio de Janeiro. The bottom clipping is from 'Pará' dated 18 de Agosto de 1894. It is a long, detailed report titled 'Ringo-se-se a inspecção do segundo documento' (The inspection of the second document is being held), which discusses legal proceedings, government administration, and social matters in the state of Pará. Both clippings are framed with red borders to highlight their historical and cultural significance.

Fonte: Autora (2024).

2.2.4 A legislação da Instrução Pública do Grão-Pará

Castanha (2013, p. 39) “[...] entende que as leis relacionadas à educação constituem-se como fontes históricas documentais da mais alta importância para se produzirem conhecimentos histórico-educativos”, uma vez que, em muitos momentos históricos, as leis surgem de discussões e demandas sociais.

Todavia, não basta analisar a legislação de forma mecânica, ou seja, a lei pela lei, sem (ou só) estabelecer ligações entre o poder político hegemônico, sem fazer conexões entre a legislação educacional e o projeto político social ou a própria prática social, sem considerar as reações (incorporações/resistências) da sociedade ou setores diretamente afetados pelas medidas legais (Castanha, 2013, p. 39).

O autor nos faz refletir sobre a importância de ver a legislação de forma crítica, entender o contexto de sua elaboração e implementação. As Leis indicam a forma de agir dos indivíduos, suas práticas e até mesmo o público ao qual se direciona. São fatores que podem ser constatados na Constituição de 1824, ao tratar da instrução primária, art. 179, sobre a “A inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos cidadãos brasileiros”, determinando no inciso XXXII, que a Instrução Primária seria gratuita a todos os cidadãos, e, no inciso XXXIII, que nos colégios e universidades seriam ensinados os elementos das ciências, Bellas Letras e Artes.

Outro ponto relevante foi entender quem era considerado cidadão na Constituição Imperial de 1824:

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

II. Os filhos de pai Brasileiro, e os ilegítimos de mãe Brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Império.

III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em país estrangeiro em serviço do Império, embora eles não venham estabelecer domicílio no Brasil.

IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brasil na época, em que se proclamou a Independência nas Províncias, onde habitavam, aderiram a esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residência.

V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalização (Brasil, 1824, art. 6º, inc. I-V).

Esse artigo da constituição é um exemplo de como a Legislação determinou as relações sociais, que geraram embates no início do século XIX, além de ser excludente, pois nem todos tinham direito à Instrução Pública, por não serem considerados brasileiros, a exemplo dos escravos.

O fato é que as Leis demonstraram a materialidade de proposições relatadas pelos Presidentes nos relatórios. Muitos anseios dos presidentes provinciais sobre a Instrução Pública, no início da década de 1830, só começaram a se tornar lei a partir de 1838. As leis, decretos e resoluções trataram de vários assuntos: estabelecimento de educandas; estabelecimento de educandos; Liceu Paraense; Instrução Primária; Instrução Secundária; Ordem do Ensino (Liceu); Isenções de Direitos; Delegados da Instrução.

As leis e decretos selecionados foram objeto de análises, a partir dos eixos da História Cultural. Cada uma das leis, tornou-se a materialidade, sob o 1º eixo de análise, a ser estudada, pois apresentam, frequentemente, assuntos em seus artigos sobre instrução pública. Foram observados, também, a partir do 3º eixo, História das configurações sociais, pois se destinam, muitas delas, a pessoas. A seguir, no Quadro 6, algumas leis que também apareceram no texto.

Quadro 6 - Legislações do Grão-Pará - Instrução Pública

LEIS	EMENTAS
Lei n.º 6 de 8 maio de 1838.	Autorizou o provimento das cadeiras vagas a pessoas hábeis
Lei n.º 30 de 28 de setembro de 1839.	Autorizou o provimento interino, independente de exame, das cadeiras de primeiras letras ainda não providas e com o ordenado por inteiro.
Lei n.º 33 de 30 de setembro de 1839.	Que instituiu a Escola Normal, no Grão-Pará.
Lei n.º 42 de 14 de outubro de 1839.	Que trata do número de educandas e despesas anuais.
Lei n.º 43 de 15 de outubro de 1839.	Trata de aluguel para a casa de educandas.
Lei n.º 41, de 16 de outubro de 1839.	Instituiu a criação de nova aula e cadeira para a Instrução Pública.
Lei n.º 49 de 15 de outubro de 1839.	Assento de professor.
Lei n.º 75, de 28 de setembro de 1840.	Compra de exemplares da tradução do Curso Normal do Barão De Gerando, para as Escolas de Ensino Primário da Província.
Lei n.º 79 de 21 de outubro de 1840.	Autorizou a compra da casa e do terreno onde existia a Companhia de Educandos.
Lei n.º 64 de 25 de setembro de 1840.	Criou uma cadeira em Portel para o sexo masculino.
Lei n.º 82 de 1 de outubro de 1840.	Elevou a Companhia ao número de 100 Educandos,
Decreto n.º 96, de 25 de junho de 1841.	Criação de cadeiras de primeiras letras.
Lei n.º 97, 28 de junho de 1841.	Institui a Instrução Pública nesta Província - Primária e Secundária. Criou um Diretor da instrução Pública. Criou o Liceu Paraense que foi instalado a 17 de Janeiro de 1842
Decreto n.º 88 de 24 de maio de 1841.	Autorizou o Governo a comprar a casa para educandos.
Leis n.º 108 de 6 de dezembro de 1842, n.º 115 de 18 de outubro de 1843.	Reduz a diária dos Educandos.
Decreto n.º 111, de 25 de setembro de 1843.	Criação de cadeiras de ensino primário.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

2.2.5 A Legislação do Império

As legislações Imperiais foram as referências para criação das leis provinciais que nortearam o modo de organização da província e da Instrução Pública. Destacamos, assim, as seguintes legislações:

- **Lei nº 15 de outubro de 1827** - foi a primeira lei educacional do Brasil, sancionada por D. Pedro I. Instituiu a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Com apenas 17 artigos, determinou sobre vários assuntos: o método de ensino; a prioridade na função dos professores; o valor dos ordenados; as regras para a admissão de professores; a exigência de escolas para meninas em lugares mais populosos, dentre outros.
- **Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834, ou ATO Adicional** - instituiu alterações e adições à Constituição do Império de 1824; uma delas foi dar autonomia às províncias, que, através das Assembleias Legislativas provinciais, passaram a instituir, propor, discutir e deliberar leis sobre vários assuntos: política, economia, Instrução Pública, dentre outros.
- **Decreto nº 10 de 04 de abril de 1835** - criou a Escola Normal no Rio de Janeiro. A Lei tem uma relevância, pois a instituição criada serviu para que jovens da província do Grão-Pará fossem fazer formação e, posteriormente, replicarem os conhecimentos adquiridos na província.

2.2.6 Coleções das Decisões do Governo do Império

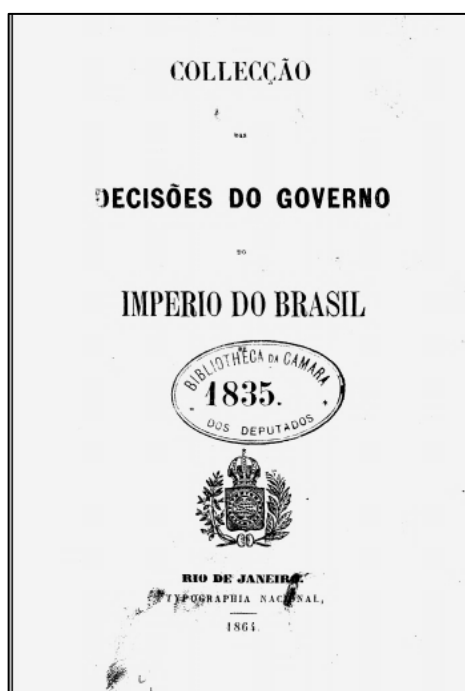
Utilizamos, também, como fonte as coleções de Decisões do Império do Brasil, de 1835 e 1836, que apresentam decisões tomadas por várias províncias, dentre elas, a do Grão-Pará. Naquele período, a Província do Grão-Pará havia sofrido restrições devido aos embates da Cabanagem e, nessas coleções, é possível encontrar deliberações imperiais em relação à província. São elas:

- BRASIL. Coleção de Decisões Governo do Império do Brasil. Primeira parte, 1835^a.
- BRASIL. Coleção de Decisões Governo do Império do Brasil. Segunda parte. 1835^b.
- BRASIL. Coleção de Decisões Governo do Império do Brasil de 1836.

A análise dos eixos da história cultural realizada com as coleções se deu de modo semelhante à realizada com os jornais, ou seja, observando: a materialidade; a frequência dos assuntos sobre o Grão-Pará, Instrução Pública e Cabanagem; a forma da notícia; a História das configurações sociais, as pessoas, cargos; e a questão social que se configura a decisão.

Como exemplo, temos, na Figura 2, uma decisão que ordena à província pagar o ordenado de um professor.

Figura 2 - Coleção de Decisões do Governo Imperial



N. 30.—FAZENDA.—Em 28 de Janeiro de 1835.

Approvando a ordem do Presidente da Provincia do **Pará** que mandou pagar o ordenado por inteiro a um Professor Publico, não obstante achar-se pronunciado, visto estar em effectivo exercicio do seu emprego, e modificada a pronuncia pela fiança.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, Presidente do Tribunal do Thesouro Publico Nacional, tendo presente o officio do Inspector da Thesouraria da Provincia do **Pará** datado de 15 de Novembro do anno passado, sob n.º 70, pelo qual representa contra a ordem do Presidente da so-

Fonte: Brasil, Coleção de Decisões do Império do Brasil (1835^a).

A partir da análise das três coleções, foi constatado que muitas decisões do Governo referentes à província foram realizadas por meio das decisões do governo,

uma vez que as assembleias legislativas, instituídas pelo Ato Adicional de 1834, ainda não exerciam funções no território.

2.2.7 Arquivo Público do Pará

Entre os itens disponíveis no Arquivo Público, destacam-se os Códices, livros antigos de capa dura que reúnem documentos de um período específico. Os códices estão organizados por tipo de documento, a exemplo de ofícios, e cada volume possui cerca de 200 páginas. Além disso, há caixas de arquivo com documentos avulsos, uma forma mais recente de organização de documentos. A seguir, alguns dos códices e caixas que foram pesquisadas e subsidiam esta Tese.

- Códice – 887
- Códice – 906
- Códice – 918
- Caixa 10 – Atestados (1836 - 1839)
- Caixa 22 – Área educação e cultura
- Caixa 34 – Ofícios (1830 - 1837)
- Caixa 38 – Ofícios do Arsenal de Marinha
- Caixa 36A – Ofício do Ministério dos Negócios estrangeiros, Justiça e Guerra (1830 - 1839)
- Caixa 42 – Ofícios de comandantes militares (1836 - 1837)
- Caixa 43 – Ofícios das Autoridades Judiciárias (1837 - 1839)

Dentre as fontes, algumas serão trabalhadas na próxima seção, a partir do primeiro eixo da história cultural, que aborda a história dos objetos em sua materialidade, buscando compreender como a cabanagem e a instrução pública no Grão-Pará foram apresentadas nos documentos. Outras serão mais abordadas quando se tratar das práticas, na quarta seção, e nas relações sociais, quinta seção.

A próxima seção intitulada "A Cabanagem e Instrução Pública no Grão-Pará" abordará o contexto social e político do Grão-Pará e da Cabanagem. Serão discutidas as influências históricas e revolucionárias que antecederam ao conflito, mapas do Grão-Pará e da localização geográfica dos conflitos, os presidentes cabanos, um panorama de quem eram os cabanos, implicações históricas da independência do Brasil em 1822 e a adesão do Grão-Pará e as implicações geográficas para a instrução pública.

3 A CABANAGEM E O GRÃO-PARÁ

Para compreender a origem da Cabanagem e a Instrução Pública, faz-se necessário compreender a estrutura social do início do século XIX. Nessa perspectiva, é essencial analisarmos a transição política e social da província do Grão-Pará, do período colonial ao imperial, fase em que houve influência dos ideários da Revolução Francesa, do Iluminismo, assim como as incertezas das relações comerciais, da estruturação provincial e afirmação da identidade local.

Mas para compreendermos a estrutura social, a conjuntura política e as rupturas educacionais da província no período da pesquisa, é necessário entendermos, conforme Elias (1994), como as pessoas estão ligadas a um contexto histórico, com objetivos semelhantes que podem começar em pequenos grupos e, posteriormente, assumirem proporções maiores, resultando em mudanças emocionais e comportamentais, como ilustrado na seguinte asserção:

Estrutura social, na maneira como as pessoas estão ligadas entre si. Vemos com mais clareza como círculos relativamente pequenos iniciam o movimento e como o processo, aos poucos, se transmite a segmentos maiores. Esta difusão, porém, pressupõe contatos muito específicos e, por conseguinte, uma estrutura bem definida da sociedade. Além do mais, ela certamente não poderia ter ocorrido se não houvessem sido estabelecidas para classes mais amplas, e não apenas para os círculos que criaram modelo, condições de vida - ou, em outras palavras, uma situação social - que tornassem possível e necessária uma transformação gradual das emoções e do comportamento (Elias, 1994, p. 124).

No que concerne a essas questões, foi possível que as investigássemos utilizando dispositivos como mapas, e, sobretudo, jornais, que nos forneceram uma visão estrutural do período e das conjunturas que envolveram as relações de poder no Brasil e no Grão-Pará, influenciando a instrução pública.

3.1 Cabanagem – influências históricas e revolucionárias anteriores ao conflito

Em 1808, a família real portuguesa e sua corte transferiram-se para o Brasil devido às invasões das tropas francesas de Napoleão Bonaparte. Em 16 de dezembro de 1815, a colônia do Brasil foi renomeada Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves por meio de uma carta régia. Com essas mudanças, o Grão-Pará foi promovido de Capitania a Província, conforme mencionado por Di Paolo (1990).

Como Província, passou por uma reorganização política e de subordinação com a corte no Rio de Janeiro, fato que resultou em incertezas por parte das elites

locais, principalmente, nas relações comerciais que o Grão-Pará mantinha diretamente com outros países, por meio dos consulados norte-americano e inglês, estabelecidos em Belém em 1809, além dos acordos comerciais anteriormente firmados com Portugal. Nos anos seguintes, novas questões surgiram à medida que os brasileiros começaram a articular a independência do Brasil, uma ideia que não agradava aos portugueses que residiam na região.

No início de 1820, no Grão-Pará, o povo se conscientizou da bandeira da união: a luta por independência política e pela emancipação social (Di Paolo, 1990). Na ocasião, já estava em pauta a independência do Brasil em relação a Portugal. O assunto dividia opiniões entre as elites paraenses, “[...] de um lado, mais ligado a Lisboa, estavam as forças armadas, comerciantes, proprietários de terra; do outro, favorável a adesão, estavam clero, intelectuais, e povo” (Di Paolo, 1990, p. 93).

No dispositivo, mapa do Brasil de 1821, Figura 3, podemos visualizar a configuração do Grão-Pará, a maior extensão territorial do Brasil, que permaneceu assim, no período de execução desta pesquisa.

Figura 3 - Mapa do Brasil – 1821



Fonte: Biblioteca Nacional⁶

⁶ O mapa de (1821) retrata a dimensão do Brasil na época do Reino de Portugal Brasil e Algarves, Origem: Biblioteca Nacional de Portugal, República Portuguesa "Exposição":purl.pt Site Geral:bnportugal.gov.pt.

O extenso território da província distingue-se dos demais, o que nos leva a refletir sobre a forma de gestão da região, bem como sua importância econômica para o Brasil. A Província do Grão-Pará desempenhava um papel relevante na cadeia de exportação de produtos, tanto no mercado interno quanto no externo, conforme podemos constatar na seguinte assertiva:

Neste período, foram abertas em Belém agências consoladoras norte-americanas e inglesas. As relações comerciais também já estavam superando o intercâmbio fechado entre Amazônia e Portugal, para abranger também Estados Unidos (Nova York), Guiana (Caiena), Inglaterra e Espanha (Gibraltar), França (Marcelha), além do resto do Brasil (São Paulo, Recife, e Rio de Janeiro) (Di Paolo, 1990, p. 87).

Quanto aos produtos comercializados pelo Brasil no início do século XIX, eles podem ser encontrados em registros de jornais, em cujo formato havia um espaço para anúncios de questões econômicas. E, com base no primeiro eixo de análise da história cultural, à época, esses jornais foram os principais dispositivos de divulgação das informações à população.

Importante destacarmos que no jornal *O Paraense*, 1822, nº 1 de 22 de maio de 1822, há uma nota dos produtos comercializados, conforme demonstrado na Tabela 1, a exemplo de cravos, salsas, manteiga de tartaruga, farinhas, peixe pirarucu, peixe boi, azeite de andiroba e borracha da seringueira. A maioria desses produtos era vendida *in natura*, o que exigia considerável mão de obra, frequentemente composta por trabalhadores escravizados.

Outros dispositivos em que podemos averiguar informações complementares em relação aos produtos comercializados, são os ofícios do Grão-Pará. Neles, constatamos as formas e medidas de pesos que consistiam em arrobas, alqueires, sacas, barris, descritos nos registros dos ofícios, conforme podemos conferir:

Ofício de Antonio Pedro da Costa Ferreira do Maranhão para o Presidente e Comandante das Armas da Província do Pará Francisco José de Souza Soares d'Andrea sobre o **envio de duzentos e sessenta alqueires de farinha em 130 sacos** no Brigue “Brasileiro Temerario”, e que mandará mais gêneros no Patacho Maranhão. Anexo: Ofício do Capitão do Brigue “Brasileiro Temerario” relatando o embarque da carga de farinha. Maranhão, 27 de setembro de 1836⁷ (Arquivo Público do Pará, 2024, p.31, grifo nosso). Ofício do Major Comandante Anselmo Joaquim da Silva ao Presidente e Comandante das Armas Brigadeiro Francisco José de Souza Soares d'Andréa respondendo e comunicando o **envio de 46 sacas de farinhas** do

⁷ BRPAAPEP. SPP. CX034. P06. D134 (Arquivo Público do Pará, 2024, p.31). BRPAAPEP - Brasil, Pará, Arquivo Público do Estado do Pará. SPP - Secretária da Presidência da Província. CX – Caixa. P – Pasta. D - Documento

depósito da Fortaleza na escuna Pellotas. Fortaleza da Barra do Pará, 28 de julho de 1836⁸ (Arquivo Público do Pará, 2024, p.70, grifo nosso).
 Ofício do major Comandante Anselmo Joaquim da Silva para o Presidente da Província e Comandante das Armas (Marechal de campo) Manoel Jorge Rodrigues sobre o acondicionamento de **sacos de farinha e barris de carne seca que foram depositados na Fortaleza e o envio de 175 arrobas de bolachas e 350 alqueires de feijão** para o capitão da Corveta “Regeneração”. Fortaleza da Barra do Pará, 8 de janeiro de 1836⁹ (Arquivo Público do Pará, 2024, p.70, grifo nosso).

Como já mencionado, na Tabela 1, é possível visualizar os preços dos produtos comercializados no Brasil e Grão-Pará. O item mais caro era a salsa (erva), utilizada por indígenas como alimento e valorizada por suas importantes propriedades medicinais, sendo um produto muito valioso para exportação.

Tabela 1 - Produtos comercializados, no Brasil, na década de 1820

Gêneros	Preços em réis
Arroz secado	700
Arroz sem casca	400
Algodão ensacado	3.600
Algodão em caroço	300
Farinha d'água	600
Farinha seca	800
Farinha de tapioca	1.280
Carne seca	1.600
Pirarucu	1.200
Peixe boi	1.000
Cupauba	3.600
Cravo	4.500
Salsa	10.000
Manteiga de tartaruga	5.000
Azeite de andiroba	3.500
Couro	2.000
Pó	1.800
Borracha em tijolo	80
Borracha fina	100

Fonte: O Paraense, 1822, nº 1 de 22 de maio de 1822.

Esses dados apresentados ilustram a relação econômica mantida pelo Grão-Pará no início do século XIX. Convém reiterarmos que os produtos mencionados não eram de fácil acesso ou de manipulação, ao contrário, requeriam grande quantidade de mão de obra escrava para a produção e, posteriormente, para serem exportados em larga escala. Esses produtos eram extraídos da floresta, demandando um investimento significativo de tempo e, certamente, sendo produzidos em condições sociais precárias.

⁸ BRPAAPEP. SPP. CX 042. D46 (Arquivo Público do Pará, 2024, p.70)

⁹ BRPAAPEP. SPP. CX 042. D4 (Arquivo Público do Pará, 2024, p. 70)

3.1.1 Cabanagem – influências revolucionárias

O Iluminismo¹⁰, movimento intelectual e cultural, e a Revolução Francesa¹¹, com seus preceitos políticos, exerceram influências significativas na conjuntura do Brasil no início do século XIX e, conseqüentemente, no Grão-Pará. Considerando tal importância, é importante que compreendamos de que forma isso repercutiu em nosso país, contribuindo para as mudanças que se estabeleceram naquela época.

De acordo com Netto Bassalobre (2010), o Iluminismo reflete os desejos da classe burguesa, na medida em que propunha uma nova maneira de perceber a realidade, ao tempo em que fundamentava a credibilidade nas grandes possibilidades da razão e da ciência. Ademais, oferecia aos indivíduos a possibilidade de promover o desenvolvimento econômico e social em direção a uma existência mais igualitária e culturalmente elevada. Conforme Boto (2017), os iluministas foram porta vozes e intelectuais dedicados do cultivo das ciências e das letras, escritores, filósofos, estudiosos de vários campos do saber.

A relação entre esses homens ligados à filosofia, à ciência, às artes produzia uma sociabilidade inédita; traduzida pelo cultivo de um ambiente cultural, a um só tempo, humanista, artístico, científico. A cultura letrada, pouco a pouco, era estendida. Seus significados passavam, progressivamente, a pertencer a mais gente. O domínio desse repertório das letras produzia efeitos de notoriedade e distinção (Boto, 2017, p. 180).

Decerto, o iluminismo, caracterizou-se pela valorização da razão, do conhecimento científico e do pensamento crítico, desafiando não só a autoridade tradicional, mas também as crenças religiosas dogmáticas. Inegavelmente, esse movimento intelectual teve impacto significativo na política, na ciência e na sociedade, influenciando várias revoluções, como a Revolução Francesa, que postulava uma sociedade mais igualitária e justa. Imbuída desse propósito, a Revolução Francesa proclamou valores como liberdade, igualdade e fraternidade. O fato é que seu ideário

¹⁰ O Iluminismo, também conhecido como Era das Luzes, foi um movimento intelectual e cultural que ocorreu principalmente na Europa durante os séculos XVII e XVIII, Netto Bassalobre (2010).

¹¹ A Revolução Francesa foi um período de intensa agitação política e social na França, que ocorreu entre 1789 e 1799. Esse movimento teve um impacto duradouro na história do país e, mais amplamente, em todo o continente europeu. A monarquia absolutista que governava a França entrou em colapso em apenas três anos, e a sociedade francesa passou por uma transformação épica. A Revolução Francesa não foi feita ou liderada por um partido ou movimento organizado, no sentido moderno, nem por homens que estivessem tentando levar a cabo um programa estruturado. Nem mesmo chegou a ter "líderes" do tipo que as revoluções do século XX nos têm apresentado, até o surgimento da figura pós-revolucionária de Napoleão. Não obstante, um surpreendente consenso de ideias gerais entre um grupo social bastante coerente deu ao movimento revolucionário uma unidade efetiva. O grupo era a "burguesia" (Hobsbawm, 2014, p 42).

se difundiu por toda as partes, e, assim, o mundo moderno se defrontava com uma nova realidade social e política.

Salles (1992), também enfatiza a importância dos filósofos como Montesquieu,¹² por criticar o regime de governo absolutista, defender a separação dos poderes, em prol do poder constituinte e o fim da escravidão.

As ideias liberais difundidas pela Revolução Francesa a partir da última década do século XVIII chegaram, no entanto, de alguma forma, ao Grão-Pará. A voz de Montesquieu (1689-1755), um dos filósofos que se colocaram a favor da abolição da escravidão, teve ressonância em toda parte. Não apenas a sua voz; mas o conjunto de vozes que gritavam por nova ordem política, social e econômica. Artur César Ferreira de Andrade admite que a vizinhança do Grão-Pará com a Guiana Francesa explica perfeitamente o fato e lembra que grande revolução ecoou violentamente em Caiena, levando a multidão escrava a tentar a li a liberdade com a supressão do elemento branco (Salles, 1992, p. 15).

No Brasil, a influência do Iluminismo, conforme apontado por Azzi (2024), provocou verdadeira revolução intelectual. O país passou a contar com religiosos e intelectuais que desenvolveram consciência sobre a realidade brasileira, suas riquezas e potencialidades. Esses novos pensadores começaram a demonstrar interesse crescente pela terra em que viviam. Dessa forma, o Iluminismo no Brasil, no contexto da independência, assumiu características próprias, pois

Enquanto os iluministas portugueses em geral se colocam a serviços do absolutismo ilustrado da coroa, inaugurado pela era pombalina, muitos dos intelectuais brasileiros passaram de amor à terra brasileira ao compromisso político com a luta por sua independência. Desse modo, por vezes no Brasil, iluminismo cultural e liberalismo político caminham de mãos dadas (Azzi, 2024, p.13).

A verdade é que a chegada dos princípios franceses e iluministas ao Brasil influenciaram, significativamente, intelectuais brasileiros, que utilizavam obras iluministas e forneciam embasamento para grupos que buscavam maior liberdade de pensamento, política e econômica. Esses textos eram lidos e discutidos coletivamente na sociedade luso-brasileira (Melo, 2022) e, conseqüentemente, segundo Salles (1992), davam esperanças aos escravos do Grão-Pará pela emancipação, uma vez

¹² Charles-Louis de Secondat, conhecido como Montesquieu (devido seu título de nobreza), foi um filósofo político francês do Iluminismo. Criticou a monarquia absolutista e o clero católico. Montesquieu é famoso pela teoria da separação dos poderes, adotada em constituições ao redor do mundo. Em sua obra principal, "O Espírito das Leis" (1748), ele defende o governo constitucional, a separação dos poderes, liberdades civis, manutenção da lei e fim da escravidão. Ele também sugere que instituições políticas refletem aspectos geográficos e sociais de cada comunidade, Marciel (2013).

que a Revolução declarou livres todos os escravos da Metrópole francesa e de suas colônias, inclusive na Guiana, que fazia fronteira com o Brasil.

E o contexto brasileiro era propício à propagação desse ideário. Rodrigues (2019) enfatiza que os séculos de colonização produziram uma população de mestiços, oriundos das várias e sucessivas misturas entre brancos, negros, e indígenas, que embora livres, viviam excluídos em cidades e vilas¹³, sujeitos ao arbítrio do poder dos governantes. Mas esses, também, aspiravam por revolução. Assim, os preceitos da Revolução Francesa passaram a ser sinônimo de esperança. Assim, para Salles (1992), a Revolução Francesa instituiu o *Code Civil*, adaptando o antigo direito romano às modernas relações capitalistas, que acabaram difundindo ideários e pensamentos revolucionários para outros países,

Desde a Revolução Francesa, os países colonizadores, entre os quais se incluía a França, trataram reprimir o tráfico de ideias, mas se defrontaram com situações novas geradas no bojo do mercantilismo e da Revolução Industrial, que interferiam agora nos destinos das sociedades coloniais. A migração do pensamento filosófico inglês para as terras americanas não deixaria também de se aferrar à religião e, com esta, se refletir nas sociedades periféricas ao tempo em que se expandia (Salles, 1992, p. 23).

Ademais, conforme destaca Salles (1992), desde a Revolução Francesa, países colonizadores, incluindo a França, tentaram suprimir o tráfico de ideias. Não foi possível, entretanto, as ideias se proliferaram, ocorreram novas situações decorrentes do mercantilismo e da revolução industrial, o que influenciou as sociedades europeias, provocando fortes impactos nas sociedades coloniais.

É válido destacarmos que a migração do pensamento filosófico para as Américas também teve ligações com a religião. Isso influenciou as sociedades periféricas, entusiasmando, nesse contexto, os brasileiros do Grão-Pará com as ideias revolucionárias e ideológicas. Essa influência foi atribuída ao intercâmbio econômico e cultural com a Europa, bem como à proximidade com Caiena¹⁴, território francês na Amazônia, conforme Rodrigues (2019) enfatiza. A proximidade teria intensificado as

¹³ Na vila havia um vigário, um escrivão do público, judicial e de notas, “dois juízes, três vereadores, um procurador, um tesoureiro, um escrivão, um alcaide e um porteiro”. Apesar de alguns destes cargos possuírem renda anual (escrivão, alcaide e porteiro) e todos serviam inteiramente, nenhum possuía provisão “por haver muito pouco ou nada quem sirva estes cargos”. Não havia rendimentos para a subsistência de um juiz letrado e, por esta razão, alguns moradores supriam a falta do cargo “enquanto não tiver rendimentos para ele” Moura (2023, p. 66)

¹⁴Caiena (em francês: *Cayenne*) é a capital da Guiana Francesa, departamento ultramarino francês no norte da América do Sul. Localiza-se em uma ilha na foz do rio Caiena. No contexto da Guerra Peninsular, esteve sob o domínio português de janeiro de 1809 a novembro de 1817.

relações entre franceses e brasileiros. Salles (1992) destaca que entre Belém e Caiena havia, historicamente, relações de comércio e contrabando de escravos e outros gêneros.

Outro destaque, desta feita enfatizado por Di Paolo (1990), diz respeito à ocupação de Caiena pelo governo português, entre 1809 e 1817, a qual contou com a participação de voluntários paraenses, o que reforçou essa aproximação. Porém, por meio da convenção de Paris em 28 de agosto de 1817, a Guiana voltou a ser território francês. Esse evento foi marcado por uma cerimônia pública com a presença das forças armadas da França e do Brasil, além de populares.

Mas, por influência de Caiena, os paraenses conheceram os “[...] ideários da Revolução Francesa: a luta pela cidadania e o entusiasmo por liberdade, igualdade e fraternidade” (Di Paolo, 1990, p. 87). Assim, em Belém, no mesmo período, o franciscano Frei Luiz Zagalo, vindo de Caiena em 1815, conscientizou a população local sobre os ideários de liberdade em várias camadas sociais. Além disso,

Transmitiu aos paraenses o entusiasmo pela revolução francesa, contribuindo para a emergência da consciência libertária em todas as camadas sociais, também nos escravos. Sua pregação revolucionária incomodou o grupo dominante e as autoridades religiosas e, em 1817, foi expulso do Pará. Sua ação intelectual, embora não resultasse em mudanças estruturais, enquistou a conscientização moral e política paraense, desencadeando um processo latente de mudanças reais que levariam, mais tarde, à luta pela independência política e social (Di Paolo, 1990, p. 89).

Assim, os paraenses, que viveram a experiência na Guiana e com o Frei, compartilhavam sentimentos e ideias de lutas anticoloniais da Amazônia. Eles superaram o estágio de tribos “[...] canalizando as tendências revolucionárias antes a favor do constitucionalismo português e posteriormente a favor da independência do Brasil” (Di Paolo, 1990, p. 87). Além disso, no início de 1820, o Grão-Pará contou com dois representantes intelectuais que também lutaram pelo ideário de liberdade e cidadania: Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente¹⁵ e João Batista Gonsalves

¹⁵ Felipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente nasceu em 1798, no Rio Acará. No Pará ficou conhecido como agitador paraense, foi o pioneiro em levantar causas políticas em favor dos “Nativistas” que iriam levantar motins na região paraense. Com seu dom de oratória e através do Jornal O paraense, conseguiu, no início da década de 1820, atrair as ondas populares, a contemplação e a aceitação de suas ideias tendentes a repelir o domínio lusitano no Pará (Hurley, 1936). As grandes causas políticas de sua vida pública foram: independência, abolição e república. Foi ideário político e depois de ter estudado no seminário de Belém, em 1816 foi para Portugal estudar Direito na Universidade de Coimbra. Lá aderiu à Revolução Constitucionalista de 1820 e se prontificou para retornar ao Pará para favorecer a adesão da província ao movimento (Di Paolo, 1990).

Campos¹⁶. Ambos utilizaram *O Paraense*, primeiro jornal fundado no Grão-Pará, por intermédio de Felipe Patroni. Esse jornal serviu para difundir ideários da época, a favor da independência do Brasil, mas não permaneceu por muito tempo, em razão de perseguição das elites portuguesas que não eram a favor da bandeira da independência do Brasil, como é possível constatar na seguinte asserção:

A lógica da classe portuguesa se baseava na experiência colonial plurissecular: o Brasil era uma conquista de Portugal; seu território era português; os filhos de portugueses nascido no Brasil eram *juris et de jure*, eles iriam tornar-se estrangeiros em suas terras, em sua pátria. Surgiu, então, o dilema não facilmente superável: ou manter os nativos submissos ou aceitar a condição de estrangeiros (Di Paolo, 1990, p. 96).

Nesse cenário hostil, por levantar a bandeira da independência política e social do Brasil e do Grão-Pará, Felipe Patroni e Batista Campos foram perseguidos, presos, o que culminou com a morte de Batista Campos em 1834. Mas, por ser sacerdote, Batista Campos era mais ligado ao povo, pois exercia vivências pastorais, com sua linguagem acessível, cativava a todos, desde intelectuais, povo e homens de negócios comerciais. Assim, mata-se o homem, mas suas ideias sempre podem sobreviver.

E é certo que a influência dos franceses continuou em 1834 e 1835, devido as proximidades com Caiena. Os franceses Henrique Rhossart e Jean-Jacques Berthier influenciaram Batista Campos e Felix Clemente Malcher (que viria a ser o 1º presidente Cabano, em 1835) com ideias revolucionárias. Ambos chegaram a participar das lutas (Sousa Junior, 2022).

3.1.2 Cabanagem – conflitos que antecederam a revolução

Portugal passava no início do século XIX, por Revolução do Porto, em 24 de agosto de 1824, fato que também teve influência no Brasil, além do Iluminismo e da Revolução Francesa. À época, foram feitas reivindicações, dentre as quais se exigia o retorno do Rei de Portugal, Dom João VI, a Lisboa. A Revolta, que se iniciou na cidade do Porto, foi caracterizada como luta liberal e se expandiu para Lisboa, em setembro, chegou ao Brasil em 1821, resultando em mudança política conhecida na

¹⁶ Cônego Batista Gonçalves Campos nasceu no Rio Acará em Barcarena, no Pará, em 1782. Estudou em colégios em Belém e no seminário paraense, fez cursos de humanidades, reordenou-se em 1805. Em 1809, recebeu a nomeação de beneficiado; em 2015 a nomeação de Conego, aos 33 anos de idade (Hurley, 1936). Batista Campos era conhecido como sacerdote e advogado do povo, como jornalista político e social, tornou-se exemplo de respeito à legalidade na legitimidade (Di Paolo, 1990).

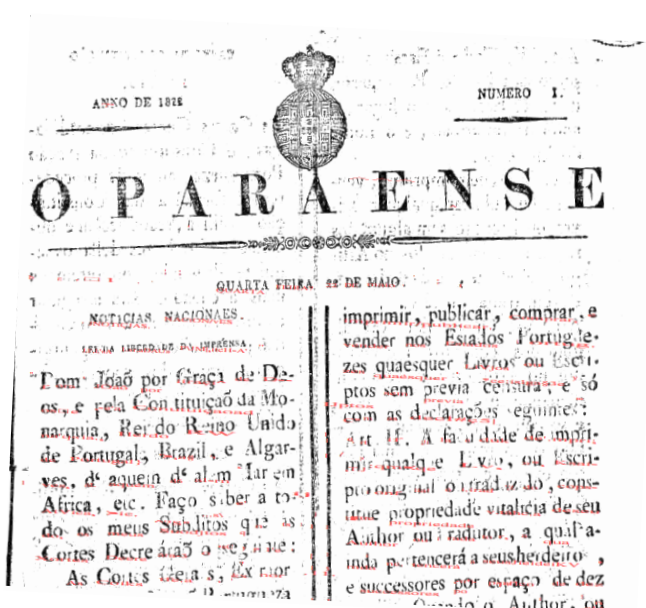
historiografia ibero-americana como o Triênio Liberal (1820-1823) (Neves; Campos; Mota, 2022).

No Grão-Pará, os ideários da revolução são divulgados através de idealistas recém-chegados de Portugal, como Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente. Ele fundou e utilizou o jornal, *O Paraense*, como meio de disseminação dos ideais vigentes na época, mas que, posteriormente, não seriam bem aceitas pelos governantes portugueses da Província, conforme enfatiza Simões (2019, p. 28).

Patroni introduz no Pará, com seus artigos na imprensa, os elementos fundamentais do discurso liberal que presidiu o movimento constitucionalista de 1820. Logo os representantes da Metrópole perceberam o risco que tais ideias veiculadas livremente pela imprensa representavam para a continuidade da dominação lusitana na Amazônia e a manutenção dos próprios privilégios, a julgar pelo crescimento da propaganda política separatista, principalmente no Rio de Janeiro, em Pernambuco, em São Paulo. A força da palavra livre precisava ser contida, controlada. Para isso, era preciso silenciar o *Paraense* e seus redatores.

Sendo o primeiro da província, esse jornal desempenhou um papel crucial ao informar a população sobre a situação do Brasil e as questões liberais. A primeira edição, de 22 de maio de 1822, tinha oito páginas, letras grandes e duas colunas, que cobriam temas como notícias nacionais, lei de liberdade de imprensa, constituição portuguesa, reflexões sobre o Pará, preços dos produtos brasileiros, economia política e açougue. Na Figura 4, apresentamos fotografia desse meio de comunicação.

Figura 4 - Primeiro exemplar do primeiro Jornal do Grão-Pará, *O Paraense*.



Fonte: *O Paraense*, 1822.

O fato é que *O Paraense*, ao fornecer informações regularmente, apresentava a estrutura social e as conjunturas presentes nos momentos históricos. Acerca disso, Elias (2001) nos ajuda a compreender que o jornal se constitui um dispositivo que permite melhor compreensão das relações entre estruturas de dominação, estruturas sociais e juízos de valor de uma sociedade. E já na primeira edição, esse jornal almejava garantir a liberdade de expressão, apresentando, no início do primeiro volume, um trecho da lei de liberdade de imprensa, que garantia a circulação sem censuras, conforme passamos a registrar:

Dom João por graça de Deus e pela constituição da Monarquia, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, d'aquém d'além Mar em África, etc. Faço saber [...] Título I sobre a extensão da liberdade da imprensa. Art. I. Toda a pessoa pode da publicidade dessa lei em diante imprimir, publicar comprar, e vender nos estados portuguezes quaisquer livros ou escrito sem previa censura (*O Paraense*, 1822, p. 1).

O jornal destacava as principais consequências políticas da época. Nos primeiros exemplares, abordava temas relacionados à independência do Brasil, proclamada por Dom Pedro I em 1822. Em outubro de 1822, Batista Campos publicou o manifesto de D. Pedro I, um mês após o Grito do Ipiranga. A ação de Batista Campos irritou os líderes portugueses da Província do Grão-Pará, o que resultou em sua prisão por 13 dias. Constatamos, assim, que, através dos jornais, é possível entender fatos históricos da região.

3.1.3 Implicações históricas da Independência do Brasil em 1822 e adesão do Grão-Pará

Com a Independência do Brasil em 1822, Coelho (2012) analisa a posição da província do Grão-Pará em relação ao sistema do Rio de Janeiro. Mas, para compreender a questão, precisamos entender a relação econômica e geográfica entre 1821 e 1822. Em 1822, a região do Grão-Pará tinha uma segurança financeira direta com Portugal, que poderia ser afetada pela independência do Brasil, uma vez que passaria a depender das ordens das lideranças do Rio de Janeiro.

Sobre a situação geográfica, Coelho (2012) destaca que as viagens comerciais para Lisboa eram favorecidas pelas correntes marítimas, o que as tornava mais rápidas que as viagens ao Rio de Janeiro. Assim, a distância entre as duas províncias brasileiras acabaram por acarretar o isolamento do Grão-Pará no governo de D. Pedro I.

Com relação a questões políticas, Coelho (2012) afirma que populares adotaram posturas contrárias ao liberalismo¹⁷. Eram resistentes a mudanças que pudessem democratizar a sociedade e as relações de poder, o que gerou debates entre aqueles que viam a Independência como uma solução para os ideais de liberdade, incluindo o Grão-Pará que almejava ter representantes locais.

Assim, em janeiro de 1823, a Província do Grão-Pará reconheceu a Independência do Brasil, declarada em 7 de setembro de 1822, no Rio de Janeiro. Na ocasião, em fevereiro de 1823, acontecia em Belém a nova eleição municipal, que terminou com triunfo dos brasileiros, amigos de Batista Campos. O feito foi considerado uma vitória do povo, segundo Hurley (1936).

Por não gostar do ocorrido, o partido lusitano traçou estratégia para anular o resultado das eleições. Em vista disso, delegou poderes ao comerciante Manoel Fernandes da Cunha, o qual denunciou à Junta Administrativa Provisória que a eleição não tinha sido realizada em conformidade com a lei. No entanto, a Junta Administrativa Provisória, filiada ao partido da Independência, que era chefiada pelo Cônego Batista Campos, não aceitou os argumentos do Partido Lusitano, fato que fez com que os portugueses apelassem para um Golpe Militar em 1º de março de 1823.

Para Hurley (1936, p. 94), “[...] foi esse golpe profundo e impensado de tirania militar lusitana contra os paraenses uma das causas da eclosão da Cabanagem, anos posteriores. Até então, essa foi a mais forte provocação dos lusitanos aos brasileiros”. Dado o Golpe, os portugueses coagiram os membros da Junta em suas residências, os quais, posteriormente, foram presos e deportados para diferentes lugares da província. Também restabeleceram a antiga Câmara Municipal, elegeram um novo general para o quartel, apossaram-se do material tipográfico do jornal *O Paraense*,

¹⁷ A vertente econômica do liberalismo é parte de uma tradição bem mais ampla no campo da política, que nasceu na Inglaterra e na França no século XVII com o objetivo de combater o absolutismo. O liberalismo surgiu da ideia de que o poder tende a ser usado de forma abusiva por quem o detém. Para seus formuladores, os papéis fundamentais da política são proteger e expandir a liberdade do indivíduo. Apesar da ampla variedade do pensamento liberal, existem alguns elementos que unem historicamente todas as vertentes. Além do foco na liberdade (o desejo de se ver livre de limitações injustificadas, abrindo possibilidades para que as pessoas vivam suas vidas de acordo com seus próprios propósitos), ressalta-se a crença em valores iluministas como: Racionalidade: as pessoas são capazes de tomar decisões razoáveis e não devem ser tuteladas; Individualidade: cada indivíduo é um fim em si mesmo, não apenas uma peça em uma engrenagem, subserviente aos interesses do grupo; Progresso: crença na possibilidade de melhora progressiva das condições de vida por meio da tecnologia e do esforço (em contraposição aos conservadores, que acreditam que mudanças trazem mais perdas do que ganhos, e dos radicais, que acham que qualquer melhora só é possível por intermédio da revolução) (Godoi, 1919, p. 41).

que Filipe Patroni (1798-1866) havia vendido ao Cônego Batista Campos, que, diante da situação, encontrava-se foragido a fim de preservar sua vida.

Em abril de 1823, houve, sem sucesso, um movimento pró-independência e, posteriormente a esse fato, entra em cena na região, por intermédio do Imperador do Brasil, D. Pedro I, o emissário do almirante Lord Crockran e o Capitão-tenente John Pascoe Greenffell, que, à força, exigiram que a Província do Grão-Pará aderisse ao sistema geral do Império brasileiro, prendendo, então, os comandantes das armas, José Maria Moura e o coronel Villaça. No dia 15 de agosto de 1823, foi oficialmente declarada a adesão do Pará à independência do Brasil.

Segundo Raiol (2021a), devido ao ocorrido, o Cônego Batista Campos, outrora refugiado, retorna a Belém, mas a paz na província não reinou. No dia 12 de outubro de 1823, aniversário do imperador D. Pedro I, houve comemorações e acordos na província. No mesmo dia, reuniram-se os membros da Câmara Municipal, da Junta Provisória, o Bispo D. Romualdo de Seixas, os oficiais militares, os empregados públicos e muitos cidadãos e, assim, às 11h da manhã, foi declarado na região que D. Pedro I tornou-se o Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil.

No entanto, os independentes tinham receios da lealdade de três dos cinco membros da Junta provisória (Geraldo José de Abreu, presidente, João Henrique de Matos, José Ribeiro Guimarães, Cônego Batista Campos e Clemente Malcher), os quais demoravam para decidir sobre as pautas de interesse dos independentes. Os dois últimos ligados ao povo, em minoria, não podiam resolver questões de interesse dos cabanos.

Esse fato fez com que, no dia 15 de outubro de 1823, houvesse muitas revoltas e invasões, que levaram às ruas mais de três mil homens, segundo Raiol (2021a). Para o autor, eles queriam invadir o Palácio do Governo e exigiam a demissão do presidente da Junta Provisória¹⁸, dos oficiais e funcionários públicos, indicados como inimigos da emancipação política do Brasil e a deportação dos portugueses para Portugal. Reivindicavam também que, o Cônego Batista Campos, se tornasse presidente do Governo, como podemos constatar:

¹⁸ Geraldo José de Abreu.

O Cônego Batista Campos, que nesta noite esforçou-se quando lhe foi possível para conter o povo, persuadindo-o por fim a dispensar-se, continuou depois de investido na presidência do governo, a tomar as medidas que lhe pareceram necessárias para estabelecer a ordem e evitar novos excessos (Raiol, 2021a, p. 80).

A verdade é que o clima de insegurança estava formado em Belém e, apesar dos esforços de Batista Campos para acalmar a população, não foi possível conter os mais furiosos. Na noite de 15 de outubro de 1823, segundo Raiol (2021a), os revoltosos arrombaram e saquearam comércios dos portugueses e dispararam tiros ao “som dos vivas” que deram ao Imperador. Isso fez com que Batista Campos, em prol da manutenção da Paz, solicitasse apoio a Greenfell, porém, o cônego não imaginava que as medidas tomadas seriam ainda mais catastróficas para Belém e seu povo.

Desse modo, realizaram-se pacíficas medidas de prevenção. Foi ordenado que patrulhas rondassem as ruas da cidade, que fosse reforçada a guarda na cadeia e presos os soldados que ameaçassem soltar prisioneiros. Mas, na noite de 16 de outubro, novamente com a ajuda de um terço dos soldados e homens de classe ínfima e bêbados, propagaram-se arrombamentos de portas de comércio portugueses.

Munidos de sua guarnição e marujos dos navios mercantes do porto, Greenfell deu ordem para prender todas as pessoas encontradas nas ruas. No quartel, fez desarmar a tropa e a conservou em custódia até segunda ordem. No dia seguinte, no intuito de amedrontar a guarnição, num ato de extrema crueldade, mandou executar a tiros de espingarda cinco guardas, um de cada regimento envolvido nos ataques da noite anterior. O Cônego Batista Campos, por sua vez, foi acusado por Greenfell de ser um dos instigadores desse último tumulto, sendo mandado para o Rio de Janeiro, onde permaneceu preso.

A crueldade de Greenfell mostrou-se mais desumana quando deixou presos duzentos e cinquenta e seis (256) indivíduos, os quais, no dia 20 de outubro de 1823, foram transferidos para um porão de um navio denominado de São José Diligente, que ficou conhecido por “Palhaço”. Segundo Raiol (2021a), o porão tinha um espaço mínimo, trinta palmos de comprimento, vinte de largura e doze de altura. Esses cidadãos passaram por situações desumanas, humilhações, sede, fome, falta de ar. Além disso, fora lançado cal pelos soldados, asfixiando e matando os prisioneiros. As notícias das crueldades de Greenfell logo se espalharam pela província do Grão-Pará, ocasionando revolta à população.

Os fatos relatados demonstram que o início do século XIX herdou uma sequência de acontecimentos que afetaram de forma negativa a população menos favorecida do Grão-Pará, e que se manteve até o auge da Cabanagem, em 1835. Foram anos de embates de diferentes representações, com objetivos opostos, como defende Chartier (1988), para quem essas representações foram colocadas em um campo de concorrências e de competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.

Para esse autor, as lutas de representações são importantes, assim como as lutas econômicas, para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio. E decerto, no ano de 1835, no Grão-Pará, as múltiplas representações resultaram na revolução.

Com o ápice da Cabanagem, intensificou-se a instabilidade na província do Grão-Pará, perceptível pela troca de presidentes provinciais e, pela primeira vez, havia presidentes ligados ao povo paraense, os Presidentes Cabanos Félix Clemente Malcher, Francisco Pedro Vinagre e Eduardo Angelim. Eles, através do exercício de poder vinculados a práticas culturais do povo, pretendiam exercer a política, fundada conforme a reflexão de Chartier (1991), ao falar da liberdade do sujeito, que privilegia ideia e a ação.

A Cabanagem ocorreu em diversas localidades da região do Grão-Pará, constatando-se a existência de várias lideranças, dentre elas, os juízes de paz¹⁹, que eram escolhidos pelo povo por meio de eleição com mandato de quatro anos, com função, segundo Moura (2023), de conciliar e prevenir conflitos. O magistrado seria

¹⁹ Os juízes de paz passaram a exercer funções na província mediante a lei de 1 de outubro de 1828, que instituiu as atribuições e eleição das Câmaras municipais e dos Juizes de Paz. Destacam-se os artigos 2º, 5º e 88. Art. 2º A eleição dos membros será feita de quatro em quatro anos, no dia 7 de setembro, em todas as paróquias dos respectivos termos das cidades, ou vilas, nos lugares, que as Câmaras designarem, e que, quinze dias antes, anunciarão por editais afixados nas portas principais das ditas paróquias. Art. 5º No domingo, que preceder pelo menos quinze dias, ao em que deve proceder-se a eleição, o Juiz de Paz da paróquia fará publicar, e afixar nas portas da igreja matriz, e das capelas filiais dela, a lista geral de todas as pessoas da mesma paróquia, que têm direito de votar, tendo para esse fim recebido as listas parciais dos outros Juizes de Paz, que houverem nos diferentes distritos, em que a sua paróquia estiver dividida. Art. 88. Os Juizes de Paz são os privativos para julgarem as multas por contravenções às posturas das Câmaras a requerimento dos Procuradores delas, ou das partes interessadas: e no processo seguirão o disposto nas Leis, que regularem suas atribuições, dando em todos os casos apelação na forma das mesmas Leis, se a parte o requerer, logo que se lhe intimar a sentença.

um indivíduo sem formação jurídica e sem remuneração, eleito em sua freguesia para atuar como juiz em variados assuntos, em sua localidade. Além do Juiz de Paz, Moura (2023) enfatiza presença de indígenas e negros na administração das vilas no Grão-Pará durante o século XIX, atuação em câmaras municipais, como é possível constatar a seguir:

A historiografia aponta que as demandas pelo funcionamento da justiça eram tão diversificadas quanto os grupos sociais e étnicos que compunham determinada localidade. As expectativas, portanto, perpassavam por questões como manutenção da ordem, intermediação e solução de conflitos, afirmação de valores e busca por distinção social. [...], eram grupos “que não tinham poder pessoal ou posição para fazer justiça” que teriam expectativas acentuadas pelo funcionamento da justiça. Esta afirmativa nos remete, novamente, aos índios avilados (e aos negros), mais especificamente à sua mobilização para compor os quadros da administração local e, agora, da justiça de paz (Moura, 2023, p.89).

Nesse contexto de mudanças, convém ressaltar que os Juízes de Paz faziam parte da conjuntura de poder, no entanto, houve aqueles que passaram a defender os interesses dos cabanos, passando a desempenhar um papel significativo no período da cabanagem, juntamente com seus aliados. Estes foram fundamentais na disseminação de informações sobre os acontecimentos do Brasil e do Grão-Pará, sobretudo em relação aos ideais de liberdade. Essas pessoas foram perseguidas, presas e mortas, como é possível constatar na Figura 5, que apresenta atestado de óbito de 1837 de Felix Guedes, acusado de ser o Juiz de Paz dos Cabanos e de liderar a ofensiva de Vigia²⁰.

²⁰ Vigia, no período da Cabanagem, era uma das vilas do Grão-Pará, fundada em 6 de janeiro de 1616. Local onde ocorreram conflitos durante a Cabanagem.

Figura 5 - Atestado de óbito do Juiz de Paz, Felix Guedes.

Aos cinco dias do mez de Abril de mil e oitocen-
 tos e trinta e sete annos a bordo desta Curveta Pa-
 lieu e de nome Felip Luis mameluco; Nao pa-
 ra bordo em 30 de Março de 1837: Para Juiz
 de Paz futo pelos cabanos, e foi quem se a
 Ordem quando se marcharia para a Bahia, e
 destruiram tudo que existisse na Villa: Rem-
 tido pelo Juiz de Paz da Bahia do Sol.
 Bordo da Curveta Defensora futo no Para de
 Abril de 1837

Francisco Churru Brin



Fonte: Arquivo Público do Pará - BRPAAPEP. SPP.CX010. P02. D048

O que podemos constatar é que o poder de influência das lideranças sobre a população justifica a organização dos cabanos em diversas localidades, lugares

estratégicos as margens dos rios e igarapés. A Figura 6 do mapa da imprensa naval da Marinha do Brasil permite visualizar a expansão geográfica da Cabanagem. O mapa destaca a cidade de Belém e outras 28 localidades: Magazão, Boa Vista, Porto de Moz, Gurupá, Oeiras, Vizeu, Cametá, Muaná, Igarapé-Mirim, Moju, Bujaru, Acará, Mariquita, São Sebastião da Boa Vista, Ourém, Carapari, Abaité, Beja, Conde, Barcarena, Pinheiro, Benfica, Porto Salvo, Colares, Vigia, Maracanã, Salinas, Bragança. Os pontos em vermelho no mapa são a localização dos lugares onde a cabanagem ocorreu.

Figura 6 - Expansão geográfica da Cabanagem



Fonte: Ministério da Marinha, 1943.

Inequivocamente, é perceptível que a organização cabana atendia aos anseios dos indivíduos que eram contra os ideários do colonialismo. Daí, surgem novas formas de vida para os menos favorecidos que passam a viver como sujeitos da própria história. Essa gente, historicamente oprimida, passa a desenvolver várias formas de resistência coletiva, incluindo fuga, rebelião, negociação, conformismo e apropriação dos instrumentos de dominação (Souza Junior, 2022).

É importante enfatizarmos que as articulações da Cabanagem remontam um período anterior a 1835, incluindo séries de eventos significativos ocorridos na província. Entre esses acontecimentos estão a morte de 256 indivíduos no porão do navio *Brigue Palhaço*, em 1823, e os episódios do início da década de 1830, que contribuíram, consideravelmente, para o protagonismo de diversas lideranças cabanas, como: Batista Campos; Félix Antônio Clemente Malcher; Francisco e Antônio Vinagre; Eduardo Angelim e Geraldo Galvão (irmão de Angelim).

Essas lideranças, em 1834, em virtude das perseguições por parte do governo, tinham ampla liberdade para percorrer o interior da região e conseguir aliados. No entanto, a tragédia no Rio Acará, em 1834, que resultou na morte de Batista Campos e Manoel Vinagre, além da prisão de Félix Clemente Malcher, foi um estopim para a invasão de Belém, em janeiro de 1835, como podemos constatar:

A invasão de Belém pelos cabanos foi o ponto culminante de uma série de ações de rebeldia ocorridas no interior da província principalmente na região do Rio Acará que resultaram no assassinato de Manoel Vinagre, na prisão de Félix Clemente Malcher e na Morte do Cônego Batista Campos. Assim que a notícia desses fatos foi difundida na província, os ânimos populares se exaltaram mais ainda, alimentados pelo desejo de vingança dos parentes e amigos dos mortos (Sousa Junior, 2022, p.70).

Assim, a explosão da Cabanagem deu-se na madrugada de 7 de janeiro de 1835, em Belém, quando um grupo comandado por, Antônio Vinagre, invadiu o quartel de tropa de linha, e outros grupos cabanos assassinaram o presidente da província, Bernardo Lobo de Souza, o Governador Militar, Joaquim José da Silva Santiago e o Capitão, James Inglis, da Corveta Defensora, tomando, posteriormente, o poder (Sousa Junior, 2022).

3.1.4 Presidentes Cabanos

Félix Antônio Clemente Malcher foi o primeiro presidente cabano, tenente-coronel paraense. Nasceu em 1772, no Município de Monte Alegre e faleceu em Belém, em 20 de fevereiro de 1835. Durante a década de 1820, foi militar, sendo promovido a alferes, tenente, capitão e tenente-coronel. Também possuía fazenda na cidade do Acará. Casou-se com Rosa Maria Henriques de Lima, filha de um rico proprietário de terra no Rio Acará e teve um filho em 1820, chamado João Diogo Clemente Malcher.

Malcher tomou posse na presidência do Grão-Pará, em 7 de janeiro de 1835. Segundo Hurley (1936), a cerimônia de nomeação de Malcher teve, politicamente, um caráter legal. Estiveram presentes religiosos, militares, magistrados e populares. Seu mandato foi breve, durou apenas 44 dias, de 7 de janeiro de 1835 a 21 fevereiro de 1835, uma vez que, por aceitar as exigências do Governo Imperial, foi considerado traidor e assassinado. Porém, ao assumir o governo, foi aclamado pelos revolucionários. O discurso, que proferiu, legitimado em ATA, reflete o espírito da revolução, abordando temas como luta, insatisfação e esperança, como é possível constatar mediante a transcrição da ata do ocorrido.

ATA

Aos sete dia do mês de janeiro de 1835, nesta cidade de Santa Maria de Belém, Capital da província do Grão-Pará, no Palácio do Governo da mesma, onde se achavam presidentes os mais conspícuos cidadãos assassinados, congregados para testemunharem o ato da aclamação que o povo e tropas reunidas no Largo Palácio acabavam de fazer do Exmo. Sr. Presidente desta província Feliz Antônio Clemente Malcher, por falecimento do ex-presidente Bernardo Lobo de Souza, a que já estava Cansado de sofrer por causa da prepotência e arbitrariedades que sempre praticou em todos os atos de seu governo, foi pelo mesmo povo e tropa, que o aclamou, requerido que se desse conta do acontecimento à Regência, pedindo que não nomeasse mais presidente para esta província até que S. M.I o sr. D. Pedro II chegasse a idade marcada pela constituição para dirigir as rédeas do governo do Império, pois as experiências tem desgraçadamente, mostrado que eles, em vez de cuidarem do bem público, só tratam dos seus interesses particulares: **e o mesmo povo e tropa declararam que protestavam não receber qualquer presidente que a Regência lhes mandassem, pela certeza que esta malfadada província não poderá prosperar se não for administrada pelo benemérito e patriota cidadão a quem com tanto júbilo acabavam de aclamar.** E, para constatar mandaram lavrar esta ATA, que foi assinada pelo mesmo Exmo. Sr. presidente, chefe de corpos e mais cidadãos congregados. Eu Miguel Antonio Nobre, secretário do Governo a escrevi (Hurley, 1936, p. 256, grifo nosso).

A ata em questão carrega um discurso recheado de sentidos de cultura local da época. “Os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto já um significado e uma apreciação valorativa” (Pesavento, 2014, p. 15). Os valores que a ATA transmite satisfazem o anseio da sociedade em ser governada por alguém daquela mesma região, que se interessava pelos problemas da província.

Ademais, a ata também transmite as perspectivas dos presidentes cabanos posteriores: Francisco Pedro Vinagre e Eduardo Angelim. Ambos simbolizavam “[...] a força da representação que se dava pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social” (Pesavento, 2014, p. 41).

O segundo presidente cabano foi Francisco Pedro Vinagre (1793-1873). Nascido em Belém, lavrador, foi presidente por um período de 50 dias, de 21 de fevereiro de 1835 a 10 de abril de 1835. Em sua proclamação, ao assumir o cargo, mostrou-se militante fervoroso, em cuja declaração enfatizou ser paraense, jurou votos de fidelidade a terra e ao povo, proclamou ideias positivas sobre vitórias, inclusive, afirmando que morreria para defender o povo, como podemos constatar a seguir:

Proclamação de Francisco Pedro Vinagre

Paraenses; Sensibilizado eu sobre maneira com a notícia que chegou ao meu conhecimento de que pretendo evidir-me desta província, com o fim de vós agradecer a esses, que julgaes vossos inimigos, é de meu dever protestar solenemente perante vós e o mundo interior, que jamais me retirarei desta província para semelhante fim, e que será mais fácil retrocederem as águas do guajará, do que eu deixar de trabalhar a prol de vossas felicidades e interesses, de que exuberantemente tenho dado provas. Eu sou paraense e vosso amigo, e vossa ruína e infelicidade; e firme nestes princípios, eu com os que me cercão, que também são possuídos dos mesmos princípios, os quais durarão além da morte, estamos preparados e prontos para qualquer porção de mal intencionados e desordeiros, que por ventura, ouse perturbar, nosso socego afim de que não possamos fluir os suaves frutos da legalidade, que preste está a aparecer em campos; afarta de vós ideias que querendo ofuscar minha glória, querem igualmente cavar vossa ruína. Tranquilisai-vós e comigo contaes sempre, porque desejo antes que minhas cinzas sejam misturadas com as vossas, do que deixa-vós sem que seja no estado de plena liberdade legal e felicidade perenes. Viva a religião católica apostólica romana, viva o imperador do senhor D. Pedro I, viva a Assembleia Geral Legislativa; viva o povo paraense respeitador do socego público e amigo da legalidade. Palacio do Governo do Pará, 01 de maio de 1835. Francisco Pedro Vinagre, Presidente (Azebedo, 1834, p. 396).

Imbuído desses mesmos preceitos, tempo depois, assumiria a província o terceiro presidente cabano, Eduardo Francisco Nogueira. Ele adotou o nome Angelim, em referência à madeira rígida da região do Grão-Pará, simbolizando sua força e determinação. Assim, ficou conhecido por Eduardo Angelim. Nasceu em 6 de julho de 1814, em Acaracati, Ceará. Mudou-se para Belém em consequência da seca em sua região natal, vindo a falecer em Barcarena-PA, em 1882. Foi lavrador e líder da Cabanagem por nove meses, no período de 7 de outubro de 1835 a 9 de abril de 1836.

Não por acaso, Angelim chegou à presidência, ao contrário, desde a juventude, teve uma vida ativa com as causas sociais, aos 19 anos, participando ativamente da política e lutando pela autonomia da Província do Grão-Pará. Quando se tornou presidente, tinha 21 anos, mas não tinha um plano da Revolução Cabana, uma vez que, segundo Hurley (1936), se havia algum programa político a ser executado depois da vitória, este foi sepultado com Batista Campos, o único que conhecia os segredos políticos da Cabanagem. O fato é que tanto Eduardo Angelim como Francisco Vinagre lutavam por vingança.

Desprovido de plano, após perseguição, Angelim ficou preso de 1837 a 1840. Mas é inegável que ele foi um porta-voz das aspirações dos paraenses, especialmente dos cabanos. Em seu manifesto publicado em 29 de outubro de 1835, no jornal *Echo de Norte*, volume 1, nº 4, é possível constatar os desejos de liberdade dos paraenses, a esperança pelo fim da escravidão e do domínio português. Eles estavam dispostos

a dialogar com a corte por meios legais e queriam ser governados por seus representantes, conforme destaca um trecho do manifesto escrito por Angelim.

Saibam por tanto o governo geral, o Brasil inteiro, que os paraenses não são rebeldes, os paraenses querem ser súbditos, mas não querem ser escravos principalmente dos portugueses, os paraenses querem ser governados por um de seu patricio paraense, que olhe com amor para as suas calamidades, e não por um português aventureiro como o Marechal Jorge; os paraenses querem ser governados com a lei, e não com arbitrariedades, ultimamente os paraenses estão com braços abertos para receber governo nomeado pela regência mas que seja da sua confiança, aliás eles preferem antes morrer no campo da batalha do que entregar de novo seus pulsos as algemas e grilhões do despotismos, se o governo da corte teimar em subjugar-nos pela força, nos teimaremos em dar-lhes provas do valor de um povo livre, que esquece a morte quando defende a sua liberdade. Pará 29 de outubro de 1835. Eduardo Francisco Nogueira Angelim (Echo de Norte, volume 1, nº 4).

Em seu discurso, é possível perceber uma das principais causas de luta: a valorização da identidade local, defendida pelos governantes paraenses que conheciam profundamente essa causa. Mais uma vez, em um discurso de um presidente cabano, confirmamos que eles preferiam morrer no campo de batalha a serem governados por portugueses.

3.1.5 Os Cabanos

Vários homens de diferentes setores econômicos foram considerados cabanos. O nome, em si, apresenta um sentido de menosprezo por parte do governo, em virtude das condições precárias que os cabanos viviam. Moura (2023) enfatiza que os moradores das vilas eram descritos como majoritariamente indígenas, pobres, analfabetos e dedicados principalmente à lavoura e ao extrativismo. Enfatiza, ainda, que em algumas vilas havia poucos moradores, pois muitos ficavam afastados em suas roças a maior parte do ano ou haviam abandonado o lugar.

Por tais descrições, justificava-se o estado precário de conservação de casas nas vilas. Os habitantes, por serem pobres, não possuíam bens, tinham, no máximo, cabanas cobertas de palha, lavouras, roças, cafezais e fruteiras, que dedicavam suas horas ao trabalho e a tirar o sustento familiar. Assim, os cabanos podem ser considerados como homens carregados de subjetividades, e, com base na análise de Pesavento (1994), não obstante serem vistos como subalternos, eles eram protagonistas de suas histórias, carregadas de emoções, sentimentos, ideias, temores ou desejos. Sobretudo, eram homens que aprenderam a sentir e a pensar, ao que acrescentamos, fizeram-no mesmo em um cenário tão inóspito e em condições as

mais adversas. Quiçá não tenha sido isso mesmo o adubo que fomentou esse aprendizado.

Uma história de indivíduos que deriva, assim, de uma história social renovada: do estudo dos pobres, dos subalternos enquanto classe ou grupo, detentores de uma expressão cultural dita popular, passou-se a uma história de vida das pessoas humildes, na qual possam ser surpreendidos os sentimentos, as sensações, as emoções, os valores. Esta última condição é extremamente importante para a História Cultural, pois marca a emergência da subjetividade nas preocupações do historiador. É a partir da experiência histórica pessoal que se resgatam emoções, sentimentos, ideias, temores ou desejos, o que não implica abandonar a perspectiva de que essa tradução sensível da realidade seja historicizada e socializada para os homens de determinada época. Os homens aprendem a sentir e a pensar, ou seja, a traduzir o mundo em razões e sentimentos (Pesavento, 1994 p. 57).

Nesse contexto hostil em que se encontravam, muitos almejavam mudanças e aceitavam participar dos conflitos, fatos que fizeram com que se aliassem a partidos. No início da década de 1830, a disputa por poder intensificou-se entre os partidos dos portugueses (Caramurus) e brasileiros (filantrópicos). Nesse período, ocorreram diversos motins na capital e no interior. Esses eventos foram em grande parte provocados pela insatisfação com a continuidade da ocupação dos cargos públicos civis e militares por portugueses ou por indivíduos que agiam de maneira autoritária, abusando dos privilégios e utilizando o poder para fins pessoais.

Essa situação foi agravada pela constante falta de recursos nos cofres públicos, resultando em atrasos de meses no pagamento dos militares (Rodrigues, 2019). Os atrasos ocasionaram insatisfação e atos frequentes de insubordinação e provocaram a rebelião dos efetivos militares da Capital, havendo, dentro da corporação, violência, prisões e morte. Era vivível a instabilidade política e econômica pelo qual o país passava.

Mas a situação tendia a se agravar, o que, de fato, veio a ocorrer. Quando o partido Caramuru estava no poder, uma medida sugerida pelo Ministério da Guerra instituiu atos administrativos iniciais, determinando o recrutamento obrigatório para suprir as necessidades do exército e da marinha. Segundo Rodrigues (2019), um dos objetivos da medida era tirar de circulação as pessoas que participavam de reuniões com ideias absolutistas, dentre elas, também indígenas, escravos e negros. Os recrutadores se espalhavam pelo Grão-Pará, mas nos chamam atenção o que isso provocou, conforme este relato:

A atuação desastrada de agentes recrutadores nas diversas vilas ou na capital, que exorbitavam de suas funções, cometendo abusos e arbitrariedades, contribuiu para que a revolta fosse alimentada cotidianamente. Um caso exemplar foi o recrutamento, para servir à marinha, do jovem Eduardo Francisco Nogueira (o Angelim). Apesar de ser arrendatário de terra e agricultor, foi recrutado na condição de provocador de conflitos, porque tinha facilidade de falar em público e assim obter seguidores para suas ideias. Após o empenho de seus amigos, conseguiu a liberdade, mas Lobo de Sousa o transformou num inimigo do seu governo (Rodrigues, p. 39, 2019).

Durante esse período, havia um interesse em controlar a população negra devido ao seu grande número e ao temor dos portugueses de possíveis rebeliões, já que os negros buscavam a liberdade. Os agentes de recrutamento não conseguiam encontrar indivíduos em número suficiente e, por isso, começaram a constranger pessoas, acusando-as de provocar conflitos (Rodrigues, 2019). Isso resultou em mais revoltas entre aqueles que apoiavam o partido dos filantrópicos.

Por esses e outros motivos, com o desejo do Brasil e Grão-Pará de serem governados por brasileiros, vários segmentos sociais foram considerados cabanos. Os registros de óbitos da Corveta Defensora, um navio que funcionava como prisão para os supostos líderes da rebelião ancorado em Belém, contêm informações detalhadas sobre os detidos. Esses documentos incluem nomes, características ou funções (juízes de paz, padres, brancos, índios, negros, negros libertos, pardos, mamelucos, tapuios, escravos, caixeiros viajantes, mestiços), acusações e locais de origem.

Importante acrescentarmos que muitos foram presos no interior e transferidos para Belém, onde acabavam falecendo na prisão. Alguns dos óbitos foram causados por febre e diarreia, enquanto outros registros indicam doenças na bexiga (Bexigoso e bexiga confluentes). Pelas datas, percebemos que os detentos ficavam na corveta entre um a seis meses antes de falecerem. O Quadro 7 apresenta uma amostra de quem eram os cabanos.

Quadro 7 – Quadro de atestado de óbitos de cabanos

NOMES	CARACTERÍSTICAS	ACUSAÇÕES	ORIGEM	TEMPO
Joaquim Manoel	Negro liberto	Não mencionado	Belém	14/05/1836 a 16/12/1836
Manoel dos Reis	Negro	Acusado de ser rebelde na época da presidência de Eduardo Angelim	Belém	2/08/1837 a 09/03/1838
José Raymundo Lanquim	Tapuio	Acusado de ser um influente rebelde do Distrito do Acará e fazer fogo ao destacamento do Acará-mirim	Acará	21/03/1837 a 20/06/1837
José Antonio Sabino	Mameluco	Acusado de ter sido comandante do ponto do Cajú	Marajó	10/06/1837 a 20/07/1837
Leandro Antonio	Índio	Acusado de participar da rebelião em Igarapé-mirim com homicídios registrados.	Igarapé-mirim	9/06/1837 a 26/06/1837
José Maria	Branco, Sapateiro.	Acusado de ser assassino de autoridades em 7 de janeiro de 1835	Belém	31/07/1837 a 23/08/1837
José Antonio	Mestiço	Acusado de ser rebelde, assassino e ladrão, além de estar com 16 armas	Macapá	2/06/1837 a 24/08/1837
José Cezario	Não informado	Acusado de ser um dos principais cabanos desta Província, que junto a outros invadiu a vila de Vigia e matou o corseio de Cametá	Belém	20/03/1837 a 1/01/1838
José Rodriguez	Padre Preto	Acusado de tentar embarcar no porto do una pela madrugada, junto com outros soldados, do corpo de Artilharia Ligeira em deserção	Belém	13/09/1837 a 6/11/1837
Jeronimo Antonio Miranda	Caixeiro viajante	Acusado de assassinar sete portugueses.	Não mencionado	14/08/1837 a 3/01/1838
José Ignacio	índio	Preso na expedição ao Amazonas e acusado de ser rebelde de Monte Alegre e participar do assassinato do capitão M. Gama e o esfaqueamento do cadáver.	Monte Alegre	10/06/1837 a 29/01/1838
Manoel Dalbino	Mameluco	Preso pelo major comandante de Ourém por ser	Ourém	27/01/1837 a 22/17/1838

		rebelde e ter praticado crime de morte		
Francisco José	Escravo	Por ser rebelde que praticou crimes de morte em 15 de setembro de 1835 durante a rebelião.	Acará	21/01/1839
José Mauricio	Escravo	Preso no rio Guajará ocupado por rebeldes	Santarém	3/09/1838 a 27/01/1839
Felix Guedes	Juiz de Paz Mameluco	Foi juiz de paz dos cabanos e liderou a ofensiva a Vigia.	Vigia	30/03/1837 a 05/04/1837
João Portilho		Acusado de “grande faccioso” da vila de Soure.	Vila de Soure	25/09/1836 a 22/10/1836
José Mulato	Escravo	Preso por portar uma granadeira e cartuchame de adarme 17	Belém	15/09/1836 a 24/09/1836
Lourenço José Justiniano	Foi alferes dos cabanos	Acusado de assassinar o Português de nome Casemiro	Belém	30/03/1837 a 09/04/1837
Martinho da Costa	Índio	Cumprido no assassinato	Preso na Freguesia de Abaité	6/02/1836 a 12/05/1837
Francisco Antonio Índio.	Índio	Acusado de estar nas comoções de 7 de janeiro, ataque a Vigia, Colares e cidade de Belém	Belém	7/03/1837 a 04/06/1836

Fonte: Arquivo Público do Pará (2024).

O certo é que os documentos pesquisados apontam que existia forte organização interna entre os cabanos, fato que fez com que o governo afirmasse que havia um Partido Cabano. Isso fazia com que os homens fossem presos, simplesmente por serem cabanos, como é possível identificarmos na acusação do preso, Gil Manso de Aragão, em 1837,

Carta do Capitão João Manoel da Costa sobre o estado do preso Gil Manso de Aragão, remetido a bordo da Corveta Defensora em 30 de novembro de 1837 da vila de Cachoeira do Marajó. Acusado de ser rebelde que “fez fogo contra a legalidade” em companhia de rebeldes da vila de Igarapé grande. Também acusado de ter matado Domingos de Liastre e ser influente no “**partido Cabano**”. Em anexo: relatório de 20 de janeiro de 1839 do primeiro cirurgião Manoel Domingos Barboza sobre o estado de saúde do preso Gil Manso de Aragão, no qual consta o mesmo sofrer de Pneumonia e inflamação no peritônio e por isso ter sido remetido ao Hospital geral militar. Corveta Defensora, 21 de janeiro de 1839 (Arquivo Público, 2024, grifo nosso)

Tais acusações, muitas das quais culminaram em morte, eram recorrentes. No Quadro 8, é possível constatar alguns números dos mortos registrados. A estimativa é de 12.504, mas, segundo Raio (1870), no auge da Cabanagem, poderia

chegar a aproximadamente 40.000 pessoas, uma vez que a população da província era de, aproximadamente, 100 mil habitantes, e a da capital da província era estimada em 15.000 habitantes. O fato é que não havia um controle dos falecidos no interior do Grão-Pará.

Quadro 8 - Número de cabanos falecidos

RELAÇÃO DE CABANOS FALECIDOS	
Descrição	Número
Falecidos (incluídos só os reconhecidos e pronunciados)	504
Falecidos (Desconhecidos e não pronunciados)	4.000
Falecidos (nos navios de guerra, hospitais e prisões)	8.000
Total	12.504

Fonte: Nery (2013).

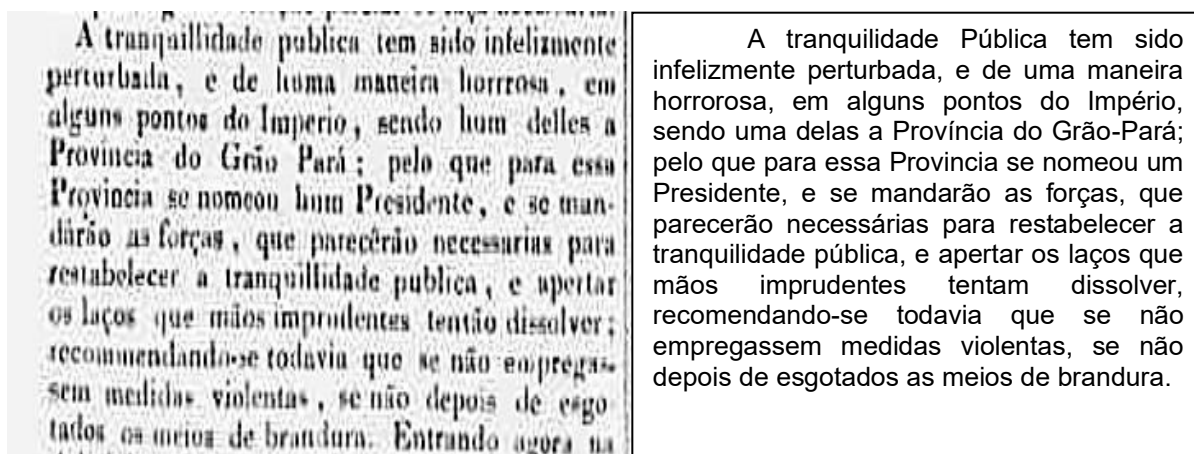
3.2 Cabanagem: implicações sociais-políticas (Brasil e província)

O Período Regencial, no Brasil, perdurou de 1835 a 1840. A Primeira Regência Una por eleição ocorreu em 1835, feito que se deu de acordo com o Ato Adicional de 1834, em cujo Art. 26 instituía que, enquanto o Imperador não tiver um parente com as qualidades exigidas, o império seria governado, durante a menoridade, por um regente eleito e de forma temporária por quatro anos, podendo ter novas eleições. Dessa forma, a eleição aconteceu em 1835, sendo eleito o Padre Diogo Feijó para a primeira Regência Una. No entanto, seu mandato só durou até 1837, quando renúncia ao cargo, tendo como sucessor Pedro Araújo Lima (1793-1870), conhecido como Mão de Ferro. Por sua postura autoritária, seu mandato durou até 1840.

Durante a regência de Feijó, foi instituída a Guarda Nacional, uma “milícia cidadã”, voltada para o fortalecimento dos proprietários, senhores locais e do Poder Central. Foi um período em que se espalharam, em proporção crescente, revoltas e revoluções por todo o país, em grande parte integradas por soldados das forças regulares, nas quais o governo não confiava mais para reprimir as contestações (Morel, 2023).

Os motivos que levaram Feijó a renunciar foram as inúmeras crises políticas, disputas entre grupos e rebeliões pelo Brasil, dentre elas a Cabanagem, fato expresso na nota do jornal *Correio Oficial* (1835, n.º 125), que exibimos na Figura 7.

Figura 7 - Notícia da falta de tranquilidade pública na província do Grão-Pará



Fonte: Correio Oficial (1835, nº 125, p. 1).

Apesar da violência, a Cabanagem faz parte de uma luta histórica, uma luta de representação, cuja problemática central é o ordenamento da estrutura social. A deflagração do auge da Cabanagem deu-se em 1835 e existem narrativas diferentes a respeito dela. Para Boiteux (1943, p. 29) “[...] foi a eclosão do espírito, da sede insaciável de vingança inerente ao ameríndio, amadurecida e reprimida cerca de 250 anos, e aliada à do negro africano contra o branco e reino ambicioso e brutal”. Morel (2023) enfatiza que o movimento envolveu, igualmente, camadas pobres da população: pequenos lavradores, militares e grande quantidade de índios e caboclos, além de escravos.

Para Azêdo (1982), a Cabanagem consistiu em um movimento revolucionário da História do Brasil e a única insurreição em que as classes subordinadas da sociedade chegaram ao poder e se mantiveram nele por nove meses. Comungando igualmente dessa ideia, Di Paolo (1990, p. 143), afirma:

A Cabanagem foi a revolução popular mais importante da Amazônia e entre as mais significativas da História do Brasil. Explodiu, depois da declaração de independência, pela saturação da paciência cabocla diante da sistemática do governo central em negar aos mais antigos habitantes da região o direito elementar de cidadania.

O direito à cidadania era algo de suma importância, uma vez que no Grão-Pará havia uma parcela da população que foi subjugada e oprimida, justamente as camadas populares, compostas por indígenas, negros, mestiços e homens brancos e pobres, todos subalternos na sociedade. Esses grupos ficaram insatisfeitos com a adesão do Pará à Independência, mas herdou as políticas socioeconômicas do Período Colonial. Para Souza Junior (2022, p. 38), a “[...] privação do direito à terra, a sobrevivência da escravidão, a manutenção do recrutamento militar forçado, o

monopólio dos direitos políticos pela elite branca”, eram fatores muito questionados por populares desprovidos de direito na província.

Nesse contexto, a Cabanagem, em si, teve uma representação que envolveu lutas por reconhecimento de identidade local, fato que se aproxima dessa reflexão acerca da representação, que consiste em “[...] processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação e legitimação” (Pesavento, 2014, p. 30). Nesse caso, diz respeito, principalmente, ao reconhecimento da identidade brasileira e paraense, que se intensificou na década de 1820, e que resultou em confrontos ideológicos entre as elites tradicionais, as elites recentes e as camadas populares.

As elites tradicionais eram compostas, em maioria, de portugueses, e havia integrantes que detinham o controle político. Um grupo de funcionários, negociantes, proprietários rurais, a maioria era constituída por membros da burocracia colonial civil e militar, que usava seus cargos para fazer negócios com o Estado Colonial, por meio de uma “[...] relação comercial com o estabelecimento das tropas de armas, munição, uniformes e alimentos, e realizavam empréstimos ao governo” (Souza Junior, 2022, p. 24).

Quanto às elites recentes, elas eram integradas por novos ricos, mas que não tinham poder político e, conseqüentemente, segundo Souza Junior (2022), encontravam grandes dificuldades para ampliar os seus negócios, fato que as levaram a disputar o controle político com a elite tradicional.

Mas é importante que tenhamos em mente que, na província do Pará, registravam-se embates antes mesmo da adesão do Pará a Independência do Brasil, momento em que Batista Campos já proclamava que a “[...] pátria deveria se libertar de Portugal, para o seu desenvolvimento e conseqüente Progresso” (Hurley, 1936, p. 82). Esse discurso reporta ao cenário político de 1821, contexto em que havia diferentes ideários das representações sociais no Brasil e no Grão-Pará. No contexto paraense, esses diferentes pontos de vista fizeram com que se intensificassem as tensões na província, cujo ápice ocorreu em 1835.

Não obstante isso, o contexto histórico da Cabanagem vinha se configurando no decorrer dos anos anteriores a 1835, agravando-se a partir da Proclamação da Independência. Inclusive, em 1835, há registro da Assembleia Geral Legislativa Imperial de que a tranquilidade pública da Província do Pará estava em estado deplorável e que o governo tomaria estas atitudes: nomearia um novo presidente; duplicaria a comissão do comando das armas; uniformizaria as operações militares e

administrativas; mandaria uma expedição marítima com bastante munição de guerra para a província (Brasil. Relatório da Repartição dos Negócios do Império, 1836).

Apesar das medidas drásticas, segundo o documento, *Brasil. Coleção de Decisões do Império do Brasil (1835^a)* há indício de que se mantiveram algumas obrigações em relação à instrução, como é possível constatar na decisão do Império brasileiro n.º 30 da fazenda, de 28 de janeiro de 1835, que aprova a ordem do Presidente da Província do Grão-Pará, do ano anterior, que solicitou o pagamento do ordenado por inteiro a um professor público.

Manoel do Nascimento Castro e Silva, presidente do tribunal do Tesouro Público Nacional, tendo o presente o ofício do Inspetor da tesouraria da Província do Pará datada de 15 de novembro do ano passado, sob nº 70, pelo qual representa conta a ordem do presidente da sobredita província que **mandou pagar ao professor de gramática latina, Gaspar Siqueira Queiroz, o ordenado por inteiro que lhe compete por este emprego** (Brasil. Coleção de decisões do Império do Brasil, 1835a, p. 22, grifo nosso).

Em 22 de setembro de 1835, no documento, *Brasil, coleções das Leis do Império do Brasil de (1835b)*, o Governo Imperial suspende alguns direitos da Província do Pará por seis meses, inerentes ao Art. 179 da Constituição de 1824 e seus incisos de VI a X, *in verbis*:

VI. Qualquer pode conservar-se, ou sair do Império, como lhe convenha, levando consigo os seus bens, guardados os Regulamentos policiais, e salvo o prejuízo de terceiro.

VII. Todo o Cidadão tem em sua casa um asilo inviolável. De noite não se poderá entrar nela, senão por seu consentimento, ou para o defender de incêndio, ou inundação; e de dia só será franqueada a sua entrada nos casos, e pela maneira, que a Lei determinar.

VIII. Ninguém poderá ser preso sem culpa formada, exceto nos casos declarados na Lei; e nestes dentro de vinte e quatro horas contadas da entrada na prisão, sendo em Cidades, Villas, ou outras Povoações próximas aos lugares da residência do Juiz; e nos lugares remotos dentro de um prazo razoável, que a Lei marcará, atenta a extensão do território, o Juiz por uma Nota, por ele assignada, fará constar ao Reo o motivo da prisão, os nomes do seu acusador, e os das testemunhas, havendo-as.

IX. Ainda com culpa formada, ninguém será conduzido à prisão, ou nela conservado estando já preso, se prestar fiança idônea, nos casos, que a Lei admite: e em geral nos crimes, que não tiverem maior pena, do que a de seis meses de prisão, ou desterro para fora da Comarca, poderá o Reo livrar-se solto.

X. A excepção de flagrante delicto, a prisão não pode ser executada, senão por ordem escrita da Autoridade legitima. Se esta for arbitraria, o Juiz, que a deu, e quem a tiver requerido serão punidos com as penas, que a Lei determinar.

A suspensão do artigo implica “A inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, que é garantida pela Constituição do Império”. Com isso, oferecia-se

carta branca aos presidentes de província para que tomassem decisões autoritárias, tais como: mandar prender sem culpa formada pessoas que cometessem crimes de resistência, conspiração, rebelião, homicídios.

Não podendo permanecer na província, teria o governo a função de designar um lugar para mantê-los. Além disso, foram consideradas ilícitas as associações secretas em que houvesse mais de cinco indivíduos e que agisse contra as autoridades e seus agentes, ficando suspensas todas as leis contrárias, além de poder estender por mais três anos as medidas tomadas.

De acordo com o registro nº 522 presente no documento, *Brasil. Coleções das Leis do Império do Brasil (1836)*, o Governo Imperial considerava os líderes cabanos como intrusos na província. Por não aceitarem a legitimidade do governo cabano, o presidente do Tesouro Nacional, Manoel do Nascimento Castro e Silva, tomou medidas para que fossem interrompidas todas as solicitações da Tesouraria para a província do Grão-Pará, não atendendo assim aos ofícios recebido no ano anterior, emitidos pelos presidentes cabanos Félix Antônio Clemente Malcher e Francisco Pedro Vinagre.

Como resultado disso, agravou-se ainda mais a situação financeira no Grão-Pará. Constatamos, também, nos relatos realizados na Assembleia Geral do Império de maio de 1837, que a província do Grão-Pará se encontrava abandonada e em estado de miséria.

Mas havia preocupação com as meninas que se encontravam sem o resguardo dos pais em decorrência dos conflitos. Encontramos, inclusive, relatório mencionando a situação crítica pela qual as meninas estavam passando na Província do Pará, no qual consta recomendação de alugar um edifício para acomodá-las e contratar uma mestra para cuidar de educação civil, moral e religiosa das jovens, conforme registramos a seguir:

[...] para a Província do Pará. Vou, Senhores, expô-lo-ás à vossa consideração. As devastações feitas naquela Província pela mais desenfreada anarquia deixarão entregue ao abandono, e à miséria, **grande número de meninas, privadas de seus pais, faltas de todos os auxílios.** Este estado podia ter consequências mais transcendentais, e perder para a sociedade muitas pessoas, que podem vir a ser-lhe úteis como boas mães de família. O Governo [...] **ordenou ao Presidente da Província que fizesse recolher a um edifício para acomodar aquelas infelizes, assinou a quantia de duzentos e quarenta mil réis mensais para a sua sustentação,** e recomendou que se lhes **pussem Mestras para lhe darem a necessária educação civil, moral e religiosa.** A respeito dos meninos desamparados ordenou ao mesmo Presidente a execução do Regulamento do Juiz dos Órfãos, no que fosse aplicável para este caso, e a observância de todas as

outras providências legais, que as circunstâncias pudessem autorizar (Brasil. Relatório da Repartição dos Negócios do Império, 1837, p. 17, grifo nosso).

Além dos embates, Gondra (2008) enfatiza que, no início do século XIX, estava em pauta a invenção do Brasil, que, através de projetos políticos gestados no processo de independência, foi incentivada no Período Regencial e se estendeu ao longo do Segundo Reinado (1840-1889). Esses projetos se manifestaram em incentivo às instituições educacionais, além de aspectos culturais e científicos.

Na realidade, havia muitos e grandes desafios na organização da Instrução Pública no Brasil e na Província do Grão-Pará. Tal assertiva advém do fato de que, à época, “[...] instrução formal coexistia com outros ambientes onde também se realizavam, sob as mais diferentes formas, práticas educacionais de caráter informal, particularmente nos recintos domésticos e religiosos” (Ricci; Lima, 2015, p. 849). Mas há registros do funcionamento de escolas, currículos e alunos na Instrução Pública Formal. No entanto, o ensino formal no Grão-Pará durante o Período Regencial teve seríssimos entraves até 1840, como consequência das instabilidades sociais (Ricci; Lima, 2015).

O Período Regencial durou nove anos, de 1831 a 1840, período intervalar entre o Primeiro Reinado e o Segundo Reinado. A Regência iniciou com a abdicação de D. Pedro I em 7 de abril de 1831. Na ocasião, D. Pedro de Alcântara (filho de D. Pedro I) era menor de idade, fato que o impedia de assumir as responsabilidades imperiais. O governo Imperial era considerado moderador, rígido, contrário a revoluções, tinha um Senado vitalício, e os conselheiros eram a base política do Poder Imperial. Por outro lado, pela vertente Liberal, o mesmo governo era considerado opressor e não era bem-visto.

Segundo Moreira (2023), no Período Regencial, não havia partidos políticos como os da atualidade, mas sim um “tomar partido”, no qual grupos de homens se organizavam em torno de um líder. Assim, havia três grupos ideológicos: os Liberais, os Exaltados e os Caramurus ou Restauradores. Os Liberais eram a força política e social que combatia os excessos de autoridade do Primeiro Reinado, defendiam a liberdade e a Independência Nacional. Grandes proprietários de escravos de São Paulo e Minas Gerais, eles controlavam o abastecimento da Corte.

Por sua vez, os Exaltados almejavam uma república federalista, com direito ao voto, e o fim da escravidão. Eles eram, em sua maioria, oriundos do setor urbano, formados por pequenos e médios comerciantes, funcionários públicos, profissionais

liberais, militares e médicos. Não exerciam poderes políticos, queriam a eliminação do Poder Moderador, do Senado vitalício e do Conselho de Estado e almejavam autonomia para as províncias. Suas pautas foram também apropriadas e incorporadas por camadas pobres da população do meio urbano, que participaram dos motins de 1831 a 1833 em várias capitais brasileiras, e do meio rural, a exemplo da Cabanagem no Pará. Eles acenavam contra a opressão econômica, social e étnica (Morel, 2003).

Quanto aos Restauradores ou Caramurus, eles queriam o retorno de D. Pedro I, e, por isso mesmo, formavam um grupo mais conservador, mas que detinha grandes privilégios comerciais nos negócios de exportação e de importação, inclusive no tráfico de escravos (Silva, 2008).

Com o Período Regencial, algumas mudanças passaram a vigorar e o período foi dividido em quatro fases: 1) Regência Trina Provisória (1831); 2) Regência Trina Permanente (1831-1834); 3) Regência Una de Feijó (1835 -1837); e 4) Regência Una de Araújo Lima (1837-1840).

A Regência Trina Provisória vigorou por dois meses, foi composta pelo general Francisco de Lima e Silva, o senador Nicolau Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos. Posteriormente, vigorou a Regência Trina Permanente, eleita em 17 de junho de 1831, por um período de três anos, cuja composição se deu pelo General Lima e Silva e pelos deputados José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre) e José Bráulio Muniz. Foi um período de várias mudanças, dentre as quais, estão a presença de militares e comandantes nas províncias do Brasil e a instituição da Lei de Responsabilidade Fiscal, em 1832, que delegou a administração central, a partilha dos recursos para todas as províncias.

Porém, essa medida levou a província do Grão-Pará a sofrer com a falta de recursos financeiros, imposta pela Lei de 29 de novembro de 1832 do Código do Processo Criminal, que interferiu diretamente na reorganização das províncias.

Na Província, onde estiver a Côrte, o Governo, e nas outras, os Presidentes em Conselho farão o quanto antes a nova divisão de Termos²¹, e Comarcas proporcionada, quanto for possível, à concentração, dispersão, e necessidade dos habitantes, pondo logo em execução essa divisão, e

²¹ A definição de TERMO, habitual para referenciar a organização geográfica e administrativa do Brasil Imperial, corresponde a toda a extensão territorial pertencente a uma vila, incluindo-se nela a sede da Vila e suas cercanias (Paula; Almeida, 2016).

participando ao Corpo Legislativo para última aprovação (Brasil, 1832, Cap. I, art. 3º).

Em obediência ao parágrafo da Lei, a Província do Grão-Pará sofreu modificações, surgindo assim novas configurações e denominações geográficas a partir de 1833. Além delas, uma das leis do período que mais teve implicação para a Instrução Pública foi instituída em 1834: a lei nº 16 de 12 de agosto, conhecida como Ato Adicional. Com ela, houve a descentralização, bem como a instituição das Assembleias Legislativas com maior grau de autonomia e deliberação, contemplando assim os poderes regionais.

Essa lei pode ser comparada às Emendas Constitucionais da atualidade, por ser lei que possibilita a modificação do texto constitucional, proporcionando novos encaminhamentos, alterações e adições à Constituição de 1824. Dessa forma, o Ato Adicional possibilitou maior autonomia para as províncias, e um dos feitos foi o de delegar à Assembleia Legislativa o dever de legislar sobre a Instrução. Também determinou que a Instrução Pública devesse ser promovida em espaços próprios, excluindo as faculdades de Medicina e os cursos jurídicos, conforme lemos no artigo 10, parágrafo 2º a seguir.

Sobre instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de Medicina, os Cursos Jurídicos, Academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral (Brasil, 1834, art. 10, § 2º).

Indubitavelmente, esse Ato é considerado um avanço por instituir que as províncias tenham espaços próprios para exercer a Instrução pública, uma vez que esta era realizada em espaços improvisados. Isso representa, sobretudo, que já se vislumbrava que Instrução e improviso não se coadunam.

Outras mudanças vieram a ocorrer naquele momento. Segundo Morel (2023), o Império se tornaria uma Monarquia Federativa; o poder Moderador seria extinto; os senadores seriam eleitos com mandatos temporários; as eleições parlamentares seriam bienais; o Conselho de Estado seria extinto, além de deliberar eleições para a composição da Regência Una. No Período da Regência Trina Permanente, 1834, falece o ex-Imperador D. Pedro I, como Duque de Bragança em Portugal, o que enfraquece a vertente dos Restauradores, que almejavam o retorno dele ao Brasil.

Atendendo às medidas previstas no Ato Adicional de 1834, em 1835, foi realizada a eleição para eleger o primeiro Regente Uno, sendo eleito com um total de 2.826 votos, o sacerdote católico, filósofo e estadista brasileiro, Diogo Antônio

Feijó ou Padre Feijó (Sousa, 2020). A Regência Una de Feijó durou de 1835 a 1837. Em seu mandato, enfrentou um período de crises políticas, pois se intensificavam as revoltas populares pelo Brasil, dentre elas, a Cabanagem no Pará. Ele foi obrigado a resistir a diversas manifestações oposicionistas e foi acusado de tolerante e indeciso. Nesse contexto, renuncia em 1837, alegando problemas de saúde, tendo como sucessor Pedro Araújo Lima.

Morel (2023) enfatiza que o Governo de Pedro Lima é considerado um período de regresso, conhecido como mão de ferro do Estado, por ser centralizador e autoritário. Por sua vez, “[...] vai retendo o controle da situação abalada pelas revoltas em inúmeras províncias, e o poder político dos grandes proprietários de terras e escravos se acentuava” (Morel, 2003, p. 30). Um dos feitos de Pedro Lima foi declarar a maioria antecipada de D. Pedro II, ainda com 14 anos, para ele que assumisse, efetivamente, o Império do Brasil (Neto, s./d.), dando fim ao Período Regencial.

O fato é que, tanto na regência Trina Permanente quanto na Una Permanente, construiu-se um panorama de mudanças políticas e ideológicas que contribuíram para o início de revoltas em diversas províncias imperiais, muitas acontecendo quase simultaneamente, como podemos observar no Quadro 9, a seguir.

Quadro 9 - Revoltas no Período Regencial

PERÍODO	REVOLTAS
1831	Setembrada (Maranhão e Pernambuco)
1832 a 1835	Revolta da Cabanada (Pernambuco e Alagoas)
1834	Rusgas (Mato Grosso)
1835	Revolta do Malês (Salvador -Bahia)
1835 a 1840	Cabanagem (Grão-Pará)
1835 a 1845	Revolta dos Farrapos (Rio Grande do Sul)
1837 a 1838	Sabinada (Bahia)
1838 a 1841	Balaiada (Maranhão)

Fonte: Morel (2003) e Neto (s./d.)

Das revoltas citadas, é perceptível que várias delas aconteceram de forma consecutiva, e a maioria teve fim com o término do período Regencial, como é possível observarmos no Quadro 10.

Quadro 10 - Simultaneidade das Revoltas no Período Regencial

REVOLTAS	ANOS 1831/1845 – PERÍODO REGENCIAL										SEGUNDO REINADO				
	33	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
Setembrada															
Revolta da Cabanada															
Rusgas															
Revolta do Malês															
Cabanagem															
Revolta dos Farrapos															
Sabinada															
Balaçada															

Fonte: Morel (2003) e Neto (s./d.)

Conforme registra o Quadro 10, constatamos que outras revoluções aconteceram no Brasil no período da Cabanagem. Elas não eram apenas transformações violentas e ilegais, embora o governo tenha construído essa imagem, elas também apareciam como um inevitável divisor de águas no cenário público, pois as revoluções tinham vida e movimentos próprios na sociedade.

Segundo Morel (2003), as revoluções associavam-se à ideia de progresso. Nelas se configuravam vários grupos. De um lado, havia escravos, índios, grupos urbanos, rurais, intelectuais, camadas pobres, pequenos proprietários de terra; de outro, as classes dominantes, grandes latifundiários donos de escravos. De certo modo, o Brasil recém-independente parecia prestes a se despedaçar, pois o Período Regencial foi tempo de esperanças, inseguranças e exaltações, tempo de rebeldia e de repressão, cujos traços essenciais permanecem na sociedade (Silva, 2008).

De certa forma, o governo e as demais classes sociais buscavam construir uma identidade brasileira. Isso reforça as análises de Pesavento (2014), que afirma que a representação envolve os processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão. Morel (2003, p. 54) enfatiza que, em meio ao auge dos motins, sedições e revoltas, o caráter do povo brasileiro foi muito discutido, pois “[...] debatia-se se existiria uma propensão para docilidade e cordialidade do povo brasileiro”. Segundo o autor, buscava-se afirmar ou construir uma identidade que pudesse dar conta de complexos desafios, a formação de um

povo e uma nação portadores de identidade própria e garantir a estabilidade da ordem social.

Em suma, o período regencial foi marcado por importantes mudanças, a partir das quais é possível observarmos a organização geográfica e política que influenciou a organização das escolas de primeiras letras, o que reputamos relevante, haja vista que demarca os espaços que as escolas passam a ocupar nessa conjuntura, inclusive porque começa aí a descentralização do poder, antes concentrado no imperador, passando as províncias a exigirem algum protagonismo nas decisões.

3.2.1 Grão-Pará -Aspectos Geográfico-político da região (1831 a 1834)

A Configuração Provincial foi criada pelo decreto de 1º de outubro de 1821, promovendo a administração política e militar (Santos, 2023). Com isso, a configuração geográfica de 1832 e as mudanças ocorridas a partir de 1833 afetam a localização geográfica das escolas de Primeiras Letras na província do Grão-Pará.

Até julho de 1833, a divisão civil e administrativa se dava através de três Comarcas com as seguintes denominações: Comarcas de Belém, Comarca do Marajó e Comarca do Rio Negro. As comarcas eram circunscrições judiciárias com suas subdivisões, sob a jurisdição de um ou mais juiz de direito. A organização se dava através da cabeça ou sede da comarca.

Por sua vez, as vilas e freguesias eram ligadas às paróquias. Os “lugares” (local onde existiam igrejas), às missões ligadas às aldeias indígenas. Segundo Tavares (2008, p. 61), “[...] as Aldeias ou Missões, que no período colonial foram administrados por missionários, passaram com a política pombalina à condição de Vilas”. Houve, também, a transformação de Aldeias e Missões em Vilas e Lugares por ordem de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará e Maranhão (1751-1759), que instituiu a mudança de nomes, substituindo os nomes indígenas das Vilas por nomes de cidades portuguesas,

Tal era a configuração territorial do Brasil em 1757 quando no Governo pombalino, os jesuítas foram expulsos, os seus bens classificados pela coroa e a tutela das aldeias arrancadas às Missões, passando aquelas à categoria de Vilas com as denominações primitivas alteradas para topônimos portugueses (Barbosa, 1976 *apud* Tavares, 2008. p. 61).

Em 1832, a cidade de Santa Maria de Belém era sede da província e da Comarca de Belém. Era mais desenvolvida e populosa pelo número de vilas existentes, equivalentes a 31 de um total de 44 da província. Os lugares, que eram

pequenos povoados, situavam-se, em sua maioria, na Comarca de Rio Negro, com 40 de um total de 62 em toda a Província. Podemos identificar, no Quadro 11, a quantidades de vilas, freguesias, lugares e missões, situadas nas três comarcas, totalizando 1 (uma) cidade, 44 vilas, 15 freguesias, 62 lugares e 06 missões.

Quadro 11 – Subdivisão da Província do Grão-Pará em 1832

PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ – 1832	CIDADE	VILAS	FREGUESIAS	LUGARES	MISSÕES
Comarca de Belém	1	31	13	17	03
Comarca de Marajó	-	05	02	05	-
Província do Rio Negro	-	08	-	40	03
Total	-	44	15	62	06

Fonte: Baena (2004).

A lei de 29 de novembro de 1832 do Código do Processo Criminal mencionava, em seu art. 3º, a reorganização dos termos das províncias, fazendo com que, em 1833, a província do Grão-Pará realizasse mudanças nos termos de algumas vilas, freguesias, lugares e missões, alterando os termos para os nomes de origem, tal qual era antes da reforma de Francisco Xavier de Mendonça Furtado²², voltando assim aos nomes indígenas.

Essa reforma de Mendonça Furtado, ocorrida entre 1751 e 1759, durante seu mandato como presidente da província do Grão-Pará e Maranhão, abordou questões geográficas e religiosas. Segundo Costa e Cintra (2013), antes da reforma, as localidades ao longo dos rios eram chamadas de missões, como missões Carmelitas e Jesuítas. Com a reforma, essas missões foram substituídas por freguesias. Embora possa parecer uma mudança na divisão religiosa, em que o clero regular, representado pelas missões foi substituído pelo clero secular dependente do bispo, o território das missões passou a ser dividido em freguesias. Isso representou uma nova política de estado e resultou em uma reconfiguração geográfica no Grão-Pará.

²² Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, presidente da província do Grão-Pará (1751-1759), atua segundo Costa e Cintra (2013, p.4), “com pulso firme, impõe a autoridade do estado, faz viagens, constrói fortificações, faz esforços para providenciar demarcações, cria vilas e locais e promove o a ocupação, esta através da importação de gente (chegou a vir um navio de açorianos) ou o casamento de soldados com índias”.

De fato, com a morte de D. João V e subida ao trono de seu filho D. José I (1750), passa a vigorar uma nova política e estratégia, poderosamente influenciada pelo futuro Marquês de Pombal, que como se sabe era anticlerical e mais especificamente contrário aos religiosos e em especial aos jesuítas. Para implantar sua política de estado, decide transferir o cuidado espiritual e material dos índios para a tutela do Estado e do clero secular. Esquecendo o trabalho abnegado dos missionários e a ação de ocupação do território que justificou a ocupação e o ganho de território frente a Espanha, e desencadeia uma forte ação contra eles, incluindo a expulsão ou deportação (carmelitas, mercedários, franciscanos e jesuítas). Para isso, cada aldeia, e também alguma fazenda, é transformada em vila (se acima de 150 habitantes) ou lugares, uma categoria civil nova; e em cada local é constituída uma autoridade civil (diretor) (Costa; Cintra, 2013, p. 3).

Essas novas mudanças estão carregadas de relações simbólicas, pois associavam os nomes indígenas como inferiores e por outro lado considerava-se os portugueses nomes mais civilizados. Deste modo, o que podemos constatar é

[...] algo de moral pelas imagens ou pelas propriedades das coisas naturais
[...] uma relação decifrável e portanto postulada entre o signo visível e o referente significado – o que não quer dizer, é claro, que é necessariamente decifrado tal qual deveria ser (Chartier, 1991, p. 184),

Como enfatizam Costa e Cintra (2013, p.4):

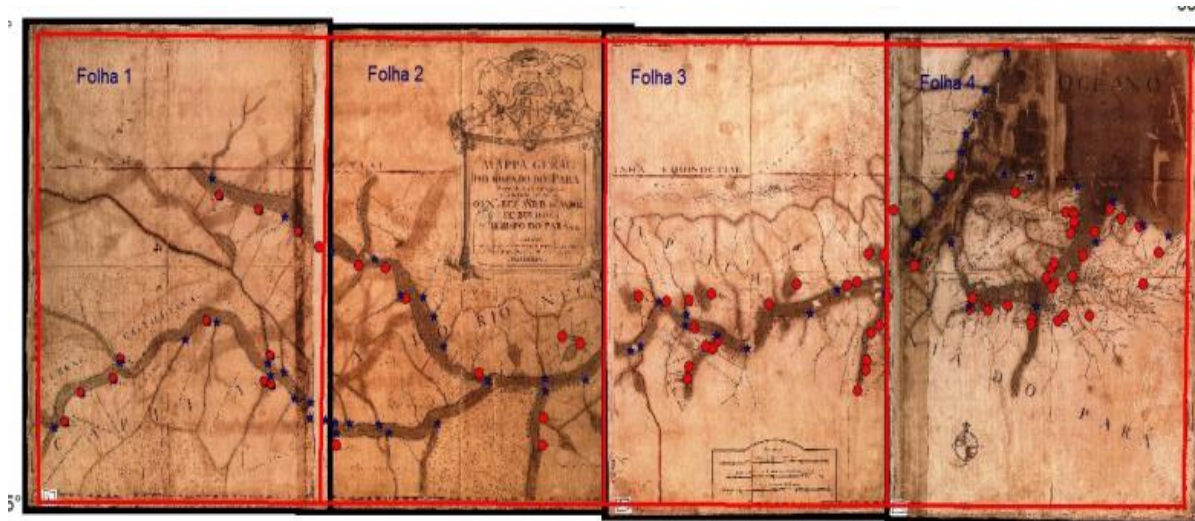
[...] a laicização do governo vai acompanhada da mudança de nomes dos locais, extirpando os nomes bárbaros e os que lembrassem aldeias missionárias. Para os novos nomes escolhem-se topônimos de terras portuguesas, da ordem de Cristo ou da Casa de Bragança, o que explica a presença nesse mapa das localidades de Tomar, Santarém e Ourém, Portel, Serpa e inúmeros outros.

Essa medida fez com que, à época, surgisse uma infinidade de vilas e lugares, nos mais remotos confins, mesmo com poucos habitantes e todos indígenas. Na ilha de Marajó e nas imediações de Belém, seguindo o mesmo critério a quantidade é maior ainda. Como é possível observarmos no mapa²³, Figura 8, isso foi uma encomenda do governo para configuração da cartografia do Grão-Pará e marca o início de um novo paradigma de divisão territorial, de toponímia das vilas e cidades.

²³ O presente trabalho, sobre o Mapa Geral do Bispado do Pará elaborado por Enrico Antonio Galluzzi, em 1759, é fruto de dois projetos em andamento, um sobre as Fortificações Portuguesas na Amazônia Colonial e outro sobre a Cartografia setecentista dessa mesma região. Após o Tratado de Madri em 1750, a Coroa Portuguesa pelo projeto do Marquês de Pombal objetivava, principalmente, consolidar o vale amazônico como território luso, através da demarcação e principalmente da ocupação. Para executar a política pombalina na Amazônia foi nomeado Governador-Geral das capitanias unidas do Grão-Pará e Maranhão, em 5 de junho de 1751, Francisco Xavier de Mendonça Furtado até de março de 1759. Para demarcar as fronteiras foram criadas duas comissões, uma para o Norte e outra para o Sul, cada uma delas dividida em três partidas e para isso foi necessário contratar astrônomos, geógrafos, cartógrafos, engenheiros militares, desenhadores e outros. Em 1754 Mendonça Furtado partiu de Belém do Pará com destino ao Rio Negro, no Amazonas, levando consigo 35 barcos e uma comitiva de 796 pessoas, tantos eram os serviços planejados e os desafios que a região impunha (Costa; Cintra, 2013, p.2).

Trata-se de uma extensa carta, datada de 1759. Em vermelho estão sinalizadas as localidades demarcadas, muitas criadas a partir da reforma de Mendonça Furtado, que vão ser revistas no século XIX, retomando para as suas denominações de origem, nomes indígenas.

Figura 8 - Mapa de demarcação territorial



Fonte: Costa; Cintra (2013).

Como observamos, a partir de 1833, a província do Grão-Pará passou a ter outra configuração, para fazer jus ao que determinava o Código do Processo Criminal de 1832, que delegava aos Presidentes em Conselho, a nova divisão de Termos e Comarcas (Baena, 2004). A discussão dessas mudanças foi pauta do governo nas sessões do Conselho de Estado ocorridas nos dias 10 e 17 de maio de 1833. O Documento foi elaborado pela Secretaria do Governo Provincial e divulgado em 25 de junho de 1833, assinado por José Antônio da Fonseca Lessa, Secretário do Governo.

Em face disso, a Província do Grão-Pará pôde alterar vários nomes, principalmente das três comarcas, que, então, passaram a ser denominadas: Comarca do Grão-Pará; Comarca do Baixo Amazonas e Comarca do Alto Amazonas²⁴. As mudanças podem ser visualizadas na Figura 9.

²⁴ A Comarca do Alto Amazonas se desmembraria através da Lei Nº 582, de 5 de setembro de 1850, que institui a Província do Amazonas.

Figura 9 – Reorganização da Província do Grão-Pará em 1833

Província do Grão-Pará até julho de 1833			Província do Grão-Pará pós julho de 1833		
Comarca de Belém	Comarca de Marajó	Comarca Rio Negro	Comarca do Grão- Pará	Comarca do Baixo Amazonas.	Comarca do Alto Amazônas.

Fonte: elaboração própria (2024).

Além disso, houve também uma reorganização entre as vilas, freguesias e lugares, passando a não mais existirem as missões. As mudanças foram:

- Mudanças de denominação e de *status* de Vila para Freguesia: Vila de Nova D'EL-Rei para Freguesia de Marapaná; Vila de Magazão para Freguesia de Regeneração; Vila de Silves para Freguesia de Saracá; Vila de Nova Rainha transformou-se em 02 Freguesias: Topinambarana e Canima; Vila Borba para Freguesia Araratema; Vila de Olivença para Freguesia de Jauari; Vilas de Moura para Freguesia de Itaredema; Vila de Thoma para Freguesia de Bararuá;
- Mudança de denominação e status Freguesia para Vila: Freguesia de Baião para Vila de Tocantins.
- Mudança apenas de denominação: Vila de Chaves para Vila do Equador; Vila de Santarém para Vila de Tapajós; Vila de Óbidos para Vila de Pauxis; Vila de Ega para Vila Tefé; Vila de Barcellos para Vila de Mariuá; Freguesia de Carvoeiro para Freguesia de Aracari; Freguesia de Moreira para Freguesia de Caboqueira.
- Mudança de Lugar para Vila: Lugar de Rio Negro para Vila de Manaus.
- Mudança de denominação de Missão para Lugar: Missão de Juruti para Lugar Juruti.
- Mudança de Missão para Freguesia: Missão Nova Rainha para Freguesia Topinambarana; Missão de Aburia para Freguesia de Jauí; Missão Amarati para Freguesia de Topinambarana; Missão de Airão para Freguesia de Canima.
- Mudança de Missão para Vila e mudança de nome: Missão Maués para Vila Luzia.

- Suprimidas as Freguesias na província do Rio Negro, por estarem abandonadas: Poeiras, Lamalonga.

As novas mudanças estão organizadas no Quadro 12, que traz a organização das novas denominações das comarcas, das sedes ou cabeças das comarcas, das vilas, freguesias e lugares. A nova organização diminuiu o número de vilas e aumentou o número de freguesias. Assim, a Comarca do Grão-Pará passou a ter 13 vilas, 24 freguesias e 3 lugares; a Comarca do Baixo Amazonas passou a ter 8 Vilas, 8 Freguesias e 4 Lugares; Comarca do Alto Amazonas passou a ter 4 Vilas e 18 Freguesias. As mudanças ajudarão posteriormente na localização das Escolas de Primeiras Letras da província.

Quadro 12 - Reorganização da Província do Grão-Pará (julho de 1833)

COMARCA	CABEÇA DA COMARCA	VILAS	FREGUESIAS	LUGARES
Grão-Pará	Cidade de Santa Maria de Belém		Benfica, Barcarena, Conde, Beja, Abaité, Igarapé-Miri, Moju, Acará, Bujarú, Capim, São Domingos da Boa Vista.	
		Turi-assú		
		Bragança	Periá, Gurupí, Vizeu	
		Citra		Santarém Novo, Salinas
		Vigia	Marapanã, Colares	São Caetano
		Monsarás	Monforte, Soure, Salvaterra	
		Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira.	Nossa senhora do Marajó, Conceição da Ponta de Pedra	
		Muaná.		
		Equador.		
		Ourem	Irituia, São Miguel das cachoeiras	
		Camutá		
		Tocantins		
		Oeiras		
		Melgaço	Portel	
Baixo Amazonas	Vila do Tapajós	Tapajós	Alenquer, Alter do Chão.	
		Faro		Juruti
		Pauxis		
		Franca	Boim, Pinhel	Aveiro, Curi
		Monte Alegre		Outeiro
		Macapá	Regeneração	
		Porto de Mós	Veiros, Pombal, Souzel	

		Gurupá		Carrazedo, Monte, Vilarinho, Boa Vista.
Alto Amazonas	Vila de Manaus	Manaus	Aburia, Amajari Jauí, Saracá	
		Luzia	Tupinabaranas, Canumá, Araretema	
		Tefé	Guari, Fonte Boa, Amatuará, Tabatinga Jauari,	
		Mariuá	Aracari, Caboquema, Do Carmo, Santa Izabel, Maratibanas, Itaredama, Bararuá	

Fonte: Baena (2004).

Quanto aos habitantes da Província do Grão-Pará, há registro de que, no ano de 1832, havia 149.300 habitantes, dos quais 119.337 eram moradores livre e 29.963, escravos (Baena, 2004). Concentravam-se, em sua maioria, na Comarca de Belém, com seus 117.728 habitantes. A Comarca do Marajó possuía a menor população, 12.729 no total, e a Comarca do Rio Negro possuía um total de 18.843 habitantes, descritos no Quadro 13.

Quadro 13 - Quantitativo de Habitantes da Província do Grão-Pará (1832)

COMARCA DE BELÉM	HABITANTES
Moradores livres	90.767
Escravos	26.961
Total	117.728
Comarca de Marajó	Habitantes
Moradores Livre	10.689
Escravos	2.040
Total	12.729
Comarca do Rio Negro	Habitantes
Moradores Live	17.881
Escravos	962
Total	18.843

Fonte: Baena (2004).

3.2.2 Relações políticas

A Província do Grão-Pará, no período de 1831 a 1834, foi governada por quatro presidentes: José Félix Pereira Burgos, de 18 de julho de 1830 a 19 de julho de 1831; Bernardo José da Gama, de 19 de julho de 1831 a 23 de fevereiro de 1832; José Joaquim Machado de Oliveira, de 27 de fevereiro de 1832 a 4 de dezembro de 1833 e Bernardo Lobo de Sousa de 4 de dezembro de 1833 a 07 de janeiro de 1835. Eles governaram por pouco tempo devido ao clima conturbado do Período Regencial, mas eram detentores do poder local. Esse fato reforça a análise de Certeau (1986), de

que é possível analisar o sistema cultural considerando os sujeitos “detentores” de saberes que o impregnam.

Neste período, o primeiro presidente da Província do Grão-Pará foi José Félix Pereira de Burgos, que exerceu o mandato por um ano, entre 18 de julho de 1830 a 19 de julho de 1831. Nasceu no ano de 1780, na cidade de Recife, capitania de Pernambuco, e faleceu em 9 de abril de 1854. Ingressou na carreira militar, formou-se em bacharel em Filosofia e Ciências Matemáticas. Foi presidente da Província do Maranhão em 1800. Após a Adesão do Maranhão à Independência, chegou ao posto de General. Recebeu o título de Barão com Grandeza de Itapecuru, por serviços prestados à Coroa Imperial, nas lutas pela adesão do Maranhão à Independência do Brasil. Posteriormente, foi por duas vezes presidente da Província do Pará de 1825 a 1828 e de 1830 a 1831. Foi Ministro de Guerra de 1835 a 1836, na Regência de Diogo Antônio Feijó (Santana, 2016).

Outro presidente que também governou, no mesmo ano de 1831, foi Bernardo José da Gama. Ele foi presidente da província do Grão-Pará por sete meses, entre 19 de julho de 1831 a 23 de fevereiro de 1832. Nasceu em Recife, Pernambuco, formou-se em Direito e teve boa carreira na política. Foi deputado por Pernambuco à Constituinte de 1823; Desembargador do Tribunal de Relação da Bahia (1824-1827) e Ministro do Império. Foi presidente das províncias do Rio de Janeiro (1831) e do Grão-Pará (1831- 1832) (Alves, 2003).

Em sequência, segue-se o mandato de José Joaquim Machado de Oliveira, que foi presidente da Província do Grão-Pará por um ano e dez meses, entre 27 de fevereiro de 1832 e 4 de dezembro de 1833. Nasceu em 8 de julho de 1790, na capital São Paulo. Exerceu a função de soldado, político, geógrafo, etnógrafo e de historiador. Após fazer parte do governo provisório do Rio Grande do Sul, passou pelas presidências do Pará (1832-1833), Alagoas (1834), Santa Catarina (1837) e Espírito Santo (1840) (Rocha, 2015).

Por sua vez, Bernardo Lobo de Sousa governou o Grão-Pará por um ano e um mês, entre 4 de dezembro de 1833 a 7 de janeiro de 1835. Possuía a fama de intratável, colérico, conservador e autoritário, atitudes que não agradavam o povo (Guedes, 2011). Segundo Pinto (2024), o governo de Bernardo de Sousa contribuiu para deflagrar a Cabanagem, por suas atitudes autoritárias e por cometer algumas atrocidades contra o povo, como: suspender o Conselho Presidencial; ordenar aos agentes que matassem rebeldes; mandar incendiar engenhos de moer cana; mandar

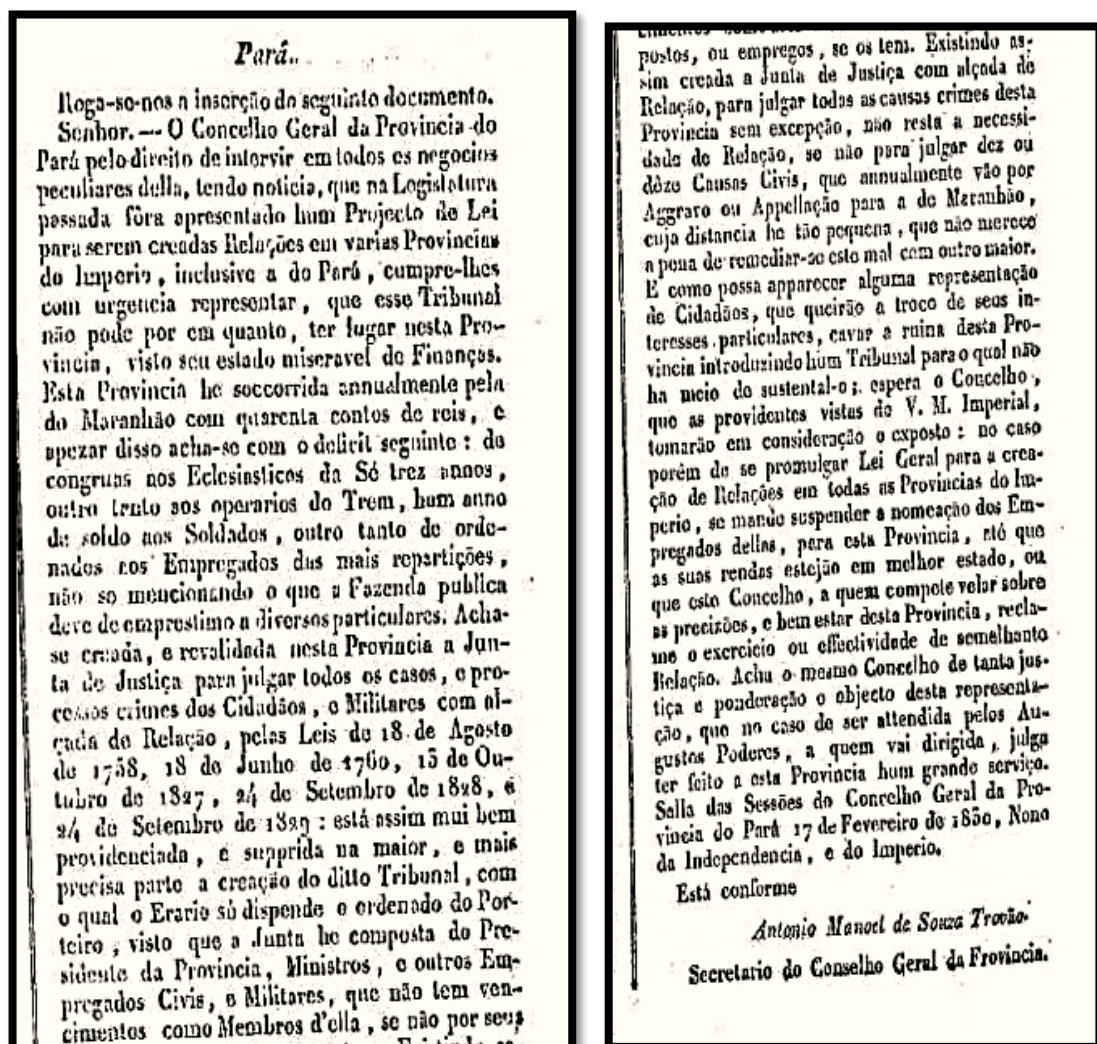
destruir tipografias e prender redatores de jornais; e recrutar, de maneira forçada, jovens para servir à Marinha e ao Exército.

Já os discursos dos presidentes em relação às províncias são encontrados nos jornais da época. Afinal, os jornais “[...] constituem um meio de comunicação voltado para a captação das massas, ou segmentos menos significativos da população, com a capacidade de abranger uma diversidade de assuntos de interesse público” (Barros, 2019, p.182). E as fontes jornalísticas apresentam dados a respeito das condições em que as províncias se encontravam na época, relatando informações de naturezas política, social, econômica, sobre segurança.

Algumas notícias do Grão-Pará foram matérias em Jornais do Rio de Janeiro, sede do império, como o Jornal Aurora Fluminense e Correio Oficial. Esses jornais divulgavam informações enviadas pelo Conselho Geral da Província do Pará, que passavam a ter materialidade e forma pelos textos escritos e destinados aos públicos leitores que “[...] partilham dos mesmos bens culturais pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade e suscitam a busca de novas distinções, capazes de marcar os desvios mantidos (Chartier, 1991, p. 186-187).

Na época, frequentemente, informava-se sobre a situação financeira da província, revelando-se certa preocupação com a “civildade” do povo e sua segurança, como é possível perceber a seguir. O *Aurora Fluminense* (1831), jornal relacionado a assuntos políticos do Império, traz uma nota sobre a situação da Província do Pará. O teor da matéria, como se vê na Figura 10, tratava da situação financeira em que se encontrava a província.

Figura 10 – Anúncio sobre a situação financeira do Grão-Pará



Fonte: Jornal Aurora Fluminense (1831, nº 484, p.03)

A conjuntura precária impedia o Grão-Pará de cumprir suas obrigações, precisando recorrer, anualmente, a empréstimos da Província do Maranhão e a fontes particulares. Havia dívidas financeiras com os eclesiásticos, operários de trem e empregados das repartições. Para sanar o problema, o presidente à época solicitava que a lei apresentada na legislatura anterior fosse aprovada, para que se possibilitassem as relações comerciais entre as províncias, pois, assim, teriam maior autonomia.

Já a edição do Jornal Aurora Fluminense, de 23 de dezembro de 1831, nº 573, informa que havia constantes embates entre os brasileiros declarados pela Constituição de 1824, Art. 6º, Inciso IV²⁵, e os nascidos no Brasil. A província não se

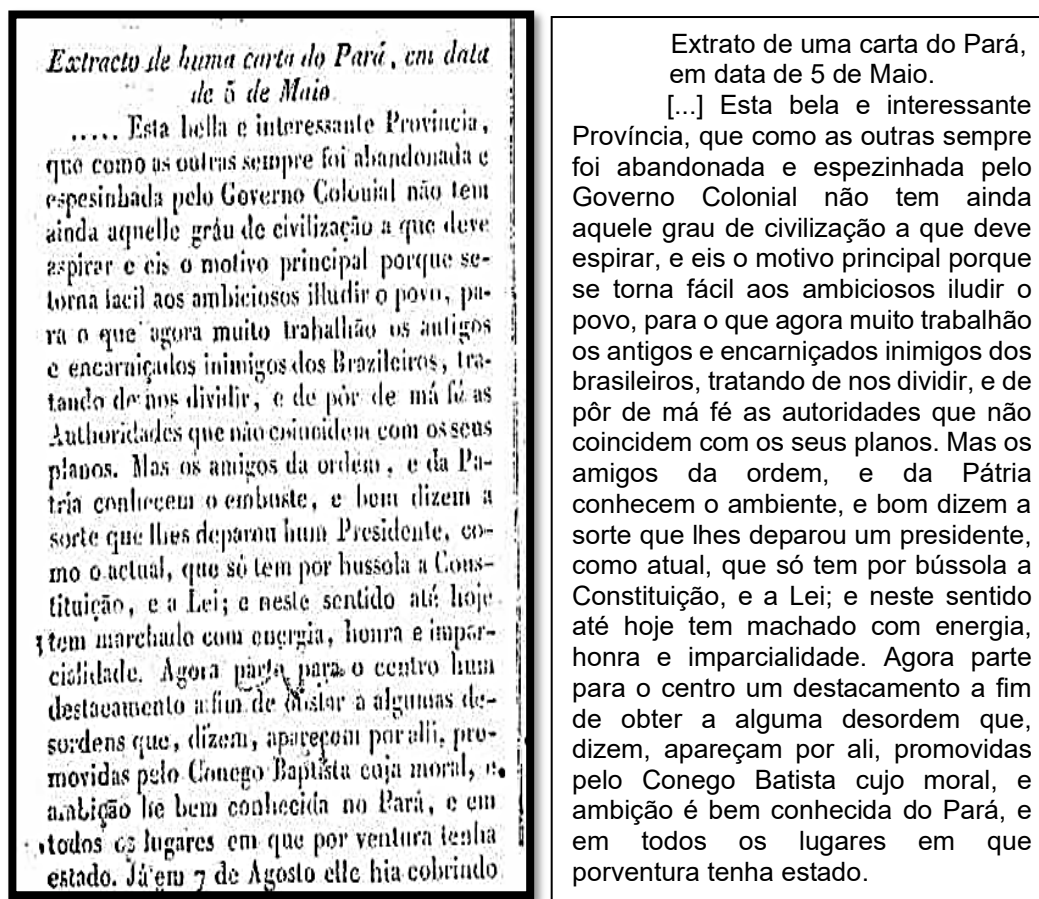
²⁵ Constituição de 1824, Art. 6. Inciso IV. Declara que todos os nascidos em Portugal, sendo residente no Brasil, na época da independência, será considerado brasileiro.

encontrava em estado de paz, havia luta por identidade, pelo nacionalismo, pela representação, fatos presentes na época. São questões que nos fazem sobre as representações sociais construídas, que se colocam no lugar do mundo e percebem a realidade inerente a existência (Pesavento, 2014). Ademais, essas representações vão “[...] determinando condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” (Pesavento, 2014, p. 29).

Nesse sentido, a regularidade da circulação de textos impressos, conforme Chartier (1991), possibilitava que fossem reconhecidos os desvios socialmente mais enraizados nos usos contrastados de materiais partilhados, para além do que se admitiu por muito tempo, e são exatamente desses mesmos textos que se apropriam tanto os leitores populares, quanto aqueles não o são. Os jornais eram um instrumento de manipulação, o que reforça a reflexão de Chartier (1991), quando diz que os mesmos textos, sob formas impressas diferentes, podem ser diversamente aprendidos, manipulados ou compreendidos.

No Grão-Pará, pudemos constatar que isso aconteceu, mediante os relatos de segurança e civilidade enviados pela província para a corte, que viravam relatos nos jornais. Isso nos faz captar a forma de encontrar razões que justificassem a situação difícil pela qual o país e o Grão-Pará passavam naquele momento. Para os presidentes provinciais, a “falta de civilidade” da população foi o motivo dos conflitos, como é possível identificar na notícia da Figura 11.

Figura 11 - Notícia sobre a falta de civilidade do povo do Grão-Pará



Fonte: Jornal Aurora Fluminense (1832, nº 656, p. 04).

E em declaração de José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da província em 1832, divulgada no Jornal Aurora Fluminense (1832), fica demonstrado o estado da província, que, segundo ele, passava por desassossego, desconfiança, mas que ele lutaria pelo bem-estar do povo,

Proclamação do Presidente

Paraenses da Capital! Com a mais profunda mágoa tenho observado, que o desassossego, e desconfiança vão-se insinuando em vossos peitos, que as mãos infestas da discórdia, e da intriga vão descarrilhando a vossos olhos um quanto formato com traços de falsidade! Não acrediteis nesses insensatos, que procuram assim, o medo, e o terror para ostentarem de insignes patriotas, quanto o seu fim não e outro senão ganharem preponderância sobre os encantos, arrastarem ao seu partido uma massa iludida, e que se deixa fascinar de aparência fúteis, e enganadoras, e que abandonam tão depressa que ela lhe depara os meios de ascenderem ao mundo, e de saciarem sua desmedida ambição. O interior da Província permanece tranquilo: essas desordens, e reações, que se tem propagado haverem ali acontecido, são inventadas acidentalmente pelo gênio do mal, e da discórdia: eu tenho provas irrecusáveis do contrário. Tranquilizai-vos paraenses: o vosso presidente vela incessantemente sobre o vosso bem-estar; ele se não tem poupado um momento a promover a prosperidade desta interessante Província: ele será o primeiro a comparecer nas falanges da

ordem para proliferar os monstros da sedição, e da anarquia donde quer que eles surjam: confiai nele. Não saberá trair-vos um coração puramente brasileiro, que tem batido sempre pela pátria. O que constantemente insinua que, ou ela prevaleça livre, independente e desassombrada, ou com ela se sucumba. Palacio do Governo do Pará. 02 de maio de 1831 (Aurora Fluminense, 1832, nº 656, p. 04).

E assim se sucediam as falas dos presidentes, acusando o povo de desordeiro e se descrevendo como os salvadores da nação. A realidade é que não foram anos fáceis para manter o equilíbrio político e social na província do Grão-Pará. O jornal *O Sagitário* (1833), que divulgava matérias a favor do povo da província, afirma que no Grão-Pará as revoluções não eram só para punir e caluniar, mas para desacreditar o governo, pois o povo não concordava com o vanglorio e deslumbramento de uma conduta regular dos presidentes.

As questões apresentadas na seção atual determinaram o andamento da instrução Pública na província. Era perceptível os objetivos dos governantes, as dificuldades na contratação de professores, utilização do método proposto, falta de material, questões que, mesmo com a cabanagem, conseguiu, de forma precária, manter uma regularidade, como será apresentada na seção seguinte.

4 A INSTRUÇÃO PÚBLICA NO GRÃO-PARÁ

Para Ricci e Lima (2015), as elites do período Regencial apresentavam interesse pela Instrução Pública, pois tinham o ensino como estratégia para o progresso e a civilização. Essa era a forma pela qual as ideias dessas elites eram direcionadas ao povo, de modo a reproduzirem hierarquias e conservarem a ordem imperial. Assim como o governo, as elites exerciam as representações constituídas sobre o mundo, para fazer com que os homens percebessem a realidade e pudessem pautar a existência.

Corroboram esses fatos as reflexões de Pesavento (2014). Segundo a autora, as elites podem pautar “[...] matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de forças integradora e coesivas, bem como explicativa do real” (*Ibid.*, p. 39). Assim, pensar nas práticas das representações e como elas pensavam suas próprias práticas vai além da formação para letrar e sim para condutas morais. E mediante a análise das práticas, é possível ver a história em seu contexto social e os procedimentos de análise da Instrução pública, evidenciando que a história faz parte da realidade e da atividade humana (Certeau, 1982).

4.1 A instrução pública antes da cabanagem

A Instrução Pública tinha um cunho moralista no Grão-Pará do início do século XIX. Segundo Baena (2004), o estabelecimento da Instrução Pública é a base moral da civilização. Em face disso, o autor caracteriza a Instrução Pública na província do Grão-Pará àquela época:

Primeiro compreende as escolas destinadas ao ensino da arte de ler e escrever, e dos princípios e regras fundamentais da aritmética e das verdades morais do catecismo: cujas escolas servem de preliminares aos estudos maiores, e delas precisam os homens, que vivam em sociedade civil qualquer que seja a sua condição, estado e profissão. Segundo contam as escolas de gramática latina, de filosofia racional e moral, de retórica, de geometria e de língua francesa: as quais são destinadas a dispor os noviços do Instituto Literário para o estudo próprio das ciências assim especulativas como práticas, e de todo o gênero de erudição (Baena, 2004, p. 203).

Conforme descreveu Baena, apresenta-se a materialidade da Lei de 15 de outubro de 1827, que instituiu a criação de escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Nesse sentido, a lei determina as deliberações aos presidentes quanto à criação ou extinção de escolas, conforme podemos constatar:

Art. 2º Os Presidentes das províncias, em Conselho e com audiência das respectivas Câmaras, enquanto não estiverem em exercício os Conselhos Gerais, marcarão o número e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remover os Professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitem, dando conta a Assembleia Geral para final resolução (Brasil, 1827).

Segundo Moura (2023), entre 1828 e 1829, diversas vozes apontavam a falta de instrução da população da província como um obstáculo ao seu desenvolvimento. As descrições das situações das vilas, em alguns casos, somavam-se com os dados sobre as aulas públicas, as escolas e o letramento, e se conectavam diretamente à concepção de ausência ou diminuto número de pessoas qualificadas para os cargos públicos. Podemos constatar isso neste registro:

[...] O juiz ordinário de Franca, no médio Rio Amazonas, informou, em 1828 e 1829, que “os costumes dos habitantes pela maior parte, pouco diferem dos selvagens pela falta de educação” e lamentou que não havia nenhum tipo de aula ou escola pela dificuldade de “obter meios de sustentação”. Era devido à falta de mestre de primeiras letras que, segundo a câmara de Ourém, já no caminho para o Maranhão, em ofício de janeiro de 1830, não havia quem pudesse “servir em qualquer cargo por não saberem ler”. Da vila de Moura, Rio Negro, chama atenção o “lamento” que a vereança fez em 1829 pela falta de um professor de 1ª letras, resultando que muitos não sabiam ler e escrever. A “ignorância” era tanta que não havia “quem sirva os empregos públicos por falta de saberem ler e escrever, sujeitos que seriam úteis à República se tivessem esses predicados” (Moura, 2023, p. 64).

Conforme Moura (2023), no período de abril de 1828, o presidente da câmara de Franca, localizada na região do médio Amazonas e antigo aldeamento, que também desempenhava as funções de juiz ordinário e de órfãos, relatou a existência de 455 fogos, todos pertencentes a indígenas e os costumes da maioria eram desprovidos de educação formal. Nessa época, o estado da justiça era precário, os homens eram leigos, sem conhecimento das leis e, para o governo, a ignorância os livrava de quaisquer responsabilidades por erros cometidos. Assim, a lei de 1827, previa resolver a situação precária, favorecendo a Instrução Pública.

Outra determinação referente a essa lei diz respeito à forma de ensino: o Ensino Mútuo²⁶, que deveria ser praticado nas capitais das províncias, cidades, vilas e lugares populosos. Segundo Faria Filho (2007), o Método Mútuo ou Lancasteliano foi praticado em escolas. As principais características eram: os alunos passavam a ser

²⁶ O sistema de Ensino Mútuo, devido ao célebre Joseph Lancaster (inovador da educação pública), tinha sido trazido da Índia para a Inglaterra pelo Doutor André Bell. O Método era conhecido na Europa desde do século XVI. A partir de 1814, o ensino mútuo se estendeu rapidamente na França, Suíça, Rússia e Estados Unidos, onde o Próprio Lancaster o propagou (Almeida, 2000).

auxiliares dos professores; abreviação do tempo necessário para a educação das crianças; diminuição das despesas das escolas; generalização da instrução necessária às classes inferiores da sociedade.

Esse método visava atenuar a falta de professores capacitados e oferecer um ensino mais barato. Metodologicamente, consistia no professor ensinar a lição a um grupo de alunos mais adiantados e inteligentes, aos quais caberia a função de repassar os conhecimentos obtidos aos colegas mais atrasados, estes divididos em pequenos grupos; dessa forma, o método possibilitava que um só professor ensinasse a uma classe com centenas de alunos (Nunes, 1984, *apud* Alves; Almeida, 2010).

Por ocasião da Assembleia do Ministério do Império, presidida pelo ministro Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, referente ao ano de 1832, manifestou-se uma preocupação com a utilização do método do Ensino Mútuo, por não ter apresentado no Brasil as vantagens obtidas em outros países, “[...] por esta razão o Governo está disposto a não multiplicar as escolas, onde se ensine por esse método, enquanto os existentes, não aperfeiçoarem” (Brasil, Ministério do Império, 1832, p. 13).

Outra preocupação geral das províncias estava na dificuldade de aplicar o Art. 5º da Lei de 15 de outubro de 1827, que instituiu que “[...] para as escolas do ensino mútuo se aplicarão os edifícios, que couberem com a suficiência nos lugares delas, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda Pública” (Brasil, 1827). Em assembleia, foi socializado que havia falta geral de edifícios para as escolas de Ensino Mútuo, restando somente os recursos para custear o aluguel.

Nos registros de 1833, do Ministro Antônio Pinto Chichorro da Gama, apresentados na Assembleia Geral Legislativa Imperial, traz-se novamente a fala preocupante do ensino mútuo nas províncias,

Voz ponderou que as aulas de ensino mútuo, qualquer que seja a razão não tem correspondido as nossas esperanças, e eu vejo-me na força necessária, de confirmar essa asserção. O bem do serviço, senhores, imperiosamente reclamar a criação de um inspetor de educação, ao menos na Capital do império. É impraticável que, em um país nascente, onde tudo está ainda por criar, e com o sistema de administração que herdamos, o Ministro possa presidir a exames, fiscalizar escolas, e descer a outras minuciosidades. Quanto à fiscalização, é certo que as Câmaras Municipais também tomam parte nela, mas estas corporações, principalmente fora das grandes cidades, não são as mais aptas para semelhantes serviços (Brasil. Ministério do Império, 1834, p.10).

Outra pauta consta nos registros provinciais do Presidente José Joaquim Machado de Oliveira²⁷. Trata-se da falta de professores para assumirem as cadeiras de primeiras letras por conta da baixa remuneração. O que era oferecido como ordenado não era um valor atrativo para as pessoas aptas a exercerem a função de professor. Na sessão, propuseram algumas medidas: elevação dos menores salários para trezentos mil réis e que se concedesse ao professor uma gratificação por aluno que frequentasse as aulas a maior parte do ano. Segundo considerava, essas medidas levariam o professor a empregar maior zelo pela função. A diferença salarial se dava em consonância com o Art. 3º da Lei de 15 de outubro de 1827, no qual está disposto:

[...] os presidentes, em Conselho taxariam interinamente os ordenados dos professores, regulando-os de 200\$000 (duzentos réis) a 500\$000 (quinhentos réis) anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares, e o farão presente a Assembleia Geral para a aprovação.

Em 1831 a 1834, uma das dificuldades se dava em relação ao atendimento do Art. 7º da lei 1827, que trata do processo de contratação de professores, sobre o qual se afirma: “[...] os que pretenderem ser providos nas cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão o que for julgado mais digno e darão parte ao Governo para sua legal nomeação” (Brasil, 1827). No entanto, aconteciam nomeações interinas, uma vez que havia impedimento de pessoas idôneas, fato que ocorria na província do Pará, por possuir um território geográfico muito extenso.

Segundo consta no Relatório Imperial de 1833, as nomeações interinas que foram autorizadas a instâncias do presidente da província, para lugares longínquos do Pará, deveriam, porém, ser anuladas, assim que as mesmas cadeiras pudessem ser providas com as formalidades legais.

Diante desse cenário, em 1832, o presidente José Machado de Oliveira relatava as suas angústias e as dificuldades à instrução, afirmando que não só na província do Grão-Pará, mas em todo o Brasil, havia muitas dúvidas e desafios para a implementação com qualidade da Instrução Pública, possível constatar:

²⁷ Pará. Relatório do Presidente da Província, 1833.

Mesmo com todas essas especificidades, não há como deixar de considerar, no Império, durante o Primeiro Reinado e no período da menoridade, a existência das escolas, currículos, alunos e de um conjunto de regras, a maioria das quais, encaminhadas e avaliadas localmente. Nesse sentido menos amplo, liberalizado e trabalhado localmente (nas províncias), é que utilizaremos o conceito de educação formal. Não obstante, reconhecendo a escassez de estudos específicos relacionados às condições do ensino formal no Pará, durante o Primeiro Reinado e na Regência, fica evidente que ele teve seríssimos entraves na região até 1840, com os distúrbios causados pela Cabanagem (Ricci; Lima, 2015, p. 850).

Mais uma vez, desta feita na sessão de dezembro de 1833, o Presidente da província do Grão-Pará, José Machado de Oliveira, relata as suas angústias em relação a Instrução Pública:

A Instrução Pública, senhores, sobre que foi prolixo em fala da sessão passada, pouco ou talvez nenhum incremento tenha tido, no tempo que mediou daquela a esta sessão, com quanto fosse assíduo e instante em promovê-la (Pará, Relatório da Província, 1833, p. 2).

E em virtude dessa situação de dificuldade para contratar professores, foi solicitado ao Governo Imperial que a Província do Grão-Pará dispensasse o exame para a contratação de professores para as escolas de Primeiras Letras, como afirma o seguinte relatório:

Pela firme convicção de sua utilidade como bem manifestável pela minha extensa correspondência com as respectivas autoridades, vivamente solicitei e conseguir do governo central a dispensa do exame e concurso das carreiras de primeiras letras daquelas vilas e povoação mais remotas da capital (Pará, Relatório da Província, 1833, p. 2).

Não obstante todos os entraves, constatamos na fala do Presidente Machado de Oliveira (1832 e 1833), que algumas medidas foram tomadas em prol da Instrução Pública na província. Segundo ele,

[...] algumas cadeiras foram providas neste ano, mas outras que anteriormente o tinha o sido, foram abandonadas pelos professores, sem outro algum motivo mais do que a falta de perseverança em objeto de tão vital interesse (Pará, Relatório da Província, 1833, p. 2).

O fato é que podemos perceber que a Província havia sido contemplada com escolas de Primeiras Letras, nas vilas, freguesias, missões e lugares, contudo havia dificuldades em provê-las, assim como contratar professores para assumir o ensino nas escolas. A exemplo das 24 Vilas contempladas, 14 ainda estavam vagas; das 4 Freguesias, 3 ainda estavam vagas; os lugares e missões ainda não estavam providos em 1832.

Para termos uma visão mais clara da situação, trazemos o demonstrativo no Quadro 14, no qual expomos o quantitativo e as lacunas geradas pela ausência de professores.

Quadro 14 - Escolas de Primeiras Letras de Ensino Público Providas e Vagas

PROVÍNCIA DO GRÃO- PARÁ, 1832				
Situação da Instrução Pública em Vilas, Freguesias, Missões e Lugares				
Tipo de Escolas	Vilas	Freguesias	Missões	Lugares
Escolas de Primeiras Letras contemplada com sistemas de Instrução Pública	24	4	1	3
Escolas providas	10	1	0	0
Escolas de Primeiras Letras que ainda faltam Mestres	14	3	1	3

Fonte: Baena (2004).

Baena (2004) apresenta um panorama da Instrução Pública e o número de escolas públicas de primeiras letras até 1832. O autor destaca que das 32 escolas, apenas 11 estavam providas com professores, das quais 10 em vilas na Comarca de Belém e 1 na freguesia da Comarca do Marajó. Ressaltamos, também, que a maioria das Escolas foram criadas na Comarca de Belém, totalizando 21; na Comarca do Marajó, 4; e na Comarca do Rio Negro, 07.

Não só na província do Grão-Pará, como também em outros pontos do Império, durante as primeiras décadas do século XIX, as escolas de Primeiras Letras eram vitimadas pelo abandono e pela ausência de políticas públicas mais eficazes (Ricci; Lima, 2015). Além das escolas de Primeiras Letras, existiam as cadeiras isoladas de Língua Latina, de Retórica, de Filosofia Racional e Moral, mas nem todas tiveram professores desde a sua criação. No Quadro 15, é possível localizarmos as escolas por comarca, a quantidade de escolas de Primeiras Letras e professores.

Quadro 15 - Escolas de Primeiras Letras na Província do Grão-Pará

ATÉ 1832 ²⁸	EM	QUANTIDADE	MÉTODO	SEXO	PROFESSOR
Comarca de Belém					
Cidade		01	Método Mútuo / Bairro da sé	Não mencionado	Sim
Cidade		01	Método Mútuo / Bairro da Campinas	Não mencionado	Sim
Cidade		03	Método Individual	Meninos	Não
Cidade		01	Método Individual	Meninas	Não
Vila de Vigia		01	Não mencionado	Não mencionado	Sim
Vila de Santarém *		01	Não mencionado	Não mencionado	Sim
Vila de Citra		01	Não mencionado	Não mencionado	Sim
Vila de Oeiras		01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Vila de Melgaço		01	Não mencionado	Não mencionado	Sim
Vila de Bragança		01	Não mencionado	Não mencionado	Sim
Vila de Ourem		01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Vila de Macapá		01	Não mencionado	Não mencionado	Sim
Vila de Magazão*		01	Não mencionado	Não mencionado	Sim
Vila de Gurupá		01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Vila de Monte Alegre		01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Vila de Óbidos *		01	Não mencionado	Não mencionado	Sim
Vila de Faro		01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Vila de Alenquer		01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Vila Porto de Mós		01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Vila Franca		01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Vila Nova de El-Rei *		01	Não mencionado	Não mencionado	Sim
Lugar de Turiassu		01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Lugar de Baião		01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Freguesia de Abaité		01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Freguesia de Igarapé- Miri		01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Comarca de Marajó					
Vila de Monsarás		01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Vila de Chaves		01	Não mencionado	Não mencionado	Não

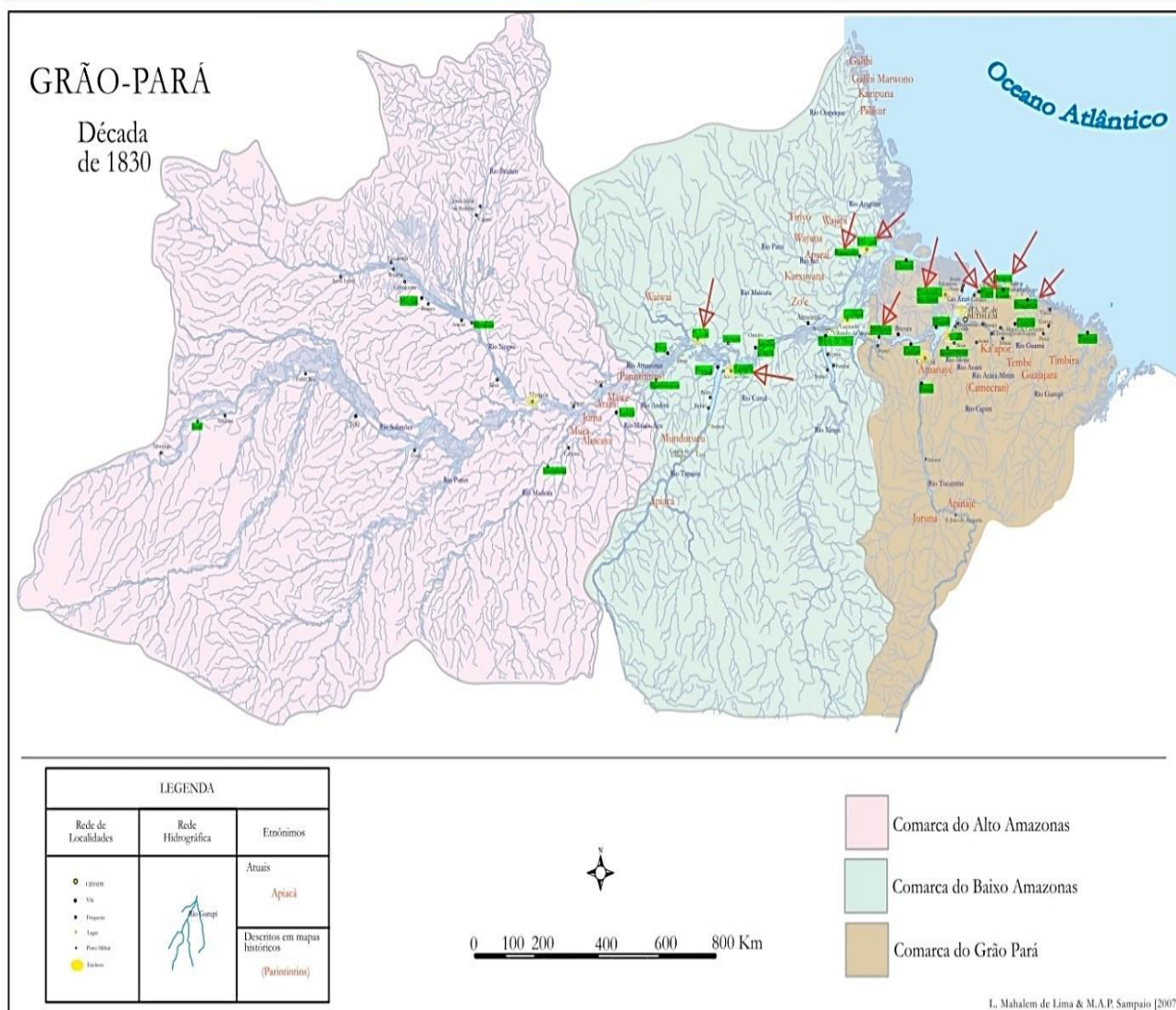
²⁸ As vilas com asteriscos, a partir de 1833, passaram a ter outra denominação, a saber: Santarém para Tapajó; Magazão para Regeneração; Óbidos para Pauxis; Nova de El-Rei para Marapaná; Barcelos para Mariuá; Moura para Itarema; Borba para Araratema; Olivença para Jauari; Nova Rainha para Tupinambarana; Maués para Luzia.

Freguesia - Cachoeira	01	Não mencionado	Não mencionado	Sim
Freguesia de Muaná	01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Comarca de Rio Negro				
Vilas de Barcelos *	01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Vila de Moura *	01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Vila de Borba *	01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Vila de Oliveira *	01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Vila Nova da Rainha *	01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Missão de Maués *	01	Não mencionado	Não mencionado	Não
Lugar de Barra	01	Não mencionado	Não mencionado	Não

Fonte: Baena (2004)

A figura 12 ilustra como ficaram as escolas sob os novos termos da lei de 1833, podendo visualizar na cor verde as escolas criadas até 1832, e as setas em vermelho indicam algumas das escolas que se encontravam providas de professores. Podemos perceber, também, que a maioria das escolas estão localizadas às margens dos rios, e as providas estão próximas a capital, Belém.

Figura 12 – Escolas de Primeiras Letras em Vilas, Freguesias, Lugares e Missões em 1832



Fonte: Lima (2008), adaptado pela autora (2024)

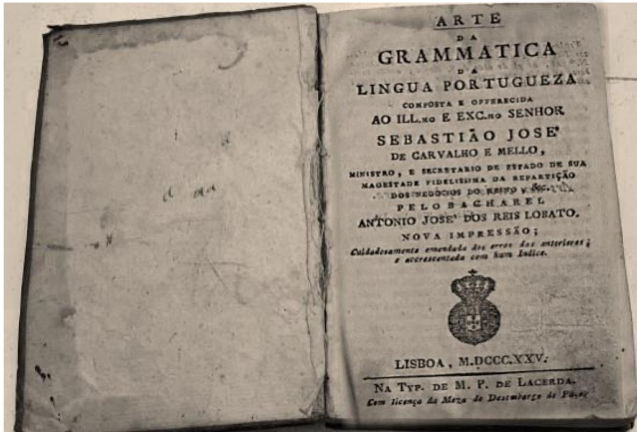
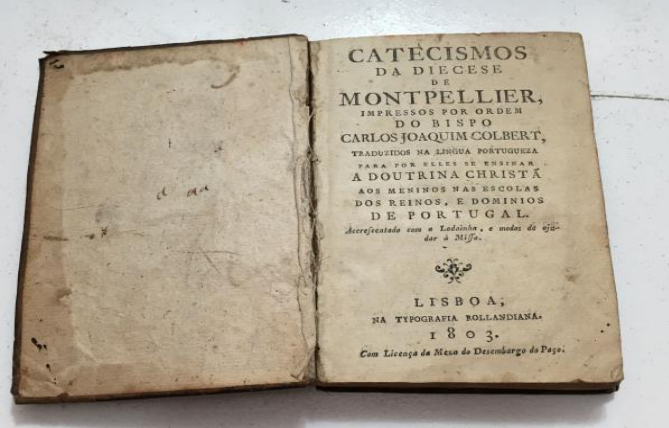
Ao analisarmos essa Figura 12 e o Quadro 15, constatamos que ainda era precário o número de escolas de Primeiras Letras na província. Em 1833, eram 44 vilas, mais de 60 lugares, além de freguesias e missões, e a maioria não estava provida com escolas de Primeiras Letras. Outro agravante foi o Método de ensino. Em Belém, eram utilizados dois métodos, o Método Lancasteriano e o Método Individual, sobre os quais passamos a discorrer.

O Método Lancasteriano não prosperava, uma vez que os mestres continuavam a ensinar a ler e escrever pelo antigo sistema separado (Baena, 2004). Utilizava-se o método individual, aplicando no início do Império praticado em escolas régias ou de cadeiras públicas de Primeiras Letras, em escolas domésticas e em escolas particulares. Esse método tem como característica principal a atuação do

professor de forma individual para cada aluno. Também existiam algumas inviabilidades para o avanço das escolas, tais como a falta de espaços próprios e apropriados, falta de material didático e falta de formação de professores (Faria Filho, 2007).

O fato é que o ensino não era uniforme na província. Em algumas escolas, o ensino se dava através dos compêndios de *Gramática Portuguesa*, de Lobato, *Aritmética*, de Bezout, o compêndio do catecismo da Religião Cristã do Bispo de Montpellier, e livros elementares (Baena, 2004, p. 205). No Quadro 16, apresentamos a capa dos livros utilizados nas aulas de Primeiras Letras.

Quadro 16 - Compêndios utilizados nas Primeiras Letras na Província

ASSUNTOS	COMPÊNDIOS
Gramática Portuguesa Sebastião José de Carvalho Lovato	
Aritmética M. Bezout	
Catecismo Montepellier	

Fonte: Baena (2004).

Esses livros, na época denominados de compêndios, são exemplos de forma, o suporte da época. Livros grossos de capas duras e folha amareladas, que destacavam em letra maiores os nomes das matérias. Os livros eram importantes, pois segundo Chartier (1991, p. 182), “[...] não há texto fora do suporte que lhe permite

ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor”, mas, certamente, nem todas as escolas tiveram acesso a esses materiais, uma vez que poucas foram providas no início da década de 1830.

Entendemos que havia dificuldades em garantir a educação, principalmente nas vilas. Por isso, foram instituídos os inspetores para fiscalizar as escolas da cidade e das vilas. Eles eram escolhidos e designados pela Câmara Municipal e tinham a competência, principalmente, para cobrar assiduidade dos professores nas escolas, como podemos enfatizar:

A estes compete o cuidado de ver se os professores das escolas dos seus distritos sobem à cadeia nos dias, em que não são feriados, e pelas horas marcadas para os dias letivos quer de manhã quer de tarde, e passar-lhes certidão de atividade a fim de poderem receber os seus honorários; e aqueles devem visitar e inspecionar assiduamente o regime, ordem de ensino, e polícia interna das escolas (Baena, 2004, p. 9).

Sob essa ótica, os inspetores eram os “olhos” do governo, cabendo-lhes a tarefa de notificar às Câmaras Municipais as informações das escolas, bem como os atos positivos e negativos dos professores. Outro fator preocupante na época era o financiamento da educação, que se dava através de subsídios literários, utilizados para o pagamento dos honorários dos professores das cadeiras de ensino público. Os valores eram bem variados, sendo que para as escolas de Primeiras Letras o ordenado se dava de acordo com o tipo de método; para cadeira do Método Mútuo, 300\$000 réis; para o ensino Individual, 150\$00 réis. Variavam também de acordo com a cadeira e distância, como é possível perceber na organização demonstrada no Quadro 17.

Quadro 17 - Cadeiras Públicas na Província do Grão-Pará (1832)

CADEIRAS	QUANTIDADES	LOCAIS	PROVIDAS	ORDENADOS EM RÉIS
Língua Latina	2	Cidade de Belém	Com Professor	400\$000
Língua Latina	1	Vila de Vigia	Com professor	200\$000
Língua Latina	1	Vila de Cametá	Com professor	200\$000
Língua Latina	1	Vila de Santarém	Com professor	300\$000
Retórica	1	Cidade de Belém	Com Professor	240\$000
Filosofia Racional e Moral	1	Cidade de Belém	Com Professor	300\$000
Língua Francesa	1	Cidade de Belém	Sem professor desde a criação	—
Geometria	1	Cidade de Belém	Sem professor desde a criação	—

Fonte: Baena (2004).

No Quadro 18, apresentamos o quantitativo de alunos matriculados na Cidade de Belém, que estudavam através do método de Ensino Mútuo; Gramática Latina; Retórica e Filosofia. A Instrução Pública teria de avançar muito para atender a um número maior de educandos.

Quadro 18 – Estudantes na capital da província do Pará, Belém (1832)

CADEIRAS DE ENSINO NA CIDADE DE BELÉM	N.º ESCOLAS	N.º DE ALUNOS
Escolas de Ensino Mútuo	02	135
Escolas de Gramática Latina	02	28
Retórica	01	7
Filosofia	01	23
Ensino voluntário e particular para meninos	03	171
Escola de meninas – particular	01	22

Fonte: Baena (2004).

Em suma, o período que antecedeu o auge da Cabanagem foi conturbado, pois a província não passava por momentos tranquilos e a Instrução Pública vivenciava algumas transformações. O método de Ensino Mútuo não foi bem compreendido, havia dificuldades em contratar professores, dificuldades por parte dos docentes em realizar os exames para os cargos, uma vez que a província apresentava região geográfica muito extensa.

Esses fatos ilustram como os processos de construção de significado são variados e contraditórios, rompendo com a ideia de um sentido único e absoluto. Dirige-se às práticas que dão significado ao mundo de forma plural. Consequentemente, as práticas discursivas podem ser caracterizadas como

produtoras de ordenamento, afirmadoras de distanciamento e criadoras de divisões. Dessa forma, são reconhecidas as práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação e de suma relevância para entender as transformações históricas (Chartier 1988). Em vista disso, passamos a analisar as práticas de Instrução pública no período de 1835 a 1840.

4. 2 A Instrução Pública (1835 A 1840)

O contexto da Instrução Pública, no período de 1835 a 1840, deu-se historicamente, no auge da cabanagem e, segundo o Presidente, João Antônio de Miranda (1840)²⁹, foi um período delicado, pois, para ele, a paz na província era um requisito para o bom andamento da Instrução Pública,

A Instrução é filha da paz pública e da tranquilidade dos espíritos, e não era possível, que no estado, que por algum tempo desgraçou a província, se curasse de mais do que retribui esse descaso, que produz as ciências e as fortunas (Pará. Relatório da Província, 1840, p. 20, grifo nosso).

Constatamos no discurso do Presidente, João Antônio de Miranda, ano de 1840, que a Instrução Pública está entrelaçada com o contexto social e político a época. No caso do período estudado, ela passou por metas insatisfatórias, o que a afetou diretamente, com a consequente ausência de mestres para ocuparem as cadeiras de Primeiras Letras, como enfatizam os registros no relatório provincial de 1840:

É tal a nossa situação, que nem homens temos para ocupar esses lugares, o que faz necessário empregar os párocos interinamente, em alguns dos quais, suposto eu reconheça alguma habilitação para o regime, não encontro com tudo uma vida isenta de outras distrações, qual se quer para o magistério (Pará, Relatório da Província, 1840, p. 20).

A fala do presidente João Antônio de Miranda revela que a década de 1840 foi um período de avanços e retrocessos e que somente a paz pública seria capaz de fazer avançar a Instrução, pois, para ele, no período de auge da Cabanagem, a província passava por descasos que se refletiam em várias esferas sociais. Também, perdurou a precariedade na contratação de professores, uma vez que os cargos de professores se mantinham ocupados interinamente pelos párocos das igrejas das vilas e freguesias. Um cenário não muito diferente do período entre 1830 e 1834.

²⁹ Pará, Relatório do Presidente da Província do Pará, 1840.

O contexto político se mostrou mais grave na segunda Regência Una, que foi comandada pelo presidente Pedro Araújo Lima, considerado mais conservador que Feijó. Durante seu mandato, a Província do Grão-Pará passou a ter presidentes também conservadores: Francisco José de Sousa Soares de Andrea, presidente no período de 9 de abril de 1836 a 7 de abril de 1839; Bernardo de Sousa Franco, de 7 de abril de 1839 a 19 de fevereiro de 1840; e João Antônio de Miranda, de 19 de fevereiro de 1840 a 5 de novembro de 1840.

Dentre esses, destacamos o mandato de Francisco José de Sousa Soares de Andrea (1781-1858), que, com sua força governista, combateu a revolta da Cabanagem (iniciada em 1835). Dispondo de um quartel-general próximo a Belém, intensificou o treinamento de recrutas e coordenou ataques aos cabanos, que foram perseguidos, caçados, presos e mortos durante o massacre sangrento que terminou em 1840, aniquilando quase todos eles.

É na gestão desses presidentes que surgem as Assembleias Legislativas Provinciais, de acordo com a lei de 12 de agosto de 1834, como enfatiza Santos (2022). Devido aos conflitos, as sessões das Assembleias Legislativas passaram a acontecer somente a partir de 1838.

O Movimento da Cabanagem acontece neste momento histórico, com os líderes cabanos tomando o poder em 7 de janeiro de 1835. Apenas em abril daquele ano é realizada a primeira eleição para o parlamento paraense: são escolhidos os primeiros 28 deputados da história da província do Pará. Os anos que se seguiram foram violentos, com conflitos armados até a deposição dos cabanos. Apenas em 1837 foi possível a instalação definitiva do Poder Legislativo da Província do Grão-Pará, convocada pelo então general- Presidente da província do Grão-Pará, José Francisco de Souza Soares de Andréa, Barão de Caçapava, para que os deputados eleitos realizassem a 1ª Sessão Preparatória da Assembleia e dessem início aos trabalhos, já em março de 1838 (Santos, 2022, p. 02).

Dessa forma, em 2 de março de 1838, aconteceu a 1ª sessão da Assembleia Provincial do Grão-Pará, presidida por José Francisco de Souza Soares D'Andréa, que na ocasião explanou o estado da província, da seguinte forma:

Vós sabeis senhores, a que estado de fúria e anarquia chegou esta malfadada província arrastada ao abismo pela liberdade, ou antes licença de imprensa, pela impunidade seguida e sistemática de todos os crimes, especialmente dos que se encaminhavam a subversão da ordem, pela insubordinação de todos os empregados militares, ou civis, pelo desprezo, menos caso, e insulto feito impudentemente as primeiras autoridades; e finalmente pela jactância escancarada com que homens ignorantes ostentam a sua imoralidade, a sua irreligião, o seu profundo desprezo pelas formas estabelecidas o culto devido ao ente supremo; atrevendo-se até a negarem a sua existência, quanto não são capazes de compreenderem nem os

movimentos do mundo que habitam (Pará, Relatório Presidente da Província do Pará, 1838, p. 1).

O discurso do presidente revela qual é a visão que um presidente provincial conservador tem a respeito da Cabanagem, uma vez que o articula em torno de termos e expressões carregados de sentidos pejorativos sobre os cabanos. Em 1839, o mesmo presidente informa que depois de muitos esforços a província está restituída à ordem, aparentemente tranquila, com exceção de algumas localidades, as quais precisavam de guardas policiais para manter a ordem.

Nessa fala, é possível perceber a reflexão de Pesavento, (2014), quando enfatiza que a narrativa histórica tende a se colocar no lugar daquilo que aconteceu, quanto lhe atribui um significado. Não obstante a luta dos cabanos ser tratada pelo presidente como se fosse apenas incivilidade, as razões e os significados que os levaram à luta emergem ainda com muita força nas páginas da história.

Mas aquele era um Brasil que precisava continuar, a despeito de tudo quanto lhe acontecia. A Instrução pública era uma necessidade e, de acordo com o relatório da sessão da Assembleia provincial de 1838, o presidente trata da situação em que se encontrava a Instrução Pública e as intenções para melhorá-la, que se deram a partir de 1839, de forma lenta e gradual. Segundo Francisco José de Souza Soares D'Andrea (1838)³⁰ informa, na província há um seminário episcopal e dois conventos (um da Ordem dos Carmelitas e outro dos Franciscanos), o seminário possuía, além dos quatro seminaristas, um mestre de Gramática Latina e um de Teologia.

O mesmo documento levantava a questão da contenção de gastos na contratação de mais seminaristas para cuidar de jovens pobres e indigentes, mas também tratava da necessidade de se pensar em um outro espaço onde se pudessem educar os meninos, que não fosse unicamente em seminários, e que a aulas maiores fosse na cidade. Assim, consta no relatório:

Julgo muito útil este estabelecimento; embora haja talvez a mudar alguma coisa na maneira de existir. É uma casa aonde cada um pode mandar seus filhos, e mediante aquela quantia que se julgar indispensável à sua sustentação, fica tranquila de que será instruído e educado com regularidade, e tratado com desvelo e assim deixam de ser preciso as aulas maiores em cada vila, ou lugar da província; porque nem todos os homens tocam os estudos maiores, e aqueles a quem estes possam ser precisos, pertencem de ordinário a familiares que podem sustentá-los nos colégios ou seminários (Pará, Relatório do Presidente da Província, 1838, p. 10).

³⁰ Pará, Relatório do Presidente da Província do Pará, 1838.

Havia indícios de implementar novos modelos de educação e de escolas, mas para isso era preciso resolver os problemas de prédios escolares. Assim, para o Presidente Francisco Jose de Souza Soares D'Andrea (1838)³¹, na Província do Grão-Pará, havia a necessidade de várias construções, tais como praças, mercados e, principalmente, escolas. Relata que havia mestres contratados pelo governo, mas que esses não apresentavam formação satisfatória, e que os critérios de escolha dos professores eram duvidosos.

Naturalmente, algumas contratações não seguiram o Art. 7º da Lei de 15 de outubro de 1827, na qual se institui que seriam submetidos a exames público perante os Presidentes, em Conselho, todos os que pretendessem ser providos nas cadeiras. O Conselho autorizou que fosse julgado mais digno e dariam parte ao Governo para sua legal nomeação. Dessa forma, José de Souza Soares D'Andrea (1838)³² relata que ficaria sem entender o que esperar de uma aula ministrada por um mestre que nada sabia. Assim, enfatiza:

Para ensinar os primeiros rudimentos a um menino, uma velha, ou um homem qualquer. E sem muito escrúpulo, se tem conservado o uso de entender-se que basta para mestre de primeiras letras homens que mal sabem ler, de modo nenhum escrever certo, e ainda menos contar (Pará, Relatório Presidente da Província, 1838, p. 34).

Assim como no início da década de 1830, as pessoas que eram contratadas não tinham uma formação preliminar, não conheciam o ofício da profissão, e professores deveriam exercer o que dizia o art. 6º da lei de 27 de outubro de 1827, que instituiu a criação de escolas de Primeiras Letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.

Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (Brasil, 1827).

Para alguns professores, além de terem de dominar os conteúdos a serem ensinados, precisariam exercer o ofício através do Ensino Mútuo, para o qual não havia formação na província do Grão-Pará. Logo, os professores não conseguiam desenvolvê-lo. Por esse motivo, houve a sugestão em substituir as duas cadeiras de

³¹ Pará, Relatório do Presidente da Província, 1838.

³² Pará, Relatório do Presidente da Província, 1838.

Ensino Mútuo de Belém pelas de Primeiras Letras, e que a cadeira de Bragança fosse eliminada.

A região precisaria avançar nas práticas de ensino. Mas o Presidente José de Souza Soares D'Andrea (1838)³³ ressaltava que existia falta de uniformidade de método de ensino na Província do Grão-Pará e revela a necessidade de uma Escola Central ou de Ensino Normal, onde se preparassem as pessoas que almejassem ser professores das Primeiras Letras ou das aulas maiores. Seria um local para preparar os mestres em um só sistema de ensino, para que estes pudessem sair mais preparados com suas cartas de intenção e informação, que seria uma forma plausível para a dispensa dos concursos, para os quais nem sempre apareciam candidatos hábeis. O documento também menciona a necessidade de nomear um Inspetor, o que seria realizado pela Câmara Municipal, fazendo com que esta deixasse de exercer a função de inspetoria.

Em 1839, a província do Grão-Pará consegue autorização para a dispensa dos concursos para a contratação de mestres pelas dificuldades em achar candidatos e por anseio em prover as escolas e cadeiras vagas, como salienta o presidente Francisco José de Souza Soares D'Andrea (1839)³⁴, que enfatiza que as escolas públicas estão geralmente mal providas ou vagas pela falta de Mestres, prejudicando o avanço da Instrução Pública na província.

Uma das justificativas para não haver candidatos às cadeiras de Instrução Pública era o baixo valor dos ordenados. Segundo alega o Presidente Francisco José de Souza Soares D'Andrea (1839, p. 34)³⁵, “[...] só aceitam as cadeiras alguns desgraçados, que nada tem do que viver, ou que nenhuma intenção tem de se empregarem seriamente em tal trabalho”. Por isso, ainda havia muitas cadeiras vagas, e uma das medidas adotadas para tentar resolver a situação foi a instituição da Lei de 6 de maio de 1838, na província do Grão-Pará, em conformidade com a Lei Geral de 13 de outubro de 1827 do Império.

Deste modo, uma das medidas legais adotadas foi autorizar o governo a prover vagas para mestres a pessoas hábeis, permitindo, na falta dessa pessoa, nomear quem as regesse com a metade do vencimento dos respectivos ordenados. Quanto aos ordenados, apresentam-se, no Quadro 19, os valores pagos à época.

³³ Pará, Relatório Presidente da Província, 1838.

³⁴ Pará, Relatório do Presidente da Província, 1839.

³⁵ Pará, Relatório do Presidente da Província (1838, p. 34)

Quadro 19 - Ordenados das Cadeiras de Instrução Pública no Grão-Pará

CADEIRAS	QUANTIDADE	ORDENADO
Filosofia	1	400\$000
Retórica	1	240\$000
Gramática Latina	2	400\$000
Substituto das cadeiras na Cidade	1	200\$000
Latim nas Vilas	3	300\$000
Cadeiras de ensino Mútuo na Cidade Belém	2	300\$000
Cadeira de ensino Mútuo nas Vilas de Bragança	1	400\$000
Professora de meninas	1	400\$000
Cadeiras de Primeiras Letras	31	150\$000

Fonte: Pará, Relatório do Presidente da Província (1838, p. 35).

Podemos perceber que os valores estão de acordo com os limites do Art. 3 da Lei 27 de outubro de 1827, que assim determina:

[...] presidentes, em Conselho, taxarão interinamente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares, e o farão presente a Assembleia Geral para a aprovação.

Não obstante isso, deixa margem para que os presidentes propusessem novos valores. Dessa forma, houve a proposta de aumento de 600\$000 para os mestres de Primeiras Letras que atuassem em Belém, 400\$000 réis para os mestres de Primeiras Letras das vilas e que as Cadeiras de Filosofia, Retórica e Gramática Latina deveriam ter um ordenado de 600\$000 réis na cidade e de 400\$000 nas vilas. Ressaltamos que as cadeiras que estivessem vagas permaneceriam até aparecerem mestres hábeis no ofício da instrução.

Outro ponto a ser destacado é que, em 1838, ainda existia a Casa de Educandas, cuja pretensão era receber até 80 meninas órfãs. O gasto financeiro para manter a casa era de 400\$000 réis anuais, podendo chegar até 100 réis diários por educanda. Na época, havia a pretensão de o colégio de educandas não ser comparado a um colégio de freiras, e que o espaço não servisse unicamente para amparar meninas desvalidas, mas, sim, que pudesse atender meninas cujos pais pudessem pagar os sustentos diários, a fim de que o local pudesse ofertar a instrução gratuita para aquelas que almejassem estudar na Casa de Educandas.

Também havia a necessidade de contratar uma cuidadora com características pessoais rígidas, mas delicada no tratamento das educandas, e que recebesse um salário por seus serviços, pois havia uma pessoa exercendo a função, sem os cuidados esperados com as meninas e sem direito a salário, fato registrado na sessão do dia 8 de abril de 1839, como se destaca no seguinte relato:

A regente antiga estava inábil pela sua idade e brandura de Genio, e a fiz substituir por uma senhora viúva, cujo marido acabou às mãos dos rebeldes, e que sabido conservar-se decente e dar boa educação as suas filhas no meio da mais extrema pobreza, me parece própria para dirigir bem aquela casa, e lhe mandei dar cem mil réis anuais, e cinquenta a outra, conservando-se na casa em atenção a ter servido até agora sem estipendio algum (Pará. Relatório do Presidente da Província, 1839, p. 18).

Em 1839, começam a ser concretizadas as metas traçadas em 1838, relatadas na Sessão Legislativa Provincial. A compra da casa das educandas se torna real.

O colégio de educandas, protegido por Lei provinciais, está melhorado de sorte; mas precisa de mais ampla proteção da assembleia provincial: Fiz-lhe comprar a casa em que existe por 1.575\$000 réis, dos quais só 335\$000 réis farão da fazenda provincial, sendo o resto de donativos. Esta casa não é suficiente, e convém muito identificar-se outra a propósito, com as regularidades de um convento; mas sem que tenha as aparências porque tudo deve ser devido a uma bem entendida educação (Pará, Relatório do Presidente da Província, 1839, p. 18).

Além da compra de uma casa para as educandas, o principal avanço surge somente a partir de 1840, que foi a contratação, de forma interina (provisória), de párocos para ocupação das vagas das cadeiras de Primeiras Letras. Entretanto, o número de cadeiras interinas era bastante elevado na época, pois, das 37 escolas de Primeiras Letras instituídas, 25 foram ocupadas interinamente, demonstrando que em 1840, ainda era um desafio prover as vagas de professores. E estes, através de suas práticas, iriam exercer um papel importantíssimo, o que nos lembra Chartier (1991), quando diz que as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, exibindo uma maneira própria de ser no mundo, que envolvem um significado das formas institucionalizadas, objetivadas, de representantes (instâncias coletivas ou indivíduos singulares), marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe.

Mas, apesar das ocupações das cadeiras, no Quadro 20, é possível perceber que não houve grandes avanços na Instrução Pública durante os anos de 1835 a 1840.

Quadro 20 - Organização das Cadeiras de Instrução Pública (1835 a 1840)

CADEIRAS PÚBLICAS	1835 a 1838	1839	1840
Filosofia Racional e Moral	vaga	1	1
Retórica	vaga	1	1
Língua Francesa	vaga	Vaga	1
Geometria	-	-	1
Latim	4 no total 3 Providas/ 1 vaga	4 no total 3 providas/ 1 vaga	4 no total 2 Providas/ 2 vagas
Primeiras Letras	31 no total	37 cadeiras no total. 14 Providas/ 23 vagas	36 cadeiras no total. 8 providas (examinadas)/ 19 interinas/ 8 vagas

Fonte: Pará, Relatório do Presidente da Província (1838/1839; 1840)

A população do Grão-Pará, em 1840, era aproximadamente de 140.000 habitantes segundo Cruz (1973), o que demonstra que ainda teria de aumentar bastante o número de escolas para atender à população, conforme demonstramos no Quadro 21.

Quadro 21 - Número de Habitantes (1840)

COMARCAS E VILAS	HABITANTES
Cidade	70.158
Baixo Amazonas	30.020
Alto Amazonas	30.040
Bragança	9.782
Total	139.890

Fonte: Cruz (1973)

No mandato do Presidente Bernardo de Sousa Franco, foi instituída a Lei 33, de 30 de setembro de 1839, que autoriza o presidente da província a criar na cidade uma Escola Normal, e que a província enviasse a Corte Imperial, um aluno da escola normal ou um paraense hábil, capaz de replicar os conhecimentos adquiridos. Dessa forma, no relatório presidencial de 1840, há registro atendendo à solicitação de envio de um paraense para estudar no Rio de Janeiro.

Para execução da Lei provincial de 30 de setembro sob o nº 33 engajei interinamente um paraense, de nome Silvestre Tenreiro Aranha, o qual reúne ao conhecimento de primeiras letras o das Línguas Latina, Francesa e Inglesa, achando-se a frequentar no presente ano no Rio de Janeiro e deverás começar o seu estudo no próximo ano (Pará, Relatório do Presidente da Província, 1840, p. 20-21).

Segundo o presidente, João Antônio de Miranda (1840)³⁶, o envio do paraense para a formação do Rio de Janeiro era mais uma ação para o alicerce da Instrução Pública na província. No entanto, outras leis seriam necessárias para atender às demandas da Lei nº 33 de 1839. Leis que legitimassem os deveres e função do diretor da escola, as obrigações dos professores atuantes nas escolas e para os futuros professores que desejassem se candidatar à função, como podemos constatar:

A província tem mais o direito de esperar uma lei, que determine os objetos, que devem ser ensinados, que marque as obrigações dos professores, especificando os casos, em que devem ser suspensos, ou demitidos. A assembleia legislativa atual pode fazer um importante serviço à província, e aos vindouros, se tomar em sério cuidado em assunto de tanto interesse. (Pará. Relatório do Presidente da Província, 1840, p. 23).

A Lei n.º 75, de 28 de setembro de 1840, foi mais um avanço da Província, pois autorizou que o Presidente mandasse comprar, no Rio de Janeiro, exemplares a tradução do Curso Normal do Barão de Gérando³⁷, destinado a Professores de Primeiras Letras ou Direções Relativas a Educação Physica, Moral e intelectual. O curso foi impresso por ordem do Governo Provincial do Rio de Janeiro para uso dos Professores de escolas de ensino primário (Cason, 2015).

Do mesmo modo, neste período, iam-se identificando novas necessidades para a Instrução, a saber: estatutos das escolas; maior controle dos registros das 36 escolas públicas de Primeiras Letras; um centro para onde as escolas pudessem direcionar as requisições; envio de mapas e quadros estatísticos das escolas, os quais eram exigidos pelo governo. Pedia-se também a criação do cargo de inspetor escolar, o que é possível se constatar na fala registrada no relatório presidencial de 1840,

Pedindo-se-vos a criação de um diretor de instrução primária. A esse diretor deve competir por si, ou por intermédio de delgados, a inspeção e fiscalização das escolas, organização de seus regulamentos internos, o regime e métodos práticos do ensino e escolha dos compêndios, submetendo tudo à aprovação do Presidente da província (Pará, Relatório do Presidente da Província, 1840, p. 22).

Recomendava-se que a nomeação do inspetor deveria ser de um cidadão respeitado por seus conhecimentos intelectuais, suas habilidades e amor dedicado às causas públicas, com o compromisso de alavancar a instrução. Quanto aos

³⁶ Pará, Relatório do Presidente da Província, 1840.

³⁷ Traduzido e acrescentado com um apêndice de Leis Gerais e Provinciais Sobre escolas pelo Dr. João Candido de Deos e Silva. Nictheroy. Typographia Nictheroy de M.G. de S. Rego, Praça Municipal – 1839; 421 páginas, que se encontra na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, cujo original está na Biblioteca Nacional da França (Cason, 2015).

compêndios, segundo o Presidente Provincial, Bernardo de Sousa Franco (1839)³⁸, estavam antiquados e precisavam ser substituídos, os conteúdos de lógica se encontravam desatualizados na Europa, logo, deveriam ser substituídos no Brasil e na província.

Quanto ao conteúdo de Retórica, deveria ser ensinado com a leitura e análise de clássicos portugueses. No entanto, enquanto não fossem atendidas essas solicitações, fazia-se necessário executar a Lei de 15 de outubro de 1827, Art. 6, que orientava o ensino de História do Brasil. No caso da Província do Grão-Pará, o livro ensino Corográfico, de Antônio Baena, faz referência à história do território conhecido por Grão-Pará.

Desta forma, eram grandes as dificuldades e os recursos eram escassos. Segundo o Presidente João Antônio de Miranda (1840, p. 23)³⁹, havia muitos obstáculos a serem superados em decorrência da Cabanagem, mas a ordem era “Organizem-se as escolas, como deve ser; preparem-se os homens, que as rejam, e depois gradualmente se dará remédios aos inconvenientes práticos que forem denunciados”.

Ficava evidente na época que a escola necessitava do básico para o professor exercer a sua função, porém, muitas vezes, era o próprio docente que custeava seus materiais ou a família dos alunos os custeava. Pensava-se em aumentar os ordenados dos professores para que assim tivessem as condições básicas para a prática do ensino, como podemos observar:

[...] faz-se com tudo necessário, que a soma, que decretardes para a manutenção dos professores públicos, aumentais alguma diminuta quantia, que possa ser despedida com alguns utensílios mais necessário para uma outra escola, que o mereça comprar de papel, tinta, pena, e outras objetos, que apesar de insignificante, não podem ser comprados todavia à custa de muitos pobres pais de família (Pará. Relatório do Presidente da Província, 1840, p. 24).

³⁸ Pará, Relatório do Presidente da Província, 1839.

³⁹ Pará, Relatório do Presidente da Província, 1840, p. 23

A preocupação se dava, pois, as escolas passaram a funcionar, novos espaços que já haviam sido constituídos, porém faltavam professores para ocupar as vagas, como é possível observarmos no Quadro 22 abaixo, mesmo de forma interina, que eram pessoas contratadas para lecionar, mesmo não tendo uma formação em Escolas normais, nem passaram por exame de seleção ou concurso. Exemplo: os padres contratados para lecionar, no início do século XIX, na província do Pará.

Quadro 22 – Organização das Cadeiras de Instrução Pública (1840)

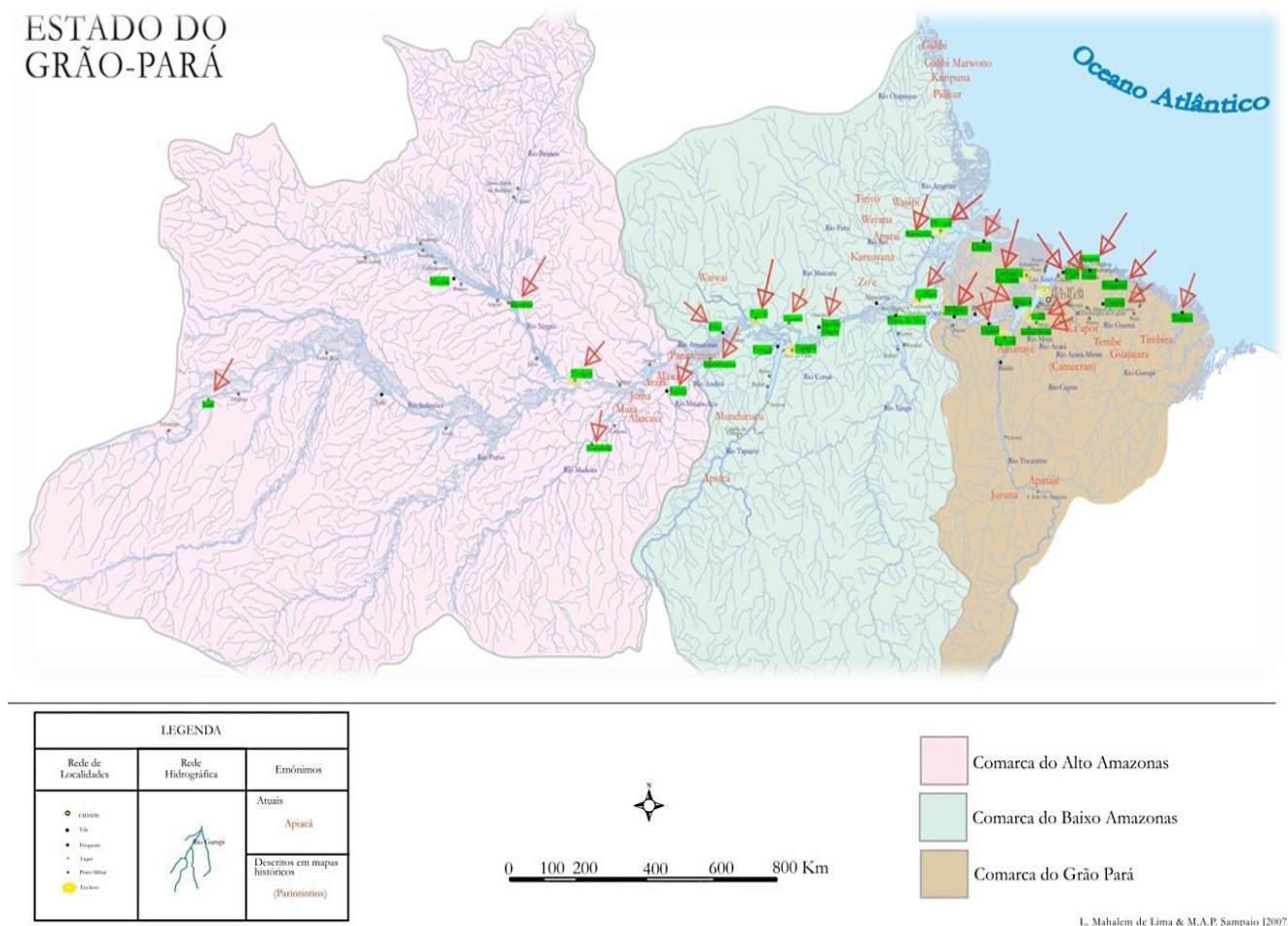
PROVÍNCIA DO GRÃO-PARÁ – 1840		
Comarca Belém	Examinado/ interino/ vaga	Nº de Alunos
Belém – Cadeira de Filosofia	Interina	10
Belém – Cadeira de Retórica	Interina	03
Belém – Cadeira de Gramática Latina	Interina	37
Belém – Cadeira de Geometria	Interina	17
Belém – Cadeira de Língua Francesa	Examinado	22
Belém – Cadeira de Primeiras Letras	Examinado	52
Belém – Cadeira de Primeiras Letras	Examinado	96
Belém – Cadeira de Primeiras Letras	Examinado	25
Vila de Cametá – Cadeira de Gramática Latina	Vaga	—
Vila de Cametá – Cadeira de Primeiras Letras	Vaga	—
Vila de Vigia – Cadeira de Gramática Latina	Examinado	09
Vila de Vigia – aula de Primeiras Letras	Examinado	45
Vila de Melgaço – aula de Primeiras Letras	Interino	18
Vila de Oeiras – aulas de Primeiras Letras	Interino	39
Vila de Tocantins – aula de Primeiras Letras	Interino	Não informado
Vila Ourem – aula de Primeira Letras	Interino	39
Vila de Cintra – aula de Primeiras Letras	Interino	Não informado
Vila de Cachoeira – aula de Primeiras Letras	Interina	22
Vila de Monsarás – aula de Primeiras Letras	Interino	Não informado
Vila de Muaná – aula de Primeiras Letras	Interino	21
Vila de Chaves – aula de Primeiras Letras	Interino	Não informado
Vila de Bragança – aula de Primeiras Letras	Examinado	25
Vila de Tury-assu -aula de Primeiras Letras	Interino	Não informado
Freguesia de Abaité - aula de Primeiras Letras	Interino	22
Freguesia de Igarapé -Mirim-aula de Primeiras Letras	Interino	Não informado
Freguesia de Marapanim - aula de Primeiras Letras	Examinado	25
Comarca do Baixo Amazonas	Examinado/ interino/ vaga	Nº de Alunos
Vila de Tapajós – cadeira de Gramática latina	Vaga	—
Vila de Tapajós – aula de Primeiras Letras	Vaga	—
Vila de Óbidos – aula de Primeiras Letras	Interino	73
Vila de Monte Alegre – aula de Primeiras letras	Interino	Não informado
Vila de Faro – aula de Primeiras Letras	Interino	Não informado
Vila de Alenquer - aula de Primeiras Letras	Interino	Não informado
Vila de Franca - aula de Primeiras Letras	Vaga	—
Vila de porto de Móz – aula de Primeiras Letras	Vaga	—
Vila de Gurupá – aula de Primeiras Letras	Examinado	76
Vila de Macapá – aula de Primeiras Letras	Examinado	84
Freguesia da Regeneração - aulas de Primeiras Letras	Interino	61
Comarca do alto Amazonas	Examinado/ interino/ vaga	Nº de Alunos

Vila de Manaus - aulas de Primeiras Letras	Interino	31
Vila de Luzia - aulas de Primeiras Letras	Vaga	—
Vila de Mariuá – aula de Primeiras Letras	Vaga	—
Vila Arararetema - aulas de Primeiras Letras	Interino	Não informado
Vila Tupinambarana - aulas de Primeiras Letras	Examinado	Não informado
Vila de Javary - aulas de Primeiras Letras	Vaga	—
Vila de Itarendana - aulas de Primeiras Letras	Vaga	—
Total de Alunos		852

Fonte: Pará, Relatório do Presidente da Província (1840).

No mapa da Província do Grão-Pará, na Figura 13, é possível identificarmos onde se situavam as escolas de Primeiras Letras, localizadas nas vilas e freguesias, sinalizadas na cor verde. As que se encontram com professores estão sinalizadas com uma seta vermelha.

Figura 13 - Localização das Escolas de Primeiras Letras no Grão-Pará (1840)



Fonte: Lima (2008) adaptado pela autora (2024).

Nessa figura, é possível constatar que as escolas ainda eram poucas, encontravam-se nas Comarcas do Pará e Baixo Amazonas, revelando a necessidade de se investir mais na Instrução Pública, principalmente na Comarca do Alto

Amazonas. Ademais, além das escolas públicas na província, havia na capital Belém as aulas particulares: duas de Gramática Latina, com 72 alunos, e sete aulas de Primeiras Letras, com 308 alunos como é possível observar no Quadro 23.

Quadro 23 - Organização das aulas particulares em Belém (1840)

1840	Nº DE ESCOLAS	Nº DE ALUNOS
Aulas de Gramática Latina	2	72
Aulas de Primeiras Letras	7	308
Total	9	380

Fonte: Pará. Relatório do Presidente da Província (1840).

Os dados mostram que eram poucos os alunos que ainda estudavam na província do Grão-Pará e que faltava criar mais escolas na região. O baixo avanço obtido na instrução entre os anos de 1838 até 1840 se deu em virtude da legislação das primeiras leis provinciais. Assim, as legislações se constituem, conforme Chartier (1991, p.186) “[...] dispositivos formais, textuais ou materiais, que inscrevem em suas próprias estruturas as expectativas e as competências do público a que almejam. Organizam-se, portanto, a partir de uma representação da diferenciação social”. Assim elas, produzem sua área social de recepção.

É possível constatar algumas dessas leis no Quadro 24, a seguir. Elas foram responsáveis por facilitar algumas questões, como a dispensa do concurso para contratação de professores.

Quadro 24 - Leis provinciais instituídas no período de 1838 a 1840

LEI	ASSUNTO
Lei n.º 6 de 8 maio de 1838	Autorizou o provimento das cadeiras vagas em pessoas hábeis.
Lei n.º 30 de 28 de setembro de 1839	Autorizou o provimento interino, independente de exame, das cadeiras de primeiras letras ainda não providas, e com o ordenado por inteiro
Lei n.º 33 de 30 de setembro de 1839.	Instituiu a Escola Normal no Grão-Pará.
Lei n.º 42 de 14 de outubro de 1839.	Trata do número de educandas e despesas anuais.
Lei n.º 43 de 15 de outubro de 1839	Trata de aluguel para a casa de educandas.
Lei n.º 41, de 16 de outubro de 1839.	Instituiu a criação de nova aula e cadeira para a Instrução Pública.
Lei n.º 49 de 15 de outubro de 1839.	Trata do assento de professor.
Lei n.º 75, de 28 de setembro de 1840.	Trata da compra de exemplares da tradução do Curso Normal do Barão de Gérando, para as Escolas de Ensino Primário da Província.
Lei n.º 79 de 21 de outubro de 1840.	Autorizou a compra da casa e do terreno onde existia a Companhia de Educandos.
Lei n.º 64 de 25 de setembro de 1840.	Criou uma cadeira em Portel para o sexo masculino.
Lei n.º 82 de 1 de outubro de 1840.	Elevou a Companhia ao número de 100 Educandos.

Fonte: Documentos da História da Educação Paraense (2011).

Mediante o conteúdo das ementas dessas leis, podemos constatar que cada uma delas foi criada para melhorar a Instrução Pública, uma vez que previam a organização de cursos, contratação de professores, estimavam os salários e detalhavam os requisitos necessários para a legitimação e avanço da instrução na província. Muitas delas se tornaram efetivas após 1840 e, a partir delas, o governo elaborou regulamentos para detalhar melhor a prática da instrução pública.

Exemplo disso, é a Lei n. 41, de 16 de outubro de 1839, do Presidente, Bernardo de Souza Franco, que, no Art. 1º, cria na cidade uma aula de geometria, com ordenado de 600\$000 réis por ano. No Art. 2º, fica autorizada no § 1º a prover cadeira dando ao lente às instruções necessárias para o bom regime da aula. No § 2º, dispõe sobre nomear pessoa idônea para a reger, dando-lhe o ordenado por inteiro, porém sujeitando-se a deixar de servir logo que se apresente outrem, que se sujeite ao exame.

Mas o fato é que as Leis eram aprovadas, todavia demoravam um tempo para serem implementadas, muitas sofreram avaliações para serem mais bem detalhadas ou havendo necessidades de complementação para que a prática educativa fosse melhor executada. No período pós cabanagem, é possível constatarmos avanços na excussão das legislações.

Portanto, verificamos que, apesar da instabilidade social decorrente da Cabanagem, a instrução pública, entre o início de 1830 e 1840, não ficou paralisada. Mesmo enfrentando dificuldades, o governo se esforçou para garantir o funcionamento das escolas de primeiras letras, realizar contratações de professores e fornecer materiais escolares.

No próximo capítulo, com base no terceiro eixo da história cultural, que analisa os sujeitos e os conceitos que envolvem suas relações sociais, são apresentadas as mudanças nessas relações no período pós-Cabanagem. Também são expostos os discursos sociais e as transformações ocorridas na sociedade e na Instrução Pública nos primeiros cinco anos após a Cabanagem, assim como apresentamos um detalhamento das reestruturações na Instrução Pública.

5 AS MUDANÇAS NAS RELAÇÕES SOCIAIS E A INFLUÊNCIA NA INSTRUÇÃO PÚBLICA NO GRÃO-PARÁ PÓS-CABANAGEM

Na visão dos governos Imperial e provincial, no período Cabanagem, a região do Grão-Pará estava em estado de guerra. Ambos consideravam os cabanos como opositores e todos os homens acusados de algum crime deveriam ser presos ou mortos. Com o fim do conflito, e com o objetivo de resolver as questões econômicas da província, uma nova conjuntura social foi estabelecida. Fazia-se necessário estruturar as relações sociais de forma equilibrada, com interações entre os diferentes grupos sociais.

Nesse contexto, as representações sociais passam a ser inseridas, não mais em um campo de concorrência e competição, onde os desafios são formulados em termos de poder e dominação e, sim, possuem a mesma relevância das lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, seus valores e seu domínio (Chartier, 1988). Assim, comungando com a teoria de Elias (2001), estratégias foram implementadas pelos presidentes provinciais, que desempenhavam um papel específico a partir de seus cargos, posições e funções, pois eram responsáveis por analisar o cenário social e político e implementar intervenções.

Homens, antes considerados Cabanos, passaram a ter outra concepção do governo em prol da ascensão econômica. E esses homens seriam mão de obra necessária para o setor econômico para as exportações de produtos. Na Província, os desafios eram grandes, necessitava-se de melhorias nas áreas urbanas, nas câmaras municipais, nos hospitais, nos seminários. Eram previstas melhorias para a Instrução Pública, a exemplo da implantação do ensino secundário, do aumento do número de escolas para meninas, novas legislações para a Instrução e melhorias na casa das educandas e educandos. E para que pudessem acontecer tais mudanças, as relações sociais foram reavaliadas.

5.1 Nova configuração socioeconômica do Grão-Pará

No relatório de 14 de abril de 1841, Bernardo de Souza Franco, vice-presidente da província, afirmou que a região estava em paz, mas precisava de estratégias para reestruturação socioeconômica. Havia o Decreto de 28 de setembro de 1839 que concedia anistia aos cabanos para atrair aqueles que antes contribuíam

economicamente. O governo insistiu na fiel aplicação do decreto porque muitos ainda se escondiam com medo de prisão ou morte. A anistia contribuiu para que os cabanos voltassem às cidades, vilas, freguesias e lugares. O Quadro 25 apresenta uma lista de 62 anistiados, homens de várias origens: brancos, mulatos⁴⁰, mamelucos⁴¹, pardos e índios, a maioria casados, que certamente deixaram suas famílias desamparadas financeiramente e emocionalmente durante a Cabanagem.

Quadro 25 – Relação de anistiados

Nº	Nomes	Localidade	Observação
1.	Manoel da Assunção Gonçalves	Igarapé Mirim	Não informado
2.	Justino do Espírito Santo	Cidade	Não informado
3.	Anacleto Raymundo da Silva Passos	Cidade	Branco, casado
4.	Máximo José	Não informado	Casado
5.	João Caetano de Souza Barreto	Santarém	Branco, casado. Acusado de fazer proclamação aos rebeldes
6.	Geraldo do Sacramento	Cidade	Não informado
7.	João Inácio	Guamá	Mulato
8.	Felipe Marques Benicio	Citra	Mameluco, solteiro, 20 anos
9.	Custódio Honorato nascimento	Cidade	Pardo, 20 a 25 anos
10.	Manoel Antonio Coelho	Muaná	Branco, casado
11.	Florencio da Silva Cravo do Amazonas	Cidade	Branco, casado. Pronunciado em Barcarena em outubro de 1834 e no Capim por falar contra o presidente em 1837.
12.	Manoel Pedro Duarte	Distrito do Guajará Assu	Não informado
13.	Raimundo José Coreia	Carnapijo	Não informado
14.	Joaquim Antônio da Silva	Cidade	Mameluco, casado
15.	Victorino José Freire	Guajará Assu	Branco, casado
16.	Nicolau José	Taiassui no Guamá	Branco, casado
17.	Luiz Monteiro de Amorim	Turiassu	Branco, casado
18.	Isidro Pereira	São Domingos no Rio Guamá	Mameluco. Denunciado por ladrão durante as desordens
19.	Miguel Arcanjo do Nascimento	Marajó	Branco casado
20.	Antônio Espinhosa de Brito Falkman	Cidade	Branco, solteiro
21.	João José de Lima Mininéa	Cidade	Branco, solteiro
22.	Januario Luiz de Brito	Rio capim	Não informado
23.	Agostinho Antonio	Igarapé Mirim	Índio
24.	José Antônio	Maguary	Não informado
25.	Isidro Antônio	Guamá	Não informado
26.	João da Silva Barros	Cametá	Mameluco
27.	Barthomeu José Vieira	Ceará	Branco, Casado
28.	José Pedro Leal	Maguari	Índio
29.	Antonio da Veiga	Cidade	Mameluco, casado. Pronunciado por ir à missa armado e ser inimigo.
30.	Dionisio dos santos	Ourém	Não informado
31.	Manoel Raimundo Alves cunha	Acará	Branco, solteiro, cerca de 25 anos. Pronunciado por

⁴⁰ Mulato – mistura do europeu branco com o africano.

⁴¹ Mameluco – mistura de mestiço de Europeu branco com indígena.

			influência no tempo da desordem.
32.	Antônio Melo Garcia	Igarapé-Mirim	Branco, casado, 40 anos
33.	João Antônio Ferreira Ribeiro	Igarapé Mirim	Branco, solteiro
34.	Domingos Azeres Rodrigues Pinhaguaba	Capim	Branco, solteiro
35.	João Pedro Mulato	Não informado	Escravo de José Antônio
36.	Domingos do Espírito Santos	Muaná	Mameluco
37.	Francisco Pedro Martins Cardoso	Cidade	Pardo
38.	João Vicente Ferreira	Cidade	Não informado
39.	Cyrilo Antônio	Cidade	Não informado
40.	Francisco Antônio Montanha	Marajó	Capuz do Marajó
41.	Lourenço Justiniano	Jurujaia	Pardo
42.	Joaquim José Ribeira	Iretuai	Tapuio
43.	Antônio Luiz de Souza	Abaité	Mameluco
44.	Pedro Fernandes de Sousa	Guamá	Branco
45.	Francisco de Paula Matos	Muaná	Mameluco
46.	Estevam Fernandes da Ponta	Vigia	Não informado
47.	José Maria de Jesus	Vigia	Tapuio, velho
48.	Victorio Antônio	Carnapijó	Mameluco
49.	Simão Antônio Oliveira	Monte Alegre	Branco, velho
50.	Jerônimo Antônio da Costa Furtado	Cidade	Branco, solteiro, 30 anos
51.	Ignácio Caetano Ribeiro	Vigia	Não informado
52.	Manoel Oliveira Pantoja	Barcarena	Branco, 23 anos
53.	Luiz da Rocha de Souza Lima	Santarém	Branco, casado, maior de 50 anos.
54.	Antônio José Gomes	Bujaru	Branco, solteiro
55.	Antônio Bernardo de Souza Junior	Barcarena	Branco, solteiro, 35 anos
56.	Antônio Cyriaco Coelho	Muaná	Mameluco, casado
57.	João Francisco de Sousa Mangala	Cidade	Semibranco
58.	Eleuterio José	São Domingos	Pardo, casado
59.	Florencio da Silva Cravo	Muaná	Branco, casado
60.	João Capristano do Vale	Vila Nova	Branco, casado
61.	Manoel Pereira das Chagas	São Caetano	Mameluco, casado
62.	Francisco Pedroso de Moraes Pinto	Bujarú	Branco, casado

Fonte: Pará, Relatório do Presidente da Provincial (1841)

A partir do decreto de anistia, instituiu-se um ambiente social mais tranquilo que favoreceu o desenvolvimento do comércio e da agricultura, refletindo também em outros setores sociais, fatos enfatizados pelo presidente Bernardo de Sousa Franco (*Pará, 1841*)⁴². Dessa forma, a anistia foi um meio eficaz para manter a paz e a ordem, o que, também, influenciou a política e a administração dos sucessores, conforme passagem do presidente Bernardo de Sousa Franco.

⁴² Pará, Relatório vice-presidente da província, 1841.

Já que de inteligência a dar ao supradito Decreto pedi esclarecimento ao Governo de S. M. Imperial, e os espero; e seja qual for minha opinião como individuo, cumprirei em quanto for 1º administrador da Província as ordens do Governo Imperial, e nada temerei sem ordem expressa sua, do que faz este respeito meu antecessor, não porque esteja convencido de que se não poderá ter dado ao Decreto de anistia cumprimento, que mais combinasse com o bem estar da província, mas porque em matéria de tanta ponderação preciso é sustentar a risca a palavra do Governador, e evitar, **ocasião de se desconfiar dela perdendo assim este meio de confiança necessário para chamar ao grêmio da sociedade os fugitivos, temerosos do castigo** (Pará, Relatório vice-presidente da província, 1841, p. 6, grifo nosso).

A obediência à legislação e as consequências que ela proporcionaria perdurou nos outros governos, como enfatiza o Vice-Presidente Bernardo de Sousa Franco (1842, p. 4)⁴³, “[...] tenho me empenhado em manter tranquila a província, e assegurar-lhe futuro mais próspero, tenho procurado executar com religiosidade a anistia a respeito daqueles que a mereciam”. Além disso, como estratégia econômica, a Província, ainda necessitava, de uma estatística precisa da população para compreender às demandas administrativas.

No entanto, no período de 1841 a 1845, ainda não havia registros atualizados do quantitativo dos habitantes do Grão-Pará. Estimava-se 300.000 mil habitantes, incluindo pessoas livres, escravos, indígenas que viviam nas matas, conforme Quadro 26. A população livre era estimada em 160.000 mil, enquanto os escravos somavam aproximadamente 40.000 mil. Na cidade de Belém, residiam entre 13.000 e 15.000 mil indivíduos livres e entre 5.000 e 6.000 mil escravos.

Quadro 26 – Estimativas de habitantes (1841 a 1845)

POPULAÇÃO	QUANTIDADE (MIL)
Pessoas livres	160.000
Escravos: capital, Bragança, Tariassu, Freguesias do Capim, Acará, Moju, Bujaru, Igarapé Mirim.	30.000
Escravos do Alto e baixo amazonas	10.000
Indígenas	100.000
Total	300.000

Fonte: Pará. Relatório vice-presidente da província (1841, 1842).

Para o Vice-Presidente Bernardo de Sousa Franco, os indígenas passavam a ser solução para resolver o problema de mão de obra para alavancar a economia, evitando assim a necessidade de importar trabalhadores estrangeiros. Para isso, como estratégia, o governo pretendia catequizá-los e persuadi-los, com intuito de convencê-los a se tornarem sedentários em vilas e povoados, para trabalharem nas lavouras; porém, constatou-se que a adaptação à vida em vilas era difícil para eles.

⁴³ Pará, Relatório do Vice-presidente da província, 1842, p. 4.

Uma alternativa foi persuadi-los a fixarem residência próxima as vilas e rios navegáveis, em locais específicos, principalmente, as esposas dos índios e seus filhos, para assegurar o retorno do índio provedor a localidade. Para o governo, foi uma forma de manter o controle do trabalho dos indígenas na colheita, garantindo que eles retornassem com os produtos.

Nessa perspectiva, o governo beneficiaria os indígenas que colaborassem com o trabalho na coleta dos produtos na floresta, fornecendo-lhes o que precisassem e isentando-os de todo e qualquer serviço público. Dessa forma, visava estabelecer uma relação de confiança para assegurar o trabalho em todas as estações da colheita. Para o presidente, Bernardo de Sousa Franco⁴⁴, os indígenas deveriam desfrutar dos desejos e comodidade da vida, vivenciando hábitos sociais dos colonos, para que, no futuro, os filhos e netos se estabelecessem sedentários, ativos habitantes dos povoados e cidadãos aptos para prestarem serviços ao país.

O governo tinha essa visão em relação aos indígenas, pois era nítido que a falta de mão de obra afetava o crescimento da província tanto para os antigos colonos, que precisavam de trabalhadores, quanto para os novos que chegavam à região, como se pode constatar neste relato:

A dificuldade está toda na falta de braços, que encontraria tudo o capitalista, que quisesse vir estabelecer-se na província, e mesmo todo e qualquer colono, que sem ter capitães em chegada nela, tentasse vi-los ganhar com seu suor, e como assalariado, para depois se estabelecer como fazendeiros; e esta carestia, esta falta, longe de diminuir, aumenta com a chegada de novos colonos, seguido o sistema de lhes conceder terrenos, tornando-os assim locadores de serviços (Pará, Relatório do Vice-Presidente da Província, 1841, p. 17).

Essa preocupação ocorria devido ao aumento das exportações, prejudicadas a partir de 1835, quando os portos foram fechados por ordem do governo, paralisando todas as atividades comerciais. Fatos mencionados por Cruz (1973), enfatizando que, com o avanço da revolução, os serviços na maioria dos engenhos, das fazendas e dos campos agrícolas foram paralisados. A produção de bens necessários para a economia cessou devido à dispersão e morte de muitos escravos e trabalhadores.

Além disso, em 1835, os navios não se aventuravam a entrar no porto do Grão-Pará. Só a partir de 1836, quando os cabanos abandonaram a cidade, os navios puderam adentrá-lo. Na época, chegaram à província 66 embarcações com precedência estrangeira, totalizando 9.309 toneladas de produtos importados. De

⁴⁴ Pará, Relatório do Vice-Presidente da Província, 1841.

outras províncias, 34 barcos com 4.534 toneladas. Posteriormente, houve uma normalização das viagens e crescimento progressivo.

À medida que a paz se estabelecia, as atividades agrícolas, as colheitas de produtos florestais e comerciais foram retomadas. Entre 1840 e 1845, houve aumento no número de embarcações que entrava e saía da província, do Brasil, mas, em sua maioria, do exterior. Na edição 747 do Jornal de 13 de maio de 1845 (página completa em Anexo C, p.185), consta a tabela de preços dos produtos de importação e exportação). Na Figura 14, é possível constatar a relação de produtos que eram exportados da província, tais como: guaraná, salsa, borracha, raízes, castanhas, couro, cravos dentre outros produtos naturais.

Figura 14 - Produtos e preços de exportação

iro de 1845.

EXPORTAÇÃO.

7. GENEROS.	PREÇOS DA PRAÇA	POR	PAUTA DA FUTURA SEMANA
Algodão	3500 á 3600	arroba	4000
Aguaardente da terra .	1800 á 2000	frazq.	2000
Arroz	800 a 1200	arroba.	900
“ miúdo	240 a 300	“	300
“ em casca	450 a 500	“	500
Azeite andiroba	5500 á 6000	pote	8000
Borraxa em obra	5000 á 6000	arroba	6000
Cacão	2700 á 2900	“	2800
Couro ceco	2600 á 2600	hum	2500
“ çalgado verde ..	90 á 100	libra	100
Cravo falta. ..	3000 á 6000	arroba	4500
Castanha	1600 á 1800	alqueir	2000
Café	4500 á 4800	arrob.	5000
Cumarú	200 á 240	libra.	300
Guaraná	600 á 700	“	640
Salça parrilha	10000 á 14000	arroba	12000
Amarra de piaçab	1200 á 2500	poleg.	2000
Tapioca	1600 á 2000	alqueir	2000
Farinha d'agoa	500 á 640	“	600
Farinha ceca	a 1600	“	1200
Mel de canna	1600 á 2000	pote	1000
Milho	120 á	maõ	100
Sapato de Borraxa ..	300 á 350	par	320
Pó de Borraxa	3000 á 4000	alqueir	2400
Ólio de cupaiba	6000 á	canad.	6000
O que he igual 36	quartilho	“	6000
Urucú	4500 á 5000	arrob.	6000
Grude de gurejuba ...	30000 á 31000	“	25000
“ de outros peix...	5000 á 8000	“	80000
Tabaco d' Irutuia.	2400 á 3000		6000

Fonte: Jornal 13 de maio – 1845 nº 474

Esses produtos eram de suma importância para a Província, pois com o término dos conflitos, o Grão-Pará passou por um expressivo crescimento nas exportações interna e externa. Aproximadamente, 70 embarcações estrangeiras, anualmente, passavam pela província trazendo e levando produtos.

Entretanto, Bernardo de Sousa Franco (1841)⁴⁵ declara que houve uma diminuição na colheita de algodão, café, cacau e arroz, nos anos anteriores a 1845, por falta de mão de obra. E a falta prejudicava a economia, pois muitos dos produtos eram coletados na floresta ou em áreas cultivadas, além do preparo de alguns deles, a exemplo da farinha de mandioca, que requer um trabalho árduo em todo o processo produtivo.

O maior objetivo, à época, era levar produtos para o exterior, pois o ano financeiro demonstrava que os valores referentes a exportações eram sete, oito, nove vezes maiores que os valores das importações, evidenciando rentabilidade das exportações para o Grão-Pará. No Quadro 27 e na Tabela 2, constam os valores da época e, pela quantidade de produtos vendidos, podemos inferir que a província necessitava de muita mão de obra.

Quadro 27 – Embarcações comerciais que entravam e saíam do Grão-Pará

1835 – GRÃO- PARÁ - portos fechados		
1836 / 1837		
Origem das embarcações	Nº	Toneladas
Embarcações que entraram de portos estrangeiros	66	9.309
Embarcações que entraram dos portos imperiais	34	4.534
1837 / 1838		
Embarcações que entraram de portos estrangeiros	54	9.269
Embarcações que entraram dos portos imperiais	24	4.912
1838 / 1839		
Embarcações que entraram de portos estrangeiros	61	9.336
Embarcações que entraram dos portos imperiais	22	2.679
1839 / 1840		
Embarcações que entraram de portos estrangeiros	65	9.630
Embarcações que entraram dos portos imperiais	16	1.613
1840 / 1841		
Embarcações que entraram de portos estrangeiros	74	12.040
Embarcações que entraram dos portos imperiais	14	1.503
Embarcações que saíram para portos estrangeiros	78	12.721
Embarcações que saíram para portos Imperiais	13	1.364
1842 / 1843		
Embarcações que entraram de portos estrangeiros	70	10.216
Embarcações que saíram para portos estrangeiros	66	10.461
1843 / 1844		
Embarcações que entraram de portos estrangeiros	71	11.628
Embarcações que saíram para portos estrangeiros	74	12.923

Fonte: Pará, Relatório do Presidente da Província (1841; 1842; 1844); Cruz (1973)

Na Tabela 2, temos os valores das exportações dos anos financeiros, calculados entre o segundo semestre do ano e o primeiro semestre do ano seguinte.

⁴⁵ Pará, Relatório vice-presidente da província, 1841.

Eles reforçam a importância comercial que o Grão-Pará exercia com o exterior, pois são expressivos em relação as tramitações econômicas dentro do território brasileiro.

Tabela 2 - Comparativos dos valores de exportações da província do Grão-Pará

VALOR FINANCEIRO DE EXPORTAÇÕES DO GRÃO-PARÁ- 1839 A 1844	
Exportação 1827	
Para Portos estrangeiros e imperiais	488:253\$758 réis
1835 – Portos fechados	
Exportação 1837 a 1838	
Para Portos estrangeiros	717:620\$412
Para portos imperiais	104:002\$529
Total financeiro	821:622\$941
Exportação 1838 a 1849	
Para Portos estrangeiros	727:142\$105 réis
Para portos imperiais	124:235\$854
Total financeiro	848:377\$959
Exportação 1839 a 1840	
Para Portos estrangeiros	1.092:949\$579
Para portos imperiais	143:907\$460
Total financeiro	1.236:857\$039 réis
Exportação 1840 a 1841	
Para Portos estrangeiros	624:957\$171 réis
Para portos imperiais	125:042\$829 réis
Total financeiro	750:000\$000 réis
Exportação - 1842 a 1843	
Para Portos estrangeiros	820:218\$385 réis
Para portos imperiais	82:998\$723
Total financeiro	903:217\$108
Exportação - 1843 a 1844	
Para Portos estrangeiros	988:102\$479 reis
Para portos imperiais	104:954\$899 reis
Total financeiro	1.093:057\$378

Fonte: Pará, Relatório do Presidente da Província (1841; 1842; 1844); Cruz (1973).

No Quadro 28, podemos constatar o movimento de entrada e saída das embarcações do Brasil e do exterior no porto do Grão-Pará, com o qual podemos perceber que em apenas um mês, outubro de 1845, foram 15 embarcações (brigues, escunas, iate, pataxos) com relações comerciais com os países Portugal, França, Estados Unidos e Inglaterra, e das províncias Maranhão e Pernambuco.

Quadro 28 - Embarcações - entradas e saídas no mês de outubro de 1845

ENTRADA NOS PORTOS GRÃO-PARÁ			SAÍDA DOS PORTOS DO GRÃO-PARÁ		
Dia	Origem	Embarcações	Dia	Destino	Embarcação
1º	Lisboa/Portugal	Brigue Português – Oriental	4	Falmouth	Brigue Inglês - Reliance
3	Lisboa/Portugal	Brigue Português – S. João Batista.	6	Cidade do Porto	Brigue Português – Grão-Pará
4	Maranhão/Brasil	Escuna Brasileira - Erminia	7	Londres	Barca Inglesa - Mathesis
4	Maranhão/Brasil	Pataxo Brasileiro - Toinha	7	Lisboa	Brigue Português - Empreendedor
8	Baltimore / Estados Unidos	Brigue Escuna Inglês - Orbit	17	Hamburgo	Brigue Hamburgues - Polidoro
16	Nantes	Brigue Frances – Massena	18	Couves	Pataxo Inglês - Freedor
20	Pernambuco /Brasil	Iate Brasileiro - Amazonas	18	Marselles	Brigue Frances Bonne Elize
			22	Maranhão	Escuna Brasileira - Hermina

Fonte: Jornal 13 de maio 1845, nº 594, p.3.

No Jornal 13 de Maio, na edição de 18 de janeiro de 1845, são apresentados os produtos exportados pela província com demandas expressivas. Por mês, a demanda para preparar os produtos para a exportação era ampla, o que exigia muita mão de obra para buscar os produtos na floresta, ou para serem preparados nas vilas, freguesias, a exemplo dos pares de sapatos de borracha (seringa) que eram exportados de forma expressiva, além de couros, arrobas de borracha, alqueires de tapioca, arrobas de cacau, dentre outros produtos, conforme Quadro 29.

Quadro 29 – Exportações

DESTINO		
Para Boston / navio Brigue Americano/ dia 12/01/1845	Para Salem/ navio Brigue Americano / dia 15/01/1845	Para Nova York – o Brigue Escuna dominado. Dia 15/01/1845.
512 arrobas de borracha 1.437 couros secos e salgados 15.750 pares de sapatos de seringa 74 alqueires de tapioca	388 couros salgados e 15 secos 28.983 pares de sapatos de borracha 56 arrobas de urucu 107 arrobas de salsas 6 alqueires de castanha 189 arrobas de borracha 28 alqueires de tapioca 20 arrobas de açúcar	2.113 arrobas de cacau 6.006 arrobas de borracha 10 arrobas de grude 3 arrobas de jutaica 120 couros secos e salgados E mais 1636 couros salgados e 4 barricas com grude vindas do maranhão.

Fonte: Jornal 13 de maio 185, n 474.

A dinâmica socioeconômica se dava por meio das embarcações nos rios e no mar, meios de transportes essenciais para as relações comerciais. Em 1841, os principais tipos de embarcações eram corveta, brigue, escuna, barca, pataxo e iate,

usadas para transporte dentro da província e cada uma com denominação específica. Na época, foram registradas 11 embarcações em portos como Belém, Tapajós e Manaus, dentre outros na região, conforme exposto no Quadro 30.

Quadro 30 - Embarcações e Portos do Grão-Pará

Nº	EMBARCAÇÕES	PORTOS
1.	Corveta Amazonas	Não informado
2.	Brigue brasileiro	Não informado
3.	Escuna Fluminense	Não informado
4.	Iate Mondurucú	Porto de Belém
5.	Pataxo Januario	Porto de Tapajós
6.	Escuna Pelotas	Porto de Luzia
7.	Porto Alegre	Porto de Manaus
8.	19 de Outubro	Porto de Monte Alegre
9.	Barca Independência	Porto de Tupinambarana
10	Cuter 13 de maio	Porto de Rio Preto
11	Pataxo maranhão	Navegando em Belém e Tapajós

Fonte: Pará, Relatório do Vice-Presidente da Província (1841).

Além da relação comercial, outras configurações sociais foram relevantes para a melhoria da província. Havia preocupações com a saúde pública, com a educação, com a administração e com a religião. A assistência à saúde era realizada em lugares como a Santa Casa de Misericórdia, que atendia os pobres desvalidos; o hospital da caridade, em 1843, atendia indigentes das embarcações mercantes, na época com 365 enfermos; o hospital de Lázaro, o hospital geral militar.

Na administração pública, destacamos o papel das câmaras municipais, a companhia de pescadores. Na religião, a catedral, os seminários, as igrejas. Na educação, havia a necessidade de prover as cadeiras vagas da instrução pública, melhorar as instituições educativas (Estabelecimento dos educandos Artífices e o recolhimento das educandas), a Instrução Pública primária e secundária.

Quanto às demais necessidades, destacamos instituições para exemplificar a situação precária da província na época. Na saúde, o hospital de Lázaro sofria com a falta de leitos. Destinado a enfermos que necessitavam de isolamento, possuía uma capacidade média para 50 pessoas, resultando na orientação para que muitos doentes permanecessem em suas casas. Em 1841 e 1842, a população enfrentou epidemias como elefantíase, doença da bexiga e febres intermitentes, sem que houvesse leitos suficientes para atendimentos.

Em relação à religião, o Seminário Episcopal enfrentava problemas estruturais devido às batalhas ocorridas durante a rebelião, necessitando ser reconstruído. Os rendimentos foram reduzidos e os cofres provinciais estavam com dificuldades para

cumprir seus compromissos. Em 1844, a instituição oferecia quatro disciplinas: gramática latina, filosofia racional, teologia moral e música vocal. O seminário contava com 74 alunos, sendo 40 internos e 34 externos distribuídos entre as cadeiras mencionadas.

As questões relativas à infraestrutura e à qualidade do atendimento impactaram diversas instituições, incluindo aquelas responsáveis pela Instrução Pública na província. Esses desafios resultaram na necessidade de reorganização das instituições educativas, especialmente considerando o grande número de órfãos decorrente da Cabanagem. Isso implica compreendermos a nova conjuntura que se estabeleceu e como ela impactou a Instrução Pública naquele momento.

5.2 Nova conjuntura sócio-política e impactos na Instrução Pública

A Cabanagem resultou em muitos órfãos, meninas e meninos desamparados, os quais muitos precisaram ser tutelados pelas Câmaras Municipais. O governo implementou uma estratégia para melhorar a educação e encontrar maneiras de manter a ordem entre esses jovens. No entanto, havia muitos desafios a serem enfrentados no período pós-cabanagem para revisar e aprimorar essas medidas.

Nesse sentido, as instituições que já existiam para atender meninos e meninas receberam maior assistência, a exemplo do estabelecimento dos educandos e casa das educandas. Também foi dada maior atenção ao aumento do número de escolas primárias e criação da escola secundária. Assim, é importante entendermos como funcionava o estabelecimento destinado ao atendimento dos educandos.

5.2.1 Estabelecimento dos educandos ou aprendizes artífices.

A Casa dos Educandos, ou Aprendizes Artífices, foi uma instituição dedicada à formação de jovens em diversas atividades. A Casa ofertava oficinas internas e externas, a maioria delas realizadas nas Companhias de Aprendizes Artífices existentes da Marinha e do Exército (Barbosa, 2011). O modelo de aprendizagem de ofícios vigente era profundamente ligado ao militarismo, inclusive no que diz respeito aos padrões de hierarquia e disciplina (Cunha, 2000).

Segundo Castro (2015), a companhia de obreiros foi criada pelo Presidente Provincial, Soares D'Andrade, pela Lei nº 6 de maio de 1838. Seu propósito era reunir 46 educandos mantidos pelo tesouro provincial que trabalhavam no Arsenal da Marinha, no Arsenal de Guerra e em obras públicas. Em 1839, a instrução pública

passou a ter um caráter prioritário e se preocupou em contratar um pedagogo e um professor de primeiras letras para ensinar leitura, escrita, contar, educação moral e religiosa. Nos outros horários, os jovens trabalhavam nas oficinas das instituições, em obras públicas e particulares.

[...] restringia-se à instrução elementar ministrada nas escolas públicas da época, ou seja, leitura, escrita, aritmética e princípios religiosos. O ensino de ofícios era totalmente prático, aprendido na execução das tarefas, como ocorria desde o período colonial nas oficinas de artesãos que admitiam aprendizes (Rizzini, 2002, p. 6).

Mas, devido à escassez de operários na província, a instituição assumiu a função de capacitar estudantes em diversos ofícios, com o objetivo de torná-los úteis para a sociedade. Para Barbosa (2011), a instituição agia mesclando os objetivos ideológicos, transformando o ensino de ofícios em uma obra de caridade e controle social, destinada a amparar e conter os desvalidos.

No entanto, segundo Rizzini (2004), esse estabelecimento já se encontrava em péssimo estado logo após a sua fundação, com estrutura física precária sem a capacidade de proporcionar um atendimento de qualidade aos educandos. Enfatizava que o telhado encontrava-se arruinado, a ponto de chover em quase toda parte, e as paredes estavam deterioradas em alguns lugares (Rizzini, 2004).

Com o propósito de melhorar a condição do estabelecimento, a Lei n.º 79 de 21 de outubro de 1840, autorizou a compra da casa e do terreno onde funcionava a Casa dos Educandos. Esta lei foi pauta na discussão da Assembleia de 1841, uma vez que o governo enfrentava dificuldades financeiras para adquirir o imóvel, pois a lei destinava três contos de réis para a compra, enquanto os proprietários exigiam sete contos de réis. Dessa forma, questionava-se a possibilidade de comprar outro imóvel cujo valor estivesse de acordo com a legislação.

Tentei dar execução a Lei nº 79 de 20 de outubro último 1840 efetuando a compra da casa, e terreno, em que habitam os educandos, porém exigiram, as proprietárias, o enorme preço de 7 contos de réis, que excede em 4 contos a quantia fixada pela Lei, e creio, que em mais ainda o valor real do pedido, e desistida compra até vossa nova decisão. Oferece-se, porém, outro mais vantajoso, a casa de campo da viúva de Francisco Gonçalves Lima, que a cede pelos três contos de réis, e vós sabeis Senhores, que é excelente prédio, superior em muito ao outro em terreno, e nas acomodações do edifício, e decidireis se deva, ou não comprá-lo, e espero o façam com brevidade, porque a comodidade dos educandos o exige (Pará, Relatório do Vice - presidente da província, 1841, p. 32).

Com o Decreto n.º. 88, de 24 de maio de 1841, instituiu a compra de nova casa para os educandos, assinado por Bernardo de Souza Franco, Vice-Presidente da

Província. O Decreto regulamentava a educação civil e o ensino de arte mecânica de interesse público, além de prever oficinas e que a saída dos jovens só seria permitida em casos de impossibilidade física ou moral, devendo completar no mínimo dois anos nos seus respectivos ofícios, conforme relação do Quadro 31. A casa dos educandos foi criada para atender até 100 meninos; de preferência entre 12 a 16 anos, por serem mais aptos a aprenderem os ofícios mais urgentes para o setor público: mecânica, capinas, marceneiro, polieiro, calafete, pedreiro e serralheiro e as crianças menores eram levadas as oficinas de alfaiataria.

Estrategicamente, a instituição foi utilizada para criar mão de obra para a nova conjuntura da província, que precisava reorganizar a sociedade para restabelecer a economia. Bernardo de Sousa Franco (1841) esclarece as intenções da casa, ao tempo em que argumenta que não era uma casa de caridade, mas, sim, uma instituição econômica e política, destinada a preparar artistas habilitados para contribuírem nas diversas obras da cidade e da província, proporcionando, segundo ele, que os jovens se tornassem pessoas úteis para a sociedade⁴⁶. Para ele, a educação que receberiam evitaria que se tornassem indivíduos perigosos ao meio social, como podemos constatar neste relato:

Considerando sobre o seu verdadeiro ponto de vista é este estabelecimento não só uma casa de caridade, e socorros públicos; mas uma instituição econômica política, e que tende a preparar artistas hábeis para as diversas obras da cidade, e provinciais, transformando em cidadãos uteis a si, e ao país, meninos a quem a falta de educação tornaria talvez entes nulos ou perigosos a sociedade (Pará, Relatório do Presidente da Província, 1841, p 30).

Bezerra Neto (1996) reforça que as representações e práticas sociais, compartilhadas pelas autoridades provinciais em relação à formação e ao destino dos filhos das classes menos favorecidas, na sociedade paraense do século XIX, visavam inseri-los como trabalhadores aptos e produtivos, considerados necessários ao desenvolvimento da economia regional.

Por sua vez, os registros de 1841 (Quadro 31) demonstram que a instituição atendeu 109 meninos, que estudavam diferentes áreas. É possível observarmos que muitas das atividades eram voltadas para obras urbanas e a maioria trabalhava nas carapinas, como polieiros, serralheiros, pedreiros.

⁴⁶ Pará, Relatório do Presidente da Província, 1841.

Quadro 31 - Relação numérica dos educandos e seus ofícios

OFÍCIOS	Nº DOS EDUCANDOS ALISTADOS
Carapinas ⁴⁷ Polieiros	14
Carpinteiros de machado	20
Marceneiro	05
Calafates	06
Tamoeiros	04
Ferreiro	03
Funileiros	12
Serralheiro	08
Corrieiros	03
Pedreiros	10
Alfaiates	08
Ourives Cravador	01
Dito	01
Aprendiz de Cirurgia	02
Boticário ⁴⁸	01
Sem ofícios	11
Total	109

Fonte: Pará, relatório do residente da província (1841)

Em anos anteriores a 1841, o governo precisava recrutar jovens, mas a partir de então a instituição passou a ser administrada de forma satisfatória, tornando-se uma referência na sociedade, fato que fez com que aumentasse a procura por vagas. No entanto, novos candidatos foram recusados, pois a capacidade da instituição já estava além do limite, o que poderia resultar em mais dívidas para a província, que gastava 360 réis diários.

Destacamos que, segundo a Lei 94 de 25 de junho de 1841, os jovens recebiam um ordenado pelo trabalho que exerciam, esses eram destinados ao tesouro provincial e somavam no custeio das despesas. Todas as despesas e receitas eram registradas, anualmente, o diretor deveria prestar conta antes da reunião anual da assembleia provincial. Essa situação era respaldada por essa lei, como podemos constatar:

Art. 44 as despesas do estabelecimento sairão toda do quantitativo fixado na lei do orçamento em vigor, a qual se limitará o diretor, fazendo entrar infalivelmente para o tesouro, o produto dos salários dos educandos, e o de suas obras.

Art. 45. É permitido o diretor empregar educandos nas obras, e serviços da casa, e na fatura do fato, utensílios, e mais objetos, que precise, devendo, porém, declará-lo nos mapas mensais, e no balanço anual de receita, e despesas.

Art. 46 todos os anos e um mês antes da reunião a assembleia provincial apresentará, o diretor, ao presidente da província um balanço da receita e despesa do estabelecimento e o orçamento para o ano futuro (Pará, Lei 94 de 25 de junho de 1841).

⁴⁷ Carpinteiro.

⁴⁸ Referente a medicamentos e remédios.

Esses educandos trabalhavam em diferentes lugares: arsenal da marinha, arsenal de guerra, cais do porto, hospital, lojas e estabelecimentos. Seus ordenados variavam entre 100 a 320 réis. No Quadro 32, há o demonstrativo dos locais, funções e valores recebidos.

Quadro 32 – lugares, ofícios e vencimento dos educandos

Lugares de trabalho	Ofício	Nº de educandos	Vencimentos em réis
Não mencionado	Carpinteiros	3	320
Não mencionado	Não mencionado	2	160
Não mencionado	Não mencionado	10	100
Não mencionado	Calafates	2	320
Não mencionado	Não mencionado	1	160
Não mencionado	Não mencionado	3	100
Arsenal da Marinha	Ferreiro	1	160
Arsenal da Marinha	Não mencionado	4	100
Arsenal da Marinha	Polieiro	3	100
Arsenal da Marinha	Funileiro	10	100
Arsenal da Marinha	Não mencionado	1	320
Arsenal da Marinha	Tanoeiros	1	160
Arsenal da Marinha	Não mencionado	2	100
Arsenal de Guerra	Capinas	6	320
Arsenal de Guerra	Sapateiro	4	320
Arsenal de Guerra	Serralheiros	6	320
Cais do porto	Pedreiro	2	320
Cais do porto	Não mencionado	4	160
Cais do porto	Não mencionado	5	100
Hospital	Praticante de Cirurgia	2	100
Lojas particulares	Marceneiros	1	320
Lojas particulares	Não mencionado	10	320
Lojas particulares	Alfaiates	12	320
Lojas particulares	Ourives Cravador	1	320
Lojas particulares	Ajudante do Diretor	1	320
Estabelecimento	Capina	1	320
Estabelecimento	Entrado	1	320
Estabelecimento	Desempregados	6	320
Soma		109	

Fonte: Pará, Relatório do Vice - Presidente da Província (1842, p. 67)

Além das atividades realizadas nas oficinas das instituições, os alunos deviam seguir, rigorosamente, as regras e desempenhar suas funções conforme estabelecido. Semanalmente, eles eram responsáveis por diversas tarefas. Na cozinha, preparavam os alimentos, organizavam a mesa para as refeições e cuidavam da limpeza. Para a enfermaria, o diretor escolhia aquele com maior responsabilidade para exercer a função. As roupas e calçados eram fornecidos de forma padronizada pela instituição. A casa determinava aos alunos a responsabilidade de cuidado e limpeza das vestimentas, exceto em casos de doença.

Art. 42° O vestuário dos educandos será composto de uma camisa, uma jaqueta, um boné, um par de calças, de sapatos e de suspensórios, que lhe será fornecido de 3 em 3 meses, e responderão pela sua conservação, e asseio.

43° Cada educando lavará, engomará e tratará de sua roupa, salvo no caso de moléstia, e a terá bem arrumada em seu varal, que numerado com o seu nº estará colocando em ordem no dormitório (Pará, Relatório do Vice - Presidente da Província, 1842, p. 45).

O rigor disciplinar, tanto interno quanto externo, era uma constante na vida cotidiana dos jovens, preservando sempre a atitude, aparência e postura militar conforme o Art. 47 da Lei nº 94, de 25 de junho de 1841. Deveriam formar-se sempre que fossem convocados, obedecer às ordens de marcha ao se deslocarem para as oficinas e cumprir diversas outras regras. Em caso de descumprimento, seriam punidos conforme enfatizado pela lei.

Art. 49 assistirão quando lhes for ordenado as grandes paradas. Vestidos em grandes uniformes e precedidos sempre de música, ou banda de tambores. Em tempos e a proporção, que forem ganhando idade, e forças aprenderão o manejo das armas.

Art. 50 Não sairão nunca sem licença, nem só; e quando se dirigirem às oficinas irão juntos, e lhes é proibido parar, demonstra-se, entrar em parte alguma, acompanharem pessoa, que não pertença ao estabelecimento.

Art. 51. O uniforme da casa é vestidura ordinária de um educando, e com a qual só poderá sair à rua de short, que à primeira vista seja conhecido.

Art. 53. É lhe muito recomendada a polidez com os iguais, e respeito aos superiores. Sempre, que encontrarem o presidente da província pararão a 10 passos, e farão continências, e outro tanto ao diretor, aos farão continência sempre em macha.

Art. São proibidas as expressões, e conversas desonesta, as rixas entre educandos, e com qualquer outro, e todos os jogos, que não sejam os de forças, e destreza estabelecidos na casa.

Art. 55. As penas impostas aos educandos são:

& 1° Repreensão particular pelo Diretor.

& 2° Repreensão em frente da companhia.

& 3° Exclusão da mesa por um a oito dias.

& 4ª Palmatória em particular.

& 5° Palmatória em frente da companhia.

& 6° Prisão na casa por 1 a 8 dias.

& 7 ° Prisão na casa pelo mesmo tempo à meia ração.

& 8° Prisão na casa pelo mesmo tempo à pão e água.

& 9° Aumento do tempo de serviço posterior ao ensino (Pará, Lei 94 de 25 de junho de 1841).

Bernardo de Sousa Franco, em 1842⁴⁹, enfatizou na lei provincial nº 88 de 1841, que o estabelecimento dos educandos necessitava de um regulamento para evitar abusos e irregularidades. O regulamento continha disposições fixas e próprias de uma lei orgânica, além de outras disposições transitórias necessárias para manter a ordem do estabelecimento. Incluía também disposições regulamentares que podiam ser

⁴⁹ Pará. Relatório Vice-Presidente da Província, 1842.

modificadas conforme as necessidades da instituição. Era necessário rever as finanças, pois as despesas eram elevadas, principalmente com os salários dos educandos, que variavam de valor. Assim, foi previsto um valor fixo de 200 réis para cada jovem, conforme enfatizado no trecho abaixo:

A despesas com os educandos, mesmo o produto dos seus salários em cerca de réis 2:500\$000 e convém fazer baixar esta verba, que é por certo superior à devida, e precisa, e para o fazer lembra-vos de acordo com o Diretor da casa, que voteis somente 200 réis para cada jovem, o que em 100 alunos dá 7:320\$00 réis; e que autorizei o diretor para dispor dos salários dos educandos, que orça por 2:500\$ réis; e por ser levado a 3:500\$ réis anualmente: economizará assim o tesouro perto de 3:000\$ de réis anuais, e terá mais certeza de que serão devidamente empregados os jovens artistas. Esta província deve ser desde já, e por um ano, e autorizado o governo provincial para fazer baixar no fim dele a taxa fixada para sustentação dos educandos, e ordenar qualquer outra redução favorável aos cofres desde, que ela venha a ser conveniente (Pará, Relatório Vice - presidente da província, 1842, p.15).

Essas disposições visavam tornar o estabelecimento mais econômico e bem regulado. De acordo com Bernardo de Sousa Franco (1842), as despesas do estabelecimento continuavam altas, superando o valor esperado, em parte devido à falta de regulamentação. O regulamento estabelecia um número fixo de admitidos, permitindo ao Diretor evitar pressões para admitir mais jovens e controlar as despesas relacionadas.

Um fator agravante identificado pelo governo foi que os educandos não progrediram conforme esperado em seus ofícios. Nas obras públicas, eles nem sempre eram utilizados de forma eficiente. A despesa seria maior se trabalhassem apenas em oficinas privadas, onde os proprietários recusavam-se a pagar salários até que os educandos merecessem. As oficinas públicas compensavam, ajudando na sustentação dos alunos, apesar da demora no desenvolvimento das habilidades.

Em 1843, o Presidente José Thomas Henriques⁵⁰ relatou que o Diretor dos educandos estava empenhado em cuidar do ensino, educação, asseio e economia do estabelecimento. Ele destacou que era satisfatório constatar que nenhum vício ou crime surgiu entre os alunos, atribuindo isso à boa índole deles e ao zelo na administração, ressaltando a importância do rigor na educação para alcançar os objetivos.

⁵⁰ Pará. Relatório do Presidente da Província, 1843.

5.2.2 A Casa das Educandas

Após a Cabanagem, a Casa das Educandas assumiu importância maior para a província. Seu regulamento, instituído em 1840, permitiu ao governo e à sociedade entenderem melhor a organização e os objetivos da instituição. O documento especifica que o principal objetivo estava em fornecer abrigo para meninas consideradas desamparadas, oferecendo-lhes educação e instrução para que no futuro não se tornassem um problema para o governo perante a sociedade.

Dessa forma, estabeleceria, a longo prazo, mudanças sociais na vida dessas meninas, com direcionamento específico, que, conforme a teoria de Elias (1994), poderia influenciar várias gerações. Em um trecho do regulamento da casa, é possível observar os termos atribuídos às jovens: infelizes, desvalidas, úteis, apoio e glória.

Presidente da província, tenho toda a consideração o recolhimento das educandas, cuja sorte deseja melhorar, empregando os meios, que se acham à sua disposição, para que seja ele um asilo profícuo as infelizes desvalidas, a que tem o governo por obrigação rigorosa subtrair ao desamparo, e a miséria, para que por meio da educação, e instrução conveniente, venham a ser para o futuro úteis a si e a sociedade, à quem não devem servir de peso ou de vergonha, mas ao contrário de apoio e glória (Pará, Regulamento – Recolhimento das Educandas - 1840).

A instituição era prestigiada na sociedade e administrada por uma pessoa escolhida pelo governo. Em 1841, foi coordenada por um padre que era responsável por 69 pessoas, dentre educandas e regente. Ela objetivava oferecer educação e instrução a meninas de até 14 anos de idade, órfãs, desamparadas ou àquelas cujos pais, tutores ou protetores solicitassem vagas. Ademais, garantia a instrução primária e o ensino de costura, bordado, rendas. Prevvia, que contratasse mestres para o ensino de música, língua francesa e desenho.

Como é possível percebermos, os ensinamentos estão em consonância com as reflexões de Almeida (2024), ao analisar a educação do século XIX. Segundo analisa, o objetivo principal da educação era preparar a mulher para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e os filhos.

A Instrução, que se pretendia igual para os dois sexos, na realidade diferenciava-se nos seus objetivos, pois de acordo com os sociais, o trabalho intelectual não deveria fatigar o sexo feminino, nem se constituir num risco a uma constituição frágil e nervosa. O fim último da educação era preparar a mulher para o serviço doméstico e o cuidado como o marido e os filhos. A mulher educada dentro dessas aspirações masculinas seria uma companhia mais agradável para o homem transitava regularmente no espaço urbano, diferentemente da prática do período colonial com seu reconhecimento e distanciamento do espaço da sociabilidade. A mulher-mãe deveria ser pura e

assexuada, e nela repousariam os mais caros valores morais e patrióticos (Almeida, 2024, p. 70).

No Quadro 33, apresentamos o quantitativo de meninas que estudavam na casa, ficando evidente que a expressiva maioria delas era vulnerável e desprovida de recursos e, portanto, mais suscetível de ser manipulada e convencida por esse discurso de prendas e serviços domésticos. Afinal, qual alternativa teriam elas naquelas circunstâncias? Se o discurso vigente, de algum modo, vislumbrava a igualdade de acesso à educação para ambos os sexos, na definição dos objetivos a educação se distinguia, como afirmou Almeida (2024).

Quadro 33 – Número de funcionários e educandas (1841/1842)

Casa das educandas	Nº
Meninas sustentadas pelo cofre Provincial	47
Meninas tuteladas pela Câmara Municipal	12
Meninas pensionistas	7
Uma regente em exercício	1
Uma regente aposentada	1
Uma professora de Primeiras Letras	1
Total	69

Fonte: Pará, Relatório do Presidente da Província (1841, p. 52)

Em 1842, o recolhimento das educandas incluía 51 órfãs sustentadas pelos cofres provinciais, 12 pela Câmara Municipal da Cidade e 5 jovens pensionistas particulares, totalizando 68. De acordo com o relatório apresentado pelo administrador, a receita mensal de 475\$390 réis não era suficiente para cobrir as despesas mensais que somavam 500\$ réis, excluindo os salários da regente e da regente aposentada, dados por Bernardo de Sousa Franco, em 1842⁵¹.

Assim, fazia-se necessário reduzir as despesas, pois o déficit crescente impedia o tesouro provincial de cobrir todos os gastos. Almejava-se limitar o número de educandas e admitir apenas órfãs que necessitassem de proteção e ensino. Para melhor organização da instituição, foi necessário criar uma Lei Orgânica para o estabelecimento, incluindo autorização do governo provincial para reformar o regulamento e o Estatuto da casa conforme as demandas futuras.

Em 1841, a instituição enfrentava escassez de professores. Em decorrência desse fato, o governo atendeu ao pedido de Francisco José Pinho de França, que solicitou que sua filha, Clara de França, fosse examinada para o cargo. Após ser aprovada, ela foi habilitada a ensinar primeiras letras, Aritmética e Geometria

⁵¹ Pará, Relatório do Vice- Presidente da Província, 1842.

Portuguesa. Estabeleceu-se um acordo entre o governo e o pai, que definia que suas duas filhas menores frequentariam a instituição à custa do governo, enquanto o pai arcaria com as despesas de calçados e vestimentas. O acordo ocorreu, pois o regulamento previa pagamento. Havia meninas tuteladas pelas Câmaras Municipais, que pagariam 80.000 réis anuais por pensionista. Para outros interessados, o valor seria de 150.000 réis anuais.

Durante esse período, melhorias no espaço físico já haviam sido implementadas. O presidente Bernardo de Sousa Franco (1841)⁵², mencionou que a instituição estava operando em um novo prédio, pois o anterior era insalubre e causava problemas de saúde durante o inverno. Podemos inferir disso que o estabelecimento estava alcançando seus objetivos estratégicos, visto que para o governo representava uma forma eficaz de controlar a conduta das meninas e integrá-las utilmente na sociedade.

Com o relatório do ano próximo passado vos apresento o regulamento porque se dirigem, o que continua em vigor, e só o alterarei se em algum caso provar a experiência que a educação, que tem as meninas contaria aos hábitos da vida, que sua posição as qualifica para ter na sociedade (Pará, Relatório do Vice-Presidente da Província do Pará, 1841. p. 29).

Na realidade, o Regulamento das educandas tinha um caráter rígido e detalhava rotinas, deveres e proibições. Um ritual que se iniciava às 5h, com o soar dos sinos nas portas dos quartos; às 5h30min, já arrumadas, deveriam estar na capela para oração e, posteriormente, retornariam para arrumar os quartos. As 7h era servida a primeira refeição, que era denominada de almoço. Todas deveriam se sentar em mesas comuns e permanecerem em silêncio. Às 10h, iniciavam-se as atividades na escola para quem estudava, as outras iriam para as aulas de costura. Às 12h, era servida a segunda refeição, denominada de jantar, e, ao terminarem, deveriam ir até a capela agradecer e, logo após, repousarem.

Às 14h, retornavam para as classes até as 16h e para a aula de costura até as 17h. Posteriormente, iriam para o recreio no jardim, depois retornariam à capela para oração e, após, para o serão de atividade de costura, até às 20h. Às 20h30min, era servida a terceira refeição, denominada de ceia. Ao terminarem, retornavam à capela para agradecer e às 21h havia o toque de recolher, quando todas deveriam se dirigir aos quartos até o dia seguinte.

⁵² Pará, Relatório do Vice-Presidente da Província do Pará, 1841.

As meninas também ganhavam funções. Semanalmente, era escolhida a campista que seria a responsável por tocar o sino (com exceção ao horário das 5h da manhã) para avisar o início de cada atividade. Havia o cargo de refeitoreiras, duas das educandas eram responsáveis de cuidar dos arranjos e asseio das mesas em todas as refeições e servir os alimentos às outras educandas.

A vigilância das educandas era realizada por uma regente, que tocava o sino do despertar das 5h e, à noite, ficava vigiando os corredores e quartos. O art. 15 do regimento determinava que os domingos e dias santos eram consagrados à religião, dias destinados ao recreio no jardim e à leitura de livro de instrução.

Além disso, todos os cuidados eram tomados para que elas atingissem o padrão feminino que lhes era imposto. Nesse sentido, tanto as educandas quanto a regente tinham obrigações e proibições, inclusive deveriam se confessar com padre em três em três meses. As educandas usavam uniforme, vestidos de fazenda preta e lenços brancos. Quando às proibições, elas não poderiam escrever ou receber cartas, dar ou receber recados. As visitas de parentes necessitavam do aval da regente e deveriam ser realizadas na sala. Havia exceções para os médicos e capelão aos atos de seus ofícios. Não deveriam faltar com o respeito com superiores e pessoas mais velhas, não poderiam falar palavras ásperas ou ofensivas, deveriam ouvir com os olhos baixos os conselhos e repreensões, era proibido falar mal do regime da casa; assim como brigas ou desavenças. Havia castigos, praticados pela regente, em caso de atos mais graves. Eram proibidos castigos corporais e expulsão ocorreria somente pelo presidente da província. Os castigos eram:

- 1ª Conselho e repreensão em particular,
 - 2º Conselho ou repreensão em presença de todas as educandas,
 - 3º Dobrar o serviço de campista, ou de refeitora, ou fazê-lo quando não lhe competia,
 - 4ª Execução de comparecimento à mesa, por uma vez somente, declarando a regente as mais no ato de reunião o motivo do castigo
 - 5ª Exclusão da casa das educandas
- (Pará. Relatório do Vice-Presidente da Província do Pará, 1841. p. 135).

É possível inferirmos, diante de tantas obrigações e proibições, que havia valorização do aspecto disciplinar e se priorizava uma educação voltada para uma conduta moral e de bons costumes. A rigidez apresentava bons resultados, pois havia muitas meninas, em 1842, avançadas em leitura, caligrafia, aritmética, gramática portuguesa, costura, algumas em desenho, música vocal e dança.

O governo, também, providenciava um piano, proporcionando às meninas mais uma oportunidade de aprendizado. A música e o desenho eram ensinados gratuitamente. Música era ensinada pelo Cônego Marçal Antônio Ferreira, e desenho, pelo segundo tenente da armada, José Bernardes Santarém. Além disso, o Dr. Francisco da Silva Castro oferecia seus serviços médicos gratuitamente para as enfermas do estabelecimento. Segundo Bernardo de Sousa Franco (1842)⁵³, nesse gesto, era possível se constatar um zelo pelo administrador pelo bom funcionamento da casa.

Em 1844, o governo mantinha a rigidez do estabelecimento, administrado, à época, pelo sacerdote Salvador Rodrigues do Coito, que utilizava os recursos disponíveis e se dedicava intensamente, inclusive adiantando somas significativas para suprir as falhas da prestação da consignação prevista na lei do orçamento provincial, devido à insuficiência dos cofres públicos. O Presidente da província, Manoel Paranhos da Silva Velloso, relata sua experiência ao visitar a instituição:

Visitei o estabelecimento e com muito prazer vos anuncio que observei bastante aproveitamento em muitos educandos em ler, escrever, contar, cozer, bordar, engomar, desenho, música vocal e piano, prenda estas últimas que formam hoje parte da educação, e que de grande vantagem tem sido a muitas jovens em seus arranjos e futuros estabelecimentos. Os princípios de nossa santa religião são ali ensinados e seguidos com fervor, observam-se as máximas da sã moral, e da virtude, e procura-se fazer com que as meninas servindo-se mutualmente no que respeita ao arranjo, e adquiram amor ao trabalho. Estes resultados são devidos a zelosa, e assídua Inspeção do presente cidadão que o administra, e cujo nome já tive a satisfação de referir, e ao zelosa, assídua, e cujo nome já tive a satisfação de referir, e ao zelo não menos incessante e ao exemplo de sua regente D. Maria Carlota Rebello (Pará. Relatório presidente da Província, 1844, p.31).

Com o passar dos anos, os avanços eram perceptíveis. Em 1844, o estabelecimento atendia a 93 educandas, das quais 67, sustentadas pelo tesouro provincial, 12 pela Câmara Municipal, e 14 por seus pais ou parentes. Estes optavam por matriculá-las devido à ausência de instituições educacionais diversificadas para meninas na cidade, bem como pelo reconhecimento da qualidade da educação civil, moral e religiosa oferecida, além do hábito do trabalho que muitas vezes beneficiaria famílias abastadas.

De acordo com os registros, constatamos que o número de pensionistas custeadas pela província excede em sete o limite estabelecido para a prestação de 240 réis diários. No entanto, situações excepcionais envolvendo princípios de

⁵³ Pará, Relatório do Vice- Presidente da Província (1842)

filantropia, compaixão, humanidade e moralidade levavam à admissão de educandas que excediam esse número, sob o argumento de não ser possível recusar as súplicas de inocentes desamparadas.

Quanto às necessidades da Casa, foi apontada pelas educandas a falta de um espaço adequado. Isso deveu-se ao crescimento no número de educandas com o passar dos anos, apresentando evolução significativa, conforme podemos constatar no Quadro 34.

Quadro 34 - Casa das Educandas (1841 a 1844)

EDUCANDAS	1841	1842	1844
Educandas sustentadas pelo tesouro provincial	47	51	67
Educandas Tuteladas pelas Câmaras Municipais	12	12	12
Educandas Pensionistas	7	5	14
Total	66	68	93

Fonte: Pará, Relatórios Presidente da Província e Vice-presidente (1841;1842; 1844)

Constatando esse aumento dos números de educandas, o presidente da província, Manoel Paranhos da Silva Velloso, em 1844, pautou em assembleia a necessidade de uma casa mais espaçosa. A nova residência deveria incluir quartos que não permitissem a aglomeração, de modo que seriam necessários dois ou três espaços, segundo ele. Indispensável, também, a ampliação em outras dependências para diferentes aulas, refeições, recreio, trabalho e montagem das máquinas de fiar e tecer. Indispensável, ainda, era ter uma instituição que se preocupasse em formar as educandas para serem boas esposas, mães de família, testemunhas da fé em Cristo, como podemos constatar neste relato:

Interessando-me como é de meu dever na qualidade de administrador da província por instituições donde devem sair boas esposas, e mães de família onde se ministram todos os auxílios consolações à humanidade enferma, e onde se devem instruir e habilitar cidadãos que, abraçando o Estado eclesiástico e disseminando-se pelas Paroquias da província ensinem e façam arraigar o Evangelho, e a moral Santa de Jesus Cristo (Pará, Relatório do presidente da província, 1844, p. 32).

Para Almeida (2004), o modelo normativo de mulher, inspirado nos padrões do cristianismo, espalhava a cultura vigente instituindo formas de comportamentos em que se exaltavam virtudes femininas como castidade e desprendimento de si mesmo, forjando uma representação simbólica de mulher por meio de uma ideologia imposta pela religião e pela sociedade. E essas eram questões que eram valorizadas e importantes na época, consideradas requisitos para que as meninas conseguissem casamentos.

Esse também era o pensamento do Presidente Manoel Paranhas da Silva Veloso (1844)⁵⁴. *Em vista disso, ele pensava em dotes para as educandas, como uma forma de elas serem pedidas em casamentos. Esse governo acreditava que, mesmo sendo valores pequenos, esses dotes poderiam funcionar como um incentivo para que indivíduos honestos e trabalhadores se sentissem motivados a iniciar pequeno empreendimento, após o casamento. Assim, para garantir que as circunstâncias fossem apropriadas, o governo provincial poderia exercer uma supervisão sobre os casórios, autorizando-os ou não, de acordo com as condições, o caráter e o comportamento do pretendente.*

Outra preocupação desse governo era quanto ao futuro das educandas, sustentadas pela província, após concluírem seus estudos e atingirem idade limite. Era necessário encontrar-lhes um destino adequado, já que não podiam permanecer indefinidamente na instituição. Assim, era preciso abrir espaço para outras órfãs e meninas desamparadas necessitando de proteção.

Embora não houvesse legislação específica que proibisse a permanência delas, era importante permitir que as educandas saíssem, retornassem à casa dos pais ou fossem acolhidas por outras famílias, conforme consulta ao administrador e feitas as averiguações necessárias. Também seriam vistas com bons olhos e receberiam ajuda de custo do governo as educandas que tivessem capacidade para se dedicarem ao ensino ou a outra utilidade pública.

5. 2.3 Instrução Pública – Escolas de Primeiras Letras

No ponto de convergência entre o universo textual e o mundo do sujeito, é indispensável compreender a apropriação dos discursos. Isso estabelece uma nova norma para a autocompreensão e entendimento do mundo (Chartier, 1988). Nesse contexto, a assimilação do discurso dos Presidentes da província e das legislações nos permite entender as perspectivas de diferentes sujeitos, através de variados enfoques, principalmente em relação à Instrução Pública que enfrentava evoluções progressivas, sendo fundamental, incluí-la seriamente no processo de reestruturação da província.

Assim sendo, Bernardo de Sousa Franco⁵⁵ retoma ações referentes à Instrução Pública aos anos de 1839 e 1840, informando que, durante esse período, houve

⁵⁴ Pará, Relatório do presidente da província, 1844.

⁵⁵ Pará, Relatório do Vice-Presidente da Província do Pará, 1841

progresso, com aumento no número de aulas ministradas e de professores atuantes, com um crescimento no número de alunos matriculados, fato possível de observar nesse excerto de relatório:

Refiro-me a respeito de instrução em geral ao que se vós expôs em relatório de 1839, e 1840, e das relações apenas vereis os melhoramentos, que via ganhado todos os dias este rumo de serviço público: um maior número de aulas, escolas, está atualmente provida, mas subindo é o número total de alunos que as frequentam (Pará, Relatório do vice-presidente da província, 1841, p. 19).

Essa evolução da frequência de alunos a que se refere o relatório é um comprobatório de que a instrução pública era necessária à população. E as demandas da província por instrução pública chegavam ao presidente através das Câmaras Municipais, que informavam sobre o desejo de criar mais escolas de primeiras letras nas vilas e, principalmente, de estabelecer mais instituições para atender ao sexo feminino.

Corroborar essa afirmação, trecho do relatório do vice-presidente da Província em que menciona petição feita pela Câmara de Turiassu, em 1841, na qual solicitou uma professora e uma escola de primeiras letras:

[...] A câmara de Turiassu, enviando petição de uma Professora particular, que requer ser paga pela Nação, requisita a criação de uma cadeira de 1ª letras para as meninas do seu termo. Vós tomareis em consideração sua requisição, que se for atendida será seguida por iguais de todas as vilas, e lugares principais da província (Pará, Relatório do Vice-Presidente da Província, 1841, p. 19).

Todavia, a falta de professores qualificados para as cadeiras de primeiras letras ainda era uma questão a ser resolvida no início da década de 1840, devido à escassez de pessoas habilitadas a passarem nos exames de aptidão. Segundo o relatório provincial de 1841, algumas escolas eram atendidas por interinos e outras por párocos das freguesias. Embora não se questionasse a capacidade dos eclesiásticos, o governo reconhecia que eles não teriam como exercer as atividades do magistério de forma exemplar, pois o cargo da igreja demandava diversos deveres e visitas às localidades. Em suma, não era fácil conciliar magistério e sacerdócio.

E havia outras questões além dessa. Um fator de atenção do governo era a frequência com que professores públicos solicitavam licença nos distritos onde trabalhavam. Apesar de esses pedidos obterem o consentimento das câmaras municipais, apenas o presidente da província poderia concedê-los. E devido à recorrência dos pedidos, a prática foi proibida pela gestão que governava, uma vez

que ainda eram poucas as cadeiras de primeiras letras para atender ao número de habitantes, o que tornava inconcebível que os professores se ausentassem.

Em meio a esses dilemas concernentes aos contratados, é instituída a Lei nº 94 de 25 de junho de 1841, que previa a reorganização das contratações por meio de regulamentos que determinavam que os empregados da província seriam nomeados pelo presidente, com base nas informações fornecidas pelo secretário do governo e da província, escolhido pelo presidente. Os artigos 4º, 5º e 12 são bastante específicos sob a forma como deve ocorrer ou não essas contratações, ou seja, critérios da admissão; objeto e forma do exame; e documentos comprobatórios de regularidade civil e política.

Art. 4ª. Ninguém será de novo admitido como empregado da secretaria sem ter sido examinado previamente em presença do presidente da província, e secretário do governo, o qual pode ser também um dos examinadores.

Art. 5º Os examinados serão interrogados em princípios da gramática da língua materna, regerão gramaticalmente orações, escreverão o que se lhes ditar para ver se tem bom caráter de letra, e escrevem corretamente, e redigirão de parte um ofício sobre matéria de simples expediente (Pará, Relatório do vice-presidente, 1842, p.36)

Art. 12. Ninguém será admitido na secretaria sem mostrar certidão de que tem 21 anos completos, e que é de regular comportamento civil e político (Pará, Lei 94 de 25 de junho de 1841).

No que concerne à situação das cadeiras de ensino na província, apresentamos um demonstrativo no Quadro 35, referente ao ano de 1841.

Quadro 35 - Cadeiras Públicas e relação de professores e alunos

CADEIRAS	PROFESSORES	CONTRATO	MENINAS	MENINOS
Cidade				
Filosofia		vaga		
Retórica	Dr. Raimundo José de lima	Interino	0	04
Gramática Latina	Francisco Cândido Carvalho	Examinado	0	25
Francês	Dr. João Lorenzo Paes de Souza	Examinado	0	11
Geometria	Dr. João Batista Gonçalves Campo	Interino	0	17
Música	Dr. Gregório Ozorio Marciel da Costa	Interino	0	22
Primeiras Letras	José Cancio Mizael Batista	Examinado	05	77
Primeiras Letras	José Joaquim Ribeiro Milagre	Examinado	0	124
Primeiras Letras	Thereza Maria da Silva	Interina	42	0
Vilas				
Vila de Cametá – Gramática Latina	João José Valente	Examinado	Não informado	Não informado
Vila de Cametá – Cadeira de Primeiras Letras	Pe. Manoel Lourenço de Figueiredo	Interino	0	102
Vila de Vigia – Cadeira de Primeiras Letras	Thomaz Joaquim de Campos	Examinado	0	45

Vila de Melgaço – Cadeira de Primeiras Letras	Manoel Jose da Costa	Interino	0	41
Vila de Oeiras – Cadeira de Primeiras Letras	José Joaquim Alves Picanço	Interino	0	39
Vila de Tocantins – Cadeira de Primeiras Letras	João Florencio Henrique de Pinto	Não informado	Não informado	Não informado
Vila de Ourem – Cadeira de Primeiras Letras.	Antônio Olímpio Nunes	Interino	0	39
Vila de Cintra – Cadeira de Primeiras Letras.	Pe. José Paula da Costa	Interino	Não informado	Não informado
Vila Cachoeir – Cadeira de Primeiras Letras.	Pe. Felipe Nery da Cunha	Interino	0	22
Vila de Monsarás – Cadeira de Primeiras Letras.	Pe. Manoel José Teixeira Chaves	Não informado	Não informado	Não informado
Vila de Bragança – Cadeira de Primeiras Letras.	Jose Caetano da Mota	Examinado	Não informado	Não informado
Vila de Tury-assú – Cadeira de Primeiras Letras.	Antonio Elias Mendes	Interino	Não informado	Não informado
Freguesia de Abaité – Cadeira de Primeiras Letras.	—	Vaga		
Freguesia Igarapé- Mirim – Cadeira de Primeiras Letras.	Antônio Joaquim Pinheiro Lobato	Interino	Não informado	Não informado
Freguesia Marapanim – Cadeira de Primeiras Letras.	Francisco das Chagas	Examinado	0	28
Comarca do Baixo Amazonas				
Vila de Tapajós – Cadeira de Gramática Latina	—	Vaga		
Vila de Tapajós – Cadeira de Primeiras Letras.	Caetano Brandão da Fonseca Zuzante	Interino	Não informado	Não informado
Vila de Óbidos – Cadeira de Primeiras Letras.	Mariano Sabino da Silva	Interino	0	73
Vila de Monte-Alegre – Cadeiras de primeiras Letras	José Ferreira de Lacerda	Interino	Não informado	Não informado
Vila Faro – Cadeira de Primeiras Letras.	João Marcelino do Vale	Interino	Não informado	Não informado
Alenquer – Cadeira de Primeiras Letras.	Joaquim quaresma da Silva	Interino	Não informado	Não informado
Franca – Cadeira de Primeiras Letras.	João Francisco de Souza	Interino	Não informado	Não informado
Porto de Móz – Cadeira de Primeiras Letras.	Antônio de Souza Gomes	Interino	Não informado	Não informado
Vila de Gurupá – Cadeira de Primeiras Letras.	Francisco de Paula leitão	Examinado	0	76
Vila de Macapá – Cadeira de Primeiras Letras.	Padre José Joaquim da Silva Martins	Examinado	Não informado	Não informado
Cadeira de Primeiras Letras.	Fernando Rodrigues de Carvalho	Interino	0	84
Vila de Regeneração – Cadeira de Primeiras Letras.	José Florencio de Mesquita	Interino	0	70

Comarca do Alto Amazonas				
Vila de Manaus – Cadeira de Primeiras Letras.	Joaquim pereira Matos	Interino	0	29
Vila Luzéa – Cadeira de Primeiras Letras.	—	Vaga	Não informado	Não informado
Vila de Mariuá – Cadeira de Primeiras Letras.	—	Vaga	Não informado	Não informado
Vila de Arararetema – Cadeira de Primeiras Letras.	José Ribeiro Milagre	Interino	Não informado	Não informado
Vila de Tupinabarana – Cadeira de Primeiras Letras.	Antônio Felipe Pereira	Interino	Não informado	Não informado
Vila de Javary– Cadeira de Primeiras Letras.	—	vaga	Não informado	Não informado
Vila de Itarendana – Cadeiras de primeiras Letras	—	vaga	Não informado	Não informado
Total			47	950

Fonte: Pará, Relatório do Vice-Presidente da Província (1841).

Como podemos observar, das 45 cadeiras autorizadas, há 43 cadeiras registradas no relatório provincial de 1841, com 10 apenas ocupadas por professores examinados, 24 ocupadas por professores interinos, 7 estavam vagas e 4 não possuíam informações registradas. A maioria das cadeiras eram dedicadas ao ensino das primeiras letras, com apenas 4 cadeiras de Gramática Latina: duas na cidade, uma na vila de Cametá e outra na vila de Tapajós. As cadeiras de Filosofia, Retórica, Francês, Música e Geometria eram escassas, existindo apenas uma de cada, na cidade.

Ademais, entre as escolas de primeiras letras mencionadas, havia apenas 2 destinadas às meninas, totalizando 47 alunas em comparação com 950 alunos do sexo masculino, segundo os dados registrados. Os dados, também, demonstram a situação crítica da comarca do alto amazonas, a mais distante do centro da província, com 4 cadeiras vagas e somente professores interinos.

Mas um dos pontos nevrálgicos apontados por esses dados diz respeito ao desequilíbrio entre meninos e meninas na escola. A análise quantitativa revela a falta de importância atribuída ao aumento de vagas para meninas na instrução pública. Esse fato corrobora o argumento de Almeida (2004), que destaca que, ao longo dos séculos XVIII e XIX, a mentalidade ainda era influenciada pelos princípios do colonialismo, os quais davam pouco valor à educação feminina. Consequentemente, as normas sociais da época impediam que as mulheres ocupassem espaços sociais e até mesmo de andarem desacompanhadas.

Outro fato importe ocorrido na década de 1840 foi um aumento expressivo no número de aulas particulares na capital, totalizando 10 aulas tanto para meninos quanto para meninas, além de 2 aulas de Gramática Latina. Ao todo, foram atendidos 127 meninas e 311 meninos, como demonstrado no Quadro 36.

Quadro 36 – Aulas Particulares (1840)

CAPITAL	PROFESSORES	INSTITUIÇÃO	MENINAS	MENINOS
Gramática Latina	Cônego Joaquim de Azevedo	Seminário Episcopal	–	54
ensino primário	Frei Antônio de Santa Thereza	Não informado	–	24
ensino primário	Felipe Nery D' Assis	Não informado	–	97
ensino primário	Manoel João Thaumaturgo	Não informado	3	14
ensino primário	D. Anastácia do Espírito Santo de Andrade	Não informado	55	–
ensino primário	D. Francisca Josefa Evora D' Assis	Não informado	13	–
ensino primário	Marcelo Borges Trovão	Não informado	10	50
ensino primário	José Thomaz da Rocha	Não informado	8	42
ensino primário	Fr. Martinho de Santa Roza de Lima	Não informado	–	08
ensino primário	João Pedro de Moraes Batista	Não informado	–	10
ensino primário	Frei Elias Xavier da Transfiguração	Não informado	–	12
ensino primário	D. Catharina Roza de Andrade	Não informado	38	–
Total			127	311

Fonte: Pará, Relatório do Vice-Presidente da Província (1841)

Em 1841, havia, aproximadamente, 1.435 alunos matriculados em escolas públicas e particulares, mas algumas escolas públicas não enviavam os relatórios a tempo para a elaboração da estatística, que era apreciada nas assembleias provinciais. As escolas públicas tinham cadeiras de Filosofia, Retórica, Gramática Latina, Geometria, Língua Francesa, Música e Primeiras Letras; as Particulares, Gramática latina e ensino primário conforme apresentamos no Quadro 37.

Quadro 37 - Cadeiras Públicas e Particulares (1841)

CADEIRAS	PÚBLICAS	ALUNOS	PARTICULARES	ALUNOS
Filosofia	1	0	—	—
Retórica	1	4	—	—
Gramática Latina	4	25	2	78
Geometria	1	17	—	—
Língua Francesa	1	11	—	—
Música	1	22	—	—
Primeiras Letras / Ensino Primário	36	871	10	360
Total	45	997	12	438

Fonte: Pará, Relatório do Vice-Presidente da Província (1841).

Na relação de 1842, podemos constatar o aumento do número de alunos nas escolas públicas de primeiras letras, principalmente, para meninos que apresentam um total de 1.254 e o número de meninas, 55. O total de educandos seria maior, pois segundo Bernardo de Sousa Franco (1842)⁵⁶, as escolas de Ourem, Turyassu, Farro, Vila Franca, Maués, Borba, Vila Nova, Barcelos, Moura, as de Latim de Bragança, Macapá e Santarém não enviaram os respectivos mapas com os quantitativos de alunos, o que afetou a contagem.

No Quadro 38, disponibilizamos uma relação demonstrativa das escolas de ensino de 1842, na qual constam local, cadeiras ofertadas, nomes dos professores e o quantitativo de alunos e alunas desse ano.

Quadro 38 - Relação Demonstrativa das Escolas de Ensino (1842)

LOCAL/ CADEIRAS	PROFESSORES	SITUAÇÃO	MENINAS	MENINOS
Cidade – Primeiras Letras	João Cândia Mizael Batista da Silva	Examinado	—	112
Cidade – Primeiras Letras	D. Catarina de Sousa Franco	Examinado	20	—
Cidade - Música Vocal	João Nepomuceno de Mendonça	Engajado	28	—
Cidade - 2º distrito – primeiras Letras	Vaga		Não informado	Não informado
Freguesia de Abaité - Primeiras Letras	Justo José Correa de Miranda	Examinado	—	20
Freguesia Igarapé Mirim – Primeira Letras	José Antônio Pereira de Castro	Interino	—	07
Vila de Vigia – Primeira Letras	Marciano Pedro F.C. Brasil	Examinado	—	43
Vila S. Caetano – Primeira Letras	Carlos S. G. Delgado	examinado	4	21
Vila Nova – Primeira Letras	Francisco das Chadas	Examinado	—	28
Vila de Ourem – Primeira Letras	Antonio Olímpio Nunes	Interino	—	32

⁵⁶ Pará. Relatório do Vice-presidente, 1842.

Vila de Cintra – Primeira Letras	Padre José Paula Costa	Interino	–	20
Vila de Cachoeira – Primeira Letras	Padre Felipe Neri da Cunha	Interino	–	25
Vila Muaná – Primeira Letras	Antônio Vicente magno	Interino	–	22
Vila de Monsarás – Primeira Letras	Antônio de Souza Gomes	Interino	–	15
Vila de Soure – Primeira Letras	Antônio G.B. da Silva	Examinado	3	31
Vila de Bragança - Latim	Afonso José de Oliveira	Examinado	Não informado	Não informado
Vila de Bragança – Primeiras Letras	José Caetano da Mota	Examinado	–	102
Vila de Tury-assu – Primeiras Letras	Antônio Elias Mendes	Interino	Não informado	Não informado
Vila de Tury-assu	Vaga (meninas)			
Vila de Cametá - Latim	João José Valente	Examinado	–	41
Vila de Cametá – Primeiras Letras	Padre Manoel Lourenço de Figueiredo	Interino	–	80
Vila de Baião – Primeiras Letras	João F. Henrique de Pinho	Interino	–	40
Vila de Oeiras – Primeiras Letras	José Alves Picanço	Interino	–	39
Vila de Melgaço – Primeiras Letras	Manoel José da Costa Guimarães	Interino	–	41
Vila de Portel – Primeiras Letras	Padre Jacob P. de Vascos	Interino	–	15
Vila de Macapá - Latim	José J. da S. Martins	Examinado	Não informado	Não informado
Vila de Macapá – Primeiras Letras	Fernando Roiz de Carvalho	Interino	–	84
Vila Masagão – Primeiras Letras	João P. de Nobrega	Interino	–	75
Vila de Chaves – Primeiras Letras	Domingos de Gusmão marinho	Interino	–	25
Vila de Gurupá – Primeiras Letras	Francisco de Paula Leitão	Examinado	–	78
Vila de Porto de Moz – Primeiras Letras	Amaro José da Silva e Melo	Examinado	–	67
Comarca do Baixo Amazonas				
Vila de Santarém - Latim	Bento Manoel de Carvalho Pimenta	Examinado	Não informado	Não informado
Vila de Santarém - Primeiras Letras	Caetano R. da Fonseca Zuzante	Interino	–	70
Vila de Alenquer - Primeiras Letras	Joaquim Quaresma da Silva	Interino	–	20
Vila de Óbidos - Primeiras Letras	Mariano Sabino	Interino	–	35
Vila de Monte Alegre	José Ribeiro Milagre	Examinado	–	7
Vila de Faro - - Primeiras Letras	João Macelino do Vale	Interino	Não informado	Não informado
Vila Franca - Primeiras Letras	João Franco de Souza	Interino	Não informado	Não informado
Comarca do Alto Amazonas				
Vila da Barra - Primeiras Letras	Joaquim P. da Mota	Interino	–	48

Vila Ega - Primeiras Letras	Francisco Joaquim Batalha	Examinado	—	11
Borba - Primeiras Letras	Antônio Manoel de Sá	Interino	Não informado	Não informado
Vila Nova - Primeiras Letras	Antônio Felipe	Examinado	Não informado	Não informado
Barcelos - Primeiras Letras	Pedro Miguel Pacheco	Interino	Não informado	Não informado
Moura - Primeiras Letras	Manoel Martins Correa de Miranda	Interino	Não informado	Não informado
Total			55	1254

Fonte: Pará, Relatório do Vice-presidente (1842).

O que constatamos é que em 1842 havia 12 escolas particulares na capital da Província, atendendo 435 alunos, divididas em 11 cadeiras de ensino primário e 1 de Latim. Dessas escolas, 3 atendiam meninas e meninos; 4 atendiam somente meninos e 4 somente meninas, conforme demonstramos no Quadro 39, a seguir.

Quadro 39 - Demonstrativo de escolas particulares na cidade (1842)

CADEIRA	PROFESSORES	MENINOS	MENINAS	LATIM
Ensino primário	Filipe Neri Pereira d' Assis	122	—	
Ensino primário	D. Anastácia do Espírito Santos de Andrade	—	64	
Ensino primário	D. Francisca Evora de Assis	—	8	
Latim	Fr. Dom. do S. Sacramento	Não Informado	Não Informado	14
Ensino primário	José Tomaz da Rocha	40	6	
Ensino primário	Luiz Ribeiro Milagre	15	—	
Ensino primário	Marcelo Borges Trovão	38	15	
Ensino primário	João Pedro de Moraes Bapt ^a	15	1	
Ensino primário	Fr. Elias da Transfiguração	12	—	
Ensino primário	Francisco Xavier Pereira Caldas	19	—	
Ensino primário	D. Thereza maria da Silva	—	26	
Ensino primário	Catharina Rosa de Andrade	—	40	
Total		261	160	14

Fonte: Pará, Relatório do Vice-Presidente (1842).

As novas legislações também foram um grande passo para alavancar a instrução, a exemplo do Decreto n.º 88 de 24 de maio de 1841, que instituiu a compra da casa dos educandos; Decreto, nº 96, de 25 de junho de 1841, que decretou a criação de três cadeiras de Primeiras letras: uma para a Freguesia de Soure, uma para Freguesia de São Caetano e a terceira para a vila de Tury Assu com ordenado de 400 mil réis anuais.

Também nesse Decreto, em seu artigo 2º, mencionava-se a transferência da Escola da freguesia de São Paulo no Rio Solimões passaria para a vila D'ega, no mesmo rio de distrito. Mas a lei mais importante, nessa época, foi a n.º 97, de 28 de junho de 1841, que detalhou como deveria ser a organização do ensino Primário e secundário.

Considerando a importância da legislação na garantia de melhorias para a educação, tanto para garantir espaço, como para criar escolas e cadeiras ou dar alguma organicidade ao ensino, apresentamos, no Quadro 40, algumas dessas leis.

Quadro 40 - Legislações para a Instrução Pública (1841-1843)

LEI	ASSUNTO
Decreto n.º. 88 de 24 de maio de 1841	Compra da casa para o estabelecimento dos Educandos.
Lei nº 94 de 25 de junho de 1841	Apresenta regulamentos da casa dos educandos.
Decreto nº 96 de 25 de junho de 1841	Criação de três cadeiras de primeiras letras (duas para sexo feminino e uma para o masculino) e transferência de escolas.
Lei nº 97 de 28 de junho de 1841	Sanciona a Instrução Pública Primária e Secundária na Província. Cria na capital uma aula de ensino normal. Cria o Liceu Paraense.
Lei nº 108 de 6 de Dezembro de 1842	Redução de diárias dos educandos de 300 réis para 240 réis.
Lei nº 105 de 48 de novembro de 1842	Referente à substituição do Diretor do Liceu.
Decreto nº 111, de 25 de setembro de 1843	Aprova a criação das cadeiras de ensino primário nas freguesias do Acará e do Moju.

Fonte: elaboração própria (2025).

A lei Nº 97, de 28 de junho de 1841, trouxe importantes avanços para a educação no Grão-Pará, possibilitou direcionamento à Instrução Primária e instituiu a instrução Secundária, especificando o currículo a ser seguido, definiu normas para a contratação, direitos e deveres dos professores, criou o cargo de diretor da instrução pública e criou o conselho de instrução. Essas medidas foram fundamentais para estruturar a instrução pública na província.

Não obstante as inúmeras dificuldades de funcionamento que havia à época, a instrução primária era universal e gratuita para todos os cidadãos, devendo ser ministrada nas escolas. O método escolhido foi o de ensino do Barão de Gérando, que, segundo Cason (2015), considera que educação e instrução são elementos inseparáveis de um mesmo sistema, com a instrução subordinada à educação. Consequentemente, nas escolas recém-abertas, ensinava-se apenas leitura, escrita e aritmética. A tarefa do instrutor baseava-se na formação da infância dos alunos, desenvolvendo-lhes os dons da humanidade.

A Instrução foi dividida em duas classes de estudos para ambos os sexos. Foi deliberado o currículo que deveria ser ensinado em casa, voltado para a formação conteudista e humana. Assim, a Classe 1ª trabalhava conteúdos de Leitura e escrita, princípios de aritmética em números inteiros, fracionários, complexos, proporções; Gramática da língua nacional e elemento de ortografia. Na classe 2ª, princípios da moral cristã, religião, noções de civilidade, elementos gerais de geografia, leitura da constituição e da história do Brasil. Além desses conteúdos, para as meninas, havia ofícios de educação doméstica como o uso de agulhas de costurar; bordado; regras de talhar e costurar os vestidos.

Ao Governo da província, cabia o fornecimento de materiais para as escolas como: compêndios, livros, cadernos de caligrafia, globo e mapas. A Lei orientava que a província construísse novas escolas. No entanto, a escola que, no período de dois anos, tivesse um número inferior a dez alunos frequentando, seria transferida para outro lugar, para ser melhor frequentada. Os professores de ensino primário receberiam, anualmente, 400 mil réis e teriam emprego vitalício.

A Lei nº 97 de 28 de junho de 1841, que cria o Liceu, em seu artigo 11, encarrega-o da Instrução Secundária, cujo funcionamento ocorria na sede da capital. Também foi instituída uma aula de ensino Normal. Os professores do Liceu e da aula do ensino Normal receberiam, anualmente, 600 mil réis.

O Diretor de instrução pública receberia um conto de réis e exerceria função estratégica, pois acumularia diversas funções: no conselho, execução das leis, fiscalizar as escolas, concurso para contratação de professores, formar os professores, certificar os alunos, fazer o relatório da instrução, anualmente, como é possível confirmar mediante a lei:

Art. 22; Haverá na capital da província um diretor da Instrução [...] suas atribuições são as seguintes.

1º. Presidir ao Conselho de Instrução Pública, convocá-lo extraordinariamente, e ter voto de desempate.

2º. Fazer executar as leis, as ordens do governo e as decisões do conselho.

3º. Inspeccionar e fiscalizar todas as escolas públicas e particulares por si e por intermédio das Câmaras Municipais respectivas, com quem se comunicará.

4º. Por a concurso as Cadeiras que forem vagando, e levar ao conhecimento do governo quais os candidatos mais distintos para, dentre eles, escolher um.

5º. Escolher de acordo com o conselho e compêndios e modelos das aulas e dar as providências necessárias para que a instrução seja regular e uniforme em toda a província.

6º. Dar aos professores todas as instruções e esclarecimentos necessários para o desempenho das suas obrigações, e exigir dos mesmos e das Câmaras Municipais as informações que jugam convenientes.

7º. Dar certificado em cada um dos cursos aos alunos que tiverem concluído, o que será assinado pelo Diretor e secretário.

8º. Formar anualmente, um relatório do estado de instrução em toda a província para ser presente a Assembleia por intermédio do governo. (Lei Nº 97 de 28 de junho de 1841).

Na primeira quinta-feira de cada mês, o Diretor, na função de presidente, se reuniria no conselho de instrução, juntamente com os professores do Liceu. As atribuições: propor à assembleia provincial melhorias para a instrução; formar regulamentos para as escolas de ensino primário e secundário ou alterá-lo, quando necessário; formar programas da frequência de aula; no primeiro mês de férias examinar os alunos e candidatos a cadeiras; conferir prêmios aos alunos que se destacaram nas aulas. Dadas essas atribuições, reputamos importante entender o Liceu e seu funcionamento.

5.2.4. O Liceu Paraense

Criado pela Lei provincial nº 97 de 28 de junho de 1841, o Liceu Paraense, para Santos e Damaceno (2019), foi criado para atender à necessidade de educação secundária para os filhos das elites políticas e econômicas da província, que visavam posterior formação superior. Estruturava-se em dois cursos: Humanidades e Comércio. A inauguração ocorreu em 17 de janeiro de 1842, mesmo não estando totalmente equipado e faltando-lhe uma casa apropriada onde pudesse funcionar a contento. Ainda assim, o Liceu tinha a vantagem de reunir todas as aulas em um só lugar, o que possibilitava melhor fiscalização, consoante relato do Presidente Bernardo de Sousa Franco:

Instituição nova, não esteja ainda devidamente montada, e lhe falte casa apropriada, para qual é mister, que voteis os meios precisos; com tudo conhece-se já a vantagem deste estabelecimento, e a anulação, que provém da reunião de todas as aulas em um só local, unida à maior fiscalização, e zelo no ensino, vai produzindo adiantamento em grande parte dos alunos (Pará, Relatório do Vice -Presidente da Província, 1842, p. 12).

Assim, o artigo Art. 8º da lei provincial n.º 97 de 28 de junho de 1841 determinava que a Instrução Secundária seria ensinada em Liceus e compreenderia dois cursos, um de Humanidades e outro de Comércio. Conforme disposto no Art. 11: “[...] haverá um só Liceu que terá a sua sede na Capital, com denominação de Liceu Paraense permanecerá enquanto for conveniente”.

O curso de Humanidades tinha duração de cinco anos e era focado em conhecimentos clássicos, como literatura, filosofia e línguas antigas. O curso de Comércio, com uma duração de dois anos, abordava disciplinas científicas

emergentes, com ênfase em economia, contabilidade e práticas comerciais, atendendo às demandas de um cenário mercantil em expansão.

Quanto à organização curricular das cadeiras ofertadas, encontra-se disposta na lei supramencionada, da seguinte forma:

Art. 9º

1ª. Língua Latina.

2ª. Língua Francesa.

3ª. Aritmética, Álgebra, e Geometria.

4ª. Filosofia Racional e Moral.

5ª. História Universal, Geografia Antiga e Moderna, História do Brasil.

6ª. Retórica, Crítica, Gramática Universal e Poética.

7ª. Escrituração Mercantil e Contabilidade.

8ª. Língua Inglesa.

10º. As sete primeiras Cadeiras constituem o Curso de Humanidade, que durará cinco anos, e a 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 7ª, 8ª, formarão o Curso do Comércio, que durará dois anos.

Segundo consta no relatório da vice-presidência, com a instituição já em funcionamento, os alunos e professores eram fiscalizados por líderes políticos da província, além de serem incentivados através de premiações. Na época, o vice-presidente era Bernardo de Souza Franco, cujas palavras transcrevemos:

Tenho assistido a algumas lições, e visto com prazer, que as aulas de Francês e Geometria tem grande número de discípulos, e alguns com muito bons desejos de aprender, que na de latim continua a se esforçar muito o professor; e que as outras, bem que pouco frequentadas, prometem ser uteis para o futuro.

[...]

O número de alunos das aulas maiores, superior aos dos anos anteriores, prova mais gosto pelo estudo, e eu tenho bem fundadas esperanças de que a anulação de alcançar o prêmio votado pelos estatutos para o escolar que mais se distinguir, e a honra de ver publicados pela imprensa seu nome, e designação, como tal, e mesmo o de todos os que se distinguirem em 2º, e 3º lugar, o que em tempo ordenarei, contribuirá para que os jovens estudiosos redobrem os seus louváveis esforços.

(Pará, Relatório Vice - Presidente da Província, 1842, p. 12).

Esse relato evidencia que havia aumento de matrículas no Liceu, cujos prêmios de incentivo serviam para motivar os alunos a se esforçarem. Mas esse aumento não era visto em todas as cadeiras. Havia aquelas que, não obstante os esforços dos professores, não obtinham a mesma frequência. De certo modo, está expresso o desejo de que, no futuro, esses prêmios não fossem necessários para os jovens alcançarem seus objetivos. E, independentemente de premiação, era importante que percebessem a utilidade das outras cadeiras para o futuro.

Para o Vice-Presidente Bernardo de Souza Franco, a questão da relação social era uma preocupação em relação à instrução primária. Apesar dos pequenos avanços

nas escolas públicas e particulares, havia a necessidade de melhorar as responsabilidades de alguns professores. Ele tinha consciência de que a falta de habilidade dos professores seria resolvida com o passar do tempo e com maior rigor nos exames aplicados aos candidatos a cargos docentes.

Nessa perspectiva, o Presidente, Coronel José Thomas Henriques, em 1843⁵⁷, afirmava que era importante apoiar esta medida, autorizando o governo a inspecionar as escolhas feitas no interior por intermédio do Juiz de Paz, subdelegado ou delegado ao Juiz Municipal, conforme fosse mais adequado.

Outra preocupação foi a falta de responsabilidade dos pais e diretores quanto à exigência de que os alunos frequentassem regularmente as escolas. A negligência dos pais, que não demonstrassem interesse no progresso educacional de seus filhos, iria ter sanções previstas em normas das Câmaras Municipais. Haveria punições àqueles que desconhecêssem os deveres da paternidade, pois, para o governo, uma das principais obrigações de um pai seria zelar, cuidadosamente, pela Instrução e pelo ensino de seus filhos.

Esse era o pensamento do Presidente José Thomas Henriques no ano de 1843⁵⁸. Mas ele também analisava a questão socioeconômica dos estudantes, que não tinham recursos suficientes para adquirir compêndios, papel, penas, tinta e outros materiais necessários para o aprendizado.

Quanto ao número de professores, alunos e alunas nas cadeiras ofertadas, apresentamos uma relação demonstrativa no Quadro 41.

⁵⁷ Pará, Relatório Presidente da Província, 1843.

⁵⁸ Pará, Relatório presidente da província, 1843

Quadro 41 - Relação demonstrativa do estado do Liceu Paraense

CADEIRA	PROFESSORES	SITUAÇÃO	MENINOS	MENINAS
Latim	Francisco Candido de Carvalho	Examinado	3	34
Frances	Dr. João Lourenço Paes de Sousa	Examinado	13	05
Geometria	Dr. João Batista Gonsalves Campo	Examinado	18	8
Filosofia	José de Napoles Teles de Menezes	Examinado	—	03
Geografia	Dr. Manoel Joaquim Ribeiro Seabra	Examinado	1	01
Retórica	Dr. Antônio José Lopes Damaceno	Examinado	—	02
Escrituração Mercantil	João Batista de F. Tenr° Aranha	Interino	1	01
Inglês	Dr. João Batista Gonsalves Campo	Interino	1	01
Total			37	55

Pará, Relatório do Vice-presidente (1842).

Na realidade, o Liceu Paraense foi uma instituição criada por legisladores patriotas, destinada a disseminar conhecimento. Após sua organização e funcionamento adequado, esperavam-se os benefícios. Mas, ao passo que avançava em alguns pontos, algumas necessidades iam surgindo, e ocorriam fatos que prejudicavam o avanço da instrução pública.

Como constatamos, o estabelecimento enfrentou dificuldades e atrasos durante o último ano letivo, pois o governo provincial considerou incompatíveis os cargos ocupados por Manoel Gomes Corrêa de Miranda como Juiz d'Órfãos, João Batista Gonçalves Campos como Juiz Municipal e João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha como inspetor de alfândega com as funções de diretor e de professores das aulas de geografia, contabilidade e escrituração mercantil, respectivamente. Esses profissionais optaram por seus cargos, deixando o magistério.

5.2.5 Instrução Pós-Cabanagem – consequências

As análises das informações sobre a relação entre a Cabanagem e a Instrução Pública necessitaram de um trabalho minucioso de seleção de fontes e compreensão de seus significados, buscando entender o passado. Mas, como diz Pesavento (2014, p.61):

[...] o historiador é um narrador, e o texto, um meio de traduzir um Outro ao destinatário, que é o leitor. Mas a leitura, como diz Chartier, é rebelde e vagabunda. Ela pode levar à formulação de significados bem distantes daqueles almejados ou previstos pelo esforço retórico do autor/historiador. O historiador escolheu um tema, formulou uma pergunta, constituiu seu tema como objeto a partir dessa questão e dos pressupostos teóricos com os quais

pensou resolvê-la, foi aos arquivos, selecionou fontes e com elas armou uma rede de significados que expôs por meio de um texto, onde buscou dar a ver o passado numa versão, plausível, possível, que aspira a ser tomada como a mais próxima possível do real acontecido. Ele buscou traduzir como as pessoas de um outro tempo agiam, pensavam, se expressavam.

Assim o fizemos. E ao sistematizarmos as informações, constatamos que, após a Cabanagem, o Governo Provincial passou a utilizar a Instrução Pública como ferramenta de progresso social, investindo na instrução de meninas e meninos com foco em formação humana e disciplinar. Houve avanços como o aumento no número de escolas de primeiras letras, aumento das vagas para alunos, crescimento das escolas particulares, maior atenção às casas das educandas / educandos e criação de várias legislações para o ensino, incluindo a instituição do ensino secundário. O governo também se empenhou na rápida execução das medidas aprovadas para promover esse projeto de avanço social.

Em resumo, após o período da Cabanagem, mediante os esforços despendidos em todos os setores da província, a instrução pública avançou significativamente em termos legais. A prioridade foi dada à criação, aprovação e execução das legislações, devido às demandas urgentes para a instrução pública.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou a organização da Instrução Pública na Província do Grão-Pará durante o período de 1830 a 1845, abarcando as fases anteriores, durante e após o conflito da Cabanagem. Ao longo da pesquisa, foi constatado que tanto o Grão-Pará quanto outras regiões do Brasil enfrentaram um período bastante conturbado devido ao Período Regencial (1831 a 1840). Nesse contexto, a Instrução Pública encontrou diversos desafios em meio às disputas e tensões da época, integrando um projeto de nação em que desempenhava um papel significativo.

Entre os anos de 1831 e 1834, período anterior ao auge da Cabanagem, a província estava em processo de organização da Instrução Pública, incluindo a criação de Escolas de Primeiras Letras nas vilas e freguesias, áreas mais populosas fora da capital da Província, Belém. Um dos principais desafios desse período era a contratação de mestres para assumirem as cadeiras da Instrução Pública e as disciplinas isoladas: Latim, Retórica e Filosofia. Na época, as cadeiras deveriam ser ocupadas mediante aprovação em concursos realizados na capital, que ficava muito distantes das outras localidades. As fontes, a exemplo dos relatos dos presidentes provinciais, indicavam que não havia candidatos suficientes aos cargos por diversos motivos: falta de formação adequada, remunerações pouco atrativas e grande distância de algumas vilas e freguesias da capital, dificultando a locomoção.

As escolas onde atuavam os professores estavam localizadas em vilas ou freguesias próximas à capital. A situação mais crítica ocorria na Comarca do Alto Amazonas, que enfrentava dificuldades para contratar mestres e havia escassez de escolas. Outro aspecto relevante, nessa época, referia-se ao método de ensino a ser implementado nas províncias por meio da legislação, conhecido como Método Mútuo. No entanto, devido à falta de formação adequada e orientação sobre sua aplicação, os presidentes da província relataram que os professores não conseguiam colocá-lo em prática, continuando assim com o método individual, já utilizado anteriormente.

No início de 1830, a implementação e os avanços referentes à Instrução Pública na província dependiam de burocracias demoradas com a sede do império, pois não tinha autonomia para criar suas próprias leis. Todas as necessidades da província eram solicitadas ao Ministério da Fazenda Imperial. Essas solicitações levavam meses para serem atendidas, pois dependiam das Sessões Gerais Imperiais para serem socializadas e aprovadas. O tempo entre solicitação, aprovação e

implementação podia durar anos. Além disso, as informações requisitadas ao Império passavam primeiro pelo Conselho do Governo, o que tornava as medidas ainda mais complexas. Essas questões foram constatadas em fontes como os jornais locais e imperiais, *Aurora Fluminense* e *Correio Oficial*, que relatavam o período conturbado na província ameaçando a segurança pública. Embora não fosse um período pacífico, os trâmites legais continuaram, mesmo com atrasos, até o ápice da Cabanagem.

Já no auge da Cabanagem (1835 a 1840), o governo imperial dificultou medidas legislativas na província, o que fez com que atrasassem demandas em prol da Instrução Pública tramitadas e aprovadas nos anos anteriores. Esse estado de ápice da revolta popular pode ser dividido em dois períodos: o de 1835 a 1837 e de 1838 a 1840, uma vez que os presidentes cabanos, ao assumirem o controle do governo em 1835 e 1836, tiveram de lidar com a recusa do Império em reconhecê-los como presidentes da província, logo não foi atendida nenhuma solicitação que viesse deles. Legalmente, para o governo Imperial, eles não instituíram nenhum benefício à província. Os registros também demonstram que aquele foi um período de conflitos intensos e, por esta razão, não foram encontrados muitos registros sobre a Instrução Pública.

Quanto ao período de 1838 a 1840, há relatos de que foram anos mais propícios para a Instrução Pública, devido à atuação do presidente que assumiu a província. Nesse período, iniciaram-se as primeiras sessões das Assembleias Provinciais, que foram instituídas pelo Ato adicional de 1834, o qual legitimou que as províncias tivessem maior autonomia para criar e sancionar as suas próprias legislações, fato que facilitaria, significativamente, a elaboração e organização da Instrução Pública na região, uma vez que passaria a ser exercido um trâmite legal mais rápido.

Durante o período da Cabanagem, entre 1835 e 1840, não houve variação significativa no número de escolas na província. Em 1840, existiam 36 escolas públicas de Primeiras Letras, distribuídas nas três comarcas com grande extensão territorial. Persistiram preocupações identificadas no início dos anos 1830: dificuldades na implementação do método Mútuo de Ensino, escassez de compêndios atualizados para as escolas e falta de recursos nas instituições de ensino que permitissem aos mestres desempenharem suas funções com qualidade.

Após a aprovação das primeiras leis provinciais para a Instrução em 1838, a Instrução Pública começou a avançar. A Lei nº 6 de 8 de maio de 1838 eliminou o

concurso público para a contratação de professores, com o objetivo de agilizar a ocupação das cadeiras vagas. Com essa lei, a província passou a contratar párocos de forma interina para lecionar nas escolas de Primeiras Letras situadas nas vilas e freguesias. Em face disso, a Lei nº 33, de 30 de setembro de 1839, instituiu a criação de uma Escola Normal na província, visando solucionar o problema de formação de mestres e métodos de ensino. A legislação determinou que, enquanto a Escola Normal não fosse estabelecida na província, um indivíduo do Pará deveria ser enviado à Corte Imperial, no Rio de Janeiro, para estudar e, ao retornar, replicar os conhecimentos adquiridos. Além disso, para garantir maior controle das Escolas de Primeiras Letras, foi criado o cargo de Inspetor, responsável por fiscalizar as escolas, professores e métodos de ensino.

Comparando os períodos antes da Cabanagem (1831-1834) e após (1835-1840), podemos observar que a instrução pública permaneceu linear. Desde o Ato Adicional de 1834, todos os passos para a Instrução Pública na província passavam pelo Conselho do Estado, depois eram levados ao Governo Geral Imperial e, finalmente, emitidos para as Assembleias Provinciais. No entanto, a eclosão da Cabanagem interrompeu a regularidade das reuniões, causando atrasos nas demandas da Instrução Pública. As reuniões da assembleia provincial só puderam ocorrer a partir de 1838, permitindo instituir novas legislações para melhorar, regulamentar e definir regras mais claras para a instrução.

Após a Cabanagem, a província passou por um processo de reorganização que abrangeu diversos aspectos sociais, com destaque para o econômico e educacional. As novas configurações sociopolíticas estabeleceram novos papéis nas representações sociais. Economicamente, foi necessário garantir a anistia concedida aos cabanos, pois no novo contexto social eles eram vistos como mão de obra essencial para impulsionar a economia, devido ao crescimento das exportações, pois faltavam trabalhadores para garantir a produção a ser exportada, já que muitos homens permaneciam escondidos nas matas por medo de serem presos ou mortos. À medida que tomavam conhecimento da anistia, retornavam para suas localidades e voltavam a ser mão de obra ativa, incluindo escravos, pequenos agricultores e trabalhadores na colheita de produtos da floresta.

No aspecto educacional, houve progresso quando o governo entendeu que era necessário investir na educação, melhorando as instituições, escolas e cadeiras existentes, além de criar novas estratégias educacionais para atender a novos

públicos. Um exemplo disso foi o ensino secundário, que passou a ser praticado no Liceu Paraense, reunindo aulas isoladas. A Instrução tinha como objetivo formar cidadãos que pudessem contribuir com a sociedade. Assim, foram fortalecidas instituições como a Casa dos Educandos Artífices, a Casa das Educandas, o Liceu Paraense e o Seminário Episcopal.

A Casa dos Educandos Artífices desempenhava o papel de fornecer instrução pública e formar os educandos em oficinas. Esses alunos passavam a ser empregados em obras públicas e particulares. A Instrução recebia atenção especial, pois era responsável por formar o caráter e desenvolver o intelecto dos jovens cidadãos, ensinando-lhes seus deveres, promovendo bons costumes, cultivando sentimentos elevados e virtudes, além de incentivar o desejo de se destacar e contribuir para a sociedade, bem como a formação escolar.

A casa das educandas foi mencionada em diversas reuniões provinciais devido à preocupação significativa com a instrução e o futuro das alunas durante este período. Embora a instituição tenha sido criada inicialmente para meninas desvalidas, seu ensino e formação humana tornaram-se referência na província, levando à aceitação de pensionistas cujos pais pagavam pela instrução de suas filhas. O governo demonstrou interesse quanto ao futuro dessas meninas órfãs, estabelecendo dotes para facilitar que encontrassem pretendentes ao término dos estudos, dado que não poderiam permanecer na instituição. Adicionalmente, aquelas que apresentavam aptidões para ensinar eram incentivadas a contribuir com a província futuramente.

O Seminário Episcopal, juntamente com a casa das Educandas e a casa dos educandos, eram instituições mantidas pelo Tesouro provincial. Esses estabelecimentos operavam de maneira progressiva e estavam bem organizados, sob a responsabilidade de líderes diligentes. Mas os dados analisados revelaram dificuldades em encontrar professores para escolas de primeiras letras e cadeiras do Liceu. Algumas vagas no interior não foram preenchidas devido à falta de candidatos. Além disso, turmas do Liceu e escolas no interior apresentavam baixa frequência, com algumas tendo apenas um ou dois alunos.

Nesta pesquisa, o objetivo geral consistiu em analisar como a Instrução Pública se organizou na Província do Grão-Pará durante o conflito da Cabanagem, entre 1830 e 1845, incluindo uma análise do contexto anterior, durante e posterior ao conflito. Embora tenha havido momentos de guerra e incertezas, a instrução pública não paralisou nem sofreu grandes impactos. Os relatos das fontes indicam que as

dificuldades eram praticamente as mesmas tanto antes, quanto durante e após a Cabanagem, com poucas mudanças no número de escolas criadas, dificuldade em contratar professores, aplicar o método mútuo de ensino e equipar as escolas.

Após a Cabanagem, houve uma conscientização maior do governo sobre o processo de formação dos jovens. Embora isso estivesse alinhado com o modelo de civilização da época, houve investimento e preocupação com o futuro dos estudantes. Durante esse período, a província mostrou avanços em vários aspectos (social, econômico, político, educacional), e cuidar dos jovens tornou-se um aspecto importante no início dos anos 1840.

REFERÊNCIAS

- ALVES DE MATOS, D.; ALENCAR COLARES, A. Alguns aspectos da instrução pública primária na província do Grão-Pará durante as primeiras duas décadas da descentralização (1834-1854). **Revista Temas em Educação**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 1-22, 2023.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires. **Instrução pública no Brasil**. 2. ed. São Paulo. EDUC, 2000.
- ARAUJO. Sonia Maria da Silva. A independência perdida: reflexões sobre educação e movimento cabano no Grão-Pará da América Portuguesa (1755-1840). **Revista História da Educação (Online)**, v. 25, p. 1-27, 2021.
- ANais DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ**. v.4. Belém: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Pará, 2001.
- ANais DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ**. v.4. Belém: Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do Estado do Pará, 2004.
- ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ. **Catálogo seletivo da documentação referente à cabanagem**. Belém, 2024.
- ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do século XX no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2004. Coleção contemporânea.
- ALVES, Alessandra Conceição Monteiro; ALMEIDA, Gilvandro. Os métodos de ensino no Brasil: século XIX. IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. **Anais [...]** Sergipe, 2010. p. 1-16.
- ALVES, Jones Figueiredo. Bernardo José da Gama, o primeiro desembargador pernambucano, personagem épico de muitas presenças históricas. **Documentação e Memória/TJPE**, Recife, v.8, n.15, 81-87, jan./dez. 2023.
- ANDREA, Francisco José de Sousa Soares de. Memória Política de Santa Catarina. **Biografia**. 2022. Disponível em: [https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1179-Francisco Jose de Sousa Soares de Andrea](https://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1179-Francisco%20Jose%20de%20Sousa%20Soares%20de%20Andrea) . Acesso em: 9 dez. 2024.
- ARISTARCHO. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720968/per720968_1835_00001.pdf. Acesso em: 13 fev. 2014.
- AURORA FLUMINENSE, 1831. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720968/per720968_1835_00001.pdf . Acesso em: 13 dez. 2023.
- AZÊDO, Maurício. A Cabanagem: uma guerra popular na Amazônia. In: Azedo, Maurício; ALVES, Ivan; LAGE, Nilson. (Orgs.) **Os grandes enigmas da nossa história**. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1982. p. 8-58.
- AZEVEDO, Moreira de. **História da Pátria: o Brasil de 1831 a 1840**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Livreiro-editor 1884.

AZZI, Riolando. A INFLUÊNCIA DO ILUMINISMO E O DESPERTAR DO INTERESSE CIENTÍFICO NO BRASIL. *Reflexão*, [S. l.], v. 10, n. 31, 2024.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro, 1782-1850. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. v. 30. Brasília: Senado Federal, conselho Editorial, 2004.

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. **O instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da belle époque**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da história: a escola dos Annalles e a nova história**. Petrópolis: Vozes, 2012.

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da história: princípios e conceitos fundamentais**. 5 ed. Petrópolis: Vozes. 2014

BARROS, José D' Assunção. **Fontes históricas: Introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Vozes, 2019.

BARROS, José D' Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Petrópolis: Vozes, 2023.

BEZZERA NETO, José Maia. As oficinas do trabalho: representações sociais, institutos e ensino artístico no Pará (1830/1888). **Revista Ver a educação**, Belém: Centro de Educação/UFPA. vl.1, n.1, pag., 41-70, jan./jun. 1996.

BEZERRA NETO, José Maia. O cotidiano mais do que perfeito: instrução e sociabilidades femininas sob vigília no recolhimento das educandas (Belém - Grão-Pará, 1840). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 62, p. 98–120, 2015.

BOITEUX, Lucas Alexandre. **Marinha Imperial versus Cabanagem**. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1943.

BOTO, Carloto, Instrução Pública e Projeto Civilizador: O século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. São Paulo, Ed. Unesp, 2017.

BRASIL. Ministério do Império. **Relatório do Ministro Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, 1832**. Apresentado na Assembleia Legislativa em sessão Ordinária em 1833. Rio de Janeiro: Typograpya Nacional, 1833.

BRASIL. Ministério do Império. **Relatório do Ministro Antônio Pinto Chichorro da Gama**. Apresentado na Assembleia Geral do Império de 1834. Rio de Janeiro: Typograpya Nacional, 1833.

BRASIL. **Relatório da Repartição dos Negócios do Império, do Ministro e Secretário do Estado, Antônio Pinto Chichorro da Gama**. Apresentado na Assembleia Legislativa, na sessão de 1834.

BRASIL. **Coleção de Decisões do Império do Brasil. 1835a**. Primeira parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720968/per720968_1835_00001.pdf . Acesso em. 30 jun. 2023.

BRASIL. **Coleções de Decisões do Império do Brasil. 1835b.** Segunda parte. Rio de Janeiro: Typograpya Nacional, 1864.

BRASIL. **Coleções de Decisões do Império do Brasil de 1836.** Rio de Janeiro, Typograpya Nacional: 1864.

BRASIL. **Relatório da Repartição dos Negócios do Império, do Ministro e Secretário do Estado, José Inácio Borges.** Apresentado na Assembleia Geral Legislativa, na sessão de 1836. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720968/per720968_1835_00001.pdf . Acesso em. 30 jun. 2023.

BRASIL. **Relatório da Repartição dos Negócios do Império, do Ministro e Secretário do Estado, Antônio Paulino Limpo de Abrêo.** Apresentado na Assembleia Geral Legislativa, na sessão de 1837. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720968/per720968_1835_00001.pdf . Acesso em. 30 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824.** Brasília: Palácio do Planalto, Casa Civil, 1988.

BRASIL. **Lei 15 de outubro de 1827.** Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Brasília: Palácio do Planalto, Casa Civil, 2023.

BRASIL. **Lei de 29 de novembro de 1832.** Promulga o Código do Processo Criminal. Brasília: Palácio do Planalto, Casa Civil, 2023.

BRASIL. **Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, ATO Adicional de 1834.** Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império. Brasília: Palácio do Planalto, Casa Civil, 2023.

BURKE, P. A Nova história, seu passado e seu futuro. *In*: BURKE, P. (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: UNESP, 2011. p. 7-38.

CASON Silvia Regina. As conferências do curso para professores do Barão De Gérando – 1839. **Rev. Iberoam. Patrim. Histórico-Educativo**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 186-217, jul./dez. 2015.

CASTANHA, André Paulo. **Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889.** Campinas: Navegando Publicações, 2013.

CASTRO. Augusto Cesar. A Educação da Infância Desvalida Paraense no Oitocentos: A casa de Educandos Artífices. *IN*. Araújo, S.M; França, M.P.G.S,A; Alves, L.M.S.A. (Orgs). **Educação e Instrução Publica no Pará Imperial e Republicano.** Belém. EDUEPA, 2015.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Fontes Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural.** Campinas: Papirus. 1995.

CHARTIER. Roger. **A história Cultural: entre práticas e representação.** Rio de Janeiro. DIFEL, 1988

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, São Paulo, Brasil, v. 5, n. 11, p. 173–191, 1991. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/8601>. Acesso em: 10 out. 2023.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. 2. ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora. 2015.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 5, n. 11, p. 173–191, 1991.

COELHO, Geraldo Mártires. **A independência no Pará (1823): novos tempos, novos acontecimentos, novos personagens**. 1. Ed. Belém. Estudos Amazônicos, 2012.

CONDURU, Ricardo. **Bernardo Lobo de Souza**: um personagem trágico na cabanagem. 2024. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2024/02/26/bernardo-logo-de-souza-um-personagem-tragico-na-cabanagem/> . Acesso em: 16 de mai. 2023.

CORREIO OFICIAL. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720968/per720968_1835_00001.pdf . Acesso em: 2 jul. 2023.

COSTA, Graciete Guerra de; CINTRA, Jorge Pimentel. **Mapa geral do bispado do Pará**: um novo paradigma da cartografia amazônica. 2013. Disponível em: <https://www.cartografia.org.br/> . Acesso em: 22 fev. 2024.

CRUZ, Ernesto. História de Belém. 2v. UFPA, Belém, Pará. 1973.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14. São Paulo. Disponível em: . Acesso em: 05 mar. 2024.

DOSSE, F. **A história**. São Paulo: Unesp, 2012

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem**: a revolução popular na Amazônia. 3. ed. Belém: CEJUP, 1990.

DUARTE Dercio Pena. **Ordem, civilização e ciência**: o ideário liberal na instrução pública da província do Grão-Pará (1841-1871). 2016. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

ECHO DE NORTE – 1835. Disponível em: [Hemeroteca](#). Acesso em: 15 de dez. 2024

ELIAS, Norbert. **O processo**. v.1. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994

ELIAS, Norbert, **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FARIA FILHO, Lucino Mendes. A instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 136 -150.

FLICK, Uwe. **Métodos qualitativos na investigação científica**. Lisboa: Monitor, 2005.

FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro de Souza Avelino. **Raízes históricas do ensino secundário público na província do Grão-Pará o Liceu Paraense 1840-1889**. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Campinas, Campinas, 1997.

FREITAS, Rhana Beatriz Maia de. **A cabanagem em Cametá (1835-1840): outros olhares e novas abordagens nos discursos e conteúdos escolares**. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Cametá, 2022.

GIL, Carlos Antonio. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GONDRA, José Gonsalves. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo. Cortez, 2008.

GODOI, A. S. O que é liberalismo, afinal?. **GV-EXECUTIVO**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 40–43, 2019.

GUEDES, Aureliano da Silva. **As fontes de informação significantes para a construção da representação mental e social da Cabanagem no Estado do Pará (Brasil)**. 2011. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) - Universidade do Porto; Universidade de Aveiro, Porto, Aveiro, 2011.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

HURLEY, Jorge. **A Cabanagem**. Belém: Clássica, 1936.

LE GOFF, Jacques, **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Leandro Mahalem. **Rios vermelhos: perspectivas e posições de sujeito em torno da noção de cabano na Amazônia em meados de 1835**. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LIMA NETO, Diógenes. **O Período Regencial e a Importância da declaração de maioria de D. Pedro II para o projeto de nação brasileira**. Disponível em: <https://www.sagres.org.br/artigos/PeiодоRegencial.pdf> . Acesso: 15 nov. 2023.

MACHADO, André Roberto De A. As interpretações dos contemporâneos sobre as causas da Cabanagem e o papel do parlamento. **Revista de História**, São Paulo, n. 175, p. 281-317, 2016.

MARCIEL, Willyans. **Montesquieu**, 2013. Disponível em: Montesquieu – Biografia do filósofo iluminista. Acesso em: 15 fev. 2025.

MELO, Lucas de Oliveira. **O iluminismo e a sua influência no surgimento dos movimentos de independência no Brasil**. 2022. Disponível em: [ARTIGOCIENTFICO.pdf](#). Acesso em: 5 nov. 2024

MOURA, Danielle Figuerêdo. **Aqueles que merecem a opinião pública: justiça de paz, cidadania e mobilização política nas primeiras eleições no Grão-Pará (1827-1841)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Pará, 2023.

MOREL, Marco. **O período das regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

NETO, Clovis Ramiro Jucá. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense – algumas notas. **Anais [...]** Museu Paulista, São Paulo. v.20. n.1. p. 133-163. jan./ jun. 2012.

NETTO BASSALOBRE, Janete. Das promessas iluministas à servidão. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.3, p.443-448, dez. 2010.

NEVES, Lucia Maria Bastos P.; CAMPOS, Adriana Pereira; MOTTA, Kátia Sausen da. Liberalismo, constitucionalismo e parlamento: a revolução do porto de 1820. **Almanack**, Guarulhos, n. 30, ed00122, 2022.

NUNES, Clarice, CARVALHO, Marta Maria Chagas. Historiografia de educação e fontes. **Caderno ANPED**, 15ª reunião anual, Porto Alegre, 1993.

OLIVEIRA, Sidney Augusto Canto. **Instrução pública no Baixo Amazonas e Tapajós**: dificuldades e desafios das primeiras escolas no império. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Oeste do Pará, Santarém, 2021.

O PARAENSE -1822. Disponível em: Hemeroteca Digital http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/paraense/paraense.htm. Acesso em: 13 ago. 2023.

O PARAENSE -1842. Disponível em: Hemeroteca Digital http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/paraense/paraense.htm. Acesso em: 13 ago. 2023.

O PARAENSE, 1843. Disponível em: Hemeroteca Digital. http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/paraense/paraense.htm. Acesso em: 13 ago. 2023.

O PARAENSE, 1844. Disponível em: Hemeroteca Digital. http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/paraense/paraense.htm . Acesso em: 13 dez. 2023.

O SÁGITÁRIO, 1833. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720968/per720968_1835_00001.pdf . Acesso em: 20 maio 2023.

O SETE D'ABRIL, 1837. Disponível em Hemeroteca digital. Acesso em: 20 maio 2023.

PARÁ. **Relatório do Presidente da Província do Pará, José Joaquim Machado de Oliveira**. Realizado no Conselho Provincial, em 3 de dezembro de 1833. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263> . Acesso em: 20 abr. 2023

PARÁ. **Lei n.º 6 DE 8 maio de 1838**. Autorizou o provimento das cadeiras vagas em pessoas hábeis, podendo entretanto, na falta destas, nomear-se quem as regesse com vencimento de metade dos respectivos ordenados. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/decretos-do-imperio-1>. Acesso em: 15 jul. 2023.

PARÁ. Relatório do Presidente da Província do Pará, Francisco Jose de Souza Soares D'Andrea. Realizado na Assembleia Legislativa Provincial, em 2 de março de 1838. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263> . Acesso em: 20 abr. 2023.

PARÁ. Relatório do Presidente da Província do Pará, Marechal Francisco Soares de Andrade. Realizado na Assembleia Legislativa Provincial, em 8 de abril de 1839. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263> . Acesso em: 20 abr. 2023.

PARÁ. Lei nº 30 de 28 de setembro de 1839. Autorizou o provimento interino, independente de exame, das cadeiras de primeiras letras ainda não providas, e com o ordenado por inteiro, sujeitando-se o serventário a deixar o lugar logo que aparecesse quem se sujeitasse ao exame. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 16 jun. 2023.

PARÁ. Lei nº 33 de 30 de setembro de 1839. Instituiu a Escola Normal na cidade e o envio de jovem para estudar na corte, no rio de Janeiro. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/decretos-do-imperio-1>. Acesso em: 14 jul. 2023.

PARÁ. Lei n.º 42 de 14 de outubro de 1839. Trata do número de educandas e despesas anuais. *In:* Índice ou Repertório Geral da Leis da Assembleia Legislativa Provincial. 1838 a 1853. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/legislacao/busca?&ano=1839&abrangencia=Legisla%C3%A7%C3%A3o%20federal>. Acesso em: 30 jul. 2023.

PARÁ. Lei n.º 43 de 15 de outubro de 1839. Trata de aluguel para a casa de educandas. *In:* Índice ou Repertório Geral da Leis da Assembleia Legislativa Provincial. 1838 a 1853. Disponível em: <https://www.fcp.pa.gov.br/> . Acesso em: 20 maio 2023.

PARÁ. Lei n.º 41, de 16 de outubro de 1839. Instituiu a criação de nova aula e cadeira para a Instrução Publica. <https://www.fcp.pa.gov.br/> . Acesso em: 20 maio 2023.

PARÁ. Lei nº 49 de 15 de outubro de 1839. Professor que tem de tomar assento na Assembleia propõe substituto idôneo. Disponível em: <https://www.fcp.pa.gov.br/> . Acesso em: 12 fev. 2023.

PARÁ. Relatório do Presidente da Província do Pará, Dr. Bernardo de Sousa Franco. Realizado na Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de agosto de 1839. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263> . Acesso em: 20 abr. 2023

PARÁ. Relatório do Presidente da Província do Pará, João Antônio de Miranda. Realizado na Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de agosto de 1840. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263> . Acesso em: 20 abr. 2023

PARÁ, Regulamento – Recolhimento das Educandas - 1840. **PARÁ. Relatório do Presidente da Província do Pará, João Antônio de Miranda.** Realizado na Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de agosto de 1840. Disponível em:

<https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263> . Acesso em: 20 abr. 2023

PARÁ. Lei n.º 75, de 28 de setembro de 1840. Trata da compra de exemplares da tradução do Curso Normal do Barão De Gérando para as Escolas de Ensino Primário da Província. Disponível em: <https://www.fcp.pa.gov.br/> . Acesso em: 15 fev. 2023.

PARÁ. Lei n.º 79 de 21 de outubro de 1840. Autorizou a compra da casa e do terreno onde existia a Companhia de Educandos. Disponível em: <https://www.fcp.pa.gov.br/> . Acesso em: 15 fev. 2023.

PARÁ. Lei n.º 64 de 25 de setembro de 1840. Criou uma cadeira em Portel para o sexo masculino. Disponível em: <https://www.fcp.pa.gov.br/> Acesso em: 17 fev. 2023

PARÁ. Lei n.º 82 de 1 de outubro de 1840. Elevou a Companhia ao número de 100 Educandos. IN. Índice ou Repertório Geral da Leis da Assembleia Legislativa Provincial. 1838 a 1853. Disponível em: <https://www.fcp.pa.gov.br/> Acesso em: 17 fev. 2023

PARÁ. Decreto n.º 96, de 25 de junho de 1841. Trata da criação de cadeiras de primeiras letras. IN. Índice ou Repertório Geral da Leis da Assembleia Legislativa Provincial. 1838 a 1853. Disponível em: <https://www.fcp.pa.gov.br/> . Acesso em: 14 jan. 2023.

PARÁ. Lei n.º 97 de 3 de julho de 1841. Criou o Liceu Paraense que foi instalado a 17 de Janeiro de 1842, trata também de Vencimento de cada Professor e Substitutos e Criou um Diretor da instrução Pública. Disponível em: <https://www.fcp.pa.gov.br/> . Acesso em: 18 fev. 2023.

PARÁ. Lei n.º 97, de 28 de junho de 1841. Institui a Instrução Pública nesta Província compreende a Primária e Secundária. IN. Índice ou Repertório Geral da Leis da Assembleia Legislativa Provincial. 1838 a 1853. Disponível em: <https://www.fcp.pa.gov.br/> . Acesso em: 13 maio 2023.

PARÁ. Decreto n.º 88 de 24 de maio de 1841. Autorizou o Governo a comprar a casa mais vantajosa para o Estabelecimento; a dar a este um Regulamento, que tivesse por base o ensino das artes mecânicas mais interessantes ao público e à boa educação civil, o qual seria aprovado pela Assembleia; a mandar aprontar oficinas, não podendo o mesmo Governo distrair para fora do Estabelecimento os aprendizes senão dos anos depois de completos em seus ofícios, salvo o caso de impossibilidade física ou moral. Disponível em: <https://www.fcp.pa.gov.br/> . Acesso em: 15 jan. 2024.

PARÁ. Relatório do Vice-Presidente da Província do Pará, Dr. Bernardo de Sousa Franco. realizado na Assembleia Legislativa Provincial, em 14 de abril de 1841. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263> . Acesso em: 20 abr. 2023

PARÁ. Relatório do Vice-Presidente da Província do Pará, Bernardo de Sousa Franco. Realizado na Assembleia Legislativa Provincial, em 14 de abri de 1842. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263> . Acesso em: 20 abr. 2023

PARÁ. **Lei n.º 108 de 6 de dezembro de 1842**. Trata da redução da diária dos Educandos. Disponível em: <https://www.fcp.pa.gov.br/> . Acesso em: 18 fev. 2023.

PARÁ. **Lei n.º 115 de 18 de outubro de 1843**. Trata da redução da diária dos Educandos. Disponível em: <https://www.fcp.pa.gov.br/> . Acesso em: 18 fev. 2023.

PARÁ. **Decreto n.º 111 de 25 de setembro de 1843**. Trata da criação de cadeiras de ensino primário. IN. Índice ou Repertório Geral da Leis da Assembleia Legislativa Provincial. 1838 a 1853. Disponível em: <https://www.fcp.pa.gov.br/> . Acesso em: 14 fev. 2023.

Pará. Lei 94 de 25 de junho de 1841. IN: PARÁ. **Relatório do Vice-Presidente da Província do Pará, Dr. Bernardo de Sousa Franco**. realizado na Assembleia Legislativa Provincial, em 14 de abril de 1841. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>. Acesso em: 20 abr. 2023

PARÁ. **Relatório do Presidente da Província do Pará, Coronel José Thomas Henriques**. Realizado na Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de agosto de 1843. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263> . Acesso em: 20 abr. 2023

PARÁ. **Relatório do Presidente da Província do Pará, Desembargador Manoel Paranhas da Silva Veloso**. Realizado na Assembleia Legislativa Provincial, em de 15 de agosto de 1844. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263> . Acesso em, 20 abr. 2023

PARÁ. **Relatório do Vice-Presidente da Província do Pará, Dr. João Miranda Moraes**. Realizado na Assembleia Legislativa Provincial, em 15 de agosto de 1845. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263> . Acesso em, 20 abr. 2023.

PARÁ, Histedbr. Documentos da história da educação paraense. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 11, n. 43e, p. 286–332, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639969> . Acesso em: 10 out. 2023.

PAULA Maria Helena de;, ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de. Entre arraiais, vilas, cidades, comarcas e províncias: terminologia das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. **Revista (Con) Textos**, Vitória, v.10, n. 17, p. 153-167, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história Cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 a 1835** – v. 1. Manaus: Editora Valer, 2021.

REIS LOBATO, Antonio José dos. **Arte da gramatica da língua portugueza**: Lisboa: Regia Officina Typographica, 1770.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia Entre 1835 E 1840. **Tempo**, Rio de Janeiro, v.11, n.22, p. (5-30, 2007.

RICCI, Magda; LIMA, Luciano Demetrius Barbosa. Letrados da Amazônia imperial e saberes das populações analfabetas durante a Revolução Cabana (1835-1840). **Revista Brasileira De Educação**, [S. l.], v. 20, n. 63 p. 845-67, 2015.

RIZZINI, Irma. Domesticar e civilizar: crianças indígenas e o ensino de ofícios no norte do Brasil imperial. **Anais [...]** II Congresso Brasileiro de História da Educação, Natal, 2002.

RIZZINI, Irma. **O cidadão polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial**. 2004. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em História Social. Rio de Janeiro, 2004.

ROCHA, Levy. **Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira**. 2015. Disponível em: <https://www.morrodomoreno.com.br/materias/brigadeiro-jose-joaquim-machado-de-oliveira-por-levy-rocha.html> . Acesso em: 13 ago. 2023.

ROCHE Daniel. Uma Declinação das Luzes. *In*: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean- François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

RODRIGUES, Denise Simões. O Discurso dos Vencedores: plano para a educação no Período Pós-Cabanagem na Amazônia Paraense. **Revista COCAR**, Belém, v.10, n.20, p. 255-273, ago./dez. 2016.

SALLES, Vicente. Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: Ed. Cajup, 1992. Coleção Amazônia,

SALLES. Francisco José de. **Índice chronologico dos governadores e presidentes do Pará de 1655 a 1888**. Pará: Typ. Francisco José de Souza Salles, 1888.

SANTANA, Jucey. **Barão de Itapecuru**. 2016. Disponível em: <https://juceysantana.blogspot.com/2016/09/barao-de-itapecuru.html> . Acesso em: out. 2023.

SANTOS, Andrenson; DAMASCENO, Alberto. A instrução pública no Grão-Pará imperial: os relatórios dos presidentes e as contradições de um modelo elitista. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 12, n. 30, p. 65–88, 2019.

SANTOS, Dina. **Nos tempos do Império – o começo do Poder Legislativo no Pará**. 2022. Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/Comunicacao/Noticia/5464> . Acesso em: 22 jan.2024.

SANTOS, R. J. (2023). O fim do Grão-Pará e a institucionalização da região amazônica: o papel dos liberais paraenses na mudança do status regional no século XIX. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Xinguará, v.18, n.1, p. 1-24, 2021.

SENTINALLA AMARANHESSE NA GUARITA DO PARÁ, 1834. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720968/per720968_1835_00001.pdf. Acesso em: 13 fev. 2014.

SILVA, Eduardo Marques. As regências e o segundo Império no Brasil. **Revista Educação Pública**, [S./], quadriênio 2017-2020.

SILVEIRA, Ítala Bezerra da. **Cabanagem**: uma luta perdida. Belém: Secretaria do Estado da Cultura (SECULT), 1994.

SOUZA JUNIOR, José Alves de. **Cabanagem**: revolução amazônica: 1835-1840. São Paulo: Fundação Lauro Campos. 2022

SOUSA, Rainer Gonçalves. Regência una de Feijó. **Brasil Escola**, 2020. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/regencia-una-feijo.htm> . Acesso em: 26 maio 2023.

SOUZA, Rosa. F. A escola modelar da república e a escolarização da infância no Brasil: reflexões sobre uma investigação comparada em âmbito nacional. In: SOUZA, Rosa F.; SILVA, Vera L. G.; SÁ, Elizabeth F.. (Orgs.). **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil**: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870 - 1930). Cuiabá: EdUFMT, 2013. p. 19-58.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, a. II, nº3, jan./jun. 2008. p.59-83.

TREZE DE MAIO, 1845. Disponível em: https://hemeroteca-pdf.bn.gov.br/720968/per720968_1835_00001.pdf . Acesso em: 14 dez. 2023.

VICENTE, G., LAHIRE, B; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-49, jun. 2001.

ANEXOS

**ANEXO A - Proclamação de Posse do Presidente Cabano Francisco
Pedro Vinagre**

DOCUMENTO N. 14

PROCLAMAÇÃO DE FRANCISCO PEDRO VINAGRE

Paraenses. Sensibilizado eu sobre maneira com a noticia que chegou ao meu conhecimento de que pretendo evadir-me desta Provincia, com o fim de vos entregar a esses, que julgaes vossos inimigos, é de meu dever protestar solemnemente perante vós e o mundo inteiro, que jámais me retirarei desta Provincia para semelhante fim, e que será mais facil retrocederem as aguas do Guajará, do que eu deixar de trabalhar a prol de vossas felicidades e interesses, de que exuberantemente tenho dado provas. Eu sou Paraense e vosso Amigo, e como tal de nenhum modo poderei sobreviver á vossa ruina e infelicidade; e firme nestes principios, eu com os que me cercão, que tambem são possuidos dos mesmos principios, os quaes durarão além da morte, estamos preparados e promptos para rebater qualquer porção de mal intencionados e desordeiros, que, por ventura, ouse perturbar nosso socego afim de que não possamos fruir os suaves fructos da legalidade, que prestes está a apparecer em campo; apartae de vós idéas que querendo offuscar minha gloria, querem igualmente cavar vossas ruinas. Tranquillisai-vos e commigo contae sempre, porque desejo antes que minhas cinzas sejam misturadas com as vossas, do que deixar-vos sem que seja no estado de plena liberdade legal e felicidades perennes. Viva a Religião Catholica Apostolica Romana, viva o Imperador o Senhor D. Pedro II, viva a Assembléa Geral Legislativa; viva o Povo Paraense respeitador do socego publico e amigo da legalidade. Palacio do Governo do Pará 1 de Maio de 1835.—*Francisco Pedro Vinagre, Presidente.*

Fonte: AZEVEDO, Moreira de - História pátria: o Brasil de 1831 a 1840 – Repositório Digital da Biblioteca Estadual do Espírito Santo -midiateca.es.gov.br

ANEXO B - Documentos do Presidente Cabano Eduardo Angelim

11

22

Por esta m^a. ordem vai authori-
zado o Sr. Jose Athanasio Commi-
ssario do Bahin de S^{to}. Antonio q^a
he buscar onde achar humo canon
boa q^a o servico de seu destacam^{to}.
pagando o custo da sua imp^{ca}. que
deve ser pago pelo Expositor En-
rio. Outros Sim que m^{re}.
Sr. Commi. Cometa q^a an-
tes o Cidadão Sr. Joze de
q^a esta cid^a. Pello de 903
de Mares de 1835.

Angelim

ANEXO C – Preços correntes dos gêneros importados exportados

PREÇOS CORRENTES DOS PRINCIPAIS GÊNEROS

DE

IMPORTAÇÃO.

Pará 18 de Janeiro de 1845.

EXPORTAÇÃO.

GENÉROS.	PREÇOS DA PRAÇA.	DIREITOS DA ALFANDEGA	OBSERV.	GENÉROS.	PREÇOS DA PRAÇA.	POR	TAUTA DA FUTURA SEMANA
— Aço de Milão.....	24\$000 a 25\$000	Quint.	4\$000	quint.	falta		
Agoardente de França.....	270\$000 a	Pipa	\$750	canada	nao há		
Idem qualquer outra.....	140\$000 a 160000	"	\$750	"	"		
Azeitona.....	1\$000 a	Ancor.	\$210	ancor.	"		
Açúcar branco.....	2\$900 a 3\$400	arrob.	~	arrob.	"		
" Mazavado.....	~	"	~	"	nao há		
Azeite doce.....	32\$000 a 36\$000	barril	\$360	canada	"		
Cerveja engarrafada.....	4\$000 a 4\$500	duzia	\$400	"	"		
Cêra em vella.....	1\$600 a 1\$650	libra.	\$225	libra	falta		
Chá Perola.....	2\$000 a 2\$200	"	\$600	"	"		
Idem Hygon.....	1\$800 a 2\$000	"	\$600	"	"		
Cozinho.....	~	arrob.	\$40	"	nao há		
Chourico.....	9\$000 a	"	\$90	"	"		
Charuto.....	8\$000 a 9\$500	mill.	15\$000	mill.	"		
Cabo Inglez.....	21\$000 a 30\$000	quint.	6\$000	quint.	"		
" Cairo.....	18\$000 a 20\$000	"	4\$500	"	"		
Chumbo em grão.....	20\$000 a 22\$000	"	4\$500	"	"		
" em pasta.....	11\$000 a 12\$000	"	3\$000	"	"		
Enchada grande.....	\$500 a \$600	uma.	\$035	libra	"		
" pequena.....	\$400 a \$500	"	\$035	libra	"		
Erva-doce.....	5\$000 a	arrob.	1\$250	arrob.	falta		
Espingarda Lazar.....	4\$800 a 5\$000	uma.	~	uma.	"		
Folha de Flandre.....	20\$000 a 21\$000	caixa	4\$000	caixa	"		
Ferro de Suécia.....	9\$000 a 10\$000	quint.	1\$750	quint.	"		
" Inglez.....	~	"	1\$350	"	"		
Farinha de trigo.....	10\$000 a 16\$000	barria	3\$000	barria	falta		
Garrafão empalhado.....	\$800 a 1\$000	um.	\$240	um.	"		
Genebra qualquer em frasco e garrafão.....	~	"	\$400	canada	"		
" em botija.....	4\$000 a 4\$600	duzia	4\$500	duzia	falta		
Licor superior.....	8\$000	"	4\$000	"	"		
" ordinario.....	6\$000 a 5\$000	"	3\$000	"	"		
Maça surtida.....	3\$200 a 3\$500	arrob.	1\$200	arrob.	nao há		
Manteiga Ingleza.....	\$500 1.ª qualid.	lib	\$120	libra	falta		
Presunto Portug.....	8\$000 a 9\$000	arrob.	1\$020	arrob.	"		
" de outra parte.....	\$200 a 240	libra.	~	"	"		
Papel de peso.....	3\$500 a 4\$000	res.	\$00	rem	pouco ven		
" almago 1.ª quali.	3\$400 a 4\$000	"	\$720	"	davel.		
" da 2.ª "	3\$000 a 3\$200	"	\$720	"	"		
" do Branco ..	2\$400 a 2\$500	"	\$510	"	"		
" do Florete.....	1\$800	"	~	"	"		
Paio de Lisboa.....	2\$100 a 2\$200	duzia	\$100	libra.	"		
Paça.....	~	nao há	1\$200	arrob.	nao há		
Prego de caverna.....	18\$000	mill.	\$750	"	"		
" meia dito.....	9\$000	"	~	"	"		
" de Forro.....	8\$000	"	~	"	"		
" meio dito.....	5\$000	"	~	"	"		
" Cabral.....	5\$000	"	~	"	"		
Pimenta da India.....	280 a	lib.	\$050	libra	nao há		
Queijos Flamengo.....	1\$900 a 1\$100	um	\$240	um.	falta		
Rapê Princeza.....	3\$500 a 4\$000	"	1\$200	libra	"		
" Bahia.....	1\$200 a 1\$000	"	~	"	"		
Sabão Americano.....	\$140 a \$150	"	\$040	"	"		
Spermacett vella.....	\$700 a \$800	"	\$180	"	falta		
Sal.....	\$800 a \$350	alq.	\$160	alq.	"		
Terçado.....	\$500 a \$700	hum	~	um.	"		
Taboado de pinho.....	\$155 a 060	pé.	\$006	pal.	"		
Toucinho de Santo.....	2\$000 a 2\$400	arrob.	~	nao há	nao há		
" de Portugal.....	7\$000 a 8\$000	"	1\$200	arrob.	"		
Tabaco Americano.....	\$230 a \$400	libra.	6\$000	"	"		
Vinagre.....	50\$000 a 60\$000	pipa.	\$080	canada	"		
Vinho Cotte e Marc.....	90\$000 a 100\$000	"	\$200	"	falta		
" Figueira.....	~	"	\$200	"	nao há		
" Hozpanha.....	90\$000	"	\$200	"	"		
" Lisboa tinto.....	100\$000 a 105\$000	"	\$240	"	"		
" " branco.....	100\$000 a 110\$000	"	\$240	"	"		
" Porto.....	125\$000 a 140\$000	"	\$500	"	"		
" Muzcatel.....	4\$000 a 4\$500	duzia	~	"	"		

—AVISOS—

O Fiscal do 1.º Districto da Camara Municipal desta Cidade faz publico que do dia 25 do corrente mez em diante passará a proceder a inspecção geral sobre as licenças de todos as Casas de venda, Officinas, e Carroças de condução, e sobre a limpeza de terrenos e telhadas, e sobre a afiliação e accio de balanças, pesos e medidas. Pará 17 de Janeiro de 1845.

Manoel Gomes Franco.

—O 3.º Batalhão d'Artilheria a pé precisa comprar o seguinte: Brim, algodão americano, olanda, botões brancos furados, linha branca, e preta, colchetes pretos, retroz, e çapatos; as pessoas que quizerem fornecer os ditos generos queirão compa-recer na Secretariu do referido Batalhão pelas 8 horas da manhã do dia 20 do corrº.

—A Loja de Ferragens, junto á Igreja de N. S. das Mercês, acaba de receber entre outros muitos objetos, o seguinte — Navalhas de superior qualidade, entrefinas para barba, Afiladores finos e medianos, Pol-carinhos e Chumbeiros para cussa, Mo-ninhos para caffè, Pennas d'aço superiores, Panellas de ferro estanhadas, e mais tras-tes proprios para cosinha &c. &c.